

Construindo o 'Outro' e o 'Eu'

Representações de identidade e
alteridade em contexto de mobilidade
na Idade Média

Paulo Catarino Lopes, ed.



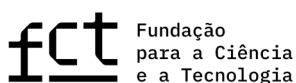
Construindo o ‘Outro’ e o ‘Eu’
Representações de identidade e
alteridade em contexto de mobilidade
na Idade Média

Construindo o 'Outro' e o 'Eu'
Representações de identidade e
alteridade em contexto de mobilidade
na Idade Média

PAULO CATARINO LOPES
Editor

Lisboa 2024

Esta publicação foi revista por pares.
This publication has been peer reviewed.



Esta publicação foi financiada por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do Projeto Estratégico do IEM – Referência UIDB/00749/2020 / DOI 10.54499/UIDB/00749/2020 (<https://doi.org/10.54499/UIDB/00749/2020>); UIDP/00749/2020 / DOI 10.54499/UIDP/00749/2020 (<https://doi.org/10.54499/UIDP/00749/2020>).

Título	Construindo o 'Outro' e o 'Eu'. Representações de identidade e alteridade em contexto de mobilidade na Idade Média
Editor	Paulo Catarino Lopes
Edição	IEM – Instituto de Estudos Medievais (NOVA FCSH)
Imagem da capa	A detail from Andrea di Bonaiuto's fresco ' <i>The Way of Salvation/The Church Militant and the Church Triumphant</i> ', c. 1365-8. Spanish Chapel at Santa Maria Novella, Florence. (Wikimedia Commons)
Coleção	Estudos 35
ISBN	978-989-53942-2-7 (IEM)
Design e execução	Ana Pacheco
Formato	Eletrónico

Índice

Introdução	
Construções identitárias e exercícios de alteridade em contexto de mobilidade. Problemáticas atemporais.....	9
<i>Paulo Catarino Lopes</i>	
Layered selves, diverse others. Ma Huan, treasure fleets, and Islam in Early Ming China.....	15
<i>Kim M. Phillips</i>	
Otro nuevo yo. Los judíos ante la encrucijada de la expulsión de 1492, un viaje de exploración.....	35
<i>María Teresa Martialay Sacristán</i>	
Becoming the other. The role of princes, presbyters and pilgrims in Kyivan Rus' new Christian identity.....	57
<i>Susana Torres Prieto</i>	
Una representación de la naturaleza nobiliaria en la Castilla de la Edad Moderna. El blasón como atributo del otro en Juan Benito Guardiola.....	73
<i>José Antonio Guillén Berrendero</i>	
La guerra como espacio de configuración del otro. Pedro de Portugal (1464-1466), el otro en la guerra civil catalana.....	99
<i>Vera-Cruz Miranda Menacho</i>	
Fernando Afonso de Albuquerque. Diplomacy and sigillography in the consolidation of the Anglo-Portuguese alliance (1384-1386).....	119
<i>Rui Pedro Neves</i>	
Os Aventureiros de Lisboa, os precursores dos Descobrimentos. Ar-rihla fi talab al-'ilm ("A viagem à procura do conhecimento").....	147
<i>Natália Maria Lopes Nunes</i>	

Estranhos animais do Oriente. As descrições de viajantes medievais	169
<i>Rafael Afonso Gonçalves</i>	
Sobre la Orden caballeresca aragonesa de la Estola y Jarra en la Bosnia medieval.....	187
<i>Emir O. Filipović</i>	
Perceptions of Iberian Urban Identity: Insights from Two 15th-Century German Travellers	223
<i>Paulo Catarino Lopes</i>	

Introdução

Construções identitárias e exercícios de alteridade em contexto de mobilidade. Problemáticas atemporais

Paulo Catarino Lopes¹

Instituto de Estudos Medievais (IEM – NOVA FCSH)

Como a realidade de todos os dias nos revela, infelizmente, não raras vezes de forma trágica, a identidade e a alteridade são temas da maior pertinência e actualidade. Reflectir de forma crítica e interligada sobre ambas as dimensões em relação ao passado medieval, em contexto de mobilidade, é construir uma ponte segura para melhor compreender a delicada situação do presente. É este o objetivo primeiro do volume que aqui apresentamos, na sua quase totalidade resultante das comunicações apresentadas no congresso internacional “Construindo o *Outro* e o *Eu*. Representações de identidade e alteridade na Idade Média” (em contexto de mobilidade), que teve lugar em Lisboa, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, nos dias 13 e 14 de Outubro de 2022.

O leitor está perante um conjunto de ensaios norteado pelo desejo de falar da descoberta que, no mundo medieval, tal como em todas as épocas do já longo e

¹ Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da Norma Transitória – DL 57/2016/CP1453/CT0015 (DOI10.54499/DL57/2016/CP1453/CT0015) e do Projeto Estratégico do Instituto de Estudos Medievais – financiamento UIDB/00749/2020 (DOI 10.54499/UIDB/00749/2020).

atribulado itinerário humano, o *eu* faz do *outro* e da forma como ambos se constroem em absoluta interdependência, dando a ver como afinal as fronteiras que marcam a alteridade são tão ténues quanto permeáveis, pois, o *eu* é sempre um *outro*, e cada um dos *outros* é também um *eu*.

A viagem, a circulação e a mobilidade conduzem ao encontro, o qual sobressai sempre como produtor de construções identitárias e de exercícios de alteridade. Aquando do contacto, seja no breve percurso entre a aldeia e a feira ou na longa jornada rumo ao Extremo-Oriente, trocam-se olhares e, com eles, transferem-se ideias, imagens e modelos que concebemos do mundo que conhecemos e dos *outros*. Condicionantes, afinal, construídas *a priori* a partir de todo um conjunto de padrões próprios de um sistema cultural, simbólico e religioso muito específico, a saber, o de cada um dos envolvidos.

Visando um amplo quadro geográfico, que abarca a Europa ocidental e oriental, os Balcãs, o Extremo Oriente e o Índico, e um conjunto de civilizações do medievo – a cristã católica e ortodoxa, a muçulmana, a judaica, a mongol e a chinesa –, os ensaios aqui apresentados focam problemáticas tão diversas como a guerra, os brasões, a diplomacia, a fauna, a relevância do mundo urbano e a cultura material. E sempre enquanto cenários de configuração do *Eu* e do *Outro*, ou seja, de construções identitárias e exercícios de alteridade, cujos sentidos são igualmente diversos.

O volume abre com a contribuição de Kim M. Phillips, que nos traz da Nova Zelândia uma temática muito pouco explorada na historiografia dita “ocidental”: as questões do *Eu* e do *Outro* em relação à obra Ying-yai Sheng-lan (“O levantamento geral das costas do oceano”) de Ma Huan, um autor chinês muçulmano do início do período Ming. O livro, que descreve países desde Champa (Vietname central) até Meca, foi produzido na sequência das viagens de Ma Huan como intérprete em três das viagens da Frota do Tesouro de Zheng He, entre 1413 e 1431. Tendo em conta os debates académicos sobre a identidade de Ma Huan e a produção do texto em seu nome, Kim M. Phillips propõe um método de leitura dos registos dos viajantes que tenha em consideração não apenas os múltiplos aspectos da identidade autoral e a diversidade de perspectivas sobre a alteridade, mas também as motivações de escritores individuais como Ma Huan e as circunstâncias da colaboração autoral e da produção textual.

Em seguida, Teresa Martialay centra a sua análise na expulsão dos judeus após o édito de 1492 e na viagem interior que deve ter sido vivida no seio desta comunidade, a qual assistiu, por um lado, à forma como a sua alteridade foi marcada e, por outro, à forma como alguns sujeitos tiveram de se reconverter num alter-ego anteriormente diferente e mais uma vez rejeitado.

Por sua vez, Susana Torres Prieto debruça-se sobre algumas das formas mais visíveis da nova identidade cristã resultante da conversão da Rus' de Kiev ao cristianismo, em 988. Por um lado, a propaganda cristã das elites governantes, mas também a proliferação de edifícios religiosos que transformaram a paisagem da Rus' e o aparecimento dos primeiros relatos de viagens de peregrinos à Terra Santa, cujo principal objetivo era servir de guia a outros peregrinos que se pusessem a caminho. A investigadora analisa, em suma, como a Igreja se tornou a instituição cultural mais importante do novo Estado cristão – um processo com muitas ramificações políticas, económicas e sociais –, e em que medida a apropriação da cultura e do património cristãos bizantinos foi fundamental para a auto-definição da Rus' como povo cristão.

José Guillén Berrendero interroga o brasão de armas como um dispositivo de interpretação do *Outro* na Idade Moderna. Partindo da análise de um tratado de nobreza castelhano da autoria de Juan Benito Guardiola, este investigador estuda a forma como a heráldica, enquanto linguagem de representação da dignidade nobiliária, foi utilizada pelos nobres e pela coroa para construir uma forma de identificação da condição social do privilegiado que permite falar do *Outro* e dos *Outros*.

Já Vera Cruz Miranda, partindo do caso de Pedro de Portugal – nomeado Rei de Aragão e Conde de Barcelona em 1464 – no quadro da guerra civil catalã (1462-1472), aborda a problemática da guerra como espaço de configuração do outro e de diferentes construções identitárias.

O artigo de Rui Pedro Neves propõe-se analisar a acção de Fernando Afonso de Albuquerque, Mestre da Ordem de Santiago, no contexto da embaixada enviada a Inglaterra entre 1384 e 1386, com particular enfoque no selo utilizado por este emissário. Através da exploração da iconografia e composição do selo, bem como da sua inserção nas práticas sigilográficas da Ordem de Santiago, o investigador pretende observar o papel deste objeto na diplomacia medieval, proporcionando novas perspetivas sobre a sua utilização como instrumento de comunicação política e reforço da soberania régia no contexto medieval.

Natália Nunes, por seu turno, com base na história d' "Os Aventureiros de Lisboa" narrada pelo célebre Al-Idrisi, explora o contributo dos relatos dos geógrafos árabes para a divulgação das narrativas sobre as viagens marítimas.

Rafael Gonçalves oferece um olhar interrogador sobre as narrativas das viagens ao Extremo Oriente protagonizadas por cristãos entre os séculos XIII e XIV, nos quais os animais figuram como tema frequente. É sua intenção compreender o papel desempenhado pelas descrições da fauna para a construção de uma imagem do Oriente como um espaço distinto daqueles conhecidos na Europa.

Através do prisma da aliança entre o rei aragonês e napolitano Afonso V e o grão-duque da Bósnia, Stjepan Vukčić, Emir Filipovic examina a presença e as actividades dos membros das ordens de cavaleiros europeus na Bósnia medieval, com especial destaque para a ordem aragonesa de estolas e vasos.

O volume conclui-se com o estudo de Paulo Catarino Lopes, que analisa os elementos mais valorizados por dois viajantes alemães do século XV no contacto com as vilas e cidades que visitaram durante a sua missão diplomática na Península Ibérica, bem como aqueles que lhes causaram estranhamento ou repúdio. A partir desta análise, procura-se compreender de que forma esses viajantes construíram as suas representações identitárias da realidade urbana ibérica e até que ponto as suas experiências refletem as dinâmicas culturais e políticas da época.

Em jeito de síntese, estamos perante um conjunto de estudos que nos convida a reflectir sobre a atemporalidade da problemática do encontro e, conseqüentemente, dos jogos identitários e dos sentidos de alteridade daí resultantes. Ainda que difiram os espaços e os protagonistas (individuais ou colectivos), a verdade é que o encontro/contacto entre seres humanos de alguma forma diferenciados entre si é um processo que necessariamente se perspectiva na diacronia e não apenas no registo sincrónico. Daí a absoluta validade do seu estudo na (longa e diversificada) Idade Média como tentativa de compreensão do presente². Dito de outro modo, se existe tema que pode estabelecer uma ponte entre o passado, mesmo remoto, e o presente é, sem dúvida, o das representações de identidade e alteridade, muito em particular se tido em conta em contexto de viagem, circulação e mobilidade, cenários privilegiados da ocorrência do fenómeno identitário.

Julgamos que reside aqui a possível contribuição do presente conjunto de ensaios para o debate científico acerca deste objecto transversal à sociedade de todas as épocas. Por outro lado, ao mesmo tempo que revelam as potencialidades e a riqueza de tão amplo campo de estudos, vários destes capítulos lançam sedutoras pistas de investigação.

² Sendo que, nunca é demais repetir, a história é um *continuum*, pelo que, em rigor, não podem existir periodizações estanques.

Nota biográfica

Paulo Catarino Lopes é Investigador Integrado do Instituto de Estudos Medievais (IEM) e Investigador Associado do CHAM – Centro de Humanidades, ambas Unidades de Investigação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH), instituição na qual obteve os graus de Mestre e Doutor em História após se licenciar no mesmo domínio científico pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL). Tendo como domínio de especialização a História Medieval, os seus interesses de investigação incidem sobre os seguintes temas: viagem e mobilidade, representações de identidade e alteridade, diplomacia e relações internacionais, relações culturais.

Layered selves, diverse others. Ma Huan, treasure fleets, and Islam in Early Ming China

Kim M. Phillips

University of Auckland, New Zealand
km.phillips@auckland.ac.nz

Abstract

This chapter considers questions of Self and Other in relation to *Ying-yai Sheng-lan* (“*The Overall Survey of the Ocean’s Shores*”) by Ma Huan, a Muslim Chinese author from the early Ming period. The book, which describes countries from Champa (central Vietnam) to Mecca, was produced following Ma Huan’s journeys as interpreter on three of Zheng He’s Treasure Fleet voyages from 1413 to 1431. The book provides descriptions of the peoples, geography, climate, economy, social customs, legal systems, and trade products of countries visited. While similar contemporary works are focused on China’s regional supremacy, as befits the purpose of the expeditions, Ma Huan’s record is at times admiring of the foreign places observed. As a Muslim, he was particularly inclined to commend the many Islamic nations visited, while also reflecting Ming imperial interests in trade and expanding the tributary system. Taking into account scholarly debates over Ma Huan’s identity and the production of the text in his name, the chapter advocates a method for reading travellers’ records that embraces the layered aspects of authorial selfhood and diversity of perspectives on otherness. It contends that not only the

layered selves and multiple motivations of individual writers such as Ma Huan must be considered, but also circumstances of authorial collaboration and textual production. Attention must be paid to contextual motivations guiding specific constructions of otherness. Self and Other emerge not as entirely separate entities but as elaborate assemblages that blend to constitute identity.

Keywords

travel writing; China; Islam; medieval; identity

Biographical note

Kim M. Phillips is Professor of History at the University of Auckland, New Zealand. Her research explores medieval European and other cultures in their global contexts (c. 1100-1550). She has written extensively on medieval travel writing, cross-cultural encounters, and ethnicities, as well as on women, gender, sexuality and the body. Her publications include *Medieval Maidens. Young Women and Gender in England, 1270-1540*, Manchester: Manchester University Press, 2003; *Sex Before Sexuality. A Premodern History*, co-authored with Barry Reay, Cambridge: Polity, 2011; and *Before Orientalism. Asian Peoples and Cultures in European Travel Writing, 1245-1510*, Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2014.

Identidades múltiplas, Outros diversos: Ma Huan, as Frotas do Tesouro e o Islão no início da China Ming

Resumo

Este capítulo analisa as questões do Eu e do Outro em relação a Ying-yai Sheng-lan (“O levantamento geral das costas do oceano”) de Ma Huan, um autor chinês muçulmano do início do período Ming. O livro, que descreve países desde Champa (Vietname central) até Meca, foi produzido na sequência das viagens de Ma Huan como intérprete em três das viagens da Frota do Tesouro de Zheng He, entre 1413 e 1431. O livro fornece descrições dos povos, geografia, clima, economia, costumes sociais, sistemas jurídicos e produtos comerciais dos países visitados. Enquanto obras contemporâneas semelhantes se concentram na supremacia regional da China, como convém ao objetivo das expedições, o registo de Ma Huan é, por vezes, de admiração pelos locais estrangeiros observados. Como muçulmano, estava particularmente inclinado a elogiar as muitas nações islâmicas visitadas, ao mesmo tempo que reflectia os interesses imperiais Ming no comércio e na expansão do sistema tributário. Tendo em conta os debates académicos sobre a identidade de Ma

Huan e a produção do texto em seu nome, o capítulo defende um método de leitura dos registos dos viajantes que abarque os aspectos estratificados da identidade autoral e a diversidade de perspectivas sobre a alteridade. Defende que devem ser considerados não só os eus estratificados e as múltiplas motivações de escritores individuais como Ma Huan, mas também as circunstâncias da colaboração autoral e da produção textual. É necessário prestar atenção às motivações contextuais que orientam construções específicas de alteridade. O Eu e o Outro não surgem como entidades totalmente separadas, mas como conjuntos elaborados que se misturam para constituir a identidade.

Palavras-chave

Escrita de viagens; China; Islão; Idade Média; Identidade

Nota biográfica

Kim M. Phillips é professora de História na Universidade de Auckland, Nova Zelândia. A sua investigação explora as culturas medievais europeias e outras nos seus contextos globais (c. 1100-1550). Tem escrito extensivamente sobre os textos de viagens medievais, encontros interculturais e etnias, bem como sobre as mulheres, o género, a sexualidade e o corpo. As suas publicações incluem *Medieval Maidens: Young Women and Gender in England, 1270-1540*, Manchester: Manchester University Press, 2003; *Sex Before Sexuality: A Premodern History*, em coautoria com Barry Reay, Cambridge: Polity, 2011; e *Before Orientalism: Asian Peoples and Cultures in European Travel Writing, 1245-1510*, Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2014.

The purpose of this chapter is twofold. The first is to return to reflections on constructions of Self and Other in medieval travel writing, a topic I have previously explored mainly in relation to medieval European travellers. The second is to add a global medieval dimension through considering travel writing from outside Europe, in this case the book in the name of the Muslim Chinese traveller, Ma Huan. The book, *Ying-yai Sheng-lan* (“*The Overall Survey of the Ocean’s Shores*”), offers an account of countries ranging from Champa (central Vietnam) to Arabia following Ma Huan’s ocean voyages as Arabic interpreter with Zheng He, commander of the Treasure Fleets, between 1413 and 1431¹. It describes the people, geography, climate, economy, social customs, legal systems, and trade products of countries visited. While one might expect the book to take a superior tone, given the Treasure Fleet’s purpose to project the power of Ming China over its tribute nations and to secure trading relationships advantageous to itself, Ma Huan’s record is often dispassionate and at times admiring of foreign places observed. As a Muslim, he – though use of a pronoun obscures the fact that this chapter will problematise matters of authorship – was particularly inclined to commend the many Islamic nations visited while also reflecting Ming imperial interests in trade and expanding the tributary system. Reading travellers’ records from the medieval millennium, regardless of their country of origin, requires us to consider not only the layered selves and multiple motivations of individual writers such as Ma Huan, but also circumstances of authorial collaboration and textual production. Moreover, travel texts such as that in the name of Ma Huan must be read with attention to likely audiences and contextual motivations guiding specific constructions of Otherness. Self and Other emerge as elaborate assemblages that blend to constitute identity.

Between 1405 and 1433, vast fleets of Chinese ships set out from the Longjiang shipyard near Nanjing to traverse the South China Sea to Champa and Java, then west through Southeast Asia and across the Indian Ocean to India². Some voyages extended as far as Arabia and east Africa. The brainchild of the Yongle Emperor Zhu Di, third emperor of the Ming dynasty (r.1402 to 1424) and temporarily revived by the Xuande Emperor (r.1425 to 1435), these extraordinary “Treasure Fleets” were

1 The standard edition is MA HUAN – *Ying-yai Sheng-lan Chiao-chu* (*The Overall Survey of the Ocean’s Shores Annotated*). Feng Ch’eng-chün (ed.). Pei-ching [Peking/ Beijing]: Chung-hua Shu-chu, 1955. This formed the basis of the standard English translation, MA HUAN – *Ying-yai Sheng-lan* (“*The Overall Survey of the Ocean’s Shores*”). J. V. G. Mills (ed.). Hakluyt Society extra series 42. London: Cambridge University Press, 1970. Because the publisher of the present volume is not able print Chinese characters, only Mills’s translation will be cited hereinafter (as *YSSL*). The choice of whether to use Wade-Giles or Pinyin Romanization for Chinese words is always difficult; I have opted to keep the spelling used by each edition of various works cited in this essay, including for authors’ names, though the result may be some inconsistencies between systems.

2 Among many histories, for accessible accounts see LEVATHES, Louise – *When China Ruled the Seas. The Treasure Fleet of the Dragon Throne 1405-1433*. New York: Simon & Schuster, 1994; DREYER, Edward L. – *Zheng He. China and the Oceans in the Early Ming Dynasty, 1405-1433*. New York: Pearson, 2007; ABULAFIA, David – *The Boundless Sea. A Human History of the Oceans*. London: Penguin, 2019, 251-271.

designed to project the power and majesty of Ming China over its tribute nations and establish trading relationships beneficial to China. The expeditions were led by legendary commander Zheng He, a Muslim (born Ma He) who in childhood or early teens had been captured, castrated, and enslaved in service to Zhu Di and gained the future emperor's trust along with extensive military experience. Following Zhu Di's seizure of the imperial throne in 1402, Zheng He was granted the office of Chief Envoy and put in command of the emperor's Treasure Fleets. China already had extensive knowledge of and trading experience in Southeast Asia and the Indian Ocean coastline, but the Yongle Emperor had expansionist ambitions and hoped to extend Chinese control over trade, express regional supremacy, and extend the tributary system. Impetus for the scheme dwindled after his death in 1424 and ended altogether in 1433. The decision to cease the expeditions was prompted in part by the drastic expense incurred by both sides – the Chinese demanding tribute on one hand and the subjected leaders travelling to deliver it on the other – and by the return to hegemony in China of the imperial scholar-bureaucrats whose political interests were focused on internal affairs³. The moment is sometimes recognised in global history as the beginning of the “Great Divergence” when Europe seized the opportunity for global reconnaissance just as Asia was retreating from it. Most records of the two-decade era – a brief moment in world history when China ruled the waves – were destroyed. But among surviving records were the compositions of some who had travelled with the fleet, notably, Gong Zhen, Fei Hsin, and our main subject, Ma Huan⁴.

3 The transition to the Ming dynasty saw tension between two factions: “the founding emperor of the Ming Dynasty (1368-1644), presided over a tenuous reconciliation between the brutal realities of power and the scholar-officials’ imperatives of cultural orthodoxy and class hegemony, worked out in a visionary program of total social control. This soon gave way to messy alternations of court/eunuch/soldier dominance and scholar-official hegemony”: WILLIS, John E. – “Journeys mostly to the West. Chinese perspectives on travel writing”. *The Huntington Library Quarterly*, 70, 1 (2007), 191-201 at p. 198.

4 GONG ZHEN – *Xiyang Fanguo Zhi (A Record of the Foreign Kingdoms of the Western Ocean)*, c. 1434, has not been translated into English but Xiaofei Tian describes the work and translates several passages in Xiaofei TIAN – *Visionary Journeys. Travel Writings from Early Medieval and Nineteenth-Century China*. Cambridge MA and London: Harvard University Press, 2011, 161-163, 167-169, 177, 226-228. It explicitly draws on the work of “the interpreter” whom scholars agree was probably Ma Huan himself but diverges from the latter’s text in many respects. FEI HSIN – *Hsing-ch’a Sheng-lan (The Overall Survey of the Star Raft)* (hereinafter *HCSL*) was translated by J. V. G. Mills following his work on Ma Huan and published posthumously in an edition revised, annotated and edited by Roderich Ptak. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 1996. As noted by Ptak, these works fit the Chinese genre *li-shih ti-li* (“historical geography” mixed with “ethnography”): PTAK, Roderich – “Editor’s preface”. in Fei Hsin – *Hsing-ch’a Sheng-lan (The Overall Survey of the Star Raft)*. Roderich Ptak (ed.), J. V. G. Mills (trans.). Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 1996, 7-8, at p. 7.

A layered self: Ma Huan, biography and authorial perspective

In seeking to identify the subject “Ma Huan” we are immediately confronted with textual problems. *Ying-yai Sheng-lan* as presented in Mills’s edition consists of six parts, not all of which are included in each extant manuscript or early printed copy. None of those early copies is contemporary with Ma Huan, and Mills’s account of their dating is at pains to avoid definitive statements⁵. What we can say for sure is that any original text was altered to a greater or lesser degree by each of the copyists in whose hands it came during the Ming era between the later fifteenth and mid-seventeenth centuries. The six parts of Mills’s version comprise: a Foreword, said to have been written by Ma Huan in 1416; a second Foreword signed by one Ma Ching and internally dated to 1444; a Poem allegedly by Ma Huan which Paul Pelliot dated to 1416, though this is questionable; a list of Names of the Foreign Countries described; the main text of the *Ying-yai Sheng-lan*; and an Afterword by Ku P’o conventionally dated 1451, which adds some surprising details.

Ma Huan’s biography, as it has been compiled by scholars, comes mainly from the paratextual elements. In the Foreword ascribed to Ma Huan and traditionally dated to 1416⁶, the author tells how when younger he had read and wondered at Wang Ta-yüan’s *A Record of the Islands and their Barbarians* [1349]⁷, and explains he was “sent in a subordinate capacity as a translator of foreign documents” with Zheng He’s fleet. It is clear that Ma Huan accompanied three of the seven voyages of the Treasure Fleet: the fourth (1413-15), sixth (1421-2) and seventh (1431-3). Inspired to follow Wang Ta-yüan’s example, while adding even greater detail, he took notes

5 MILLS, J. V. G. – “Introduction”. in MA HUAN – *Ying-yai Sheng-lan* (“*The Overall Survey of the Ocean’s Shores*”). J. V. G. Mills (ed.). Hakluyt Society extra series 42. London: Cambridge University Press, 1970, 37-44, here pp. 37-41.

6 W. W. Rockhill, one of Ma Huan’s earliest Anglophone commentators, argued in 1915 that the Foreword was added by a different author after 1436-1437 because it uses a posthumous title for the Yongle emperor (d. 1424, title conferred 1425), because the chapter on Su-men-ta-la refers to events from 1425, and because the main body of the work includes material from Fei Hsin’s book from 1436. However, in 1933 Paul Pelliot, the legendary French Sinologist, suggested that Ma Huan himself may have updated his original preface after the emperor’s death. Ptak has recently suggested that Fei Hsin was influenced by Ma Huan, rather than the other way around. This is not the place to untangle the work’s textual history, which prompted many disagreements among its early scholars and is made more difficult by the lack of a copy contemporary with Ma Huan himself free from alterations and omissions by later Ming copyists. For key interventions see ROCKHILL, W. W. – “Notes on the relations and trade of China with the Eastern Archipelago and the coasts of the Indian Ocean during the fourteenth century”. *T’oung Pao*, 15 (1914), 419-447, and *T’oung Pao* [hereinafter *TP*] 16 (1915), 61-159, 236-271, 374-392, 435-467, 604-626; PELLIOT, Paul – “Les grands voyages maritimes chinois au début du xve siècle”. *T’oung Pao*, 30 (1933), 237-452; DUYVENDAK, J. J. L. – *Ma Huan Re-Examined*. Amsterdam: Noord-Hollandsche Uitgeversmaatschappij, 1933; MILLS, “Introduction...”, 37-44; PTAK, Roderich, “Introduction” to *HCSL*, pp. 16-17.

7 WANG TA-YÜAN – *Tao-i chih-lüeh* [*A Synoptical Account of the Islands and their Barbarians*] (hereinafter *TICL*), translated [along with obsolete editions of Fei Hsin’s and Ma Huan’s texts] in Rockhill, “Notes on the relations...”. Comparison of Wang Ta-yüan’s text with Ma Huan’s is interesting, as it is clear that the latter has lifted not only his structure but also many passages from the earlier author. Nonetheless, the two texts are different in many areas of detail, particularly in their attention to religion (on which, more below).

on the voyages and on return arranged them “in order so as to make a book”⁸. The Foreword also calls Ma Huan a simpleton, apologises that he is not capable of literary passages, and is signed off by “Ma Huan, the mountain-woodcutter of Kuei chi”⁹. Ma Ching’s Foreword of 11 October 1444 places the voyages within a grand narrative of Chinese history, praises the civilising impulses behind the Treasure Fleets, refers to Ma Huan by his courtesy name “Master Tsung-tao”, and admires him as an “exceedingly capable gentleman”¹⁰. In the strongly nationalistic Poem that follows, of doubtful authorship but like the Foreword signed by “Ma Huan, the mountain-woodcutter of Kuei chi”, the author calls himself, “A student, follower, servant, how low and humble”¹¹. He claims it an honour to have been chosen to accompany the great fleet as a subject who had previously not seen high mountains, mighty waves, and precious gems and jewels. The main text too is signed “by Ma Huan, the mountain-woodcutter of Kuei chi”¹². All such claims to lowliness are generally taken by modern scholars as no more than a humility topos. Nonetheless, we might note that his home of Kuei chi (now Shaoxing, a city in Zhejiang province in the Hangzhou Bay region [Hangzhou was Marco Polo’s “Quinsai”]) is named for Mount Kuaiji, https://en.wikipedia.org/wiki/Mount_Kuaiji now Mount Xianglu, a forested peak of 354m; his self-identification as a mountain-woodcutter may not therefore be a complete misrepresentation.

A somewhat different narrative of the book’s genesis, and one which throws open the question of authorship to new possibilities, comes in the 1451 Afterword by Ku P’o (about whom we know nothing)¹³. According to Ku P’o, the book was not a sole-authored project: instead both Ma Huan and Kuo Ch’ung-li (Guo Chongli), a fellow-traveller on the three Treasure voyages, jointly produced the book of their experiences. Moreover we learn Kuo Ch’ung-li was also born in Zhejiang province, and – most importantly for what follows in this essay – that “[b]oth profess the religion of the Heavenly Square in the Western Regions”. In other words, they are Muslims. The two are “truly excellent gentlemen”, Ku P’o adds. At the

8 Ma Huan, *YYSL*, 70.

9 Ma Huan, *YYSL*, 70.

10 Ma Huan, *YYSL*, 71-72.

11 Ma Huan, *YYSL*, 73-75. Sinologists disagree about Ma Huan’s authorship of the Poem: Pelliot argued he was capable of writing it, while Duyvendak felt his level of education made this unlikely (see Mills, “Introduction”, 34). The Poem is indeed problematic for many reasons. It is found in only one of the three foundational versions of the work (Version C, published c. 1617) and one later copy of another version (K); its jingoistic style does not match the rest of the book’s tone; and Mills’s 1970 translation imposes English metre and rhyme, resulting in a piece that might have been written by an early twentieth-century English imperialist. Mills, himself a retired colonial administrator of the Straits Settlements c. 1911-1940, describes it as “Kiplingesque” (“Introduction”, p. 41) but perhaps that adjective better describes his own translation. For Mills’s biography see D[UNCANSON], D. J. – “Obituaries: J. V. G. Mills”. *The Journal of the Royal Asiatic Society of Great Britain and Ireland*, 2 (1987), 308-309.

12 Ma Huan, *YYSL*, 178.

13 Ma Huan, *YYSL*, 179-180.

end of their long journeying, “the two gentlemen returned to their native villages, and constantly went out to enlighten other people, to enable everybody to acquire knowledge about conditions in foreign regions, and to see how far the majestic virtue of our imperial dynasty extended – far-flung as in this [book]”. Finally, says Ku P'o, it was at the impetus not of Ma Huan but Ch'ung-li that publication was sought: “Ch'ung-li, still concerned at his inability to make people fully acquainted with the facts, wishes to avail himself of the printed word in order to spread his message”. Evidently this effort to publish the book took place not only decades after the end of their first voyage and the “first draft” of c.1416, but moreover nearly twenty years after the end of the final Treasure voyage and the winding up of the whole Treasure Fleet enterprise. By 1451 Ming imperial interests had turned inward, to domestic policies, and the contents of the book were of little practical or political purpose. We are left with the question: why the ardent effort on the part of the authors to promote its message?

I convey this biographical information, while acknowledging multiple questions about it, in order to consider our theme of the Self or subjectivity. What might we mean by “Self” in the context of Ma Huan's book? Is it possible to identify an authorial voice from such fragments? Apart from the paratextual documents, which are not integral to the work and not included with many of the surviving copies, the book reveals little about the identity of the author/s. Can we glimpse the priorities of Ma Huan? Is “Ma Huan” actually two people, the name representing just one part of a joint enterprise? Should we even aspire to explore authorial subjectivity, given the many uncertainties surrounding the text's production and development, if we are to avoid naïve readings that fail to benefit from the lessons of the history's linguistic turn? Given such complexity around selfhood, is it possible to identify perspectives on the “Other”, our second theme?

We can offer answers to these questions but none of them are simple. I suggest the term “layered selves” to express the multiplicity of subject positions contained in Ma Huan's, and indeed other (including European) travellers' accounts from the Middle Ages, and “diverse others” for the objects of their narrative. One might also speak of the “elusive self” or “multiple self” in referring to authorial position¹⁴. Whichever one's preference, along with many other contributors to the present volume I also maintain that no clean line can be drawn between Self and Other. The latter is, in its representation, embedded within the former and is to an extent discursively constructed in order to make particular sense of selfhood. Such observations about the impossibility of cleanly demarcating Self from Other have often been noted before, often by literary specialists or anthropologists and with

¹⁴ No doubt certain examples of literary theory, such as Mikhail Bakhtin's concept of “heteroglossia”, could be relevant here, but space precludes further elaboration.

strong influence from Lacanian theories on alterity¹⁵. However, historians have often overlooked this phenomenon or neglected the chance to explore its ramifications for group identity and wider contextual understanding.

The authorial subject that I shall continue to refer to by the name “Ma Huan”, then, is not to be imagined as a single, autonomous, sovereign subject. I embrace the possibility that two authors are involved, even while retaining the conventional ascription to Ma Huan for convenience. I do not reject the possibility that still others may also have been involved in the work’s (referring to the main text’s) production. I will, furthermore, consider the role of the book’s likely audience in shaping its content and message. I acknowledge that the book was deeply informed by previous texts, notably Wang Ta-yüan’s, and shares elements in common with those of near contemporaries such as Fei Hsin, to the extent that we might even need to see the book as having in effect three or more authors. One could go further: a specialist in Chinese philology and book history could undertake a close study of the surviving copies – none of them an *editio princeps*, all with multiple variants from one another – in order to add many more layers of selfhood to authorial position or even reject them altogether. I am not that Chinese specialist so will set those textual matters aside while leaving them on the table. But we have not yet examined the book’s content, so let us move to that.

Stories of the Ocean’s shores: contents of the *Ying-yai Sheng-lan*

J. V. G. Mills opted for a neutral tone in translating the title of Ma Huan’s book, but he was first to admit that other options were before him. While W. P. Groeneveldt’s and W. W. Rockhill’s suggestions were similarly restrained (*General Account of the Shores of the Ocean*, and *Description of the Coasts of the Ocean* respectively), Tsui Chi offered *The Beautiful Views at the Boundary of the Immortals’ Ying Island*, J. J. L. Duyvendak thought the first two characters translated to *Triumphant Visions*, and Joseph Needham rendered the title as *Triumphant Visions of the Boundless Ocean*¹⁶. Notwithstanding diversity of interpretation, each conveys the message that Ma Huan’s book offers a sweeping vision of a vast oceanic world. And so indeed it does, though in a manner entirely devoid of grandiosity or purple prose. Ma Huan’s is a comprehensive yet pragmatic description of the Treasure Fleet’s chief ports of call

¹⁵ For introductory overviews see DRACE-FRANCIS, Alex – “Identity” (pp. 125-126), and BURTON, Stacy – “Self” (pp. 218-219) in Charles Forsdick *et al.* (eds.) – *Keywords for Travel Writing Studies. A Critical Glossary*. London: Anthem Press, 2019.

¹⁶ MILLS, J. V. G. – “Preface”. in MA HUAN – *Ying-yai Sheng-lan* (“*The Overall Survey of the Ocean’s Shores*”). J. V. G. Mills (ed.). Hakluyt Society extra series 42. London: Cambridge University Press, 1970, xi-xii.

from “Chan City” (Champa) to “The Heavenly Square” (Mecca) in the early fifteenth century.

Ma Huan takes a methodical approach to compiling his description. Each chapter takes a broadly similar structural outline, differing somewhat in length (in Mills’s edition) from six short paragraphs for “The Country of Li-Tah” (Lide, now Meureudu in Aceh Province, Indonesia) to forty-seven for “The Country of Ku-Li” (Calicut, now Kozhikode in south-west India). Ma Huan devotes less space to countries of obviously limited use to China in the tribute system and more to wealthy, complex cultures with desirable products and sophisticated trading structures. However, his focus is not solely utilitarian, he is also motivated by religious interests. Countries with Muslim-dominant populations receive more detailed and approving attention than others.

Every chapter opens with a description of geographical features, the location of the country relative to other places and nautical instructions for arrival. For example, see the opening to the chapter on “Ya-lu” (Aru, Deli, in north-east Sumatra):

“Setting sail from the country of Man-la-chia [Malacca] and travelling with a fair wind you can reach [this place] in four days and nights. In this country there is an estuary called Fresh Water estuary [Sungai Deli estuary]; you enter the estuary and come to the capital. On the south there are great mountains; on the north is the great sea; on the west it adjoins the boundary of the country of Su-men-ta-la [Semudera]; [and] on the east there is flat land”¹⁷.

Likewise, every chapter ends with a short summary of the tribute sent by the country to the “Central Country” (China). In the case of Ya-lu, the opportunities for Chinese benefit were relatively slight: “The land produces such things as yellow *su* incense and *chin-yin* incense. It is but a small country”¹⁸. These framing elements suggest Ma Huan saw his book as having a readership at least partly among those with practical interests in the imperial tribute project, though they also contain echoes of Wang Ta-yüan. In rough order (though with a structure that loosens up as the book’s range extends westwards), after a geographical and navigational introduction to the region Ma Huan generally considers the dress, status symbols and living conditions of its “king” (and sometimes its chiefs); the dress (or nakedness) and appearance of the general population; the king’s and people’s religion; the region’s climate; mineral and vegetation production; animals (wild, exotic and domesticated); fruits; vegetables; primary products (especially fish and grains); marital and funerary customs; currency; housing; foodways; and precious goods for

17 Ma Huan, *YYSL*, 114.

18 Ma Huan, *YYSL*, 115.

trade (especially incense, gemstones, fine cloths, exotic birds etc.). Less frequently featured are details of social structure; entertainments; cloth production; language; writing systems; crime and punishment; marvels and the supernatural; weights, measures, calendars; and diverse cultural elements specific to local populations.

Much of this content is uncontroversial – it conforms with what we might expect to find in a book aimed at validating and enhancing the tribute system while also satisfying readers' hunger for knowledge about far-flung places. It also, as previously noted, shares a great deal in common with Wang Ta-yüan's earlier book, which was Ma Huan's stated source of inspiration, as well as with Fei Hsin's almost contemporary work. If we are looking for a key to Ma Huan's more personal motivations for writing the book it is to be found in his comments on religion because it is in these respects that his book differs notably from Wang Ta-yüan's and Fei Hsin's¹⁹.

Until he reaches Muslim-majority countries, Ma Huan's commentary on the religious systems of local religions is sketchy at best and often erroneous. He says the king of Champa is a devout Buddhist, when in likelihood both king and people professed a tolerant syncretic faith, predominantly Hindu but with strong Buddhist and other influences²⁰. He pays no attention to religion in Java or Palembang (in southern Sumatra), but is on surer ground in asserting the Buddhist dominance in Thailand. On reaching Islamic Malacca, Aru or Deli (in northern Sumatra), Semudera and Lambri (both also in northern Sumatra) he seems increasingly interested in religion but stumbles again in Ceylon, Quilon, and Cochin, which he claims to be Buddhist when they were predominantly Hindu. Once in Calicut though, and thence to the Maldives and Laccadives, Dhufar (in Oman), Aden (in Yemen), Bengal (looping back, in an out-of-sequence chapter), Hormuz (in the Persian Gulf), and finally Mecca, with their Muslim-dominant populations, Ma Huan seems increasingly at home and speaks warmly and more accurately of his surroundings.

Ma Huan's sense of comfort in Islamic countries is signalled by his expanding use of positive value judgements as he moves west. Although he has been somewhat

19 Wang Ta-yüan does not follow as obvious a pattern as Ma Huan in commenting favourably only on the habits and customs of Muslim peoples. Moreover, he only rarely identifies any population as Muslim, and some of his descriptions of Islamic places (e.g. Mecca) are far less detailed or interested in religious elements in the way Ma Huan is. Likewise, Fei Hsin, though his text is close to Ma Huan's text in several particulars, does not share the pattern of praise for Muslims. Instead he scatters positive comments among descriptions of non-Muslim as well as Muslim places (e.g. Quilon, Taiwan, Borneo) while omitting positive comments for example on the Maldives (detailed below). Moreover, unlike Ma Huan, Fei Hsin rarely identifies the religion of any peoples observed, apart from a few references to Buddhism, and never identifies a people as professing Islam. No contemporary reader of Fei Hsin would have been as inclined to equate Islam and virtue as they might in reading Ma Huan.

20 Ma Huan, *YYSL*, 79, n. 7.

unfairly accused of holding overtly Chinese-centred, xenophobic attitudes²¹. Ma Huan's text only occasionally departs from a neutral tone. I count five overt expressions of wonder, seven of disapproval (four of which are mild), and twenty-five expressions of approval or strong approval in the whole book. His wonder at strange customs is relatively muted compared with what readers of medieval European travel literature may be more used to. He calls "remarkable" a kind of trial by battle in Champa in which opposing litigants must ride water buffalo through a pool of crocodiles: "the crocodiles come out and devour the man whose cause is unrighteous"²². He calls a trial by ordeal in Calicut involving boiling water "a very extraordinary matter"²³. In Java he finds a fertility shrine populated by monkeys "very remarkable"²⁴, while in Ormuz a performing goat is "most amusing" and a trick featuring a clever monkey is "most strange"²⁵. In Thailand, in common with many premodern European travellers, Ma Huan marvels at the custom of men having their foreskins split open and bells inserted; once the skin is stitched and healed the penis resembles a "cluster of grapes" and walking about men "make a tinkling sound"; "This is a most curious thing"²⁶. Among his expressions of disapproval, we see Ma Huan's strongest distaste was for the people of Java. He calls "terrible" their very harsh justice system, which he claimed required execution by stabbing for even small offences²⁷. He expressed disgust at the island's indigenous inhabitants, compared with the Muslim and Chinese migrants whom he had no quarrel with: "they have very ugly and strange faces, tousled heads, and bare feet; they are devoted to devil-worship...the food which these people eat is very dirty and bad [snakes, ants, insects and worms] [...] The dogs which they keep in their houses eat from the same utensils as the people, and sleep with them at night" – a repulsive prospect for a Muslim; and thirdly he reviled their alleged love of "savagery and ferocity" due to alleged supernatural origins²⁸. Neither Wang Ta-yüan nor Fei Hsin were as openly critical of the Javans, though they certainly found the culture alien²⁹.

We can clearly label such sentiments an example of "primitivism" in its negative aspect, a trope better known to many from some exemplars of European travel writing³⁰. It would be a mistake, though, to caricature Ma Huan as simplistically

21 See below, notes 38, 39, 40.

22 Ma Huan, *YYSL*, 84.

23 Ma Huan, *YYSL*, 146.

24 Ma Huan, *YYSL*, 90.

25 Ma Huan, *YYSL*, 168, 169.

26 Ma Huan, *YYSL*, 104.

27 Ma Huan, *YYSL*, 88.

28 Ma Huan, *YYSL*, 93, 94.

29 Wang Ta-Yüan, *TICL*, in Rockhill, "Notes on the relations...", *TP*, 16, 2 (1915), 236-238; *HCSL*, 45-50.

30 "[P]rimitivism broadly denotes humankind in a 'wild', 'savage', 'unrefined' or 'natural' state. However, the tensions underlying these understandings suggest a much wider field of signification. For if primitivism connotes notions of 'purity', 'innocence' and 'authenticity', it also suggests anxieties about the

prejudiced against what anthropologists used to call “primitive” and now more usually call “simpler” or “less complex” societies. Neither would it be sufficient to accuse him of the xenophobia that is often claimed to shape premodern Chinese perspectives on any region outside the Middle Kingdom³¹. For instance, his account of Nicobar and the Andaman Islands (“Lo hsing kuo” in Chinese – literally ‘the country of the naked people’), though brief, is more dispassionate than medieval European travellers’ narratives, such as of Marco Polo, Odoric of Pordenone and Niccolò dei Conti who alleged that these people had dog-heads and/or were cannibals³². Ma Huan mildly remarks that they live in caves, wear no clothing whatsoever, and eat only foods that they fish for or gather, without condemning them for these habits. He even offers a rational explanation for their nakedness, based on their alleged belief that clothing would lead to septic ulcers (though he also, in a passage mirroring Fei Hsin’s account, suggests it results from a curse from the Buddha who stopped there to bathe and had his clothes stolen while in the water.)³³ Still more intriguing is Ma Huan’s description of peoples of the Maldive and Laccadive Islands [Tieh-kan]. They too are said to live in caves, go naked saving a leaf loincloth, lack all agriculture and live off fish and shrimp; yet later in the same chapter he states they are Muslims, with “customs pure and excellent”, living off fishing and growing coconut palms, and wearing simple short cotton wrappings on their head and bodies (the men only on the lower body, the women on both upper and lower body and with cloth revealing only the face)³⁴. Perhaps the confusion about clothing arises from describing members of different social levels, perhaps from differences between islands, perhaps from attempting to combine eyewitness testimony with quotations from earlier texts. In any case, it is a description of a relatively simple but meritorious society in Ma Huan’s eyes: praiseworthy because Islamic. Wang Ta-yüan’s and Fei Hsin’s accounts of the Maldive and Laccadive Islands are briefer, and while mentioning their basic way of life are devoid of either positive or negative value judgements³⁵.

It becomes quite obvious that Ma Huan is far more inclined to praise Islamic societies than others, despite his employment within a Ming imperial system guided primarily by Confucian philosophy, Buddhism and Taoism. The countries and cultures that consistently earn his warmest regard are always the most Islamic.

‘wild’, the ‘savage’ and the ‘unnatural’.” LOINGSIGH, Aedin Ní – “Primitivism”. in Charles Forsdick *et al.* (eds.) – *Keywords for Travel Writing Studies. A Critical Glossary*. London: Anthem Press, 2019, 202-204.

31 E.g. Abulafia, *The Boundless Sea*, 265-266.

32 Details cited in PHILLIPS, Kim M. – *Before Orientalism. Asian Peoples and Cultures in European Travel Writing, 1245-1510*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2014, 91, 95-99, 193, 195.

33 Ma Huan, *YYSL*, 125; *HCSL*, p. 62.

34 Ma Huan, *YYSL*, 146-151.

35 Wang Ta-Yüan, *TICL*, in Rockhill, “Notes on the relations...”, *TP*, 16, 2 (1915), 387-388; *HCSL*, 102-103.

For example, he says of Hormuz on the Persian Gulf that the people “are reverent, meticulous, and sincere believers; every day they pray five times, [and] they bathe and practise abstinence. Their customs are pure and honest”, they are generous with charity and social welfare; in appearance they are “refined and fair”, “stalwart and fine-looking”; clothing and hats “handsome, distinctive, and elegant”³⁶. Of Mecca, his religious heartland to which he made a special detour for the purpose of pilgrimage, the population are in appearance (again) “stalwart and fine-looking” and their customs “pacific and admirable. There are no poverty-stricken families. They all observe the precepts of their religion, and law-breakers are few. It is in truth [he says] a most happy country”³⁷. Wang Ta-yüan’s description of Mecca is brief and sticks to a few bare facts and Fei Hsin’s, though sharing Ma Huan’s appreciation for its peaceful and law-abiding people, lacks the latter’s detail and overall approving assessment³⁸.

Some readers have misinterpreted Ma Huan’s attitude to foreign countries, including but not only Islamic ones. For example, David Abulafia seems to misread the passage concerning Mecca, stating that Ma Huan “does not give the impression of knowing a great deal about his religion [...] he rather distanced himself from the Muslims of Arabia by noting that they were punctilious in their religion, “not daring to commit the slightest transgression”³⁹. This seems to take the words out of context: Ma Huan is *impressed* by the strictness of the Meccans’ practice. O. R. Drace-Francis, though noting Ma Huan’s identity as Muslim, sets this observation aside in order to pursue his argument that Ma Huan was “indoctrinated” in Han Chinese culture and overwhelmingly prone to denigrate countries beyond the Middle Kingdom⁴⁰. Xiaofei Tian, in a book that is otherwise highly sensitive to the range of Chinese travellers’ responses to “faraway” places, groups Ma Huan’s book with Gong Zhen’s and Fei Hsin’s as essentially “utilitarian” and Sinocentric, designed solely to promote the interests of the emperor.

“The confirmation of the subordinate status of a foreign territory at the end of an account [i.e. at the end of each chapter within respective works] aims to bring an alien culture and people effectively into the system of values established by the ‘Central Kingdom’. For the fifteenth-century explorers, those territories exist only in relation to the country of origin, and are meaningful only in terms of their resources and economic usefulness.”⁴¹

36 Ma Huan, *YYSL*, 166.

37 Ma Huan, *YYSL*, 174.

38 Wang Ta-Yüan, *TICL*, in Rockhill, “Notes on the relations...”, *TP*, 16, 2 (1915), 618-619; *HCSL*, 104-105.

39 Abulafia, *The Boundless Sea*, 269-270.

40 DATHORNE, O. R. – *Asian Voyages. Two Thousand Years of Constructing the Other*. Westport, Conn.: Bergin & Garvey, 1996, 90-93.

41 Tian, *Visionary Journeys...*, 163.

True as this “discourse of superiority” may be of many Chinese travel accounts, it does not paint the full picture. In contrast, Stewart Gordon’s largely descriptive narrative aimed at a general audience more accurately notes regarding Ma Huan’s report of Mecca that “[t]he holy city moved him” and that his narrative signals appreciation for a “far-flung community” of Muslims from Mecca to China⁴².

In exploring our theme of layered selves, diverse others, I suggest there are at least two ways we can interpret Ma Huan’s Islamophile narrative. The first is so obvious few readers could miss it: Ma Huan’s religious faith motivated his flattering portrayal of Muslims overseas, expressing a subjective positive prejudice and perhaps hoping to create new converts among Chinese readers. In his text, Islam provides a guide to a model society. Not only are most of the Islamic locations described as ideal in customs and conduct, and the people laudable in neatness in appearance, but they were moreover mostly prosperous countries with skilled merchants and valuable merchandise. Even the cave-dwelling, hardly-dressed inhabitants of the Maldives and Laccadives were clever enough (in Ma Huan’s account) to recognise the value and multiple uses of coconut palms, to store up cowrie shells that they knew other places would trade for as currency, to conduct an international fish trade, and to produce a cloth “very closely-woven, substantial, long, and broad – decidedly superior to the weaves of other places”⁴³. The more complex societies of Calicut, Bengal, Dhafur, Aden and Mecca were still more highly regarded. If we think of Ma Huan’s “layered self” in this way, even if we take account of possible co-authorship with Kuo Ch’ung-li, then we see it made up of dutiful Confucian imperial subject interlocking with enthusiastic Muslim devotee.

The second way of reading Ma Huan’s text decentres the author, even in a collaborative sense, and instead prioritises the text’s audience and wider community of *Hui*, Chinese-speaking Muslims of early Ming China. To do so requires some consideration of wider context. As has been explored by Sinologists including Morris Rossabi and John W. Chaffee, by the early fifteenth century Muslim populations were of long-standing in China but their position had always been prone to ambivalent and inconsistent attitudes on the part of its rulers and wider population⁴⁴. Muslim traders started arriving in China in the late seventh century and established communities. The Confucian elite of the Tang dynasty

42 GORDON, Stewart – *When Asia Was the World. Traveling Merchants, Scholars, Warriors, and Monks who Created the “Riches of the East”*. Philadelphia: Da Capo Press, 2009, 130, 135.

43 Ma Huan, *YYSL*, 150.

44 For the early history of Muslims in China refer to “Islam in China” in ROSSABI, Morris – *From Yuan to Modern China and Mongolia. The Writings of Morris Rossabi*. Leiden: Brill, 2014, 221-249; CHAFFEE, John W. – *The Muslim Merchants of Pre-Modern China. The History of a Maritime Asian Trade Diaspora, 750-1400*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018; BROSE, Michael C. – “Islam in China”. in Naomi Standen (ed.) – *Demystifying China. New Understandings of Chinese History*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2013, 59-66.

were tolerant, because they maintained strong belief in the superiority of Chinese civilisation and believed that over time the immigrants would be so impressed by all things Chinese that they would be “transformed”, “civilised”, and renounce their Islamic culture and religion. This did not happen, yet tolerance of Muslims endured until the thirteenth century because it was convenient to have traders with such well-established networks into central Asia and Middle Eastern markets living in China. Confucian elites may have publicly disdained trade, but they enjoyed its products and the revenues raised in taxes and tariffs. With the Mongol conquest and consequent Yüan dynasty (1279-1368) the position of Muslims in China was much improved, as the conquerors relied on them as administrators, government ministers, in the military and revenue collection. Muslims were granted privileged trade status, with exemption from regular taxation. Hostility towards them from Chinese subjects grew, especially in response to their role as tax collectors: indeed, it seems Chinese resentment towards their Mongol oppressors was in part deflected onto the Muslims they favoured. Still Muslim communities in China grew and flourished, and when Yunnan (previously autonomous) was conquered by a Muslim commander that same man was appointed governor: he settled many co-religionists into the area who intermarried with Chinese women. Ma He, who would become the Muslim eunuch admiral Zheng He, was that governor’s great-great-great grandson⁴⁵.

The Ming overthrow of Mongol rule in 1368 returned China to Han Chinese rule and the position of Muslims underwent a subtle, but significant, downward shift. The imperial court continued to rely on them for many functions, and when the era of the Treasure ships began (as we have seen) Muslims were appointed to lead the expeditions and be interpreters. The first Ming ruler (according to Rossabi) had Muslims in his close family, possibly even including his wife, and approved mosque building; Rossabi terms the era one of “peaceful co-existence” when Muslims did not threaten rulers and the rulers were lenient towards them⁴⁶. Yet the atmosphere had changed – Muslims were not privileged as they had been in the Yüan era. The early Ming emperors began to require Sinicisation of Muslims – in their dress, in language, in open pledges of allegiance to the emperor, in their names, and in encouraging intermarriage with Chinese women⁴⁷. This was the context in which Ma Huan’s book appeared, and the audience in which it sought a readership.

Rossabi downplays Ming impact on Chinese Muslims: “But the Ming was to be sorely disappointed in its hopes for their gradual assimilation. The Muslims retained their identity because they had their own leaders, their own educational system, and

45 TSAI, Shih-Shan Henry – *Perpetual Happiness. The Ming Emperor Yongle*. Seattle: University of Washington Press, 2001, 38.

46 Rossabi, “Islam in China”, 231.

47 Rossabi, “Islam in China”, 232.

a strong feeling of their distinctiveness. They lived in separate areas, trained several of their members in Persian or Arabic in order to have access to Islamic texts, and encouraged pilgrimages to Mecca. Each community had its own mosque, which also served as a binding force⁴⁸. Yet he writes with the benefit of hindsight, aware that conditions for Muslims in China remained relatively favourable until the collapse of the Ming in late seventeenth century. Its replacement by the Qing saw rising tensions between the groups as Chinese invaded and crushed Muslim territories in central Asia, including Uighurs in Xinjiang in 1758. The modern history of relations between Muslims and Han Chinese has been one of far greater conflict and mutual dislike than was ever the case in the premodern era. But we need to attempt to recapture the early fifteenth-century moment. Ma Huan's readers, dealing with a relatively new regime – and one that gave mixed messaging on its opinion of their religion and people – must have known that their situation lacked its former security. They lived, once again, under a Confucian Chinese regime that assumed its own unquestionable pre-eminence in all things, and that tolerable yet lesser populations, such as of Muslims, would inevitably come to accede their error and give up their faith and their culture. Chinese Muslims, on the other hand, had no intention of doing any such thing. Two peoples, each convinced of their own superiority and rightness in beliefs and practices, lived in sometimes uneasy co-existence.

The second layered self, then, that we are dealing with, is the multifaceted identity of the Chinese Muslims to whom Ma Huan returned from his voyages into the lands of Hindus, Buddhists, and his Islamic co-religionists, and it was for them that the book was written. Chinese *Hui* were subject to the Ming power that ordered the great voyages, as the tribute nations described in Ma Huan's pages were also subordinated, yet they retained an unshakeable belief in the righteousness of their Prophet's teachings and the culture they had made. The diversity among the Others that they read of in Ma Huan's pages blended into recognition and familiarity in their absorption of his description of Muslim peoples beyond the seas, with their "pure and simple", "honest and genuine", and "pure and excellent" customs and character, and the prosperity and good order of their countries. As Xiaofei Tian says more broadly of Chinese travel literature, its exemplars explore "how people negotiate with dislocation when their inherited cultural assumptions undergo profound shake-ups and transformations, and how self and self-knowledge construct one's view of the Other and are in turn changed by encounters with it."⁴⁹

48 *Ibidem*.

49 Tian, *Visionary Journeys*, 9.

Conclusion

As said at the outset, my aims in this paper were to return to themes of Self and Other in medieval travel writing, but to do so in a global context beyond the European Middle Ages. I have found the experience illuminating and educational. Many readers will have a high degree of familiarity with European medieval travel writing, whether through the works of William of Rubruck, Marco Polo, the literary creation “Sir John Mandeville”, or countless Christian pilgrims from Egeria to Margery Kempe and Felix Fabri. These texts’ construction of an authorial (European, Christian) “Self” and an observed (foreign, “infidel” or “idolater”) “Other” have been well explored by many scholars, as have important works by medieval Jewish and Islamic travellers, though their narrative richness (and large corpus of texts) ensures there will be plenty more to say. In recent times, spurred in part by the global turn in medieval studies that has insisted on extending medieval studies beyond its long-standing European focus to co-eval regions around the world, interest in travel writing outside the medieval European tradition has gained traction⁵⁰. What has become immediately apparent is that non-European cultures of the era c. 500 to c. 1500 CE had their own rich, complex, culturally-specific literary traditions of travel and exploration. By considering a context, a book, and an author from outside a Europeanist’s usual comfort zone, I have found myself rethinking what is meant by Self and Other, subjectivity and objectivity, and how they might emerge from and merge within the pages of a Chinese travel book. Neither is as stable in conception as they might seem, each is layered and multi-faceted, each has elements of the unexpected. Self and Other are never identical – if so, Otherness would not exist – yet they do partly reflect and converge into, one another. The example of Ma Huan and the book that survives in his name offers insight not only into such themes but also into the mental world of a relatively neglected people: the Muslims of premodern China.

⁵⁰ Readers interested to explore Chinese travel writing of the medieval millennium further will find much wonderful Anglophone scholarship awaiting them, especially in the works of Richard E. Strassburg, James M. Hargett, John E. Wills and Xiaofei Tian.

BIBLIOGRAPHIC REFERENCES

- ABULAFIA, David – *The Boundless Sea. A Human History of the Oceans*. London: Penguin, 2019.
- BROSE, Michael C. – “Islam in China”. in Naomi Standen (ed.) – *Demystifying China. New Understandings of Chinese History*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2013, 59-66.
- BURTON, Stacy – “Self”. in Charles Forsdick *et al.* (eds.) – *Keywords for Travel Writing Studies. A Critical Glossary*. London: Anthem Press, 2019, 218-219.
- CHAFFEE, John W. – *The Muslim Merchants of Pre-Modern China. The History of a Maritime Asian Trade Diaspora, 750-1400*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.
- D[UNCANSON], D. J. – “Obituaries: J. V. G. Mills”. *The Journal of the Royal Asiatic Society of Great Britain and Ireland*, 2 (1987), 308-309.
- DATHORNE, O. R. – *Asian Voyages. Two Thousand Years of Constructing the Other*. Westport, Conn.: Bergin & Garvey, 1996.
- DRACE-FRANCIS, Alex – “Identity”. in Charles Forsdick *et al.* (eds.) – *Keywords for Travel Writing Studies. A Critical Glossary*. London: Anthem Press, 2019, 125-126.
- DREYER, Edward L. – *Zheng He. China and the Oceans in the Early Ming Dynasty, 1405-1433*. New York: Pearson, 2007.
- DUYVENDAK, J. J. L. – *Ma Huan Re-Examined*. Amsterdam: Noord-Hollandsche Uitgeversmaatschappij, 1933.
- FEI HSIN – *Hsing-ch'a Sheng-lan (The Overall Survey of the Star Raft)*. Roderich Ptak (ed.), J. V. G. Mills (trans.). Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 1996.
- GORDON, Stewart – *When Asia Was the World. Traveling Merchants, Scholars, Warriors, and Monks who Created the “Riches of the East”*. Philadelphia: Da Capo Press, 2009.
- LEVATHES, Louise – *When China Ruled the Seas. The Treasure Fleet of the Dragon Throne 1405-1433*. New York: Simon & Schuster, 1994.
- LOINGSIGH, Aedín Ní – “Primitivism”. in Charles Forsdick *et al.* (eds.) – *Keywords for Travel Writing Studies. A Critical Glossary*. London: Anthem Press, 2019, 202-204.
- MA HUAN – *Ying-yai Sheng-lan (“The Overall Survey of the Ocean’s Shores”)*. J. V. G. Mills (ed.). Hakluyt Society extra series 42. London: Cambridge University Press, 1970.
- MA HUAN – *Ying-yai Sheng-lan Chiao-chu (The Overall Survey of the Ocean’s Shores Annotated)*. Feng Ch’eng-chün (ed.). Pei-ching [Peking/ Beijing]: Chung-hua Shu-chu, 1955.
- MILLS, J. V. G. – “Introduction”. in MA HUAN – *Ying-yai Sheng-lan (“The Overall Survey of the Ocean’s Shores”)*. J. V. G. Mills (ed.). Hakluyt Society extra series 42. London: Cambridge University Press, 1970, 37-44.

- MILLS, J. V. G. – “Preface”. in MA HUAN – *Ying-yai Sheng-lan* (“*The Overall Survey of the Ocean’s Shores*”). J. V. G. Mills (ed.). Hakluyt Society extra series 42. London: Cambridge University Press, 1970, xi-xii.
- PELLIOT, Paul – “Les grands voyages maritimes chinois au début du xve siècle”. *T’oung Pao*, 30 (1933), 237-452.
- PHILLIPS, Kim M. – *Before Orientalism. Asian Peoples and Cultures in European Travel Writing, 1245-1510*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2014.
- PTAK, Roderich – “Editor’s preface”. in Fei Hsin – *Hsing-ch’a Sheng-lan* (*The Overall Survey of the Star Raft*). Roderich Ptak (ed.), J. V. G. Mills (trans.). Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 1996, 7-8.
- PTAK, Roderich – “Introduction”. in Fei Hsin – *Hsing-ch’a Sheng-lan* (*The Overall Survey of the Star Raft*). Roderich Ptak (ed.), J. V. G. Mills (trans.). Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 1996, 9-23.
- ROCKHILL, W. W. – “Notes on the relations and trade of China with the Eastern Archipelago and the coasts of the Indian Ocean during the fourteenth century”. *T’oung Pao*, 15 (1914), 419-447; 16 (1915), 61-159, 236-271, 374-392, 435-467, 604-626.
- ROSSABI, Morris – *From Yuan to Modern China and Mongolia. The Writings of Morris Rossabi*. Leiden: Brill, 2014.
- TSAI, Shih-Shan Henry – *Perpetual Happiness. The Ming Emperor Yongle*. Seattle: University of Washington Press, 2001.
- WILLS, John E. – “Journeys mostly to the West. Chinese perspectives on travel writing”. *The Huntington Library Quarterly*, 70, 1 (2007), 191-201.
- Xiaofei TIAN – *Visionary Journeys. Travel Writings from Early Medieval and Nineteenth-Century China*. Cambridge MA and London: Harvard University Press, 2011.

Otro nuevo yo. Los judíos ante la encrucijada de la expulsión de 1492, un viaje de exploración

María Teresa Martialay Sacristán

Universidad Rey Juan Carlos
teresa.martialay@urjc.es

Resumen

Las comunidades judía y cristiana se observaron a lo largo de su larga coexistencia en territorio castellano, como partes diferenciadas de un mismo conjunto poblacional. Ello no implicaba necesariamente un trato amigable entre esos dos grupos sociales, pero ambos se fueron nutriendo de señas de identidad que les ligaban al discurrir cotidiano económico, político, militar, etc. Dos *otredades* relacionadas y configuradas no siempre a través de la asimilación de aspiraciones, características o empatía cultural, que terminaron dando, como consecuencia, dos realidades distintas perfectamente identificadas y diferenciadas a través de la religión. Los miembros de la comunidad judía, veían a los cristianos como una entidad paralela enemiga, debieron de suplir las diferencias entre ellos, con la ocultación por el subconsciente de aquellos elementos que más les enfrentaban. Su trato con ese *otro* les era necesario para sobrevivir. Sin embargo, en 1492, todo lo oculto, aquello que tanto les diferenciaba, quedó de manifiesto y por fin se les hizo ver la enorme diferencia que había entre ellos y el *otro* cristiano. El trabajo que expongo, intenta un acercamiento al viaje interior que debió vivirse dentro de la comunidad judía que vio por un lado como se marcaba su alteridad y por otro cómo algunos sujetos tuvieron que reconvertirse en un alter ego anteriormente distinto y nuevamente rechazado.

Palabras clave

Judíos; 1492 expulsión; identidad; alteridad; viaje

Nota biográfica

Licenciada en Geografía e Historia y Doctora en Comunicación, realiza su actividad docente e investigadora en la URJC desde el año 2005. Sus principales líneas de investigación son la minoría judía castellana a finales de la Edad Media y la historia cultural. Miembro de Grupo de Investigación de la Universidad Rey Juan Carlos ITEM, y componente de distintos proyectos de investigación financiados. Entre sus recientes publicaciones destacan “Reflexiones sobre la alteridad en la edad media. El caso judío”, in Pedro Martínez García (coord.), *Alteridad Ibérica. El Otro en la Edad Media*; “Ascenso al honor por el envejecimiento. La sátira como arma anti conversa”, in José Antonio Guillén Berrendero, *et al.* (eds.), *De Señal y Prerrogativa de Nobleza. Heráldica, Honor y Virtud, Siglos XIV-XIX*.

A new “other” selfhood. Jews at the crossroads during the 1492 expulsion, an exploratory journey

Abstract

As different subdivisions of the same population, the Jewish and Christian communities scrutinised each other throughout their long co-existence in Castilian lands. This fact need not imply a friendly rapport between the two social groups. Yet both assumed distinguishing marks linked to economic, political and military experiences defining their shared everyday existence. As two related “others” not always shaped by the alignment of aspirations, common traits or cultural empathy, Jews and Christians consequently became two distinct realities readily identifiable on account of religion. Jews viewed their Christian neighbours as a parallel and hostile entity, albeit subconsciously editing out those differences that antagonised them the most. Survival required dealing with that “other”. Yet in 1492 it all came to a head: what had secretly set them worlds apart now surfaced. They were finally confronted with the profound divide separating them from the “other” Christian. This paper aims at shedding light on the inner journey the Jewish community must have undertaken. On the one hand, its alterity was now highlighted. On the other, some of its members were compelled to recast themselves into a formerly different alter ego, only to be rejected anew.

Keywords

Jews; 1492 expulsion; identity; alterity; journey

Biographical note

With a degree in Geography and History and a PhD in Communication, she has been teaching and researching at the URJC since 2005. Her main lines of research are the Castilian Jewish minority at the end of the Middle Ages and cultural history. She is a member of the Rey Juan Carlos ITEM University Research Group, and a component of different funded research projects. Among her recent publications are “Reflexiones sobre la alteridad en la edad media. El caso judío”, in Pedro Martínez García (coord.), *Alteridad Ibérica. El Otro en la Edad Media*; “Ascenso al honor por el envejecimiento. La sátira como arma anti conversa”, in José Antonio Guillén Berrendero, et al. (eds.), *De Señal y Prerrogativa de Nobleza. Heráldica, Honor y Virtud, Siglos XIV-XIX*.

El punto de partida

Cualquier identidad, individual o colectiva, está en definición continua nutriéndose de elementos tales como origen, género, clase, religión o nación y ninguno de ellos por sí solo proporciona un relato narrativo suficiente. La identidad, actual o pasada, es transmitida por cada generación de tal forma que es consecuencia de varios escenarios, el presente y los pasados. Cada individuo, por lo tanto, reflexiona sobre su propia identidad en el marco histórico social que le toca vivir y se autodefine a través de los distintos relatos sociales en los que participa, por lo que el contexto no es únicamente el marco de acción de la identidad, sino el eje espacio temporal en el que, a través de la discriminación que el sujeto realice de los diferentes relatos, se autodefinen¹. Por eso es importante conocer el pasado identitario de una comunidad ya que marcará las decisiones presentes aunque el presente que investiguemos se situó en 1492.

Para trabajar desde estos postulados definimos la identidad como los rasgos propios de un sujeto que le caracterizan frente a los demás sujetos del mismo grupo y todos ellos ubicados dentro de la vida social y pertenecientes a una comunidad o identificados con una comunidad –sea real o imaginada². Grupo y sujeto quedan así emparejados y en el caso del judaísmo de una manera perpetua y determinada de manera legal; una identidad pre asignada desde el momento mismo de su nacimiento.

Presentamos en este trabajo al individuo como sujeto y objeto de comunicación al mismo tiempo, lo cual nos permite verlo de manera simultánea como generador

1 MARINAS, José Miguel – “Estrategias narrativas en la construcción de la identidad”. *Isegoría* [en línea], 11 (1995), 176-185. Disponible en <https://doi.org/10.3989/isegoria.1995.i11.261>.

2 HEWITT, John P – *Self and Society. A Symbolic Interactionist Social Psychology*, Boston: Allyn and Bacon, 2000, citado en MERENSTEIN, Beth – “La construcción de identidad en las minorías. Acerca de la importancia y sus consecuencias teóricas”. *Araucaria*, 3, 6 (2001), 96-112.

y modificador de relaciones pudiendo alterar los significados y los símbolos. Por otra parte colocamos en un segundo plano las estructuras sociales y le alejamos del determinismo social en donde el sujeto parece ser arrastrado de manera inexorable por los objetivos comunes ya prefijados por el grupo³.

En comparación con la sociología o la psicología social, nuestro estudio cuenta con algunas limitaciones. La perspectiva de los estudios sociológicos sobre sociedades actuales en donde hay una serie de identidades múltiples y distintas en el que el sujeto puede escoger o cambiarse en cualquier momento no es aplicable al mundo medieval. La sociedad no es flexible, no existe un mercado de identidades y el individuo debe pertenecer a uno de los grupos ya existentes. En la Edad Media, la sociedad está claramente estructurada por lo que todo el mundo encuentra un lugar apropiado donde situarse. Caballeros, monjes, artesanos, comerciantes, labradores... son grupos fácilmente identificables y sus componentes adquieren un rol perfectamente definido lo cual contribuye al orden institucional. En esta situación la identidad se halla sumamente perfilada ya que representa la realidad objetiva dentro de la cual cada una de esas identidades está ubicada, de tal manera que cada uno es lo que se supone que debe ser⁴. En este mismo orden de cosas, la identidad religiosa también es asumida: se es cristiano, judío o musulmán y en el conjunto social cada cual adquiere el papel que le toca jugar.

La Península Ibérica a lo largo de la Edad Media fue un territorio poblado por grupos sociales contrarios entre sí –cristianos, judíos y musulmanes–, y la conformación de identidades durante ese periodo fue un proceso por un lado de pérdida y por otro de apropiación de características identitarias fruto de la interacción entre esos grupos sociales, que en el caso de los judíos fue más próxima al grupo que hasta 1492 consideraron su alteridad: el mundo cristiano.

Nosotros vamos a contemplar los postulados de Anthony D. Smith⁵ que distingue dos modelos de etnicidad: uno horizontal que intenta ampliar el espacio étnico a costa incluso del propio carácter y la propia cultura, y otro vertical dispuesto a reducir el espacio étnico para preservar las características más distintivas del grupo. Ambos términos se aplican a lo que se denomina “sociedad compleja”, término de

3 MEAD, George Herbert – *Espíritu, Persona y Sociedad*. Barcelona: Paidós, 1999; BLUMER, Herbert – *El Interaccionismo Simbólico. Perspectiva y Método*. Barcelona: Hora, 1981; GOFFMAN, Erving – *La Presentación de la Persona en la Vida Cotidiana*. Buenos Aires/Madrid: Amorrurtu Editores, 2004; TORREGROSA, José Ramón – “Sobre la identidad personal como identidad social”. in José Ramón Torregrosa; Bernabé Sarabia (eds.) – *Perspectivas y Contextos de la Psicología Social*. Barcelona: Editorial Hispano Europea, 1983, 217-240. Muchas de las propuestas de observación recogidas en este texto han sido extraídas de estas obras y adaptadas al tema que nos ocupa.

4 BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas – *La Construcción Social de la Realidad*. Buenos Aires: Amorrurtu editores, 1999, 95-99 y 205.

5 SMITH, Anthony D. – “The politics of culture. Ethnicity and nationalism”. in *Companion Encyclopedia of Anthropology*. Londres: Routledge, 1994, 706-733; SMITH, Anthony D. – “Culture, community and territory. The Politics of Ethnicity and Nationalism”. *International Affairs*, 72-3 (1996), 445-458.

cuño contemporáneo, entendida esa complejidad como un cúmulo de posibilidades de elección, y puede muy bien aplicarse a la situación vivida por los judíos durante la Diáspora.

Aunque el mundo judío aparentemente aparezca como una realidad inmutable y uniforme, no lo fue tanto y dependiendo de la elección realizada por sus integrantes se crearon distintas colectividades de judíos. Incluso la naturaleza de los conversos al cristianismo sería a su vez otra forma de elección y la conformación de otra identidad paralela a modo de un sistema dentro de otro sistema.

En su lucha por mantener su identidad dentro de esta sociedad compleja, los judíos pusieron en marcha distintos mecanismos de defensa parecidos a los que Niklas Luhmann describe para las sociedades contemporáneas⁶ y que denomina *estructuras de reducción de la complejidad* tales como dar respuestas subjetivas a problemas diarios, reducir el ámbito de la vida cotidiana para dar coherencia a la comunidad y organizar la vida de forma rutinaria. Contemplaremos también estas reducciones como instrumento de corrección de la identidad dentro de la comunidad judía.

Los judíos habían tenido que reafirmar su identidad enfrentándose a un otro más numeroso. Tolerados y protegidos siempre de forma condicional, la Europa cristiana se fue separando poco a poco del camino que san Agustín iniciara y la Iglesia y las monarquías les fueron retirando su protección. Durante siglos los términos judío y judaísmo fueron parejos al entender que no era posible separar el uno del otro, pero poco a poco se fueron produciendo cambios dentro de la sociedad judía. Por un lado, un proceso de secularización debido en gran parte a que muchos judíos encontraban que algunos de los preceptos que podían haber tenido sentido en tierra de Israel, tras siglos de diáspora habían sufrido tal desgaste que su cumplimiento carecía de sentido. A ello hay que añadir las disputas doctrinales entre tradicionalistas y racionalistas que desde tiempos de Maimónides habían protagonizado los debates entre la intelectualidad judía⁷.

Ante las desafecciones que según los rabinos eran producto del racionalismo aristotélico, y la presión de la Iglesia con grandes campañas catequéticas que no conseguían la conversión total, la comunidad judía a través de sus rabinos optó por una primera solución: aplicar estrategias de reducción de la complejidad aumentando la etnicidad vertical, volviendo a las prácticas religiosas, al estudio de la Torá y la trasmisión de la Tradición, reflejados en la conservación de rituales

6 LUHMANN, Niklas – *Sistemas Sociales*. Méjico: Alianza Editorial, 1991, 40 y ss.

7 Sobre la importancia de este debate interno y su repercusión en la expulsión de 1492 ver CANTERA MONTENEGRO, Enrique – “La interpretación de la expulsión de 1492 en el marco del conflicto entre racionalistas y tradicionalistas”. in Luis Araus Ballesteros; Juan Antonio Prieto Sayagués (eds.) – *Las Tres Religiones en la Baja Edad Media Peninsular: Espacios, Percepciones y Manifestaciones*. Madrid: La Ergástula, 2018, 115-130.

y en el estilo de vida muy reglamentada y rutinaria. La aparición de importantes *yeshivás*, la multitud de responsas difundidas, la vigilancia de los rabinos... todo ello fueron recursos encaminados a fomentar una identidad judía basada en los principios del judaísmo clásico: la conciencia de pueblo elegido y la obligación de cumplir la voluntad de Dios. Conservar la tradición era conservar la identidad e intentaron presentarse a sí mismos como un grupo sólido y sin fisuras en torno a relaciones religioso-jurídicas que estaba dispuesto a compartir el espacio con los cristianos.

Sin embargo a lo largo del siglo XIV las presiones eclesiásticas, las predicaciones y catequesis obligatorias y las persecuciones y matanzas como la que tuvo lugar en 1391, hicieron quebrar a la comunidad. Muchos abandonaron la práctica del judaísmo y se integraron como miembros de la comunidad cristiana. Nació un grupo de neo-cristianos que parecieron estar en tierra de nadie dando lugar a la aparición de otro grupo social: los conversos.

Las conversiones dejaban en evidencia la falta de solidez de la comunidad judía, el fraccionamiento interior que existía y lo incómodo que resultaba para la Monarquía que tal fragmentación coexistiera con el nuevo modelo político que quería implantarse. La consolidación del poder monárquico llevaba aparejado un modelo centralista y la eliminación de diferencias jurídicas en el reino y ese también fue el momento de cambio y nuevo intento de consolidación de los judíos instalados en Castilla.

Fue entonces cuando se optó, tal y como lo expresa Anthony D. Smith por una etnicidad horizontal. El cambio iba encaminado a garantizar el asentamiento e insertarse como un grupo social más al amparo del poder real, y la propuesta más exitosa de integración en este nuevo modelo fueron las *Taqqanot* de Valladolid de 1432⁸, todo un corpus normativo sancionado como ley del reino por las Cortes⁹. La finalidad de dicho ordenamiento era restablecer la identidad interior y la conciencia de grupo y para ello había que generar una normativa general para todas las comunidades (*kehilot*) del reino. Pero, al ampliar su espacio étnico, los judíos también se resignaban perdiendo la autonomía individual de cada una de esas *kehilot* que hasta ese momento se habían regido por sus tradiciones y costumbres locales.

8 FERNÁNDEZ Y GONZÁLEZ, Francisco – “Ordenamiento formado por los procuradores de las aljamas hebreas, pertenecientes al territorio de los Estados de Castilla, en la Asamblea celebrada en Valladolid el año 1432”. *Boletín de la Real Academia de la Historia*, VII (1885), 145-189; VIII (1886), 10-158. Una edición actualizada ha sido realizada por MORENO KOCH, Yolanda (ed.) – *Fontes Iudaeorum Regni Castellae, vol V: De Iure Hispano-Hebraico. Las Taqqanot de Valladolid de 1432. Un Estatuto Comunal Renovador*. Salamanca: Universidad Pontificia de Salamanca, 1987.

9 DÍAZ ESTEBAN, Fernando – “Aspectos de la convivencia jurídica desde el punto de vista judío en la España medieval”. in *Actas del II Congreso Internacional Encuentro de las Tres Culturas (Toledo de 3 a 6 de octubre de 1983)*. Toledo: Ayuntamiento de Toledo, 1985, 105-116.

Por un momento, en una época de prosperidad económica y sin persecuciones masivas, confiando en que, aunque las *Taqqanot* limitaban su autonomía, gozarían de una cierta libertad en mostrarse tal y como eran, olvidaron su condición de minoría tolerada¹⁰.

Al final ninguna de las dos opciones funcionó. No había más solución a su problema que la ofrecida desde la mayoría cristiana: la conversión.

La aparición en escena de los conversos

Los reyes recibían en herencia a los judíos igual que recibían cualquier otro bien y estaban obligados a mantenerlos bajo su “amparo e defendimiento”. Pero una cosa era la obligación asumida por los monarcas de conservarlos, como debían hacer con todo el patrimonio recibido, y otra muy distinta es que la protección de ese patrimonio humano no estuviera condicionada, puesto que los monarcas debían promover su conversión, tarea poco fructífera, y que claramente se refleja en la expresión “tenemos que sufrir” que se repite con tanta frecuencia desde la legislación alfonsina¹¹.

A pesar de que los reyes debían promover las conversiones, las que habían tenido lugar no eran precisamente fruto de que la actividad real se hubiera encaminado en ese sentido ya que el goteo de conversos provenía sobre todo de dos fuentes: o por convicción –en esos casos individuales y aisladas– o por presión tras alguna persecución o hecho violento muy local. En ambos casos eran poco numerosas y la sociedad con el paso del tiempo los había ido absorbiendo. Sin embargo, entre 1391 y 1412 se produjeron un gran número de conversiones producto de las grandes persecuciones y las campañas catequéticas masivas, y la sociedad cristiana no pudo absorber a tanto número de conversos. Además, muchos de ellos se habían convertido de manera forzada para salvar la vida pensando, seguramente, que su situación podía revertirse. Comenzaba un proceso social y psicológico que afectaría a parte de la población a lo largo del siglo XV, que condicionaría la aceptación de los convertidos en 1492 y las producidas en años sucesivos entre aquellos judíos expulsados que regresaron como cristianos.

10 La teoría del judío feliz en su condición de aislamiento ha sido recogida por parte de la historiografía como en BARON, Salo Wittmayer – *Historia Social y Religiosa de los Judíos*, 6 vols. Buenos Aires: Paidós, 1968. También en GUTWIRTH, Eleazar – “Acerca de la teoría del judío feliz en el Medioevo”. in Ángel Sáez-Badillos (ed.) – *Judíos entre Árabes y Cristianos*. Córdoba: El Almendro, 2000, 111-132.

11 “La razón porque la yglesia e los enperadores e los reyes e los príncipes sufrieron a los iudíos que biviesen entre sí y entre los cristianos es esta por ellos meterse en cautiverio para sienpre, e porque fuesen sienpre en remenbrança a los onbres que ellos venían del linaje delos que crucificaron a nuestro señor dios”. *Partida VII*, tít. 24, Ley I. SUÁREZ BILBAO, Fernando – *El Fuero Judiego en la España Cristiana. Las Fuentes Jurídicas. Siglos V-XV*. Madrid: Dykinson, 2000, 262.

La aparición de los conversos en la escena social también debe ser valorada desde el punto de vista judío. En un mundo tan complejo como el suyo quizás deberíamos hablar no de la conformación de una identidad sino de varias: desde la identidad basada en principios puramente religiosos, hasta la identidad atea, pero judía. De esa confrontación nace otro término ampliamente usado en el mundo contemporáneo pero que muy bien puede aplicarse al pasado: el de *condición*. La *condición judía* es un término que se usa preferiblemente para expresar las relaciones que la comunidad mantiene con el exterior, dejando el de *identidad judía* para definir el estado íntimo de cada uno de los miembros del colectivo judío: se puede pertenecer al pueblo judío por condición, sin que exista la misma identidad entre sus miembros.

La conversión al cristianismo suponía el paso a otro grupo social, pero el nuevo cristiano no podía por menos que sentir cierta desconfianza hacia el grupo de acogida, por lo que en muchos casos el resultado fue la formación de una identidad formal superficial y vacía de elementos identitarios, produciéndose por lo tanto un proceso de asimilación y no de fusión con la sociedad cristiana.

Pensemos por un momento que el proceso de cambio, en este caso el de conversión, sigue los mismos pasos que el proceso de maduración de la identidad del *yo*, pero de una manera más drástica y rápida. El primer paso de ese proceso es el de fabricar una identidad propia que en el caso de la conversión es una alteridad del propio *yo*¹²; con posterioridad se espera el *feedback* social con lo que la sociedad percibe de esa identidad fabricada y que según Erving Goffmann¹³ el individuo ha generado previamente en base a expectativas esperando el veredicto social; y por último, después de contrastada la información, el sujeto generará la identidad íntima, la del *yo*, aceptada por él mismo como auténtica.

Pues bien, en ese intento de abandono de un rol y adopción de otro, la sociedad cristiana se empeñó en conservar para los conversos su estatus anterior y así la identidad proyectada desde la sociedad cristiano-vieja, esa información que el converso esperaba sobre la nueva identidad fabricada, contenía implícito el rol que tuvieran adjudicado anteriormente como judíos. Obligatoriamente eran identificados como cristianos, así lo decían las autoridades eclesiásticas y la legislación, pero al mismo tiempo se les decía que eran diferentes. El judío dejaba de ser judío para convertirse en un no-judío, en un *otro* nuevo. Los conversos quedaron así estigmatizados. La imagen proyectada del *yo*, que por supuesto no incluía la diferencia, no reflejaba la identidad atribuida deseada.

Los conversos se enfrentaron por lo tanto al problema de su identificación sin tener que ser catalogados con una categoría distinta, pero no era un grupo uniforme

12 Torregrosa, "Sobre la identidad personal...", 223.

13 Goffmann, *La Presentación de la Persona...*, 36 y ss.

ya que la naturaleza de su conversión era diferente. Conversos forzados que continuaban a duras penas practicando el judaísmo y que la comunidad judía hizo todo lo posible por recuperar, convivían con cristianos practicantes –dentro de un orden– y con aquellos descreídos de cualquier tipo de fe y señalados como falsos por ambas comunidades, la cristiana y la judía¹⁴. A ojos de las autoridades todos eran cristianos y a ojos del grueso de la población todos eran de *condición* judíos¹⁵. En un largo proceso de falta de inserción social con raíces religiosas y socioeconómicas, se fue conformando poco a poco ese tercer grupo, el de conversos, sin una clara autodefinición y negando continuamente su naturaleza de grupo, y la mayoría social cristiana dejó de identificar como propios a sus miembros e incluso vio en ellos una amenaza para la supervivencia de la cristiandad, igual que había visto a los judíos¹⁶. Prueba de todo ello son las acusaciones recogidas por la Inquisición en donde aludían continuamente a que en la práctica eran tan judíos como antes y que incluso ha generado toda una corriente historiográfica cuyas conclusiones podemos resumir a través de las palabras de Y. Baer: “Conversos y judíos constituían un solo pueblo, estaban unidos por lazos de fe y destino y por unas esperanzas mesiánicas que en España adquirieron un color muy especial, propio de ese pueblo y de ese País”¹⁷.

Por otra parte, a finales del siglo XV el debate dentro de la comunidad judía sobre la naturaleza del converso y si es legal, desde el punto de vista haláquico, considerarles de condición judía, pasó a ser otro de los puntos de fricción con la sociedad cristiana. Al contrario que sus correligionarios europeos continentales donde la conversión acarrea una condena total recomendándose por parte de los

14 Antonio Domínguez Ortiz habla de: sinceros, judaizantes y escépticos (DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio – *Los Judeoconversos en España y América*. Madrid: Istmo, 1971). El problema sobre la catalogación de estos conversos viene arrastrándose por la historiografía desde hace tiempo. Su papel dentro de la sociedad cristiana y su relación con sus antiguos correligionarios ha sido vista desde el prisma religioso o socioeconómico dependiendo de la escuela historiográfica o los intereses de filiación del autor y en muchas ocasiones se mezclan ambas perspectivas. La bibliografía es abundante, pero son interesantes los trabajos de NETANYAHU, Benzion – *Los Marranos Españoles Según las Fuentes Hebreas de la Época (siglos XIV-XVI)*. Valladolid: Junta de Castilla y León, 2002; ORFALI, Mosé – *Los Conversos Españoles en la Literatura Rabínica*. Salamanca: Universidad Pontificia de Salamanca, 1982; ORFALI, Mosé – “La cuestión de la identidad judía en el *Ma’amar ha-Anusim* (Tratado sobre los conversos forzados) de RaShBaSh”. in José María Soto Rábanos (coord.) – *Pensamiento Medieval Hispano. Homenaje a Horacio Santiago-Otero*. Vol. II. Madrid: CSIC, 1998, 1267-1287; AMRAN, Rica – *De Judíos a Judeo Conversos. Reflexiones sobre el Ser Converso*. París: Indigo, 2003; BEINART, Haim – “La conversión en masa y el problema de los conversos en el siglo XV”. en *El Legado de Sefarad*. Vol. 1. Jerusalén: Editorial Universitaria Magnes, 1992, 355-392.

15 LÓPEZ MARTÍNEZ, Nicolás – “Teología de la controversia sobre judíos y judaizantes españoles del siglo XV. Ambientación y principales escritos”. *Anuario de Historia de la Iglesia*, I (1992), 39-70, aquí p. 47.

16 Para muchos de los judíos contemporáneos las conversiones se habían producido precisamente por una mala interpretación de los textos sagrados más próximos al cristianismo que al judaísmo, sin embargo su interpretación era igualmente errónea dentro del cristianismo por lo que doctrinalmente no encajaban en ninguno de los dos grupos. NICLÓS, José Vicente – “La idea de elección y pueblo elegido en el judaísmo de la Edad Media”. in José María Soto Rábanos (coord.) – *Pensamiento Medieval Hispano. Homenaje a Horacio Santiago-Otero*. Vol. I. Madrid: CSIC, Madrid, 1998, 203-220, 211 y ss.

17 BAER, Yitzhak – *Historia de los Judíos en la España Cristiana*, 2 vols. Madrid: Altalena, 1981, 639.

rabinos el suicidio antes que la conversión, el punto de vista peninsular ofrecía una posibilidad parecida a la conversión simulada aceptada dentro del Islam. Así, aquellos judíos que se habían visto obligados a la conversión por culpa de persecuciones, no recibían el mismo trato que los conversos por convicción, y la respuesta de los rabinos ante este grupo, si bien se actuaba con ciertas reservas, era la de procurar el acercamiento y la rehabilitación. Evidentemente todo contacto con cristianos y la re-captación para el judaísmo eran castigados por las autoridades cristianas y carecemos de suficientes datos para conocer el alcance de dichas prácticas, pero el relato de la convivencia de judíos y conversos a través de la memoria colectiva que plasma Capsali en su *Seder Elihayu Zutá*¹⁸, nos presenta una realidad imaginada idílica que sirve para expresar con posterioridad el trauma de la expulsión. Así en el capítulo XVII de su obra nos dice que en tiempos de Juan II los conversos “tuvieron gran libertad” y que “los goyim y también el rey y todos sus súbditos lo supieron, pero se hicieron los sordos y no les dijeron nada”. Para Capsali era una situación consentida en tiempos de Juan II y seguramente continuada durante los reinados de Enrique IV y de Isabel I y a todos los efectos esos conversos para él eran judíos.

El día en que todo cambió

Hemos visto que los judíos acudieron a todo tipo de estrategias para mantener la cohesión identitaria, pero, tras años de ensayos y cambios, terminaron por aceptar todas las restricciones que la legislación les imponía hasta formar parte de su ADN cultural. Esa asunción de roles y la necesidad de seguir adelante hicieron que generaran una falsa sensación de seguridad, cuestión que siempre ha llamado la atención a los historiadores.

Entre el 31 de marzo de 1492, fecha de la firma de la pragmática por la que se les expulsaba, y el 30 de abril, día en que comenzaba el pregón de la misma en lugares, villas y ciudades del reino, ningún judío sospechó lo que se avecinaba. Tal fue el secreto con el que se llevó a cabo, que ninguno de los mal llamados “judíos de corte”, entre ellos el Rab Mayor Abraham Seneor, persona de total confianza de la reina, sabía nada. Tal y como lo expresa Capsali “A un día del mes de Adar, el esplendor conseguido se truncó en espinas y abrojos”¹⁹. Pero el esplendor al que hace mención Capsali, y que lleva implícitos conceptos como el de prosperidad, seguridad y libertad, era ficticio.

Los judíos peninsulares presumían ante el resto de sus correligionarios europeos, que la Península era casi un paraíso terrenal donde gozaban de protección

18 MORENO KOCH, Yolanda – *El Judaísmo Hispano según la Crónica Hebrea de Rabi Eliyahu Capsali. Traducción y Estudio del Seder Eliyahu Zutá (capítulos 40-70)*. Granada: Universidad de Granada, 2005, 129.

19 Moreno Koch, *El Judaísmo Hispano...*, 179.

real, contaban con una organización reglamentada y garantizada, tenían prosperidad económica y sus rabinos eran respetados. Lo cierto es que el auto convencimiento de esa situación hizo que la percepción de esa *libertad* de la que disfrutaban estuviese distorsionada olvidando su verdadera situación: no tenían libertad para el ejercicio profesional, tenían controladas sus condiciones de residencia y debían ser señalados en todo momento como judíos²⁰, pero aun así sentían como hogar –y por lo tanto como propio– el espacio que ocupaban, por donde transitaban y donde trabajaban; la necesidad psicológica de normalidad hizo que no percibieran en su verdadera magnitud que vivían en un entorno hostil.

A partir del pregón del edicto los judíos sufrieron un proceso de cambio drástico en muy poco tiempo que sometió a la identidad, tanto individual como colectiva, a estrés y el nivel de adaptación ante la nueva situación no fue ni mucho menos satisfactorio. El investigador se enfrenta a distintas limitaciones a la hora de determinar cuáles fueron los cambios producidos en relación a la identidad del colectivo afectado por el decreto de expulsión de 1492, y uno de ellos es el de las fuentes por varios motivos. El más inmediato es el problema de la fiabilidad de las mismas. Debemos atenernos a la información que emana del propio momento histórico y ceñirnos a las categorías sociales que se auto asignaron los propios protagonistas, pero tal y como ya expresó Eloy Benito Ruano, toda imagen histórica de un sujeto o de una colectividad tiene un margen de error que debe ser aplicado tanto al sujeto investigado como al que sirve de referente simbólico²¹, porque la identidad otorgada, sobre todo en el caso de características tan marcadas como la religión o la etnia, hace que las identidades atribuidas tiendan a ser duraderas y a la larga generan estereotipos arraigados en el imaginario colectivo que se reflejan repetidamente, consolidando una identidad a posteriori. Ello lleva a tomar con precaución lo que muchos cronistas judíos del siglo XVI y XVII relatan al trasladar hechos no vividos recopilados a través de recuerdos personales de otros y por lo tanto parte de la memoria selectiva, con un lenguaje que los tiñe de experiencia histórica²². En ese tipo de relatos se construye una identidad colectiva judía uniforme y el sujeto individual solo aparece en las situaciones de conversión al cristianismo o en momentos heroicos. Todo este tipo de narraciones van encaminadas a justificar la identidad colectiva y a sostener la moral social además de continuar con la cadena de transmisión del liderazgo en la figura de los grandes rabinos protagonistas del momento, puesto que bajo ningún concepto puede romperse la Tradición. Sin

20 Para una recopilación legislativa, ver Suárez Bilbao, *El Fuero Judiego...*

21 BENITO RUANO, Eloy – *De la Alteridad en la Historia. Discurso Leído el día 22 de Mayo de 1988*. Madrid: Real Academia de la Historia, 1988, 15-16.

22 ROMERO, Elena – *La Ley en la Leyenda*. Madrid: CSIC, 1989. Para esta autora, por ejemplo, las *haggadah* son materiales narrativos de tipo tradicional que constituyen obras de ficción, pero tomadas en muchas ocasiones como verdaderos relatos contextualizados.

embargo esas mismas fuentes ya nos presentan una conformación identitaria definida no solo con respecto a la mayoría cristiana, sino también con respecto al grupo judío converso al que se identifica como grupo opuesto²³ de tal manera que el proceso de identificación como grupo pasó a depender del contraste entre un *nosotros* y un doble *ellos* en la necesidad de sentirse diferente a los otros²⁴.

El otro de los problemas con respecto a las fuentes, es el de rastrear lo emocional desde una perspectiva histórica. Tal y como lo expresa Gonzalo Viñuales²⁵ tanto la ira como el miedo o la tristeza se expresan mayoritariamente en gestos de los cuales no hay huella documental y lo mismo ocurre con la alegría por la salida o por la vuelta, si es que la hubo. Nos queda simplemente la intuición del coste emocional leyendo entre líneas e interpretando los mensajes de los que deducimos sobre todo que hubo miedo por las continuas y numerosas cartas de seguro solicitadas a los reyes tanto para salir como para volver.

Tras el pregón, una de las primeras decisiones que tuvieron que tomar fue la de quedarse y seguir siendo castellanos o marchar y seguir siendo judíos; abandonar el judaísmo o abandonar Castilla. La religión según Oscar Jané es la que define la primera identidad nacional²⁶ y la España cristiana había puesto coto a que los practicantes de otra religión pudieran sentirse pertenecientes al reino. Tras el decreto la percepción del espacio por lo tanto cambió de manera radical comenzando por el más próximo: la casa, la calle, la judería... y aunque desde tiempo atrás tuvieron que lidiar con fronteras espaciales y apartamientos, su único lugar de confort, donde podían expresar claramente su identidad, se fue transformando. Sin terminar de decidir ni cuándo ni cómo se marchaban, algunos vieron peligrar sus propiedades y lo peor fue que comenzaron a verse rodeados de conversos. El vecino judío dejaba de serlo y la casa que anteriormente visitara se convertía en terreno vedado; alguien con el que hasta ese momento se identificaba, pasaba a ser un extraño.

Castilla no era un lugar con el que identificarse sino una tierra de nadie llena de dificultades y gente hostil, un lugar de enfrentamiento, “un lugar de confrontación contra una alteridad que no admite mezcolanza”²⁷. Incluso, a lo largo del mes de

23 ELLEMERS, Naomí; SPEARS, Russell; DOOSJE, Bertjian – *Social Identity. Context, Commitment, Content*. Oxford: Blackwell, 1999.

24 TURNER, John C. – *Redescubrir el Grupo Social. Una Teoría de la Categorización del Yo*. Madrid: Morata, 1989.

25 VIÑUALES FERREIRO, Gonzalo – “Percepciones de la frontera ante el regreso. El retorno de los conversos tras la expulsión de 1492”. in Javier Villaverde-Moreno; Eduardo Jiménez Rayado (eds.) – *Fronteras de la Península Ibérica en la Edad Media. Nuevos Horizontes Conceptuales*. Madrid: Dykinson, 2022, 102.

26 JANÉ CHECA, Oscar – “Psico(socio)logía e identidad de la frontera en la época moderna”. *Manuscrits*, 26 (2008), 93-120, aquí p. 96.

27 SABATÉ, Flocel – “Frontera peninsular e identidad (siglos IX-XII)”. in Esteban Sarasa Sánchez (coord.) – *Las Cinco Villas Aragonesas en la Europa de los Siglos XII y XIII. De la Frontera Natural a las Fronteras Políticas y Socioeconómicas (Foralidad y Municipalidad)*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2007, 47-94, a p. 51.

mayo, muchos judíos huyeron sobre todo a Portugal²⁸, lo que provocó que para evitar el impago de deudas, muchos otros fueran encarcelados lo que de nuevo motivó en este caso respuestas a favor de los judíos para que, cumpliendo el decreto, pudieran marchar²⁹. Quizá algún vecino sintiera la marcha del conocido, pero poco más; en ese momento quizá se dieran cuenta que, a pesar de llevar siglos residiendo en territorio castellano, no estaban integrados como población del reino.

Autores judíos como ibn Verga o Abraham bar Selomoh³⁰ sin embargo, son capaces de dar la vuelta al desprecio sufrido por los castellanos al comparar su estancia en Castilla como un nuevo cautiverio similar al sufrido en Babilonia y la salida de 1492 como un nuevo Éxodo al modo del protagonizado desde Egipto; demonizada Castilla, es el momento de sacudirse el polvo de las sandalias y encarar el exilio como el camino hacia una nueva tierra prometida, mediante palabras de aliento, menciones bíblicas, episodios de persecución e intervención divina, que deben recordar los judíos en todo momento. De nuevo la elección y la promesa y al final de todo la Tradición como eje sobre el que articular la cohesión identitaria.

Eso no quita para que desde el punto de vista cristiano se ataque su línea de flotación, como lo hace el cronista Andrés Bernáldez³¹, que por un lado da la razón a los judíos en cuanto a que puede ser equiparado su exilio al Éxodo, pero les recuerda que si Dios estuvo con ellos fue porque se enfrentaron a los egipcios, un pueblo idólatra, mientras que ahora Dios está con los cristianos, fe que ellos han rechazado de manera sistemática.

Perdida la identidad territorial, la comunidad judía volvió a aplicar reducciones propias de la etnicidad vertical, o al menos eso nos cuentan los cronistas, pero también nos hablan de la pérdida de referentes religiosos. Los agentes encargados no solo de mantener sino de fomentar la identidad en torno a la fe, los rabinos, no se mostraron como héroes de la resistencia. Yosef ha-Kohen nos relata esa desilusión con estas palabras: “Muchos quedaron en España porque no tuvieron valor para salir o porque no había tocado Yahveh sus corazones”³². Esas deserciones fueron recordadas de manera dramática por aquellos que consiguieron sobrevivir, como Abraham bar Selomoh: “La mayoría de los judíos, sus grandes, sus señores y sus jueces permanecieron en sus casas y cambiaron su ley por la ley del dios extranjero

28 Numerosos documentos aluden a que los judíos “están por nos vanidos e son fugitivos destos nuestros reynos”, como en Archivo General de Simancas, AGS Sello 149205, 438.

29 En esas cartas se insiste en que los judíos deben cumplir con el decreto ya que deben “salir destos nuestros reynos en el tiempo que por nos estaba dado”. Archivo General de Simancas, AGS CCA, DIV, 8,99.

30 MORENO KOCH, Yolanda (ed.)—*Dos Crónicas Hispanohebreas del Siglo XV*. Barcelona: Riopiedras, 1992.

31 BERNÁLDEZ, Andrés—*Historia de los Reyes Católicos don Fernando y Doña Isabel*. 2 vols. Sevilla: Imprenta de José M^o Geofrín, 1870, 335.

32 *‘Emeq ha-Bakah (El Valle del llanto) de Yosef Ha-Kohen. Crónica hebrea del siglo XVI*. Traducción y notas Pilar León Tello. Madrid-Barcelona: CSIC, Instituto Arias Montano, 1964, 176.

del país [...] y sirvieron a otros dioses que no conocían ni tienen parte, que son madera y piedra”³³.

El texto contiene por un lado una condena hacia los líderes comunitarios que se convirtieron y por otro una exaltación del judaísmo al incluir una connotación negativa del cristianismo –en lo que puede ser incluso un debate doctrinal y un duelo entre cronistas al atacar la posición de Bernáldez–, ya que sus “dioses” no son más que “madera y piedra”, en referencia a que el cristianismo es una práctica idólatra. Nos está catalogando esas conversiones como condenables no solo en el momento en que suceden los acontecimientos, sino también a posteriori ya que la idolatría en el imaginario judío es una manifestación tangible y escandalosa cuya condena es el *hérem* y por lo tanto –en ese momento porque luego se cambiará de idea– son individuos no recuperables para la comunidad.

Deshacer lo andado

Encaminados hacia el exilio, los judíos tuvieron que adaptarse a su nueva situación. En un corto periodo de tiempo experimentaron cambios muy drásticos y en muchas ocasiones se encontraron desasistidos por los líderes comunitarios e incluso por el conjunto de la comunidad. La conformación de la conciencia colectiva, realizada mediante los aportes de acciones individuales, cobra sentido si existe un consenso de prácticas compartidas, pero ese pensamiento de grupo y sentido de pertenencia se rompe cuando sus miembros están aislados³⁴.

Las fronteras dan pie a nuevos acontecimientos, pero no tienen que dar lugar necesariamente a avances. Es un lugar de lucha entre el *ser* y el *acontecer* y el protagonista del tránsito puede contemplarse dentro de un acontecer del que no forma parte³⁵. La frontera es el limes que hay entre lo pasado y lo futuro, el umbral donde se gesta el paso a otra dimensión espacial y temporal, el separador de referentes visuales, sociales y culturales, y el lugar donde la persona se desprende de lo que era y adopta nuevas formas para poder ser. El abandono de todo eso transforma no solo la psicología del peregrinaje hacia el nuevo destino, sino la llegada al mismo, convirtiéndose todo el proceso en un rito de paso en el que poco a poco cada judío exiliado se fue desprendiendo de su anterior estatus esperando ingresar de manera satisfactoria en su destino.

Analizado el caso de los judíos castellanos que huyeron a Portugal, podemos aquilatar un poco mejor los cambios mentales sufridos por ese colectivo ya que

33 Moreno Koch (ed.), *Dos Crónicas Hispanohebreas...*, 105-106.

34 DURKHEIM, Emile – *Las Reglas del Método Sociológico*. Méjico: FCE, 1989, 161.

35 GARCÍA GÓMEZ-HERAS, José María – “Frontera. Una categoría del pensamiento al borde del tiempo”. *Arbor* [en línea], 189, 762 (2013), a051. Disponible en <http://dx.doi.org/10.3989/arbor.2013.762n4002>.

tuvieron que realizar primeramente el paso de seguir como judíos en una tierra de la que no eran naturales, y volver algunos de ellos a Castilla perdiendo su naturaleza judía.

No tenemos datos fidedignos de cuántos judíos castellanos se dirigieron a Portugal y cuántos de ellos terminaron entrando y los cronistas –tanto cristianos como judíos– magnificaron las cifras, pero en cualquier caso serían muchos; un movimiento masivo para la época que desbordaría a personas e infraestructuras generándose problemas y tensiones. Las fuentes nos hablan de una delegación previa enviada a Portugal para negociar el asentamiento, pero no recibieron más que el permiso de atravesar el reino hasta puertos seguros donde encontrar barcos que les trasladaran fuera de la Península. Según el cronista Rui de Pina³⁶ a pesar de la oposición portuguesa, el rey Juan II terminó autorizando el paso y la estancia temporal durante ocho meses a 600 casas/familias a cambio del pago de una cantidad otorgándoles una licencia de entrada y un justificante de pago, documentos que debían ser presentados a su salida ya que, en caso contrario, perderían todos sus bienes³⁷.

Portugal se percibía cercano y para algunos incluso con lazos familiares por lo que podía significar un lugar de reposo, pero a las dificultades del camino se unieron las deserciones de último momento, la pobreza de muchos de ellos y el desconocimiento de las condiciones de entrada, o la esperanza de que esas condiciones finalmente no se cumplieran: solo unos pocos pudieron continuar con sus vidas con cierta normalidad y a otros les esperaban los campos de refugiados en torno a las localidades fronterizas con judería en donde fueron rechazados. Gedalya ibn Yahya recoge la pobreza de la masa de exiliados asentados en esos campos³⁸ convertidos en *ilegales* después de haberlo arriesgado todo.

Allí volvieron a ser unos *otros* distintos; eran *judeus castelhanos*³⁹ y no solo para los cristianos portugueses, sino para los judíos portugueses que llegaron a solicitar al rey que no les obligara a admitirlos en sus *comunas*. Su estancia en Portugal no solo no ofrecía expectativa alguna, sino que eran doblemente distintos.

Los judíos no habían estado integrados en la sociedad castellana y ahora tampoco lo estaban en la portuguesa, y la diferencia también terminó afectando a la cohesión interna del grupo migrante. Si bien hemos hablado de identidad religiosa e identidad territorial, también deberíamos considerar la identidad económica como referente de la supuesta cohesión judía ya que tradicionalmente se ha creado el

36 SOYER, François – *A Perseguição aos Judeus e Muçulmanos de Portugal. D. Manuel I e o Fim da Tolerância Religiosa (1496-497)*. Lisboa: Edições 70, 2013, 128, recoge lo narrado por Rui de Pina, *Crónica de D. João II*. Tr. Luís de Albuquerque. Lisboa: Alfa, 1989, 135-139.

37 Ese extremo también es recogido por la documentación castellana como en Archivo General de Simancas, AGS Sello 194503, 534.

38 Soyer, *A Perseguição aos Judeus...*, 132.

39 Soyer, *A Perseguição aos Judeus...*, 147.

estereotipo de que los judíos –todos en general– siempre se han enriquecido a costa de los otros grupos sociales y es otra de las constantes en los pleitos presentados por cristianos, en donde, sistemáticamente, se les acusa de ser astutos frente a la ignorancia a la que aluden sus contrincantes cristianos, y cuyo objetivo no es más que el empobrecimiento del otro. Esa generalización que cataloga al colectivo es una constante histórica, pero al observar las fuentes la percepción de una comunidad judía con identidad económica común desaparece. La narración de las condiciones de asentamiento que realiza Imanuel Aboab es muy elocuente. Si bien por un lado continúa la tradición de ensalzar a los líderes de la comunidad, entre ellos a un antepasado suyo, Ishac Aboab, hasta hacerle responsable de la negociación para la estancia de los judíos en Portugal⁴⁰, la élite económica e intelectual, que, tal y como aparece en el *Sefer ha-Qabbalah*, había guiado al “ejército de Adonay” hacia el exilio⁴¹, se separaba convenientemente de los pobres que quedaban tirados en los campos fronterizos. En su *Nomología*, Imanuel Aboab mezcla ambas circunstancias describiendo con exactitud las desgracias acaecidas a los judíos castellanos y la miseria de los campamentos, y al mismo tiempo ensalza la habilidad y el privilegio del que gozaron treinta de esas 600 casas que, a cambio de una elevada suma de dinero, pudieron trasladarse a Porto en inmejorables condiciones⁴².

En esas circunstancias penosas encontradas en Portugal, muchos judíos castellanos se dieron cuenta de su error –expresión que aparece de manera recurrente en las cartas de seguro castellanos y que hace mención exclusivamente a aspectos religiosos–, se convirtieron y regresaron. Habían intentado recomponerse y de nuevo, al menos psicológicamente, intentarían hacerlo de a la vuelta. La psicología del migrante pasa por distintas fases antes de estabilizarse y se ponen también en marcha movimientos de resistencia que acaban con la mente del sujeto. En su caso tuvieron que realizar una separación de su anterior estatus territorial, el de castellanos, con el abandono de su área de confort, y esperaban reintegrarse en una nueva situación social sin definición aún ya que no sabían si podrían permanecer en Portugal o volver a Castilla –esa teoría de que los judíos pensaban que estas medidas eran provisionales–, o definitivamente instalarse en otro territorio, pero el tránsito no pudo completarse.

Nuestros protagonistas, judíos en el exilio, intentaron restaurarse buscando una certeza que se pareciese lo más posible a lo anterior⁴³, haciendo de lo *otro*,

40 Soyer, *A Perseguição aos Judeus...*, 128. El único nombre confirmado de esos judíos que fueron a negociar es el de Vidal bar Benveniste de la Caballería. Para Soyer forma parte de la narrativa de Aboab y de la intención de su obra que no es otra sino la de magnificar a héroes y así dar aliento al conjunto.

41 Moreno Koch (ed.), *Dos Crónicas Hispanohebreas...*, 103.

42 ABOAB, Imanuel – *Nomología o Discursos Legales*. Moisés Orfali (ed.). Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2007, 308.

43 LISÓN TOLOSANA, Carmelo – “Antropología de la frontera”. *Revista de Antropología Social*, 3 (1994), 75-103.

lo ajeno, lo *mío-nuestro* en base al mantenimiento de su identidad religiosa compartida con la que se suponía que era su alter ego: los judíos portugueses. Pero las condiciones de vida hicieron que eso no fuera posible, así que optaron por una estabilidad emocional promoviendo una resiliencia en base a la vuelta a un espacio conocido y de nuevo volver a empezar⁴⁴.

Parte de la población judía castellana se vio inmersa en un proceso de marginalización, en permanente tránsito identitario, en lo que podemos calificar de transeúntes rituales no situados en su estatus de origen y tampoco del todo dentro de la sociedad receptora en lo que Manuel Delgado define como sujetos “marginales” o “liminoides”⁴⁵.

La recuperación de la identidad territorial llevó aparejada la pérdida de la identidad religiosa, pero la conversión al cristianismo produjo en muchos casos una resistencia a ser identificados con una identidad ajena, porque habían adquirido la formal, pero no la simbólica. La incorrecta integración social dentro del ya reconocible grupo converso les llevó a cuestionar qué les impulsaba a abrazar ideas, valores y costumbres que les resultaban ajenos y la identidad del *yo* terminó por quebrarse renaciendo la antigua identidad religiosa lo que impulsó a la larga que muchos de ellos volvieran al judaísmo.

Las prácticas sociales primarias de raíz judía adquiridas a través de la familia siguieron realizándose y los agentes de socialización secundarios cristianos aportaron una contradicción con esos valores familiares. El acercamiento a prácticas religiosas judías por parte de los conversos produjo un rechazo aún mayor a la totalidad de los mismos no distinguiéndose entre *conversos viejos* y *conversos nuevos*; una parte, la más reciente y peor socializada que la más antigua, arrastraba a una categoría uniforme a todos. La esperanza de integración de aquellos conversos anteriores a la expulsión desaparecía y de nuevo *todos* eran identificados como judíos⁴⁶.

El rechazo en Castilla a la comunidad judía, no había conseguido que no se sintieran castellanos –esa identidad territorial de la que hablábamos antes– y por lo tanto también sintieran que compartían un pasado común y una historia común. En Portugal sin embargo se convirtieron en hombres sin historia, sin pasado que compartir con la sociedad receptora, sin referentes comunes, y eso

44 Jané Checa, “Psico(socio)logía e identidad...”.

45 DELGADO, Manuel – “Ni una cosa ni la otra. La lógica del límite en los ritos de paso”. in Montserrat Ventura y Oller *et al.* (eds.) – *La Frontera. Entre Limits y Ponts*. Barcelona: Casa Mèrica Catalunya, 2006, 37-48, a p. 40.

46 BEINART, Haim – *Los Judíos en España*. Madrid: Mapfre, 1992; BEINART, Haim – *Los Conversos ante el Tribunal de la Inquisición*. Riopiedras, Barcelona, 1983. Este autor opina, igual que Y. Baer, que no hubo intención por parte de los cristianos viejos de permitir a los conversos la integración social y que solo existía una única comunidad de judíos, unos públicos y otros secretos, perseguidos por la Inquisición. Para este autor la presión social y la falta de integración es lo que animó a los conversos a volver al judaísmo. Frente a esta opinión está la de NETANYAHU, Benzion – *Los Orígenes de la Inquisición*. Barcelona: Crítica, 1992, para quien la mayor parte de los conversos eran cristianos convencidos.

sirvió también para acentuar la alteridad. Ajenos al presente y carentes de futuro, la vuelta a Castilla, sobre todo en aquellos que regresaron unos años después ya como cristianos portugueses, les presentó un entorno y unas interacciones sociales cambiadas apareciendo también entonces una *doble alteridad*. El antiguo vecino judío que había decidido convertirse y quedarse ya no era el alter ego del migrante retornado. En un punto del tiempo dejaron de compartir intereses y su recorrido histórico difirió: ahora eran dos sujetos con una parte del pasado no común⁴⁷. El hogar al que volvieron ya no era el mismo y la identidad conversa con la que la sociedad cristiana les señalaba y les unificaba tampoco.

Si hemos comentado al principio que la comunidad judía no ofrece un único perfil identitario, el grupo conversa tampoco se presentó de manera uniforme. A nivel interno el aporte humano de dicho grupo contaba con una cronología de conversión extensa y las circunstancias de su conversión eran múltiples e, independientemente del resultado de su conversión y por lo tanto de su aceptación social, al final todos fueron catalogados de manera uniforme.

De nuevo una *condición* en este caso judeoconversa y de nuevo una *identidad* interna plural.

⁴⁷ CANELA MORALES, Luis Alberto – “Sobre los conceptos de inmigrante y frontera. Aproximaciones desde un planteamiento socio-fenomenológico”. *Open Insight*, VII, 11 (2016), 57-73, a p. 62.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fuentes

- ABOAB, Imanuel – *Nomología o Discursos Legales*. Moisés Orfali (ed.). Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2007.
- Archivo General de Simancas, Sello 149205, 438; CCA, DIV, 8,99; Sello 194503, 534.
- BERNÁLDEZ, Andrés – *Historia de los Reyes Católicos don Fernando y Doña Isabel*. 2 vols. Sevilla: Imprenta de José M^a Geofrín, 1870.
- ‘Emeq ha-Bakah (El Valle del llanto) de Yosef Ha-Kohen. Crónica hebrea del siglo XVI*. Traducción y notas Pilar León Tello. Madrid-Barcelona: CSIC, Instituto Arias Montano, 1964.
- FERNÁNDEZ Y GONZÁLEZ, Francisco – “Ordenamiento formado por los procuradores de las aljamas hebreas, pertenecientes al territorio de los Estados de Castilla, en la Asamblea celebrada en Valladolid el año 1432”. *Boletín de la Real Academia de la Historia*, VII (1885), 145-189; VIII (1886), 10-158.
- MORENO KOCH, Yolanda (ed.) – *Dos Crónicas Hispanohebreas del Siglo XV*. Barcelona: Riopiedras, 1992.
- MORENO KOCH, Yolanda (ed.) – *Fontes Iudaeorum Regni Castellae, vol V. De Iure Hispano-Hebraico. Las Taqqanot de Valladolid de 1432. Un Estatuto Comunal Renovador*. Salamanca: Universidad Pontificia de Salamanca, 1987.
- PINA, Rui de – *Crónica de D. João II*. Trad. Luís de Albuquerque. Lisboa: Alfa, 1989.

Estudios

- AMRAN, Rica – *De Judíos a Judeo Conversos. Reflexiones sobre el Ser Converso*. París: Indigo, 2003.
- BAER, Yitzhak – *Historia de los Judíos en la España Cristiana*, 2 vols. Madrid: Altalena, 1981.
- BARON, Salo Wittmayer – *Historia Social y Religiosa de los Judíos*, 6 vols. Buenos Aires: Paidós, 1968.
- BEINART, Haim – “La conversión en masa y el problema de los conversos en el siglo XV”. en *El Legado de Sefarad*. Vol. 1. Jerusalén: Editorial Universitaria Magnes, 1992, 355-392.
- BEINART, Haim – *Los Conversos ante el Tribunal de la Inquisición*. Riopiedras, Barcelona, 1983.
- BEINART, Haim – *Los Judíos en España*. Madrid: Mapfre, 1992.
- BENITO RUANO, Eloy – *De la Alteridad en la Historia. Discurso Leído el día 22 de Mayo de 1988*. Madrid: Real Academia de la Historia, 1988.

- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas – *La Construcción Social de la Realidad*. Buenos Aires: Amorrurtu editores, 1999.
- BLUMER, Herbert – *El Interaccionismo Simbólico. Perspectiva y Método*. Barcelona: Hora, 1981.
- CANELA MORALES, Luis Alberto – “Sobre los conceptos de inmigrante y frontera. Aproximaciones desde un planteamiento socio-fenomenológico”. *Open Insight*, VII, 11 (2016), 57-73.
- CANTERA MONTENEGRO, Enrique – “La interpretación de la expulsión de 1492 en el marco del conflicto entre racionalistas y tradicionalistas”. in Luis Araus Ballesteros; Juan Antonio Prieto Sayagués (eds.) – *Las Tres Religiones en la Baja Edad Media Peninsular. Espacios, Percepciones y Manifestaciones*. Madrid: La Ergástula, 2018, 115-130.
- DELGADO, Manuel – “Ni una cosa ni la otra. La lógica del límite en los ritos de paso”. in Montserrat Ventura y Oller *et al.* (eds.) – *La Frontera. Entre Limits y Ponts*. Barcelona: Casa Mérica Catalunya, 2006, 37-48.
- DÍAZ ESTEBAN, Fernando – “Aspectos de la convivencia jurídica desde el punto de vista judío en la España medieval”. in *Actas del II Congreso Internacional Encuentro de las Tres Culturas (Toledo de 3 a 6 de octubre de 1983)*. Toledo: Ayuntamiento de Toledo, 1985, 105-116.
- DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio – *Los Judeoconvertos en España y América*. Madrid: Istmo, 1971.
- DURKHEIM, Emile – *Las Reglas del Método Sociológico*. Méjico: FCE, 1989.
- ELLEMERS, Naomi; SPEARS, Russell; DOOSJE, Bertjian – *Social Identity. Context, Commitment, Content*. Oxford: Blackwell, 1999.
- GARCÍA GÓMEZ-HERAS, José María – “Frontera. Una categoría del pensamiento al borde del tiempo”. *Arbor* [en línea], 189, 762 (2013), a051. Disponible en <http://dx.doi.org/10.3989/arbor.2013.762n4002>.
- GOFFMAN, Erving – *La Presentación de la Persona en la Vida Cotidiana*. Buenos Aires/ Madrid: Amorrurtu Editores, 2004.
- GUTWIRTH, Eleazar – “Acerca de la teoría del judío feliz en el Medioevo”. in Ángel Sáez-Badillos (ed.) – *Judíos entre Árabes y Cristianos*. Córdoba: El Almendro, 2000, 111-132.
- HEWITT, John P – *Self and Society. A Symbolic Interactionist Social Psychology*, Boston: Allyn and Bacon, 2000.
- JANÉ CHECA, Oscar – “Psico(socio)logía e identidad de la frontera en la época moderna”. *Manuscrits*, 26 (2008), 93-120.
- LISÓN TOLOSANA, Carmelo – “Antropología de la frontera”. *Revista de Antropología Social*, 3 (1994), 75-103.

- LÓPEZ MARTÍNEZ, Nicolás – “Teología de la controversia sobre judíos y judaizantes españoles del siglo XV. Ambientación y principales escritos”. *Anuario de Historia de la Iglesia*, I (1992), 39-70.
- LUHMANN, Niklas – *Sistemas Sociales*. Méjico: Alianza Editorial, 1991.
- MARINAS, José Miguel – “Estrategias narrativas en la construcción de la identidad”. *Isegoría* [en línea], 11 (1995), 176-185. Disponible en <https://doi.org/10.3989/isegoria.1995.i11.261>.
- MEAD, George Herbert – *Espíritu, Persona y Sociedad*. Barcelona: Paidós, 1999.
- MERENSTEIN, Beth – “La construcción de identidad en las minorías. Acerca de la importancia y sus consecuencias teóricas”. *Araucaria*, 3, 6 (2001), 96-112.
- MORENO KOCH, Yolanda – *El Judaísmo Hispano según la Crónica Hebrea de Rabi Eliyahu Capsali. Traducción y Estudio del Seder Eliyahu Zutá (capítulos 40-70)*. Granada: Universidad de Granada, 2005.
- NETANYAHU, Benzion – *Los Marranos Españoles Según las Fuentes Hebreas de la Época (siglos XIV-XVI)*. Valladolid: Junta de Castilla y León, 2002.
- NETANYAHU, Benzion – *Los Orígenes de la Inquisición*. Barcelona: Crítica, 1992.
- NICLÓS, José Vicente – “La idea de elección y pueblo elegido en el judaísmo de la Edad Media”. in José María Soto Rábanos (coord.) – *Pensamiento Medieval Hispano. Homenaje a Horacio Santiago-Otero*. Vol. I. Madrid: CSIC, Madrid, 1998, 203-220.
- ORFALI, Mosé – “La cuestión de la identidad judía en el *Ma’amar ha-Anusim* (Tratado sobre los conversos forzados) de RaShBaSh”. in José María Soto Rábanos (coord.) – *Pensamiento Medieval Hispano. Homenaje a Horacio Santiago-Otero*. Vol. II. Madrid: CSIC, 1998, 1267-1287.
- ORFALI, Mosé – *Los Conversos Españoles en la Literatura Rabínica*. Salamanca: Universidad Pontificia de Salamanca, 1982.
- ROMERO, Elena – *La Ley en la Leyenda*. Madrid: CSIC, 1989.
- SABATÉ, Flocel – “Frontera peninsular e identidad (siglos IX-XII)”. in Esteban Sarasa Sánchez (coord.) – *Las Cinco Villas Aragonesas en la Europa de los Siglos XII y XIII. De la Frontera Natural a las Fronteras Políticas y Socioeconómicas (Foralidad y Municipalidad)*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2007, 47-94.
- SMITH, Anthony D. – “Culture, community and territory. The Politics of Ethnicity and Nationalism”. *International Affairs*, 72-3 (1996), 445-458.
- SMITH, Anthony D. – “The politics of culture. Ethnicity and nationalism”. in *Companion Encyclopedia of Antropology*. Londres: Routledge, 1994, 706-733.
- SOYER, François – *A Perseguição aos Judeus e Muçulmanos de Portugal. D. Manuel I e o Fim da Tolerância Religiosa (1496-497)*. Lisboa: Edições 70, 2013.
- SUÁREZ BILBAO, Fernando – *El Fuero Judiego en la España Cristiana. Las Fuentes Jurídicas. Siglos V-XV*. Madrid: Dykinson, 2000.

- TORREGROSA, José Ramón – “Sobre la identidad personal como identidad social”. in José Ramón Torregrosa; Bernabé Sarabia (eds.) – *Perspectivas y Contextos de la Psicología Social*. Barcelona: Editorial Hispano Europea, 1983, 217-240.
- TURNER, John C. – *Redescubrir el Grupo Social. Una Teoría de la Categorización del Yo*. Madrid: Morata, 1989.
- VIÑUALES FERREIRO, Gonzalo – “Percepciones de la frontera ante el regreso. El retorno de los conversos tras la expulsión de 1492”. in Javier Villaverde-Moreno; Eduardo Jiménez Rayado (eds.) – *Fronteras de la Península Ibérica en la Edad Media. Nuevos Horizontes Conceptuales*. Madrid: Dykinson, 2022.

Becoming the other. The role of princes, presbyters and pilgrims in Kyivan Rus' new Christian identity

Susana Torres Prieto

IE University (Segovia/Madrid) / Harvard Ukrainian Research Institute
storresprieto@gmail.com

Abstract

After the late conversion of Kyivan Rus' in 988, the Orthodox Church became one of the most relevant institutions in the newly Christian polity. From being heathen traders of Scandinavian origin, they eventually became the new Jerusalem, particularly after the Fall of Constantinople. Christianisation was a process that had many political, economic and social ramifications. The present chapter analyses some of the most visible forms of this new Christian identity. On the one hand, the Christian propaganda of the ruling elites, but also the proliferation of religious buildings, which transformed the landscape of Rus' and, eventually, the growth of local pilgrim's tales to the Holy Land, whose purpose was to serve as models for others to follow. The appropriation of Byzantine Christian culture and heritage was key in the self-definition of the Rus' as a Christian people. In this process, Kyivan letters also inherited a Christian geography and cosmogony that were previously unknown to them in their religious dimension and that contributed decisively to situate Kyivan Rus' within the topography of the Christian *oikoumene*.

Keywords

Kyivan Rus'; Christianisation; pilgrimages; monastic foundations; Jerusalem

Biographical note

Susana Torres Prieto is Associate Professor in the Humanities at IE University (Segovia/Madrid) and Associate Researcher at the Harvard Ukrainian Research Institute, where she directs a digital humanities project on the culture of Kyivan Rus'. Her research focuses on the Slavic Middle Ages, in particular on various aspects of textual transmission, encompassing manuscript studies as well as textual analysis and the rhetoric of propaganda. Dr. Torres Prieto is the author of more than forty scholarly publications and co-editor of three academic volumes in her fields of expertise. Her two latest monographs are *The Early Slavs. The First Centuries of Eastern Europe* (Routledge, 2025) and *The Slavic Alexander Romances. A Study on Textual Transmission* (Cambridge University Press, forthcoming).

Convirtiéndose en el otro: el papel de príncipes, presbíteros y peregrinos en la nueva identidad cristiana de la Rus' de Kyiv**Resumen**

Tras la conversión tardía de la Rus' de Kyiv al cristianismo en el año 988, la Iglesia se convirtió sin duda en la institución cultural más importante de nuevo estado cristiano. De ser una élite de comerciantes paganos de origen escandinavo, se convirtieron en la Nueva Jerusalén, especialmente tras la caída de Constantinopla. La cristianización fue un proceso con muchas ramificaciones políticas, económicas y sociales. El presente capítulo analiza algunas de las formas más visibles de esta nueva identidad cristiana. Por un lado, la propaganda cristiana de las élites gobernantes, pero también la proliferación de los edificios religiosos que transformaron el paisaje de Rus' y el surgimiento de los primeros relatos de viajes de peregrinos a Tierra Santa, cuyo principal objetivo era servir de guía a otros peregrinos que emprendieran su camino. La apropiación de la cultura cristiana bizantina y su patrimonio fue clave en la autodefinición de la Rus' como un pueblo cristiano. En este proceso, la literatura kievita también heredó una geografía y cosmogonía cristianas, hasta ese momento desconocidas en su dimensión religiosa y que contribuyó decisivamente a colocar a la Rus' de Kyiv dentro de la topografía de la oikoumene cristiana.

Palabras clave:

Rus' de Kyiv, cristianización, peregrinaje medieval, monasterios, Jerusalén.

Nota biográfica

Susana Torres Prieto es Profesora Titular de Humanidades en la IE University (Segovia/Madrid) e Investigadora Asociada en el Harvard Ukrainian Research Institute (HURI), donde dirige un proyecto de humanidades digitales sobre la cultura de la Rus' de Kyiv. Su investigación se centra en la edad media eslava, con particular atención a diferentes aspectos de la transmisión textual, que incluyen el estudio de la cultura manuscrita así como el análisis textual y la retórica de la propaganda. La Dra. Torres Prieto es autora de más de cuarenta publicaciones académicas y co-editora de tres volúmenes colectivos en sus áreas de especialización. Sus dos últimas monografías son *The Early Slavs. The First Centuries of Eastern Europe* (Routledge, 2025) y *The Slavic Alexander Romances. A Study on Textual Transmission* (Cambridge University Press, en prensa).

In the last decades, particularly in the last years, there has been an increasing questioning among medieval Slavic scholars of the concept of the *translatio imperii* that had traditionally linked Byzantium to modern Russia. The convenient, but inaccurate, formulation of 'Moscow as the Third Rome', which is still frequently used in non-specialised circles, has been increasingly under fire not only for its historical inaccuracy, but also for the chauvinist imperialist tone that, in the worst case scenario, can justify the invasion of a sovereign foreign country. The idea of a Third Rome implied that Moscow was, indirectly, the centre of the Christian Orthodox *oikoumene*, a title purportedly inherited from the Petrine site, Rome, which was transferred to Constantinople once Rome fell in 476 as capital of the Roman Empire in the West. In turn, it would have been transferred again to Moscow when Constantinople also succumbed as capital of the (Eastern) Roman Empire almost a millennium later in 1453.

It is generally understood that it was the American school of medieval Slavic scholars, led by Edward Keenan, who first questioned this idea of continuity that had been proposed and explored by many Byzantinists, or Slavic-Byzantinists before them. Nevertheless, as early as 1989, Léon Poliakov had already published a very good summary of the question, *Moscou Troisième Rome. Les intermittences de la mémoire historique*, that, unfortunately, did not receive as much attention as it deserved, particularly among English speaking scholars immersed in the debate¹. As in most scholarly polemics, nobody was entirely right or wrong, and nuances matter much more than expected, but shorthand formulations tend to be easy and comfortable, and more often than not they betray not a real *status questionis*, but rather a *status mentis* of the person who uses them.

Several aspects of the idea of *translatio imperii* encapsulated in the formulation 'Moscow, the Third Rome' have been since then reassessed, from the legacy of the Mongol conquest in Moscow's governing system, to the real implementation of Christianity among ordinary population². Lately, traditional concepts associated with this idea, such as D. Obolensky's 'Byzantine Commonwealth' have also come under severe criticism³. Even the very formulation of the idea of Moscow as the

1 POLIAKOV, Léon – *Moscou Troisième Rome. Les intermittences de la mémoire historique*. Paris: Hachette, 1989. Poliakov's main merit was to explore how the phrase and the idea had been coined in the nineteenth-century debates around Slavophilism movements in Europe and the position of the Russian Empire after the Congress of Vienna within the concert of European global empires. Beyond the debates around the medieval evidence for the idea itself, its contextualisation in modern ideologies is key in its past and current value.

2 Among some of the most relevant titles, see OSTROWSKI, Donald – *Muscovy and the Mongols. Cross-cultural Influences on the Steppe Frontier, 1304-1589*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, and RYAN, William – *The Bathhouse at Midnight. A Historical Survey of Magic and Divination in Russia*, University Park, PA: Pennsylvania State University Press, 1999.

3 RAFFENSPERGER, Christian – "Revisiting the idea of the Byzantine Commonwealth". *Byzantinische Forschungen*, 28 (2004), 159-174.

Third Rome itself did not seem to have been so widespread in its own time⁴. In the meantime, a more detailed and rigorous analysis of material and non-material evidence, from artistic endeavours to political ideologies, has both increased the number of nuances as well as opened possible avenues for research.

Regardless of which school or theory one wished to follow, there was a necessary intermediate stage, which was the conversion to Christianity of the polity that was the non-exclusive antecedent of modern Russia, Kyivan Rus'.

Princes. The official conversion

The official conversion of Kyivan Rus' to Christianity is conventionally dated to 988, the year in which Prince Volodymir I was baptised and took a Byzantine princess, Anna Porphyrogenita, as wife. That year, as many other dates in history, does not really mark anything in particular. Neither all the inhabitants of Kyivan Rus' suddenly received a revelation, nor Volodymir changed his ways overnight to become a really pious ruler. But the first chronicle of Rus', the *Povest' vremennykh let* (PVL), known in English as the *Primary Chronicle*, marks that year as the one in which Volodymir had his people massively baptised in the river Dniepr that passes through the capital city of his dominions, Kyiv.

Volodymir's realm comprised at the time the lands inhabited by the Rus', or Rhos, according to Byzantine sources. These were a multiethnic group of peoples, among which the most numerous element seems to have been the Eastern Slavs, who were politically led by Vikings, or Varangians, who had first arrived to and settled in the northern parts of the realm, near the lakes Ilmen and Ladoga, in search of new trading opportunities. The Varangian elite organised their trade with the Khazars to the East and with the Byzantines to the south, and it is within this trading context where they enter into official contact with the Empire. The Byzantines signed trade treaties or agreements with them in 911 and 944 and 971. In the first of these documents, included later in the PVL, the Rhos are identified with their own ethnonym (Rus'/Rhos'), while the Byzantines are simply called 'Christians'.⁵ The

4 OSTROWSKI, Donald – "‘Moscow the Third Rome’ as Historical Ghost". in Sarah T. Brooks (ed.) – *Byzantium: Faith and Power (1261-1557)*. New York: Metropolitan Museum of Art, 2006, 170-179.

5 See FRANKLIN, Simon; SHEPARD, Jonathan – *The Emergence of Rus, 750-1200*. London: Longman, 1996, 103-107, and RAFFENSPERGER, Christian, OSTROWSKI, Donald – *The Ruling Families of Rus. Clan, Family and Kingdom*. London: Reaktion Books, 2023, 24-25. The wording of these two documents has only survived in the PVL, whose earliest redaction is dated to around three hundred years after the events. Written by members of the monastic community in Rus', it is a retroactive self-definition of alterity as pagans, whose intentions was probably to fall into the grand teleological narrative of conversion often found in medieval chronicles, as Peter Brown pointed out, already from the earliest middle ages (BROWN, Peter – *Authority and the Sacred. Aspects of the Christianisation of the Roman World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, 3-26).

alterity here was clear: the Rus' at the beginning of the 10th century were simply the non-Christians.

Volodymir's mass baptism was not the first time that Kyivan Rus' rulers had contemplated the possibility of creating a Christian kingdom. Volodymir's grandmother, Olga, had already been officially baptised in Constantinople in 957, or so the PVL says⁶. According to the PVL, she took the baptismal name of Helena, the famous mother of the Emperor Constantine the Great, and had another emperor, Constantine Porphyrogenetos, acting as her godfather. None of these gestures was accidental. Helena, who was widely believed to be responsible for the conversion of her son, Constantine I, and indirectly of the whole empire he ruled, was famous for having brought the relic of the Holy Cross from Jerusalem to Constantinople, and was already venerated in Orthodox liturgy⁷. Moreover, the role of Constantine Porphyrogenetos as godfather was a clear attempt to put the domains she was ruling as regent for her infant son, Sviatoslav, under the protection of a powerful neighbour in order to guarantee for him the lands that her untimely murdered husband had managed to agglutinate around him. By this point, she had already understood the advantages of becoming a Christian ruler in the medieval world. In fact, she might have been baptised in Rus' beforehand. In order to complete her plan of embracing the new otherness, she requested a Christianising mission from the Patriarchate immediately after her baptism, which apparently was not delivered. Looking for an alternative, she sent a request to the Emperor Otto I of the Holy Roman Empire in 959, in response to which he actually did send Adalbert, the continuator of Regino of Prüm's *Chronicle*. Adalbert, however, returned two years later without having achieved anything at all at the court of Olga's son, the newly appointed prince Sviatoslav, who shunned Christianity allegedly because his retinue would laugh at him if he accepted it⁸.

6 The baptism of Olga in Constantinople is also contentious as it is not explicitly mentioned in some relevant contemporary Byzantine sources, which mention her visit as a foreign ruler without alluding to her baptism, and least her godfather being the ruling emperor. On Olga, see Franklin and Shepard, *The Emergence of Rus...*, 133-138, and Raffensperger and Ostrowski, *The Ruling Families*, 26-29. Specifically on her visit to Constantinople, see VILKUL, Tatiana – “Two Emperors of the Princess Olga's visit to Constantinople: Constantine VII Porphyrogenitos versus John Tzimiskes in the copies of the Rus' Primary Chronicle”. in Susana Torres Prieto; Andrei Franklin (eds.) – *Medieval Rus' and Early Modern Russia, Texts and Contexts. Essays in Honour of Simon C. Franklin*. London: Routledge, 2023, 88-102.

7 On the importance of the cults of Helena and Constantine as models for the liturgical cults of Volodymir and Olga, see GRIFFIN, Sean – *The Liturgical Past in Byzantium and Early Rus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

8 See TORRES PRIETO, Susana – “Mercenaries, traders and missionaries. Travelling in the Slavic realm before the year 1000 / Mercenários, mercadores e missionários: viajar no reino eslavo antes do ano 1000”. in Paulo Catarino Lopes (ed.) – *Viator. Viagem, Circulação e Mobilidade na Idade Média*. Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais, 2024. An English translation of Regino of Prüm's *Chronicle* and its continuator is available in MacLEAN, Simon – *History and Politics in late Carolingian and Ottonian Europe. The Chronicle of Regino of Prüm and Adalbert of Magdeburg*. Manchester: Manchester University Press, 2009, 260-263. On Olga/Helena's policy towards Byzantium and Western Christianity, see J. Shepard's analysis in Franklin and Shepard, *The Emergence of Rus...*, 133-137.

Becoming Christian was not an act of faith in the European Middle Ages, certainly not for rulers. It was an act of *realpolitik*. What Olga understood and saw, that his son did not, was the many advantages of counting with powerful allies in the economic and political complex board of alliances. Maybe because she had to confront endless coups and attacks in order to save the crown for that very infant son, she appreciated greatly the advantages of having powerful friends. Undoubtedly, one of the main and clear advantages of becoming a Christian was the possibility of becoming a member of a foreign ruling dynasty by marriage, and that is exactly what Volodymir intended when he took on Christianity: if Anna had had any children, they could have inherited in all likelihood both the imperial throne of Byzantium and the more modest principality of Rus', and the descendants of the Volodymir would have become Porphyrogenetoi. Maybe his ambitions did not go as far as that, but her presence in the new Christian court, and that of her entourage, made a significant difference for the future of the recently Christianised polity⁹.

In the case of polities like Kyivan Rus' the other clear advantage of Christianisation was the arrival of literacy and culture with greater artistic ambitions. Although evidence of functional literacy has been found in the widespread use of birchbark letters mainly in Novgorod, but also in other cities in the north, the use of literacy for liturgy and edification meant the arrival to Kyivan Rus' not only of books, but mainly of monks and clergyman who copied and produced such texts and artefacts. As members of provincial metropolinates dependent from the Patriarchate of Constantinople, they copied and recreated the Byzantine ways of worshipping the Lord. This concept is key in understanding what Dmitri Obolensky called half a century ago "The Byzantine Commonwealth". Underlying this concept is the idea that all the new territories in the Slavic-speaking lands that adopted Christianity under the protection or supervision, or control, of the Patriarchate of Constantinople aimed at emulating not only liturgy, but a wider understanding of culture and even politics. According to Simon Franklin, there were "three principal modes of the Rus' reception of Byzantine culture: the direct import of objects and personnel; local copying in Slavonic; and adaptation for local purposes. Throughout the Middle Ages the specific texture of Rus' Christian culture can be perceived in

⁹ The concept of a Riurik dynasty, or even of a dynasty, has been recently questioned by OSTROWSKI, Donald – "Was there a Riurikid Dynasty in Early Rus'?" *Canadian-American Slavic Studies*, 52 (2018), 30-49, and more recently by Raffensperger and Ostrowski, *The Ruling Families...* While the concept of dynasty, certainly if compared to tightly defined Western models might be seen as problematical, it seems quite obvious that the members of the ruling branches of the family that descended directly from Volodymir felt some entitlement to the territories under dispute. On Anna Prophyrogenita's role in the Kyivan court, see TORRES PRIETO, Susana – "Una Emperatriz en la corte de Kiev." in Juan Antonio Álvarez-Pedrosa *et al.* (eds.) – *Ratna. Homenaje a la Prof. Julia Mendoza*. Madrid: Escolar Editores, 2017, 433-438, and also TORRES PRIETO, Susana – "The portrait of Anna Prophyrogenita". in Donald Ostrowski; Christian Raffensperger (eds) – *Portraits of Medieval Eastern Europe*. London: Routledge, 2017, 159-165.

the nuances and the interplay of these three modes”¹⁰. While several revisions of the concept have been made lately, particularly in terms of political culture and ideology, it seems quite indisputable that everything that had to do with religion itself (liturgy, texts, monasticism) were very much replicated *in toto*, at least in the first centuries. To a large extent, it was the most expedient way of becoming the other, so the inhabitants of Kyivan Rus' became what their antagonists have been before, Christians.

Presbyters. Monks, bishops and other clergy

Almost contemporary to the coinage of the myth of Moscow the Third Rome, the myth of the '*dvoeverie*', or double faith, also became popular in scholarly circles. This myth theoretically encapsulates the supposed staunch resistance of Slavic paganism after the forced mass conversion ordered by Volodymir. Like the first one, it was constructed on some textual evidence, often taken out of context, and it equally satisfied nineteenth-century Slavophiles, early twentieth-century German Orientalists, Soviet communist scholars and folklorists of all times. The narrative, in all cases, very much coincided: the vast majority of pagan Rus' were forced, by the aristocratic non-Slavic superstructure, to adhere to a new religion they did not want and silently resisted for centuries, while they tried to defend their ancient rites, which, depending on the scholar, kept their Slavic Russian soul alive and free from Westernising negative influences, or condemned the Slavs as uncultivated brutes and uncivilised peoples not worthy of having a seat in the European concert of nations, or prevented the peasant mass from expressing their true feelings, being condemned to ignorance and slavery by the coercive social superstructures of the State and the Church alike. The collection of texts offered to support this myth was often a mixed bag of Arab travellers' accounts of pre-Christian times, collections of mistranslated Byzantine homilies, some historiographic tales written by local Christian monks and some of the earliest forms of rudder books made for the new clergy in the first decades of the twelfth century. As Stella Rock demonstrated years ago, the so-called 'double faith' is not really two opposed beliefs, but rather a collection of very unorthodox practices, many probably due to very low levels of literacy among peasant communities, some of which might have a pre-Christian antecedent by the time the myth is created in the nineteenth century¹¹. The folklore

10 FRANKLIN, Simon – “Kievan Rus' (1015-1125)”. in Maureen Perrie (ed.) – *The Cambridge History of Russia. Vol. 1. From Early Rus' to 1689*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, 73-97, esp. 96.

11 See ROCK, Stella – *Popular Religion in Russia: “Double Belief” and the Making of an Academic Myth*. London; New York: Routledge, 2007.

tradition and practices, as studied in-depth by William Ryan, are also linked as well to the poor levels of general education before Soviet times¹².

Notwithstanding the fact that it is almost impossible to know how the inhabitants of Kyivan Rus' felt about the Holy Trinity, they certainly could not really be oblivious or unaware of the new situation. The landscape of their cities changed, with churches and monasteries proliferating everywhere; the new corpora of canon law, a copy of the Byzantine *nomokanones*, forced them to appear before Church authorities for a wide array of private offences and crimes, and not only those related to Orthodoxy¹³. And it is clear from the popularity they enjoyed from the beginning, that monasteries and monastic life, previously unknown in any form of pre-Christian belief, were quickly spread across the land.

The first monastic institution founded in Kyivan Rus' was the Monastery of the Caves in Kyiv. Situated not far away from the palace of the ruling princes, it was the institution that received the first envoys from Constantinople and, most importantly, the place from which monks departed to other corners of Kyivan Rus' to replicate the model they had learnt to appreciate in Kyiv while they received their education there. There might have been as much as seventy monasteries founded in Rus' before the Mongol invasions of 1238-40¹⁴, but in most cases only the monastery's name, the date of its foundation and sometimes the identity of its founder are known¹⁵. These monasteries would have been in the outskirts of the main cities, which also had some form of ecclesiastical authority, such as bishoprics, nearby. The bishoprics, by the time of the death of Vladimir Monomakh in 1125, covered the vast part of the middle Dnieper region: Chernihiv, Pereiaslavl', Belgorod, Iur'ev, Turov, Polotsk and up to Novgorod. All depending from the metropolitan in Kyiv, who was usually a Byzantine¹⁶. The majority of these bishops initially came from Byzantium or Bulgaria, at least until the second half of the eleventh century, when the names of some locally trained bishops start to appear in the sources.

Inaugurated a century after the official conversion of the Rus', the Caves monastery was allegedly founded by a certain monk Antonii who, having most

12 See the above-mentioned W. Ryan, *The Bathhouse at Midnight...* (note 2).

13 On the adaptation of Byzantine *nomokanones* into what became known, in singular, a *kormchaia kniga*, see FRANKLIN, Simon – *Writing, Society and Culture in Early Rus, c. 950-1300*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002, 132-159.

14 This reckoning is provided only by one author (GOLUBINSKII, E. E. – *Istorija russkou cerkvi*. Moscow, 1904) on mixed evidence. The full toll might not have been that high, even including those institutions that have been completely banished and that are only accounted for in secondary sources.

15 The MAPA project *The Golden Age of Kyivan Rus'* at the Harvard Ukrainian Research Institute has a detailed map of those monastic foundations which can be geocoded today. From all the possible referred monasteries in secondary sources, only twenty-seven can be confidently localised, four of which were feminine monastic institutions. See TORRES PRIETO, Susana; BONDARENKO, Konstantin – *The Golden Age of Kyivan Rus'* [online]. Available at <https://gis.huri.harvard.edu/golden-age-kyivan-rus>.

16 The distribution of the bishoprics, with the year of their foundation, is also available at Torres Prieto and Bondarenko, *The Golden Age...*

likely been to Mount Athos, returned to Kyiv and began to live in a cave on the outskirts of the city, in Berestovo, near the princely residence. Fortunately, the *paterik* (a collection of edifying tales and monks' lives, together with the history of the monastic foundation) has survived and provides extremely valuable information about early monastic life in Rus'¹⁷. Others followed, and soon a community thrived. Officially named the Monastery of the Dormition of the Theotokos in Kyiv, most commonly known as the Kyivan Caves Monastery, its construction started in 1073 and its main church building was consecrated in 1089. This was not the only monastery built in the city of Kyiv. The *PVL* records in the year 6545 A.M. (1037 C.E.) that Iaroslav Vladimirovich, later called the Wise (1019-54), had previously endowed two monasteries in Kyiv, one dedicated to St. George and another to St. Irene, the patron saints of himself and his wife, Ingigerd of Sweden. Neither of these seems to have become as relevant as the Caves Monastery, the building of which started under the rule of Iaroslav's son, Sviatoslav Iaroslavich.

The Caves Monastery in Kyiv was a key institution for several reasons. Firstly, it brought monasticism to the newly converted in Rus' in the form closer to the Stoudite reform. The Stoudite liturgical reform had been carried out by the abbot Theodore in 799 in the Monastery of Stoudious, near the Sea of Marmara, and was an attempt to revitalise the liturgical uses, bringing them more in line to an inner, ascetic form of prayer reminiscent of the practices of the Desert Fathers. The *typikon* (a guide to monastic liturgy and prayer, as well as a guide for monastic discipline and governance) adopted in Rus' had, nevertheless, been slightly modified by being adapted by Patriarch Alexius of Constantinople (in office 1025-1043) for its use in the Monastery of the Dormition of the Theotokos founded by him in Constantinople. It is this modified rule that was adopted in Kyiv. Secondly, this rule and its liturgy were eventually adopted in all other monastic foundations in other parts of Rus' and remained in use until the cenobitic monastic reforms in the mid-fourteenth century. In this way, the Caves Monastery became the beacon for monasticism in Rus'. Thirdly, and maybe more importantly, the majority of the local religious elites in the centuries to come, at least until the Mongol invasion in the mid-thirteenth century, had been pupils and monks at the Kyivan monastery. Bishops, abbots and successive founders of monasteries had all studied, learnt and prayed in the Caves before being dispatched to a new life in the church echelons. It is estimated that before the arrival of the Mongols as much as half of all bishops in Rus' had been monks at the Caves. The uses of books, and more widely the book culture in Kyivan monastic environments, was probably very similar to the one in Byzantium, at least

¹⁷ On monastic life in Early Rus, see Franklin and Shepard, *The Emergence of Rus...*, 303-313, and GONNEAU, Pierre; LAVROV, Aleksandr – *Des Rhôs à la Russie : Histoire de l'Europe Orientale (730-1689)*. Paris: Presses universitaires de France, 2012, 516-520.

at the beginning, including the principles of copying, the uses of texts in learning and liturgy or the functionality of illustrations.

Pilgrims to Holy Land. A new cosmography

It was only to be expected that, after the first decades of importing foreign models, the Rus' will start to conquer their own intellectual space, stepping from emulation to original creation. Among the very first literary works composed in Kyivan Rus', aside from monastic *pateriki* or homiletics, we find narrations of pilgrimages to the Holy sites. Written for Christians in Kyivan Rus', their function was not only to stimulate the reader to start a pilgrimage of penance to either Jerusalem or Constantinople, but also to make him or her familiar with a Christian geography and topography whose knowledge was essential in their newly acquired Christian faith. This particular genre of pilgrim tales ('*khozhdenie*', meaning go walking somewhere) became extremely popular, particularly at the dawn of literary activity in Rus'. It is estimated that there were about 70 different works written between the 11th and the 17th centuries. Among the most famous titles of pilgrims' accounts we find pilgrims to the Holy Land, usually taking the sea route from Constantinople: *The Pilgrimage of the Abbot Daniel* (c.1106-08), or to Constantinople (Tsargard) itself: *The Pilgrimage of Anthony of Novgorod to Constantinople* (c. 1204), *The Pilgrimage of Stephen of Novgorod to Constantinople* (1349), *The Pilgrimage of Ignatius of Smolensk to Constantinople* (1389-92), *The Pilgrimage of Aleksandr the Clerk to Constantinople* (1391-96); pilgrimages to sites or events in Western Christianity, such as *The Pilgrimage of Avraam of Suzdal* (1437-39, to the Council of Ferrara), or *The Pilgrimage to the Council of Florence of an unknown Suzdalian*, on the same year, or pilgrimages to Jerusalem following a different route *The Pilgrimage of the priest Varsanoph to the Holy City of Jerusalem* (1456 and 1461-62), who provided the first descriptions of Egypt and the Sinai in Russian letters¹⁸.

The tale by the Abbot Daniel, whose exact title is 'Life and Pilgrimage of Daniel, the Abbot of the Rus' land', dates to the beginning of the 12th century, and it starts and finishes in Constantinople. No description is offered about his trip from and to Kyivan Rus'. Being the earliest one, it is highly responsible for introducing their readers to all the new places of Christendom, to which they now belong. It is thanks to this account that newly converted Christians in Kyivan Rus' first became familiar with holy places and the Holy Land, entering literarily the space of the

18 Bearing a similar title in Russia (*khozhdenie*) but unrelated in content, there are also later accounts of traders, *A Journey Beyond the Three Seas by Afanasy Nikitin* (1466-1472) relating the travels to India of a merchant from Tver, and, under a similar title, *The Travels of the Trader Fedot Kotov to Persia*, which the Moscow trader undertook in 1623-1624.

holy *oikoumene*. In this sense, pilgrims' narrations of their own journeys were indispensable for the Rus' to become the other, this is, the Christians they were now supposed to be.

Daniel's journey apparently lasted more than two years. This time was initially considered to be 1113-1115, then it was calculated maybe from 1106-1108, and now it is considered probable that the journey took place in 1104-1106. The work was very popular in centuries to come and it has been preserved in about 150 manuscripts, the oldest of which dates back to the second half of the 15th century. It is not really known who he was, although in view of the welcome given to him by the King of Jerusalem and the liberty with which he takes residence in one of the monasteries there, it should probably be inferred that he carried with him letters of introduction from the highest political and religious authorities.

After departing from Constantinople, he then goes by ship to Jaffa in Palestine, describing in detail the cities along the coast, the distances between them, in the unit of distance used in Rus' (*verst*)¹⁹ and their main attractions:

“From Tsargrad (Constantinople) one has to go along the sea coast three hundred *versts* to the Great Sea (Mediterranean). To the island of Petalas²⁰, there are one hundred *versts*; this is the first island in the narrow sea; there is a good bay there and there stands the city of Heraklion the Great²¹. And across from that city holy myrrh is extracted from the sea's depths: here many holy martyrs were drowned by their torturers. From the island of Petalas to Gallipoli, one hundred *versts*, and from Gallipoli to the city of Abydos²² eighty *versts*. Across from that city is where the saint Euthymius the Younger was taken²³. And from there to Crete [Imros]²⁴ twenty *versts*, and there is the exit to the Great Sea: to the left, towards Jerusalem, to the right, to the Holy

19 A *verst* was equivalent to 1.066 kilometres.

20 Most likely, the island of Marmara, in the homonymous sea.

21 This would correspond to Heraclia Perinthus in the sea of Marmara, modern Marmara Ereğlisi in Turkey, one of the earliest bishoprics in Christian times, as capital of the Roman province of Europa.

22 Due to its strategic position in the middle of the Dardanelles strait, Abydos has been a busy port and fort from Antiquity. During the Byzantine period, it was repeatedly captured (once by the Rus' themselves in 1024) and recovered by the Empire. Its *strategos* (governor), first mentioned in 1004, had authority over the northern shore of the Hellespont and the islands of the Sea of Marmara. It was also see of a bishopric.

23 Euthymius of Athos (c. 955-c.1024) was a Georgian monk, translator and scholar, who developed his scholarship at the Iviron monastery on Mount Athos, that had been co-founded by his father, John the Iberian, where he is buried. He was captive of the Byzantine empire in Constantinople and, once freed by his father, they set sail to apparently return home or even go to the Iberian Peninsula, according to one of his *vitae*. They were detained in the city of Abydos, or maybe Madytos, and taken together to Mt. Athos, where they both worked and died. The verb used in the original ('*lezhit* ') could also imply being buried, but this could have been a confusion between being detained and being killed, given the relative short time of Daniel's journey after the real death and burial of Euthymius in Iviron.

24 This is not the island of Crete, but the island of Imros (modern Gökçeada in Turkey), in the mouth of the strait. The island of Crete, however, has a very famous canyon with the same name, Imros, that maybe was the cause of the confusion.

Mountain [Athos], to Salonika and to Rome. And from Crete [Imros] to the island of Tenedos thirty *versts*.”²⁵

The narration continues thus throughout: interspersing religious and hagiographic references with remarkable accurate geographic localisations. Daniel eventually arrived to Jaffa in the company of other pilgrims and continued the route to Jerusalem by land, subjected often to the attacks of Muslims. He arrives to Jerusalem in times of King Baldwin I, who seems to have patronised his visit, and whom he describes as humble, good, pious and kind. After that, he would spend almost one and a half years living at the Monastery of St. Savva in Jerusalem, where apparently one of the resident monks explained to him the history of all the holy places in the city, which Daniel then visits and describes. Apart from leaving a vivid description of Jerusalem, Daniel went several times to the Jordan river and the Dead Sea, and visited Bethlehem, Hebron and other places in the region. He managed to make a journey north, to Galilee, as a member of the entourage of king Baldwin. The army then went to Damascus, and Daniel asked and received permission to join from the king himself. With the crusaders, Daniel reached the upper Jordan, stayed there for ten days until the king returned, and took the opportunity of exploring Galilee around the Sea of Tiberias, as well as Tabor, Nazareth, Cana of Galilee. From there, also with a “numerous retinue”, Daniel went to Acre, recently taken by Christians (1104), and, further along the coast, to Caesarea, finally returning to Jerusalem through Samaria. Taking advantage of the kind attitude of king Baldwin to himself, Daniel was able to put a lamp “on behalf of all the Rus’ land” on the stone of the Holy Sepulchre and found himself a good spot for viewing, during the Easter service at the Sepulchre, the moment when the lamps standing on the stone of the Sepulchre were lit. Calling himself “the Rus’ land hegumen”, Daniel, therefore, thought of himself in Palestine not as a private person and representative not only of his particular monastery or one specific region, but really of “the whole Rus’ land” as a kind of political whole, for which he put the lamp. Daniel beautifully described these festive events in a special story placed at the end of the journey.

He finally returned to Constantinople by sea, through Jaffa, Caesarea, Acre and Viritia (Beirut), sailing past the mouth of the Orontes, on which Antioch had stood.

The other traveller, almost a century later, was Anthony, archbishop of Novgorod at three different times, from 1210 to 1218, from 1226 to 1228, year in which he was first demoted and then reappointed until 1229. In the middle, he was also bishop of Pereiaslav from 1220 to 1225. It is possible that he actually went to

²⁵ The translation is mine from the text prepared and edited by G. M. Prokhorov in LIKHACHEV, Dmitri S., *et al.* (eds.), *Biblioteka Literaturny Drevnei Rusi*. Vol. 4. Moscow: Nauka, 1997, 26-117, and 584-599 (commentary). Here, pp. 28-29.

Constantinople twice: the first time in the year 1200 as envoy or ambassador for the prince of Halych and Volhynia, Roman Mstislavich (d. 1205). He remained there until the arrival of the Latin Crusaders in 1204, after which he returned to Rus'. Apparently it had been his intention to continue to Jerusalem, but after the arrival of the Crusaders, he could not. From his pilgrimage to Constantinople, he brought to Novgorod a number of relics: the vestments of Theodore Stratilates, the relics of St. Blaise of Sebaste (Armenia), one of the many sets of his body, part of the stone from the tomb of John the Evangelist, a part of the True Cross, placed in the large cross of St. Sophia in Novgorod, the real measures of the "sepulcher of the Lord" and the relics of the Great Martyr Barbara. His "Book of the Pilgrim" (*Kniga Palomnik*) has survived in nine manuscripts dated from the 16th to 18th centuries²⁶. There are two versions of the pilgrimage, which has made some specialists think that there were actually two trips to Constantinople, but this remains unproven. Anthony's work is not much longer than a treaty about a dozen pages long and it focuses on an extremely detailed description of the Cathedral of Hagia Sophia in Constantinople and its many relics.

The fact that Anthony felt it was his task to bring 'parts' and bits of the holy city of Constantinople for adoration in his native land, as much as Daniel felt it was important to provide the exact number of metres and days between one city and the other in the Holy Land, speak of the wish they both had of introducing the Holy Land as a sacred and physical space to the new Christians. It was this wish of making of the Rus' new Christians Old Christians what motivated not only the pilgrimages, but the narrations written about them. Like Olga, they were aware that belonging to the Christian *oikoumene* could render many advantages. When Constantinople finally fell to the Ottomans in 1453, it seems that history actually proved them right.

²⁶ For a detailed study of this text, see LENHOFF, Gail – "Kniga Palomnik. A Study in Old Russian Rhetoric". *Scando-slavica*, 23, 1 (1977), 39-61.

BIBLIOGRAPHIC REFERENCES

- BROWN, Peter – *Authority and the Sacred. Aspects of the Christianisation of the Roman World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- FRANKLIN, Simon – “Kievan Rus' (1015-1125)”. in Maureen Perrie (ed.) – *The Cambridge History of Russia. Vol. 1. From Early Rus' to 1689*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, 73-97.
- FRANKLIN, Simon – *Writing, Society and Culture in Early Rus, c. 950-1300*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- FRANKLIN, Simon; SHEPARD, Jonathan – *The Emergence of Rus, 750-1200*. London: Longman, 1996.
- GOLUBINSKII, E. E. – *Istorija russkou cerkvi*. Moscow, 1904.
- GONNEAU, Pierre; LAVROV, Aleksandr – *Des Rhôs à la Russie : Histoire de l'Europe Orientale (730-1689)*. Paris: Presses universitaires de France, 2012.
- GRIFFIN, Sean – *The Liturgical Past in Byzantium and Early Rus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.
- LENHOFF, Gail – “Kniga Palomnik. A Study in Old Russian Rhetoric”. *Scando-slavica*, 23, 1 (1977), 39-61.
- LIKHACHEV, Dmitri S., et al. (eds.), *Biblioteka Literaturny Drevnei Rusi*. Vol. 4. Moscow: Nauka, 1997.
- MacLEAN, Simon – *History and Politics in late Carolingian and Ottonian Europe. The Chronicle of Regino of Prüm and Adalbert of Magdeburg*. Manchester: Manchester University Press, 2009.
- OSTROWSKI, Donald – “‘Moscow the Third Rome’ as Historical Ghost”. in Sarah T. Brooks (ed.) – *Byzantium: Faith and Power (1261-1557)*. New York: Metropolitan Museum of Art, 2006, 170-179.
- OSTROWSKI, Donald – *Muscovy and the Mongols. Cross-cultural Influences on the Steppe Frontier, 1304-1589*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- OSTROWSKI, Donald – “Was there a Rurikid Dynasty in Early Rus'?”. *Canadian-American Slavic Studies*, 52 (2018), 30-49.
- POLIAKOV, Léon – *Moscou Troisième Rome. Les intermittences de la mémoire historique*. Paris: Hachette, 1989.
- RAFFENSPERGER, Christian – “Revisiting the idea of the Byzantine Commonwealth”. *Byzantinische Forschungen*, 28 (2004), 159-174.
- RAFFENSPERGER, Christian, OSTROWSKI, Donald – *The Ruling Families of Rus. Clan, Family and Kingdom*. London: Reaktion Books, 2023.
- ROCK, Stella – *Popular Religion in Russia: “Double Belief” and the Making of an Academic Myth*. London; New York: Routledge, 2007.

- RYAN, William – *The Bathhouse at Midnight. A Historical Survey of Magic and Divination in Russia*, University Park, PA: Pennsylvania State University Press, 1999.
- TORRES PRIETO, Susana – “Mercenaries, traders and missionaries. Travelling in the Slavic realm before the year 1000 / Mercenários, mercadores e missionários: viajar no reino eslavo antes do ano 1000”. in Paulo Catarino Lopes (ed.) – *Viator. Viagem, Circulação e Mobilidade na Idade Média*. Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais, 2024.
- TORRES PRIETO, Susana – “The portrait of Anna Prophyrogenita”. in Donald Ostrowski; Christian Raffensperger (eds) – *Portraits of Medieval Eastern Europe*. London: Routledge, 2017, 159-165.
- TORRES PRIETO, Susana – “Una Emperatriz en la corte de Kiev.” in Juan Antonio Álvarez-Pedrosa *et al.* (eds.) – *Ratna. Homenaje a la Prof. Julia Mendoza*. Madrid: Escolar Editores, 2017, 433-438.
- TORRES PRIETO, Susana; BONDARENKO, Konstantin – *The Golden Age of Kyivan Rus'* [online]. Available at <https://gis.huri.harvard.edu/golden-age-kyivan-rus>.
- VILKUL, Tatiana – “Two Emperors of the Princess Olga’s visit to Constantinople: Constantine VII Porphyrogenitos versus John Tzimiskes in the copies of the Rus’ Primary Chronicle”. in Susana Torres Prieto; Andrei Franklin (eds.) – *Medieval Rus' and Early Modern Russia, Texts and Contexts. Essays in Honour of Simon C. Franklin*. London: Routledge, 2023, 88-102.

Una representación de la naturaleza nobiliaria en la Castilla de la Edad Moderna. El blasón como atributo del otro en Juan Benito Guardiola¹

José Antonio Guillén Berrendero

Universidad Rey Juan Carlos
jose.guillen@urjc.es

Resumen

El trabajo plantea un análisis del blasón como dispositivo de interpretación del otro en la Edad Moderna. Lo heráldico, como lenguaje de representación de la dignidad nobiliaria, fue usado por los nobles y la corona para construir una forma de identificación de la condición social del privilegiado que permite de hablar del otro y los otros. Nos centramos en el análisis de la obra de Juan Benito Guardiola, tratadista de nobleza de notable éxito en la Edad Moderna en Castilla. Se trata de un trabajo de historia social y cultural de lo nobiliario y sus formas de representación.

Palabras clave

nobleza; Juan Benito Guardiola; Heráldica; otredad

¹ Agradezco a Manuel López Forjas su siempre pertinente ayuda.

Nota biográfica

Profesor Titular de Historia Moderna en la URJC. Es Doctor en Historia por la UCM, Ha sido Becario Marie Curie en Instituto de Ciencias Sociales de la Universidad de Lisboa. Investigador Postdoctoral en la Universidad de Évora. (CIDEHUS), Profesor Investigador Juan de la Cierva en Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad Autónoma de Madrid. Ha realizado estancias de investigación y docencia en diferentes universidades. Ha impartido docencia en Universidad de Évora, Universidad de Lisboa, Universidad Nova de Lisboa, Queen Mary University y Università degli Studi di Catania dentro de las movilidades Erasmus.

Representing nobility in Early Modern Castile. Juan Benito Guardiola's view of the coat of arms as a distinctive feature of the 'Other'

Abstract

This paper analyses the coat of arms as a means to interpret the 'Other' in the Early Modern period. Heraldry became an articulate language to showcase Nobility and as such was used by the Crown and the aristocracy to identify the social standing of the privileged few. This in turn implies the existence of an 'Other'—or 'Others'. The analysis concentrates on the work of Juan Benito Guardiola, a successful author in early modern Castile. It falls within the socio-cultural history of Spain's nobility and its preferred modes of representation.

Keywords

Nobility; Juan Benito Guardiola; heraldry; alterity

Biographical note

Prof. José Antonio Guillén Berrendero is currently university lecturer. He is a PhD in Early Modern History with the mention of Doctor Europeus by the Universidad Complutense de Madrid (2008). He has been a Research Assistant as a Marie Curie doctoral fellow at the Institute of Social Sciences of the University of Lisbon. He has been a Contracted Post-doctoral Researcher (Portugal) at the University of Évora (CIDEHUS), and a Research Professor with a Juan de la Cierva stipend at the Faculty of Philosophy and Letters of the Universidad Autónoma de Madrid. Besides, he was honorary collaborator of the Department of Early Modern History of the Universidad Complutense de Madrid and Honorary Professor of the Department of Early Modern History of the Universidad Autónoma de Madrid (2015).

Existió en toda la Europa Moderna, ya desde los últimos decenios del siglo XV, un continuo interés intelectual, social y normativo por definir y aclarar los elementos centrales de la condición nobiliaria, sus límites éticos, políticos y estéticos. Nuestro objetivo es ofrecer una visión de cómo el lenguaje heráldico conforma un artefacto interpretativo de la tensión entre el individuo noble y el linaje. Formas de tensión discursiva que fue ganando peso a medida que el acceso al estamento nobiliario fue más permeable a situaciones de diversa nobleza. En este sentido, la heráldica concita los elementos nucleares de esa tensión al ser, al mismo tiempo, el reconocimiento de unas cualidades personales y colectivas. Durante todo el siglo XVI y el XVII, el debate sobre la nobleza buscó responder a esta circunstancia. Del mismo modo, el análisis de la heráldica y su relación con la nobleza permite una forma de aproximación al fenómeno de los estudios sobre la alteridad y la otredad que aún no han recorrido el camino que deben en la historiografía sobre la nobleza.

Durante la Edad Moderna y los últimos años del Medioevo, se originó una forma de narración sobre la nobleza que tenía mucho de experiencia de aprendizaje sobre las formas de narración de la distinción social. Los límites de este operativo estaban concernidos a detectar quiénes eran los mejores del género humano. Se trata de un viejo axioma que podemos encontrar en Roma. Las obras Juvenal y sus Sátiras, cuando explicaba la importancia de los *stemmata* et *imagines* como formas de comunicación que configuraban formas de identificación entre las familias romanas. Casi una manera de identificar las grandes familias de aquellas de los *omes novi*. Se trataría, por lo tanto, de establecer formas de celebrar y dejar evidencia iconográfica de las glorias de los ancestros, algo que, sin duda, no estaba a la altura de cualquier persona. Debemos considerar a este respecto que lo heráldico tenía una dimensión de autorrepresentación de un linaje y evocación de una imagen moral que funcionaba como operativo tanto pedagógico como coercitivo. Era tanto la representación de una individualidad nobiliaria frente a los iguales como la singularización de una superioridad moral frente a los otros que no son nobles. Es cierto, por lo tanto, que la verdadera nobleza, la *de vera nobilitate* que lo heráldico representaba, tenía mucho que ver con una forma icónica de consagración de las virtudes personales y del linaje al modo que fueron tratadas por autores como Buonacorso da Montemango (1429), Poggio Bracciolini (1440), Carlo Marsuppini (1440) o Bartolomeo Plantina (1447) por citar alguno de los primeros teóricos italianos de la nobleza que tuvieron una amplia difusión en Europa.

Del mismo modo, en la Europa de la Edad Moderna y en Castilla, los teóricos de la nobleza insistían en identificar al noble como al poseedor de una serie de virtudes que, al modo ciceroniano en su *De inventione*, cuando interpretaba que la virtud de la prudencia estaba envuelta en el pasado, el presente y el futuro. La prudencia será una de las virtudes que los teóricos medievales situaban como constitutivas

de la naturaleza del perfecto caballero. Este hecho recorrió un camino hacia la concepción del noble, moralizando su existencia y garantizando que el fenómeno de ennoblecimiento llevaba aparejado una especie de modelo de ejemplaridad que quedaba explicado en memoriales, reconocimiento de servicios que acababan con un hábito de una orden militar y que tenían su expresión más evidente en el blasón, forma, como hemos dicho y veremos, de singularizar a unos frente a otros, una suerte de emblema cierto y veraz para toda la comunidad.

Podemos intuir que el vocabulario sobre la nobleza derivado del uso de lo heráldico convoca una forma concreta de definir el mundo. Un modo específico de identificar las categorías sociales que engloban el modo de comunicar el mundo. No olvidemos que el término comunicar está relacionado con el de comunidad y, por ende, es ésta, la comunidad, la receptora del discurso sobre la nobleza que comenzó a discurrir por Europa desde el siglo XIII al XVII. Las fórmulas usadas para ello buscan ofrecer una filiación conceptual que sirvan de sostén a los elementos que configuran la desigualdad social. Esto tienen que ver no solamente con el plano normativo sino con el desarrollo de una estructura social que defendía y amparaba una visión de la nobleza en la que el papel social del grupo estaba dominado por una percepción y temporalización del tiempo de modo personal, una suerte de *aión* que perfila lo que un determinado individuo o linaje pretende representar.

Fama, blasón como écfrasis y glosa de la otredad

Es cierto que el origen del uso de las armerías y de los blasones como forma de representación nacieron sobre la base de una tradición cultural² muy amplia. Del mismo modo, los blasones como estrategia de identificación de la nobleza requerían de la incorporación de un significado identificados o denotativo. Esto permite que, tanto el sentido específico de su dimensión formal como la evocativa de la idea que pretende representar. La presencia de lo heráldico, como evidencia de especificidad de unos frente a otros, está presente en obras de literatura tanto de carácter artúrico como otras que gozaron de una notable difusión como *El Caballero de la Carreta* (Chretien de Troyes, 1170)³ o en la obra fundamental de Raimundo Lulio, *Libro de la orden de Caballería* (1275)⁴. Que lo heráldico era un sistema de comunicación para ser visto, parece una evidencia indiscutible. Del mismo modo, su interés fue un

2 Este argumento ha sido perfectamente estudiado por PASTOUREAU, Michel – *Una Historia Simbólica de la Edad Media Occidental*. Buenos Aires: Katz, 2013.

3 Nosotros hemos consultado TROYES, Chrétien de – *El Caballero de la Carreta*. Luis Alberto de Cuenca; Carlos García Gual (eds.), Madrid: Alianza, 2000.

4 La edición que hemos revisado es LLULL, Ramón – *Libro de la Orden de Caballería*. Luis Alberto de Cuenca (ed.). Madrid: Alianza, 1986.

elemento medieval y que, los autores modernos usaron como método para reforzar y construir una idea de su necesidad al otorgar armerías ficticias, a personalidades de un gran valor histórico y que rebelaban un diálogo constante entre el presente y la Antigüedad. Esta atribución tenía mucho que ver con el funcionamiento de los imaginarios sobre la fama y la excelencia. Así el indiscutible mayor experto en heráldica de la edad Moderna, el jesuita Menestrier, indicaba en su incontestada obra, *Le véritable art du blasón et l'origine des armories* publicado en 1671, ya nos hablaba de las armas de Adán, Noé, David, Alejandro Magno, Julio César o el propio rey Arturo. Un ejemplo de este entramado puede ser las permanentes alusiones a los llamados de la Fama.

Monumento heráldico, lugar común de las construcciones heroicas europeas. Una de las más elocuentes visiones iconográficas de estos nueve lo encontramos en la brillante obra, *Livro do Armeiro -Mor*, manuscrito de 1509, siendo rey de Portugal don Manuel I fue realizado por el influyente oficial heráldico, Juan de Croi. El libro plantea un viaje por la idea de fama en el Renacimiento Europeo. De tal forma que el primero de los capítulos, está dedicado a los Nueve de la Fama. Se trata de un lugar común dentro de la literatura e iconografías medievales y que llegó al mundo de la heráldica como receptáculo de un universo de valores propios del arsenal de mitos de la antigüedad clásica. Héctor de Troya, Alejandro Magno, Julio César aparecen como héroes, de un marcado carácter pagano, pero que portan los signos de la distinción (el blasón). Junto a ellos, Josué, David (del que hemos dicho algo en las primeras páginas) y el Judas Macabeo representan los héroes judíos, pero militares. Finalmente, Arturo, Carlomagno y Godofredo de Bouillón conforman los denominados héroes cristianos. En el caso del *Livro do Armeiro-Mor* se añade la figura de Bertrand du Guesclin.

En los tres grupos prevalecen los valores militares y conforman no ya el portalón de entrada de esta obra heráldica, sino que son usados como parangones de virtuosos nobles⁵. Estos nueve valientes conformaban los ideales centrales del mundo caballeresco y estaban movidos por un conjunto de ideales nacidos de una visión universal del servicio, lo que los llevó a desarrollar su actividad militar fuera de sus lugares de origen. Este ejemplo de conducta terminó por conformar un legado pedagógico para las noblezas. Así las alusiones heráldicas de estos personajes se convierten en un nexo entre el pasado y el presente. El vínculo es el valor. Principio fundamental de toda la construcción narrativa sobre la nobleza y motor principal de muchos de los discursos justificativos sobre las honras que los nobles pretendían y que, a su vez, servían de modo de explicación para justificar la fidelidad al monarca.

⁵ Ver un interesante estudio sobre este particular en la fundamental, IBÁÑEZ PALOMO, Tomás – “Los nueve de la fama”. *Base de Datos Digital de Iconografía Medieval* [en línea]. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2017. Disponible en <https://www.ucm.es/bdiconografiamedieval/nueve-de-la-fama>.

Sobre estos nueve de la fama, se originó una polémica heráldica muy llamativa desde la Baja Edad Media, hasta el siglo XVIII.

La segunda parte del texto alude a su vez a un tópico muy recurrente en todos los manuales y tratados de heráldica como es la alusión a los diferentes reinos históricos y míticos, comienza por India menor y termina con las armas del rey de Suecia. Les sigue un capítulo dedicado a las armas de los territorios Imperiales. Las primeras, las del arzobispo de Tréveris y las últimas las del marqués de Brandemburgo. El penúltimo de los capítulos está dedicado al rey de Francia y sus Doce Pares para finalizar la obra con un amplio despliegue iconográfico sobre los príncipes de Portugal y las principales casas nobles lusitanas, que todas brillan en torno a la dinastía de Avis. Hay en esta forma de representación una forma de memoria del tracto sucesorio y del patrimonio simbólico que la heráldica representó para las noblezas peninsulares en el tránsito de la Edad Media a la modernidad.

Será Bartolome Cassaneau, uno de los autores que interpreta la relación de estos nueve de la fama con la idea de nobleza. También el célebre Sancho Busto de Villegas, los referirá en su *Nobiliario*⁶, para afirmar que siempre hubo una cierta discrepancia sobre el tipo de armerías atribuidas a estos nueve, incluso alude a la polémica sobre las atribuciones al blasón de Héctor. Que para Busto y Chasaneau era “Éctor traye dos leones de oro levantados el uno contra el otro en campo colorado”⁷, al modo de cómo aparecen en el *Livro do Armeiro -Mor*, mientras que, para Jerónimo de Urrea, el célebre tratadista militar, las armas de Héctor eran “una silla de oro en campo colorado y en ella un león de púrpura sentado en magestad con un hacha de armas en las manos”⁸.

Esta polémica⁹, es glosada por el propio Busto en los siguientes términos:

“Los nueve de la fama es razón de ver que truxeron por armas según Cassaneo dize. Éctor traye dos leones de oro levantados el uno contra el otro en campo colorado y según don Gerónimo de Urrea en su Diálogo de la verdadera honrra militar traýa Éctor una silla de oro en campo colorado y en ella un león de púrpura sentado en magestad con una hacha de armas en las manos. El rey

6 BUSTO DE VILLEGAS, Sancho – *Nobiliario*. Manuel Amador González Fuertes; José Antonio Guillén Berrendero (eds.). Murcia: Universidad de Murcia, Servicio de Publicaciones, 2014, 159.

7 *Ibidem*.

8 URREA, Jerónimo de – *Diálogo de la Verdadera Honra Militar*. Madrid, Biblioteca Nacional de España, Ms. 2765, p. 67.

9 Esta polémica ha sido estudiada por FRANCISCO OLMOS, José María de; FERNÁNDEZ MARTÍNEZ, Rodrigo José – “Los nueve de la fama. Los modelos caballarescos medievales y la creación de una heráldica inventada”. *Hidalguía*, 387 (2021), 143-198. El mismo texto, con variaciones, aparece publicado en FRANCISCO OLMOS, José María de; FERNÁNDEZ MARTÍNEZ, Rodrigo José – “El repertorio heráldico de los nueve de la fama. Una obligada falsedad-invencción bajomedieval”. in Javier Martínez; Isabel Velázquez (dirs.) – *De Falsa et Vera Historia. Estudios sobre Pseudoepígrafos y Falsificaciones Textuales Antiguas*. Vol. IV. Madrid: Ediciones Clásicas, 2021, 273-283.

Dauíd, una harpa de oro o vigüela en campo colorado y según el dicho don Gerónimo, el campo del escudo era azul. Josué, tres papaga(*tachado*: llos)<yos> verdes en campo de oro y según don Gerónimo eran tres garças negras puestas en triángulo mirando a la parte derecha del escudo. Judas Machabeo traía un dragón colorado en campo blanco y según don Gerónimo traía una cabeça de víuora de oro en campo colorado. Alexandre Magno traía un rey de oro asentado en su trono en campo azul y según don Gerónimo traía dos leones negros combatiendo (*tachado*: se) en campo de oro. Julio César, el águila del Ymperio. Gudufré de Bullón, las armas de (*tachado*: l Ymperio y las flores de lis de França) Jerusalem y según don Gerónimo traía por armas una vanda colorada en campo de oro con tres águilas pequeñas negras por ella una en pos de otro mostrando bolar para arriba atraesando el escudo <una> y en la parte derecha la cruz de Jerusalem. Charlo Magno, las armas del Ymperio y las flores de lis de França y según don Gerónimo traía media águila en la parte derecha y en la yzquierda las flores de lis dichas. El rey Artus, tres coronas de oro en campo azul y según don Gerónimo trae las tres coronas en campo colorado a la mano derecha del escudo y en la yzquierda tres leones pardos como los que traen los reyes de Ynglaterra. Pues se ha visto questos príncipes que hemos dicho que son la lumbré de la política nobleza las armas que traen y an traído son color sobre metal o metal sobre color. Manifiestamente se prueua ser verdadera la regla que dize que las armas para no ser falsas an de ser o metal sobre color o color sobre metal y esto como Casaneo dize es universal en armas y auida por prinçipio y como dize Aristóteles nenguna sciencia tiene de prouar sus prinçipios porque no ay cosa más manifiesta en la sciencia y el mismo Aristóteles dize, neccesario es creer más a los prinçipios que a la conclusión. De muchos señores y caualleros y de linajes se podrían poner aquí sus armas lo qual se dexa por escusar prolixidad y porque son muchas dellas muy notorias y porque de muchas dellas se verán en el discurso de esta obra¹⁰.

Hay en esta forma de representación una forma de memoria del tracto sucesorio y del patrimonio simbólico que la heráldica representó para las noblezas peninsulares y europeas en el tránsito de la Edad Media a la modernidad. El uso de estos referentes conformó una de las genealogías de la fama y la nobleza más frecuente en la Edad Moderna y sirve como elemento aglutinador de esa suerte de cosmopolitismo que fue lo nobiliario y que permite distinguir aquellos que son comparados con estos héroes y los que no tienen oportunidad de alcanzar esta dimensión.

10 Busto de Villegas, *Nobiliario...*, 159.

La nobleza en el tránsito del siglo XV al XVI, tuvo en el uso de la fama, la heráldica y sus formas de expresión libresca un modo de articular un concepto que les permitía a todos ser identificados en cualquier reino en el que estuvieran sirviendo a su soberano. Josué, David u el Macabeo, junto con los paganos Héctor, Alejandro y Julio César y los medievales y cristianísimos Arturo, Godofredo y Carlomagno, pasaban por ser los arquetipos de los caballeros más valerosos, sirviendo de espejos para el resto de los nobles o de los que aspiraran a ennoblecerse. Por ello, en el frontispicio de esta obra del *Livro do armerio mor*, lo héroes bíblicos, paganos y cristianos aparecen mezclados por el valor de sus armerías y su capacidad de confirmación de cómo la nobleza estaba llamada ya a las grandes empresas. Acciones que mucho tienen que ver con la práctica del viaje político, militar o diplomático.

Las armerías como forma de concreción de un determinado modo de singularización de la naturaleza de la nobleza y de la fama conllevaban una serie de aspectos claves que están englobados por términos como identificación, construcción familiar, narrativa e interpretación de la identidad de los honrados. En este sentido, podemos asimilar que estos términos representan una forma de construcción del canon de la distinción social y sus derivadas como formas de *imitatio* y *aemulatio* del pasado y su permanente vindicación en el presente por parte de los teóricos de la nobleza y de los diferentes agentes del honor patrocinados por las propias monarquías en un esfuerzo permanente de control de la nobleza como poder y lo nobiliario como lenguaje de la excelencia. En este sentido, la heráldica, como forma de comunicación, posee un significado identificador, lo que, en palabras de Montaner, significa “que contiene la imagen de una persona (física o jurídica, singular o colectiva) que es el titular al que se refiere”¹¹. Por ello, una obra como el llamado *Libro de Honor de los Fugger*¹² recoge todo el aparato discursivo propio de la condición de excelentes.

La obra fue encargada al grabador augsburgués Dominicus Custor, ampliada por la mano de sus yernos Lukas Kilian y Wolfgang Kilian, a la sazón yernos de Custor, entre 1593 y 1618. Se trata de una panoplia de retratos familiares que, a lo largo de 138 grabados, representa a los miembros de la familia con sus respectivas armerías. Este fervoroso deseo de emulación de la estética y cultura heráldico-nobiliaria por parte de la eminente familia de banqueros es una palmaria manifestación de la

11 MONTANER FRUTOS, Alberto – “Identificación, evocación y confirmación en los emblemas heráldicos. El caso de las armas parlantes”. *Emblemata*, 18 (2012), 41-70, p. 42. Sobre este particular además deben leerse los clásicos GARCÍA-MERCADAL Y GARCÍA-LOYGORRI, Fernando – “La heráldica, un lenguaje fronterizo entre la arqueología y la modernidad”. *Hidalguía*, 344 y 345 (2011), 11-46 y 187-211; PASTOUREAU, Michel – *Traité d'héraldique*. 2.ª ed. Paris: Picard, 1993; y MOUNIN, Georges – “Le blason”. in Georges Mounin – *Introduction à la Sémiologie*. Paris: Minuit, 1970, 103-115.

12 La obra se conserva en la Biblioteca Estatal de Baviera por la compra que la propia institución hizo en 2009 a los herederos de la familia Fugger.

potencia narrativa que lo heráldico como representación de la naturaleza nobiliaria, alcanzó en la Europa de finales del XVI y principios del XVII.

La heráldica, lo heráldico confirma la existencia de un grupo social y confirma una fractura, una cierta escisión entre la propia idea de noble y la de no noble. Un escudo es el reflejo – quizá engañoso- de la realidad del mundo nobiliario y de la distinción social en la Europa Moderna. Por ello, la idea [*ideos*] de nobleza es lo suficientemente importante como para que necesite de un artefacto formalmente bello que la represente. De tal suerte que el estatuto social de la heráldica como manifestación visual de una cierta construcción social estaba profundamente relacionado con la incertidumbre en la que algunas situaciones nobiliarias vivían en la Edad Moderna. El sistema de armerías en la Edad Moderna vendría a confirmar el sentido que cada experiencia nobiliaria tenía en su contexto social y político y dibujaba, gracias a una energía representativa notable, los aspectos básicos que los artefactos culturales configurados en torno a la nobleza alcanzaron durante la Edad Moderna europea. El punto culminante de todo este proceso es el incontestable dominio que la palabra tuvo en la Edad Moderna desde la eclosión del Renacimiento. Lo heráldico quería superar, al modo del neoplatonismo, la relación entre el modelo ideal y la imperfecta realidad que parecía quererse hacer brillar. Hay por ello, arcanas figuraciones simbólicas en lo heráldico que quieren ahondar en la relación entre la sustancia referida y la imagen real que la sociedad de su tiempo tenía. Lo heráldico, multiplicaba los puntos de vista sobre lo nobiliario y lo social al introducir un elemento distintivo entre aquellos que poseen y los que no lo poseen. Lo interesante de todo este entramado social era que todo el mundo podía llegar a alcanzarlo siempre que, en su persona, linaje y acciones, se dieran como proceso, una serie de elementos tales como el servicio, la sangre y un conjunto de situaciones ambiguas que, pese a todo, tenían un carácter de universalidad y sobre las que existía un consenso social al afectar a instituciones como las Órdenes Militares y otras instancias gobernadas por un sistema probatorio. De este modo, todos los elementos que construían lo heráldico, querían superar los orígenes sospechosos sobre cualquier persona o linaje, al vincular al objeto la compleja relación entre *concepto* y *percepto*. Es sabido que, en la Edad Moderna, los factores de discusión sobre lo nobiliario estaban en permanente construcción. Derrotar la distancia entre imagen y cosa o idea que se pretendía representar era parte del fenómeno de proliferación de lo heráldico-nobiliario como debate y polémica libresca. Hay algo de aquello que Merleau-Ponty llamaba “magia de las apariencias intencionales”¹³ lo que vendría a confirmar que durante la Edad Moderna y sobre todo En el siglo XVII las imágenes remiten a la “constelación de relaciones”¹⁴ que distinguen el ser y el no

13 MERLEAU-PONTY, Maurice – *L’Oeil et L’esprit*. Paris: Gallimard, 1964, 39-40.

14 VITTA, Maurizio – *El Sistema de las Imágenes. Estética de las Representaciones Cotidianas*. Barcelona: Paidós, 2003.

ser noble dentro de una explicación homogénea de la condición nobiliaria. Es obvio, como afirmaba Sartre, que el original es superior a la imagen, por lo menos de modo ontológico, por ello, lo heráldico sólo es capaz de no resultar sospechoso una vez pasado el tiempo, de tal modo que en la Edad Moderna, en determinados contextos urbanos, se dieron constantes procesos de ataque a labras heráldicas motivados por diferentes causas aunque estas violencias no discutían el significado intrínseco del blasón, únicamente a los individuos que un determinado blasón representaba.

Uno de los textos fundacionales de la tratadística nobiliaria castellana, *Espejo de verdadera nobleza* de Diego de Valera, escrito en torno a 1441, representa un modelo de interpretación de lo nobiliario y del papel de la heráldica como representación iconográfica de la excelencia¹⁵. Valera, según todos los especialistas, escribió una extensión del texto titulado *Tratado de las armas* que se debió componer en torno a 1460¹⁶ en el que ya planteaba estas cuestiones, como receptor de las teorías italianas sobre la representación de la dignidad.

Hace muchos años, Terry Eagleton publicó un célebre texto titulado, *La Estética como ideología*. Con su sarcasmo habitual, hablaba de cierto fetichismo a la hora de abordar el estudio de la estética y abundaba en la dupla entre la comprensión crítica de un fenómeno y la evasión ideológica que toda interpretación puede tener. En este sentido, el estudio de lo heráldico como sistema de comunicación de la nobleza y como forma de construir al otro, al excelente, tendría estas dos dimensiones, por una parte, la comprensión crítica, erudita del artefacto y por otra, lo evasivo que el objeto heráldico y su interpretación puede llegar a alcanzar en lo relativo a sus funciones.

Existe pues, en las narrativas sociales sobre lo nobiliario que se construyeron en la Europa de la Edad Moderna diferentes formas de concepción de la nobleza en la que siempre se encuentran interconectados algunos de los planos de la alteridad que Lévinas destacaba (Metafísico, Religioso, Individual, intersubjetivo y ético). La nobleza, lo nobiliario evidencia de forma notoria y aumentativa la idea de que existe otro, “el no noble” que, o bien se mantienen en su estatuto social o aspira a superarlo y convertirse en noble. Este binomio entre el noble y el no noble posibilitaba no sólo la comprensión de una estructura social cimentada en la desigualdad, sino que construía una lógica de identidad basada en la comprensión del ser noble como una condición y una naturaleza concreta. Además, el noble es “Otro” en tanto que sus propias características personales, culturales, políticas y simbólicas le otorgan una identidad propia e indisoluble de su estatuto social. Por ello, las vivencias de un noble

15 SERRANO Florence – “Écfrasis e iconografía heráldica en el *Espejo de Verdadera Nobleza* y el *Tratado de las Armas* de Diego de Valera”. *e-Spania* [en línea], 37 (2020). Disponible en <http://journals.openedition.org/e-spania/36201> [consultado 07 mayo 2023].

16 Ver RODRIGUEZ VELASCO, Jesús – *El Debate sobre la Caballería en el Siglo XV*. Valladolid: Junta de Castilla y León, 1996.

y sus experiencias vitales no se encuadran dentro de las formas lógicas de sentir y comunicar la vida que otros grupos sociales podían llegar a tener en cuenta; los actos de la vida del noble son siempre actos políticos, se trataba de una vida activa que encontraba en lo heráldico la defensa de ese modo de estar en la sociedad. En la heterogeneidad de estos, paradójicamente, radica su propia identidad.

El último plano de Lévinas que puede resultarnos útil es el que podemos denominar ético. La nobleza posee una dimensión heroica y virtuosa que los “otros” no pueden conseguir, lo que convierte la ética nobiliaria en un imposible de adquirir para el resto de la sociedad y permite que los valores propios del grupo se transmitan por un vehículo siempre controversial como es la sangre y hace que esta “particularidad”, distinga y legitime la posición social y la superioridad de sus valores y conductas.

Visto y no visto. Un vocabulario y una distinción moral

Ver y ser visto o no ser visto. La heráldica es un artefacto producido para ser visto, nunca oculto. Las particulares características de lo heráldico se imponen como una forma de definición de lo nobiliario y convoca una forma concreta de percibir al otro, al diferente, al excelente.

En este sentido, es fundamental percibir lo heráldico como un hecho histórico en sí mismo. Una definición sobre el papel de algunos hombres en la historia de sus reinos, reyes, ciudades y vidas personales. ¿Qué producto crea el individuo que visiona una labra heráldica en una fachada? Probablemente le concedía un significado diferente al que un consumidor cultural de hoy le atribuya, pero le dotaba de un contexto social y un ambiente político en el que el blasón adquiriría una función clara.

Resulta innegable que la construcción de la imagen simbólica de la nobleza y su expresión por medio del lenguaje o lenguajes nobiliarios parte de la significación de la propia génesis del grupo e incluso del concepto. Discernir el conjunto de tópicos utilizados en la explicación del fenómeno de la génesis nobiliaria nos debe acercar a marcar claramente la diferencia entre los argumentos de distinción, los factores de la retórica nobiliaria y los elementos simbólicos. El mito fundacional del grupo recurre al ideal germánico para expresar su raíz distintiva con respecto al resto. En este sentido resultan especialmente significativos todos los textos referidos a las crónicas de las casas o las historias genealógicas a las que dedicaremos un apartado más pormenorizado.

Claramente hay que comenzar nuestro argumento con el clásico debate etimológico sobre los términos que definían lo noble en toda Europa:

“NOBLE: *Latine nobilis, quasi noscibilis*. A causa de que por su virtud o la de sus antepasados se da a conocer. *Ide, quod illustris, clarus, ceber*. Este título se dava antiguamente a los reyes de Castilla. En nuestros tiempos, antes de remediarse el exceso de títulos, nadie se satisfacía con él. Tanto hace la mudanza de los tiempos. Nobleza, la calidad de ser noble. Ennoblecen y ennoblecido. Comúnmente llamamos hombre noble al que es hidalgo y bien nacido”¹⁷.

Esta visión sobre el concepto de nobleza hay que insertarla dentro del modo en el que lo nobiliario generó un vocabulario específico para juzgar y valorar la realidad social en torno a los conocidos, distinguiendo de este modo: las categorías y los imperativos de las clasificaciones endógenas que el grupo nobiliario compartía en toda Europa en la Edad Moderna. Una construcción discursiva que pretendía superar lo problemático que la definición de noble suscitaba, insistiendo en que todos los términos sobre la nobleza tenían que ver con la condición social del otro, otro que era socialmente, preeminente.

Situado el lenguaje o lenguajes nobiliario/s sobre la sólida base de un discurso que aboga abiertamente por la desigualdad social, y que de forma heterogénea alterna valores éticos del cristianismo con cuestiones de práctica política, la “civilidad” nobiliaria establece, de manera ventajosa para ellos, una ética individual, basada en la existencia de un orden social discriminatorio, de una estructura jurídica que lo ampara, de unos valores individualizados y reafirmados constantemente y de un conjunto de manifestaciones públicas que lo hacen perceptible por el resto de la sociedad.

¿La cultura visual de la Edad Moderna impuso lo heráldico como identificación del otro? Sí. En este sentido, lo heráldico como forma de representación de la naturaleza del noble, constituyó una manifestación del canon visual que se estableció desde la Edad Media, ordenando el acceso a los símbolos del estatus. Esto evitaba el caos genérico que parecía presidir todo lo que tenía que ver con las armerías durante la Edad Moderna. Esta forma de identidad, expresión de una forma de estar en sociedad, debe relacionarse con la idea de que el noble debe ser reconocido y se asocian a él, tanto el mito de la parentela como otras formas de distinción de la dignidad social. Es una imagen de identificación que se construye desde el propio lenguaje del blasón, *sciencia* heráldica, que finalmente, tienen una atracción hacia la sociedad, como reseñó Miguel Metelo de Seixas¹⁸.

Al hilo de este argumento, cabría preguntarse cómo se configura la naturaleza nobiliaria. Para responder a esta cuestión debemos plantear a su vez otra pregunta:

17 COVARRUBIAS, Sebastián de – *Tesoro de la Lengua Castellana*, 1611.

18 SEIXAS, Miguel Metelo de – “Qual pedra íman. A matéria heráldica na cultura portuguesa do Antigo Regime”. *Lusitana. História*, s. 2, 7 (2010), 357-413.

¿Lenguaje o lenguajes nobiliarios? No escapa a nadie que el protagonismo de la nobleza en los siglos modernos es el factor catalizador de todo un lenguaje, que debemos confirmar si es unívoco o si por el contrario existe una polisemia conceptual expresada en toda una suerte de certidumbres reiteradas indefectiblemente a lo largo de la Edad Moderna. La nobleza “en sí” o la nobleza “para otros” son circunstancias que estarían en la base de la existencia de estos aparentes lenguajes nobiliarios. Matizando en ocasiones las estrategias de inserción y los mecanismos de representación que el propio grupo utilizaba para configurar su identidad y por ende desdibujando lo que los “otros” suponen o poseen dentro del conjunto social.

De tal modo que la identificación de las armerías comenzó a ser prueba de nobleza indiscutible dentro del complejo sistema de reconocimientos de la condición de noble. Órdenes Militares y toda suerte de corporaciones sociales de carácter nobiliario, buscaban centrar la identificación de sus miembros en la indudable prueba armera. Repertorio de blasones de los caballeros del Toisón o las preguntas sobre la identificación de armerías que algunas órdenes Militares castellanas obligaban a la sociedad de su tiempo a resaltar esta singularidad propia de caballeros. De hecho, desde el siglo XIII proliferaron en toda Europa manuales y libros de heráldica que actuaban como complemento a la teoría sobre la nobleza, género libresco que también tuvo una intensa difusión y que debemos interpretar como una necesidad social que encontró acomodo en la producción editorial de su tiempo. La propia tratadística nobiliaria siempre se ocupó de lo heráldico como el más perfecto sistema de comunicación de lo nobiliario. La importancia de este legado conceptual llegó al siglo XVIII castellano en un modo muy llamativo. En las instrucciones de los informantes nombrados por el Consejo para las probanzas de hábito de Alcántara de Pedro Nolasco de Echenique y Lecároz se afirma

“Que para el reconocimiento de las Casas Solariegas, y de sus Armas ù Sepulcros, Capillas, ò Arcos, en que las hubiera, y se deban traer copiadas en la Información, concurra con los Informantes un Escribano que firme también la diligencia, y dé Testimonio de haberse hecho; y de las quáles son las dichas Armas, y de su materia; esto es, si son de piedra, ú de pintura, antiguas o modernas; y en Navarra, si están públicamente expuestas en las puertas principales de las Casas, según la Ley de aquel Reyno; y si son las que pertenecen al Pretendiente, y las que usaron sus Progenitores: Y para la Orden de Alcántara no se contentaran los Informantes con los Escudos que la parte , ó su agente diere, sino que ellos mismos las busquen, y reconozcan en las Casas, Capillas, Entierros, Reposteros, ú otras partes publicas donde se hallen fixadas; de forma que no quede duda en ser del Pretendiente, y de sus

Ascendientes; y después del reconocimiento, las harán pintar para traerlas con la Información al Consejo”¹⁹.

La probanza se llevó a cabo en 1787 y acabaron en 1788. En este caso, el pretendiente se encontraba en Santiago de Chile como teniente de fragata de la Armada, lo que seguramente incidió en que el Consejo fuese especialmente riguroso en la identificación de los elementos armeros. Estas instrucciones se acuñaron en 1715, periodo de renovación de los hábitos²⁰. Esta pregunta era constante en el sistema de probanzas, si bien estaba planteada de otro modo.

Años antes, el cuestionario para el hábito de Diego Enríquez de Borja del año 1628 en Lima, se indicaba:

“Item si saben, creen, vieron, oyeron decir que el padre y la madre del dicho Don Diego Enríquez y el padre y madre del dicho su padre: y assi mismo el padre y la madre de la dicha su madre, nombrándolos cada uno de por sí, ayan sido y son auidos y tenidos y comúnmente reputados por personas hijosdalgo según costumbre y fuero de España, y que nos les toca raza ni mezcla de Iudio, Moro ni conuerso, ni hereje, ni villano en ningún grado por remoto que sea, ni de penitenciado por el Santo Oficio por cosas de Fe hasta la quarta generaci^on : declaren cómo u por qué lo saben y si lo creen y cómo y por qué lo creen, y si lo vieron ò oyeron decir: declaren a quién y cómo: y que tanto tiempo há: é a si mismo digan y declaren en que opinión han sido y son auidos y tenidos, y de la pública voz y fama y limpieza que ay en sus personas y linaje, y las armas que cada uno de sus abuelos tenían en particular”²¹.

En esta pregunta están encerrados alguno de las marcas de honor que crean otro, un individuo socialmente preeminente, consolidada en tres órdenes:

- a) La imagen simbólica del grupo,
- b) El estamento como categoría y finalmente,
- c) La imagen de sí.

A cada una de estas categorías correspondían representaciones propias que quedaban plasmadas por una literatura de estados propia. Al primer grupo le correspondería una tipología de signos externos que se relacionarían con la posición política del grupo en la sociedad y finalmente se expresaría en su propia definición.

19 Madrid, Archivo Histórico Nacional [AHN], OM, Caballeros, Alcántara, Exp. 451.

20 GIMÉNEZ CARRILLO, Domingo Marcos – *Los Caballeros de las Órdenes Militares. Entre Austrias y Borbones*. Almería: Universidad de Almería, 2016.

21 Madrid, AHN, OM, Caballeros, Alcántara, Exp. 459.

Por su lado, el segundo caso, el de las imágenes simbólicas, se aferra a las definiciones de conceptos como Solar, armas, heráldica y limpieza de sangre. Finalmente, la imagen de sí misma, que es resumida en los textos de algunos autores.

Años después, e 1668, en las instrucciones para el hábito de Bernardo de Aranda y Eslava Medrado y Hurtado de Mendoza, el Consejo exigía a los informantes que averiguasen qué tipo de hidalguía tenía el pretendiente, si era de posesión o de privilegio y que lo probasen documentalmente²², lo que nos coloca en el centro mismo de los problemas de definición y consideración pública de la hidalguía. Como hemos visto, durante todo el siglo XVII, la cuestión de la prueba armera resultaba de especial interés para el Consejo de las Órdenes y en las respuestas que los testigos ofrecieron a esta cuestión en la probanza, podemos ver una serie de elementos que nos sitúan ante la percepción pública del reconocimiento de las armerías por parte de la sociedad en diferentes entornos urbanos, lo que perfila un modo de ver al otro, al noble gracias a un signo inequívocamente nobiliario. En el caso de Bernardo, éste era Alcaide del Castillo de Banera y las pruebas llevaron a los informantes a diferentes villas de la Andalucía Oriental, (Jaén, Castillo de Locubín, Alcalá la Real, Granada).

Tabla 1 – Declaración testigos. Elaboración personal

CIUDAD	TESTIGO	DECLARACIÓN SOBRE ARMERÍAS
Villa del Castillo de Locubin (Jurisdicción de Alcalá la Real)	Licenciado Fernando Ruiz Hidalgo	“Y en <i>quanto</i> a las armas que tocan al pretendiente por los apellidos de Aranda y Hurtado de Mendoza la verán en las casas que en esta <i>villa</i> posee oy don Francisco de Aranda Hernano mayor del pretendiente y en las cassas que en esta villa tiene Don Rodrigo de Sotomayor en las capillas que tienen en la Iglesia Mayor de la dicha Ciudad de Alcalá la Real, adonde se verán”
	Julio de Córdoba y Contreras (Presbítero ordinario)	“Y en quanto toca a las armas de los apellidos de Aranda y Hurtado de Mendoza que es la Baronía del Abuelo Paterno y Abuela Materna, se verán en las casas que oy posee en esta villa don Francisco de Aranda, Hermando del pretendiente mayor en las Capillas y entierros que tienen en la Iglesia Mayor de la Ciudad de Alcalá donde se verán con toda claridad y distinción”
	Diego Fernández Vega (Vecino)	“Y en quanto toca a las armas de los apellidos de Aranda Hurtado de Mendoza se vran en las casas que tienen en esta dicha villa y en los entierros que tienen en la Yglesia mayor de la dicha ciudad de Alcalá la Real y todos los apellidos que tocan a los abuelos del pretendiente son apellidos de Cavalleros hijosdalgo de sangre y de gente limpia de la demás notoriedad y nobleza de sangre de esta tierra tenido y reputados por tales como es muy público y esto responde a la pregunta”
	Tomás Izquierdo (vecino)	“Y en quanto a las armas que tocan a los apellidos de Aranda y Hurtado de Mendoza de la abuela paterna y la abuela materna se vran con claridad y distinción en las casas que tienen en esta villa y en las capillas y entierros que tienen en la Yglesia mayor de la dicha ciudad de Alcalá la Real”.

22 Madrid, AHN, OM, Caballeros, Alcántara, Exp. 96.

	Alonso Lopes de Siles (Clérigo presbítero)	“Y en quanto a las armas que tocan a los apellidos de Aranda y Hurtado de Mendoza del Abuelo Paterno y abuela materna, se verán en los escudos de ellas que están en las cassas y en los entierros en la Capilla que tienen en la Yglesia Mayor de la ciudad de Alcalá la Real donde se verán con toda distinción y claridad”.
	Laurençio Rodrigues Cubero (presbítero colector de la Iglesia de San Pedro)	“Y en quanto a las armas que tocan a los apellidos de Aranda y Hurtado de Mendoza ser verán en sus cassas y en las capillas y entierros que tienen en esta casa en la Yglesia de ella y en la de la ciudad de Alcalá la Real donde se remite”.
	Francisco Álvarez Morales (Vecino y Regidor de la Alcalá la Real)	“Y en quanto a las armas que tocan a los apellidos de Aranda y Hurtado de Mendoza del abuelo paterno y abuela materna se verán con claridad y distinción en las cassas y capillas y entierros que tienen los de este apellidos en esta villa y en la Yglesia de ella en la ciudad de Alcalá la Real”
Granada	Sancho de Guzman Portocarrero (Capellán de Honor de su Magestad, prebendado Capellán en la Real capilla de los Reyes Católicos. Caballero de la Orden de san Juan)	“En quanto a las armas que tocan al apellido de Medrano saue este testigo las tenían en una capilla que tenían en el convento de San Jerónimo de esta ciudad la qual se enajeno y quitaron las armas que allí estaban, pero dará razón de ellas el dicho don Luis de Paz y Medrano a que oy tocan inmediateamente en esta ciudad [...]”
	Tomás de Paraquellos Caveza de Vaca (Escribano)	“Las armas no sabe quales son”
	Julio de la Torre Hurtado de Mendoza	“Luis de la Paz y Medrano dará cuenta de las armas que tocan a los dichos apellidos”
	Alonso Albárez de Bohorques (Marques de los Trujillos)	“[...] las armas que tocan al apellido de Medrano que este testigo asue estaban en una capilla que tenían en la Iglesia de san Jerónimo de esta Ciudad la que vendieron y los frayles borraron las armas”

Fuente: Algunos testigos de don Bernardo de Aranda y Eslava Medarno y Hurtado de Mendoza. Madrid, Archivo Histórico Nacional [AHN], OM, Caballeros, Alcántara, Exp. 96.

En el caso de don García Fernando Bazán y Faxardo de Villalobos y Salinas y de Paz, pruebas que se realizaron en Fregenal, Sevilla, Jerez de los Caballeros, en 1696, en su expediente consta una reproducción de sus armas²³. En su escudo, aparecen las armas de los apellidos Franco, Mariano, Paz y salinas, y en el centro Bazán con su clásico jaquelado. Era don Fernando regente de la Audiencia de Sevilla. La probanza por lo tanto era en recompensa a sus servicios. Pocos datos sabemos tenemos sobre él, más allá de los que aparecen en el *Diccionario Biográfico Español*²⁴.

23 Madrid, AHN, OM, Caballeros, Alcántara, Exp. 168.

24 DOMÉNECH ROMERO, Cristina – “García Fernando Bazán y Fajardo de Villalobos”. Portal de Historia Hispánica. Real Academia de la Historia [en línea], <https://historia-hispanica.rah.es/biografias/5629-garcia-fernando-bazan-y-fajardo-de-villalobos>.

Tabla 2 – Declaración de algunos testigos. Elaboración personal

CIUDAD	TESTIGO	DECLARACIÓN
Frexenal	Alonso Suarez de Figueroa (alcalde por el Estado de los Hijosdalgo)	“[...] Collegio de la Compañía desta Villa y del convento de la Paz que es de las Religiosas y en ella y en ellas estás las armas deste apellido como en el convento de San Francisco que en su capilla de Joachin que es el entierro tocante al pretendiente y en las [ilegible] de su mayorazgo que son en esta villa en la calle de las [ilegible] las armas del apellido de los bazanes [...]”
	Diego Prado y Villegas	“En quanto a los escudos de armas an usado y usan el pretendiente y sus ascendientes por los dichos apellidos se remitió a sus casas de sus mayorazgos, a sus entierros y capillas y en fama y opinión son abidos y tenidos y reputados”

Fuente: Madrid, Archivo Histórico Nacional [AHN], OM, Caballeros, Alcántara, Exp. 168.

En las probanzas de Diego Félix de Guzmán Cárdenas y Aguilar Guzmán Sigles de Villena que se iniciaron en Córdoba en 1638²⁵, los testigos afirman saber dónde se deben poner las armas y cómo por el lugar que ocupan en el entramado urbano, pueden ser identificados como señales de singularidad nobiliaria dentro de una determinada ciudad. En la siguiente tabla, podemos ver algunos testigos del largo expediente.

Tabla 3 – Declaración de algunos testigos. Elaboración personal

CIUDAD	TESTIGO	DECLARACIÓN
Córdoba	Juan Ruiz de Quintana (canónigo de la Santa Iglesia)	“Y en quanto a sus armas se remite a sus casas donde las a visto pintadas...”
	Manuel de Morales (Clérigo y Presbítero)	[...] y sabe pintan y tienen arma todos los susodichos como tales caballeros hijosdalgo que para no acordarse en particular de ellas se remite a sus casas y capillas donde las a bisto y esto responde”

Fuentes: Testigos de 1638, Diego Félix de Guzmán Cárdenas y Aguilar Guzmán Sigles de Villena. Madrid, Archivo Histórico Nacional [AHN], OM, Caballeros, Alcántara, Exp. 690.

Años después, en 1642, su hermano Luis, recibía también el mismo hábito²⁶ y las respuestas tenían el mismo tenor. En líneas generales, o bien, identifican alguno de los cuarteles de los escudos o, y esto era lo más frecuente, eran capaces de ubicarlas en el espacio urbano. Al tratarse de las armas de sus abuelos maternos. La necesidad de que los escudos estén visibles fue una evidencia que los teóricos de la nobleza reflejaron como una manera inequívoca de expresión de la singular

25 Madrid, AHN, OM, Caballeros, Alcántara, Exp. 690.

26 Madrid, AHN, OM, Caballeros, Alcántara, Exp. 691.

naturaleza nobiliaria. Una forma de narración sobre el Ser noble y, sobre todo, un modo de aprender el mundo social de lo nobiliario en el complejo entramado social de las ciudades de la Monarquía.

Juan Benito Guardiola, célebre autor del texto sobre lo nobiliario más elocuente de los escritos en Castilla en la Edad Moderna identifica la heráldica con la forma unívoca de identificación de lo nobiliario. Como una evidencia palmaria de la vida activa que todo noble y sus ancestros han debido llevar a cabo y que les distingue de los otros. Pero, además, identifica la concesión de armerías, como una parte indudable del sistema de recompensas que sirve para identificar a los virtuosos de los que no lo son, de tal modo que lo heráldico se convierte en un argumento para identificar no solamente a los honorables, sino al modo en el que se adquiere la condición de honrado.

Para Guardiola, como para muchos pensadores de su tiempo que se movían bajo la influencia de las ideas de Aristóteles o Cicerón, era una obligación la participación de las personas en la vida política, lo que, para el monje benedictino, significaba también el directo servicio al monarca. Debemos coincidir y coincidimos con Faustino Menéndez Pidal cuando afirmaba que durante la Edad Moderna el fin de las representaciones armeras era transmitir la calidad nobiliaria²⁷. Pero no sólo, para autores como Guardiola, heredero de autores como Valera, Mexía y más aún, Bártolo de Sasoferrato lo heráldico sería la plasmación de un fenómeno de éxito social, de una peripecia moral satisfactoria. Por ello, para él, “las armas y insignias particulares son señal de título y prerrogativa de nobleza”²⁸. Este planteamiento desborda la simple explicación formal de las armerías para introducir su existencia dentro de una excepcionalidad europea que tienen que ver con el comportamiento de los individuos y las dinámicas que generan. La habilidad genérica de la heráldica está en su belleza formal y su indudable capacidad comunicativa.

Como las armas simbólicas, no defensivas, tienen para Guardiola un carácter de excepcionalidad, pues son exclusivas de los hidalgos y nobles, será el específico comportamiento virtuoso de los nobles el que garantice la adquisición de estas. Para él, las armerías estaban compuestas por:

Linaje
Dignidad.

A las primeras, las consideraba como parte indivisible de la condición de familia, linajes y solares diferentes²⁹, si bien distinguía que algunas de ellas eran

27 MENÉNDEZ PIDAL DE NAVASCUÉS, Faustino – “Desarrollo y crisis del sistema heráldico (siglos XIII-XV)”. *Anales de la Real Academia Matritense de Heráldica y Genealogía*, 1 (1991), 87-100, p. 100.

28 GUARDIOLA, Juan Benito – *Tratado de nobleza y de los títulos i ditados que oy en día tienen los grandes y claros varones de España*. Madrid, 1591, f. 32v.

29 Guardiola, *Tratado de nobleza...*, f. 37v.

por merced y otras por privilegio, lo que vinculaba el reconocimiento de las armerías con un acto de la voluntad regia, como afirmaba Bártolo de Sassoferrato. Que el soberano tuviera una implicación directa en la concesión de las armerías no solamente debe entenderse como una manifestación del poder sino como una forma de poner orden en el sistema del honor que Felipe II inició ya con diversas pragmáticas. Esta forma de adquisición de armerías distingue al noble del no noble. Al individuo y linaje implantado en el territorio y al que los testigos de las probanzas que hemos visto en el párrafo anterior hacen mención. Pero no solamente. El propio Guardiola admitía la existencia de razones para la adquisición de las armerías, los hechos hazañosos. Armas que vindicaban las virtudes heroicas y son la objetivación del absoluto nobiliario: el servicio y el valor. Estos hechos de los antepasados se heredaban e implicaban para los descendientes, una obligación moral como forma de singularización frente al resto. Un fruto “excelentísimo” que incitaba a la imitación de los antepasados. Es pues una reivindicación de las armerías como una forma de vida activa que termina convertida en la confirmación de una dignidad única.

Será un autor como Juan Benito Guardiola quien perfile cómo las capillas funerarias eran elementos clave dentro de los procesos de distinción,

“esto de poner armas en las sepulturas, es cosa muy antigua, pues que leemos en libro primero de los Machabeos, que Símón, capitán de los Judios edificó un sumptuosísimo sepulcro a su padre y madre y hermanos, con pirámides y columnas, en las quales hizo esculpir, por armas y deuisas, vnas naues, hauiendo fixado y puesto allí primero las armas ocn las que auian peleado y vencido sus hermanos”³⁰.

Plinio es tomado por Guardiola como autoridad, lo que le permite interpretar que la posesión y exhibición de las armas de guerra y las simbólicas dentro del escenario de la muerte. En este sentido, se puede comprobar cómo el noble es heredero de una forma moral y de una práctica virtuosa de carácter heroico, lo que es convertido en una marca indeleble de distinción de los linajes. Este hecho, como hemos visto en las respuestas de los testigos de los hábitos arriba referidos, permite hacer algo que Guardiola consideraba función básica de las armerías, “de como conviene y es necesario que las armas e insignias de vn memso linaje sean diferenciadas en algo”³¹.

En esta condición se permite distinguir, no solamente el código endógeno de lo nobiliario (primogénito, hermanos menores), sino de cara a la sociedad que contempla el orden familiar de un linaje en un determinado territorio, como hemos

30 Guardiola, *Tratado de nobleza...*, f. 46v.

31 Guardiola, *Tratado de nobleza...*, f. 48v.

visto también en las respuestas de los testigos. Por lo tanto, Guardiola defiende que la heráldica, los elementos de carácter heráldico y armero, adquieren una plasticidad pedagógica de la vida activa en un tiempo, la Edad Moderna, de permanente cambio. Del mismo modo, son testigos de la presencia de un linaje en el territorio y esa memoria del pasado debe ser respetada, pese a los posibles cambios y mudanzas de los tiempos. En el capítulo veintinueve de su obra afirma esto mismo, al afirmar que el cuidado de las armas presentes en todos los edificios debían respetarse incluso cuando la propiedad se vendiera³². En Castilla existía el determinado cuidado de las armerías y su protección dentro de las relaciones e instrucciones que se codificaban en las constituciones de los mayorazgos que, entre otras cosas, impedía que se vendieran las casas solares de los antepasados. Para Guardiola, esta circunstancia era imperativa para el correcto funcionamiento de la sociedad y el adecuado reconocimiento a los excelentes, pues la protección sobre las armerías era total,

“Y lo mismo se deúa procurar en España, que algunos sucesores en mayorazgos no vendiesen las cosas solares de sus antepassados, y ya que esso hizisessen por muy gran de necesidad, fuese con condición que no se pudiesen quitar las armas y las insignias que estuviesen esculpidas y labradas en las puertas de sus casas”³³.

El blasón será por lo tanto una forma de relación con los que contemplan e identifican la nobleza y sirven para destacar aquellos que usan sus virtudes de forma clara y las utilizan en todas las manifestaciones de la vida propia de la naturaleza nobiliaria, de tal modo, que este fenómeno, de carácter europeo, es primordial para el perfecto reconocimiento del imaginario de la sangre, la virtud y la familia

“Y demás desto es costumbre antigua, y aun razonable en Alemania, Francia, Inglaterra y casa de Borgoña, que ningún noble hombre entrara en liças cerradas, ora para justar, ora para tornear o para cosa semejante sin que primero presente sus armas a los oficiales de armas para ponerlas en la orden que deuen estar con las otras que ponen en el cadahalso adonde han de estar o están: y en efecto, no le serán recibidas sino solo el quartel patrimonial, y algunas veces puede ser este quartel de madre y recibirse por patrimonial”³⁴.

Más allá de esta normativización del modo de exhibiciones armeras, para Guardiola, lo fundamental de cómo la heráldica, sirve para distinguir unos de otros, se basa en el jurista Baldo degli Ubaldi para afirmar que las armerías vinculadas

32 Guardiola, *Tratado de nobleza...*, f. 48r.

33 Guardiola, *Tratado de nobleza...*, f. 48v.

34 Guardiola, *Tratado de nobleza...*, f. 49r.

con apellidos tienen que ver con la idea de propiedad y, sobre todo, con una cierta idea de armas parlantes. En este caso, el benedictino pone como ejemplo las armas del Papa Julio II, de la familia Roveré, que él asocia con el Roble o la interesante descripción heráldica que hace de los Céspedes; La Casa de Céspedes, que es cerca de Espinosa, y de hijosadalgo della principales, tienen por armas vn escudo de oro con seis céspedes verdes con sus açadonadas [...]”³⁵. Es significativo que Guardiola, sin ser un experto en heráldica, sí que tenían en la cabeza escribir un gran libro sobre los principales linajes de España, como indicó en su prólogo. Igualmente, hace referencia al origen del mítico ave maría del apellido Mendoza

“Y en Castilla cemos vna Aue Maria en los Mendoças, porque llevándola escriat la cola de vn cauallo vn Moro, el cauallero Christiano, mirando el nombre sagrado que yua puesto en lugar indecente, fue por del Moro y lo mató y después, para gloria de su gente, púsola en su escudo”³⁶.

Hay por lo tanto una dimensión de bondad en la posesión y reconocimiento de las armas e insignias concedidas por el valor de las personas lo que implicaba que todo lo concerniente a la nobleza, necesitará de este artefacto identificativo del otro, del otro que es el hombre bueno, esto es, el ciudadano, al que le corresponden todas las mercedes y preeminencias. Los hombres buenos, virtuosos son ejemplo de constancia y esa es la base de la nobleza y del reconocimiento. Baldo, Luis Vives y Aristóteles, sirven a Guardiola para confirmar esta idea. Es notable que, en la Monarquía de España, la identificación del otro, del virtuoso tenía mucho que ver con la confirmación de lo noble como señal, como signo y en ese sentido, lo heráldico adquiere una dimensión de significación de la virtud. Una virtud mayoritariamente heroica que era fundamental para adquirir hábitos de órdenes militares en las que lo genealógico era demostrado en la prueba armera. La existencia de la heráldica como elemento de significada condición nobiliaria era el punto final de llegada para los buenos ciudadanos y hombre buenos y para reconfirmar la vieja idea de nobleza de un linaje.

En lo heráldico se superaba el viejo debate sobre la nobleza que recorrió Castilla entre los siglos XV y XVI. Entre aquellos postulados que autores como Valera o Alonso de Cartagena defendían cuando afirmaban que la corona regulaba el acceso a la nobleza y por lo tanto a la posesión de armerías y las tesis de Fernán Mexía que argumentaba que la nobleza era algo anterior a la propia existencia de la monarquía y que lo único que hacían los soberanos era confirmar una situación preexistente. Este argumento también fue seguido por un autor como Pedro Gracia

35 Guardiola, *Tratado de nobleza...*, f. 50v.

36 Guardiola, *Tratado de nobleza...*, f. 51r.

Dei. Paradójicamente, la obra de Guardiola será, en este sentido, un punto de consenso entre ambas tradiciones³⁷, pues aglutina la idea de que la nobleza era tanto una idea moral, una realidad preexistente y una gracia que se puede alcanzar con el ejercicio de la virtud. Guardiola indica que el noble es identificado por su valor y éste se resume en un blasón. Vinculaba las armas con un titular, con una historia familiar y con una vinculación con el servicio regio y el territorio, asunto este que no todos podían argumentar.

“Les Armes de Domaine se soûdivisent. 1. En Armes de Pretention, si le Domaine est en d’autres maines que celles du Seigneur legitime: 2. En Armes de Succession, qui sont celles des Familles éteintes, qui passent en d’autres Familles avec les Terres de ceux qui les portoient auparavant [...]. 3. En vrayes armes de Domaine, comme sont celles de tous les Roayumes, Duchés, & Principautez Souveraines.

Les Armoiries des dignitez, sont celles qui sont des pures marques de la charge que l’on exerce: elles s’obtiennent avec ces mêmes charges. [...] Les Armoiries des Communautéz sont celles des Provinces, Villes, Ordres, Societés, Academies, etc. Celles de Concession sont données par le Souverain et prises des pieces de leurs armes en quoi elles sont differents des autres armes, qui doivent être données ou autorisées par le Prince. Celles de Patronage sont celles des Patrons, qu’on ajoûte aux siennes pour marque de reconaissance ou de dependance. Enfin les veritables Armoiries, dont je traite particulierement, sont celles des familles, qui sont les Blasons dont une maison est distinguée de l’autre”³⁸.

Esta insistencia en la existencia de una taxonomía de tipologías de armas debemos interpretarlas como un modo de asociación entre conceptos como preeminencia, excelencia y fama, vinculadas con aspecto como la propiedad y los privilegios vinculados a lo nobiliario. Esta tipología de Menestrier tiene mucho que ver con el modo en el que la Edad Moderna configuró una cada vez más compleja relación entre la nobleza y sus mecanismos de identificación.

La existencia de las armerías en la Edad Moderna se corresponde con una percepción social que justificaba la desigualdad social y la existencia de varios otros. Una suerte de representación de un tipo de caballero cívico del tipo medieval y que autores como Leonardo Bruni ya codificaron en su *De Militia*. La *bellica virtus* será

37 Para una ampliación de este particular, ver GUILLÉN BERRENDERO, José Antonio – *La Idea de Nobleza en Castilla durante el Reinado de Felipe II*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2007.

38 MENESTRIER, Claude François – *La Methode du Blason*. Hervé Pinoteau (pref.). Paris: Estienne Michallet, 1688 (reed. Paris, Guy Trédaniel/Éditions de la Maisnie, 1976), 12-14.

el modo en el que se busque un revival del mundo de los caballeros medievales evocados en infinidad de textos genealógicos y que deberán adaptar sus propios actos a las nuevas lógicas de la corte y las nuevas exigencias políticas que la Monarquía y los estados dinásticos imponen a los preminentes. De tal modo que la nobleza y sus formas de representación generaron un ambivalente artefacto de identificación del otro que adquirió una dimensión de problema social cuando pasó de los manuscritos e impresos a la voz pública y fama. Este paso de la erudición al problema social de la identificación de los honrados será un elemento central del debate sobre lo nobiliario como polémica social en torno a los no nobles.

La heráldica y sus diferentes intersecciones con otras formas de representar la distinción, no debe hacernos pensar que este sistema de comunicación era, en esencia, algo que la gente no otorgaba valor. Tampoco que las falsas atribuciones armeras, las violencias contra las labras heráldicas y otras formas de cancelación tienen como objetivo otra cosa que, destruir al noble, noble considerado otro que cambia de forma social (sospechoso de converso, traidor). La heráldica es una suerte de representación de la voluntad social de un tiempo en el que el heroísmo y sus formas de reconocimiento estaba tamizadas por la común opinión que debía confirmar la pertenencia social de un individuo al templo de la honra o al del olvido.

Al ser la materia heráldica un asunto relacionado con la llamada emblemática honorífica³⁹, sus usos sociales tenían que ver con las formas de identificación de la verdadera honra frente a la falsa. Un blasón pretendía defender la memoria, la pureza⁴⁰ pero también, la vinculación de una persona o parentela con el proyecto del reino y del rey en una combinación de intereses personales y dinásticos. Una forma de unión de estirpes que tienen una presencia indiscutible en el territorio gracias a la potencia descriptiva del blasón, sus formas, piezas y colores.

39 Seixas, “Qual pedra íman...”, 412.

40 BOUDREAU, Claire – *L’Héritage symbolique des hérauts d’armes. Dictionnaire encyclopédique de l’enseignement du blason ancien (XIV^e – XVI^e siècles)*. 3 vols. Michel Pastoureau (pref.). Paris: Le Léopard d’Or, 2006, 388-389.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fuentes

- BUSTO DE VILLEGAS, Sancho – *Nobiliario*. Manuel Amador González Fuertes; José Antonio Guillén Berrendero (eds.). Murcia: Universidad de Murcia, Servicio de Publicaciones, 2014.
- COVARRUBIAS, Sebastián de – *Tesoro de la Lengua Castellana*, 1611.
- GUARDIOLA, Juan Benito – *Tratado de nobleza y de los títulos i ditados que oy en día tienen los grandes y claros varones de España*. Madrid, 1591.
- LLULL, Ramón – *Libro de la Orden de Caballería*. Luis Alberto de Cuenca (ed.). Madrid: Alianza, 1986.
- Madrid, Archivo Histórico Nacional [AHN], OM, Caballeros, Alcántara, Exp. 96, Exp. 168, Exp. 451, Exp. 459, Exp. 690, Exp. 691.
- MENESTRIER, Claude François – *La Methode du Blason*. Hervé Pinoteau (pref.). Paris: Estienne Michallet, 1688 (reed. Paris, Guy Trédaniel/Éditions de la Maisnie, 1976).
- TROYES, Chrétien de – *El Caballero de la Carreta*. Luis Alberto de Cuenca; Carlos García Gual (eds.), Madrid: Alianza, 2000.
- URREA, Jerónimo de – *Diálogo de la Verdadera Honra Militar*. Madrid, Biblioteca Nacional de España, Ms. 2765.

Estudios

- BOUDREAU, Claire – *L'Héritage symbolique des hérauts d'armes. Dictionnaire encyclopédique de l'enseignement du blason ancien (XIV^e – XVI^e siècles)*. 3 vols. Michel Pastoureau (pref.). Paris: Le Léopard d'Or, 2006.
- DOMÉNECH ROMERO, Cristina – “García Fernando Bazán y Fajardo de Villalobos”. Portal de Historia Hispánica. Real Academia de la Historia [en línea], <https://historia-hispanica.rah.es/biografias/5629-garcia-fernando-bazan-y-fajardo-de-villalobos>.
- FRANCISCO OLMOS, José María de; FERNÁNDEZ MARTÍNEZ, Rodrigo José – “El repertorio heráldico de los nueve de la fama. Una obligada falsedad-invencción bajomedieval”. in Javier Martínez; Isabel Velázquez (dirs.) – *De Falsa et Vera Historia. Estudios sobre Pseudoepígrafos y Falsificaciones Textuales Antiguas*. Vol. IV. Madrid: Ediciones Clásicas, 2021, 273-283.
- FRANCISCO OLMOS, José María de; FERNÁNDEZ MARTÍNEZ, Rodrigo José – “Los nueve de la fama. Los modelos caballarescos medievales y la creación de una heráldica inventada”. *Hidalguía*, 387 (2021), 143-198.
- GARCÍA-MERCADAL Y GARCÍA-LOYGORRI, Fernando – “La heráldica, un lenguaje fronterizo entre la arqueología y la modernidad”. *Hidalguía*, 344 y 345 (2011), 11-46 y 187-211.

- GIMÉNEZ CARRILLO, Domingo Marcos – *Los Caballeros de las Órdenes Militares. Entre Austrias y Borbones*. Almería: Universidad de Almería, 2016.
- GUILLEN BERRENDERO, José Antonio – *La Idea de Nobleza en Castilla durante el Reinado de Felipe II*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2007.
- IBÁÑEZ PALOMO, Tomás – “Los nueve de la fama”. *Base de Datos Digital de Iconografía Medieval* [en línea]. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2017. Disponible en <https://www.ucm.es/bdiconografiamedieval/nueve-de-la-fama>.
- MENÉNDEZ PIDAL DE NAVASCUÉS, Faustino – “Desarrollo y crisis del sistema heráldico (siglos XIII-XV)”. *Anales de la Real Academia Matritense de Heráldica y Genealogía*, 1 (1991), 87-100.
- MERLEAU-PONTY, Maurice – *L’Oeil et L’esprit*. Paris: Gallimard, 1964.
- MONTANER FRUTOS, Alberto – “Identificación, evocación y confirmación en los emblemas heráldicos. El caso de las armas parlantes”. *Emblemata*, 18 (2012), 41-70.
- MONTANER FRUTOS, Alberto – “La problemática del número de elementos en las armerías medievales. Diseño frente a representación”. in Miguel Metelo Seixas (ed.) – *Estudos de Heráldica Medieval*. Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, 2012, 125-142.
- MOUNIN, Georges – “Le blason”. in Georges Mounin – *Introduction à la Sémiologie*. París: Minuit, 1970, 103-115.
- PASTOUREAU, Michel – *Traité d’héraldique*. 2.^a ed. Paris: Picard, 1993.
- PASTOUREAU, Michel – *Una Historia Simbólica de la Edad Media Occidental*. Buenos Aires: Katz, 2013.
- RODRIGUEZ VELASCO, Jesús – *El Debate sobre la Caballería en el Siglo XV*. Valladolid: Junta de Castilla y León, 1996.
- SEIXAS, Miguel Metelo de – “Qual pedra íman. A matéria heráldica na cultura portuguesa do Antigo Regime”. *Lusíada. História*, s. 2, 7 (2010), 357-413.
- SERRANO Florence – “Écfrasis e iconografía heráldica en el *Espejo de verdadera nobleza* y el *Tratado de las armas* de Diego de Valera”. *e-Spania* [en línea], 37 (2020). Disponible en <http://journals.openedition.org/e-spania/36201> [consultado 07 mayo 2023].
- VITTA, Maurizio – *El Sistema de las Imágenes. Estética de las Representaciones Cotidianas*. Barcelona: Paidós, 2003.

La guerra como espacio de configuración del otro.

Pedro de Portugal (1464-1466), el otro en la guerra civil catalana

Vera-Cruz Miranda Menacho

Universidad Rey Juan Carlos
veracruz.miranda@urjc.es

Resumen

En un contexto de guerra civil, todo territorio se fragmenta en dos. Esto obliga, de manera natural, a construir dos identidades contrapuestas para definir al otro, como enemigo y contrario, creando dos realidades una frente a la otra que buscan, desde cualquier tipo de estrategia política, militar o comunicativa, la desestabilización del otro. Así, nos centraremos en la figura de Pedro de Portugal, nombrado rey de Aragón y conde de Barcelona, en 1464, para defender la causa de la Diputación del General en Cataluña, convirtiéndose en protagonista, durante un breve espacio de tiempo, de la política catalana en plena guerra civil (1462-1472). La imagen de Pedro de Portugal debe ser observada desde diferentes ángulos como consecuencia de esa compleja realidad política derivada del conflicto, lo que va a generar diversas identidades, algunas traspasando su tiempo.

Palabras clave

Pedro de Portugal; Cataluña; Diputación del General; identidad; Guerra civil

Nota biográfica

Vera-Cruz Miranda Menacho se doctoró en Historia por la Universidad de Barcelona en el año 2012 y actualmente profesora del Área de Historia Medieval de la Universidad Rey Juan Carlos. Ha dedicado la mayor parte de su investigación a la figura de Carlos de Aragón y Navarra, príncipe de Viana, especialmente sus últimos años de vida, aquellos que corresponden con su estancia por tierras de la Corona de Aragón, dedicándose especialmente a su trayectoria política, así como la cortesana y la cultural. Sus investigaciones han ido dirigidas también al estudio de la corte del príncipe, tanto la del reino de Navarra como la de la Corona de Aragón y otros aspectos derivados de las prácticas áulicas. Es autora de diversos artículos académicos sobre la corte del príncipe de Viana, sus finanzas y otras cuestiones políticas de la Baja Edad Media, así como autora de una monografía sobre el Príncipe de Viana que abarca el contexto político e histórico de parte del siglo XV y, por tanto, de los reinos de Castilla, Navarra y Aragón.

The war as a space of configuration of the other. Pedro de Portugal (1464-1466), the other in the Catalan civil war**Abstract**

In a context of civil war, every territory is fragmented in two. This naturally forces us to construct two opposing identities to define the other, as enemy and opposite, creating two realities facing each other that seek, from any type of political, military or communicative strategy, the destabilization of the other. Thus, we will focus on the figure of Pedro de Portugal, named King of Aragon and Count of Barcelona, in 1464, to defend the cause of the Diputación del General in Catalonia, becoming a protagonist, for a short period of time, of Catalan politics in the middle of the civil war (1462-1472). The image of Pedro de Portugal must be observed from different angles as a result of this complex political reality derived from the conflict, which will generate different identities, some transcending their time.

Keywords

Pedro de Portugal; Catalonia; Diputación del General; civil war; identity

Biographical note

Vera-Cruz Miranda Menacho received her PhD in History from the University of Barcelona in 2012 and is currently a professor in the Area of Medieval History at the Rey Juan Carlos University. He has dedicated most of his research to the figure of Charles of Aragon and Navarre, Prince of Viana, especially his last years of life,

those that correspond to his stay in the lands of the Crown of Aragon, dedicating himself especially to his political career, as well as the courtesan and cultural. His research has also been directed to the study of the prince's court, both that of the kingdom of Navarre and that of the Crown of Aragon and other aspects derived from aulic practices. She is the author of several academic articles on the court of the Prince of Viana, his finances, his funerals and other political issues of the Late Middle Ages, as well as the author of a monograph on the Prince of Viana that covers the political and historical context of part of the fifteenth century and, therefore, of the kingdoms of Castile, Navarre and Aragon.

Se entiende, de forma amplia, que la guerra es una manera extrema de construcción de identidades que se enfrentan. Los conflictos armados plantean una resolución de disensos que puede llegar a ser una forma de armar al enemigo, al amigo o al aliado. En este proceso, aparecen como colaboradores necesarios nobles, burgueses o ciudades e, incluso, extranjeros. No es que se plantee como una confrontación de identidades, pero sí es cierto que los cronistas bajomedievales, los historiadores de la Edad Moderna y la historiografía del siglo XIX han buscado en la guerra no ya una interpretación geopolítica de justificación de las diferentes legitimaciones territoriales, sino una interpretación factual que debe servir de recordatorio permanente sobre la bondad o maldad de unos frente a otros.

Los conflictos de orden religioso o territorial, como los acaecidos en los territorios peninsulares durante los siglos medievales, tienen mucho que ver con una narración exhaustiva sobre las bondades de uno y las negligencias del otro. En un contexto de guerra civil, todo territorio se fragmenta en dos. Esto obliga, de manera natural, a construir dos identidades contrapuestas para definir al otro, como enemigo y contrario, creando dos realidades una frente a la otra que buscan, desde cualquier tipo de estrategia política, militar o comunicativa, la desestabilización del otro. Al dividirse el reino en dos partes, una contra otra, se precisa de dos estructuras de poder que sustenten cada espacio y, por tanto, de dos representantes de esa identidad colectiva. La representación de ese poder, en cada una de las partes, se va a construir desde dos perspectivas: la propia y la ajena, ofreciendo una visión dual de cada personaje.

Se trata de afirmaciones que se insertan en una dialéctica de fieles o infieles, por un lado, o de argumentos legítimos sobre un territorio, por otro, pero ¿qué pasa cuando hay que hablar del “otro” cuando éste procede de otro reino o territorio? ¿Qué papel juegan los pequeños estereotipos sobre naturales de otros reinos en la configuración del otro durante un conflicto? Esta pregunta la intentaremos responder en las siguientes páginas a través de observar la figura del condestable, Pedro de Portugal, nombrado rey por parte de la Diputación del General en 1464, para defender la causa levantada contra Juan II de Aragón, convirtiéndose en protagonista, durante un breve espacio de tiempo, de la política catalana en plena guerra civil (1462-1472). La imagen de Pedro de Portugal debe ser observada desde diferentes ángulos como consecuencia de esa compleja realidad política derivada del conflicto, lo que va a generar diversas imágenes e identidades asociadas a ellas, algunas de las cuales han conseguido traspasar la frontera de su propio tiempo.

En busca de legitimidad. El personaje

La vida política de Pedro de Portugal se entrelaza con la historia del Principado de Cataluña en un momento muy determinado, exactamente durante dos años, en los que fue el representante regio del bando de la Diputación del General. Llegó a la ciudad de Barcelona un 20 de enero de 1464, permaneciendo en el Principado hasta su muerte, ocurrida el día de san Pedro del año 1466. En este breve periodo de tiempo, se convierte en protagonista de la guerra civil catalana que asoló el territorio desde 1462 hasta 1472¹.

Su vida, anteriormente, se relaciona con Portugal, evidentemente, donde nació en 1429, siendo el primogénito del duque de Coimbra y regente del reino, y de Isabel de Urgel, hija de Jaime, conde de Urgel. Nombrado condestable de Portugal, dignidad con la que se identificaba en las crónicas a este personaje ante otros personajes homónimos. Su destino se unió, asimismo, al del reino de Castilla, donde se refugió tras ser desterrado de la corte lusa². En la corte castellana resaltó

1 Sobre la guerra civil catalana remito a los clásicos RYDER, Alan – *The Wreck of Catalonia. Civil War in the Fifteenth Century*. Oxford: Oxford University Press, 2007 (recientemente traducido al catalán: RYDER, Alan – *El Naufragi de Catalunya. La Guerra Civil Catalana del Segle XV*. Besalú: Edicions Sidillà, 2021) y CALMETTE, Joseph – *Louis XI, Jean II et la révolution catalane*. Gêveve: Slatkine reprint, 1977.

2 Don Pedro nació en 1429 en el reino portugués, siendo nieto del rey Juan I de Portugal. Fue condestable de Portugal y maestre de Avis. La vida de Pedro de Portugal ha sido estudiada principalmente por Martínez Ferrando: MARTÍNEZ FERRANDO, J. E. – *Pere de Portugal, 'Rei dels Catalans' vist a través dels Registres de la Seva Cancelleria*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, 1936; MARTÍNEZ FERRANDO, J. E. – *Tragedia del Insigne Condestable Pedro de Portugal*. Madrid: CSIC, 1942; y MARTÍNEZ FERRANDO, J. E. – *Pere de Portugal, Rei dels Catalans. Esquema Biogràfic*. Barcelona: Rafael Dalmau, 1960. Véase así mismo BALAGUER Y MERINO, Andrés – *El Condestable de Portugal, Considerado como Escritor, Erudito y Anticuario (1429-66). Estudio Histórico-Bibliográfico*, 1881, y obras de Luís Adão da Fonseca: FONSECA, Luís Adão da – *O Condestável D. Pedro de Portugal*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1982;

por su dedicación a las letras, componiendo su famosa *Sátira de infelice e felice vida* (1453-1455)³, una obra literaria de infelicidad, cualidad que parece que se asocia a este personaje como consecuencia de su trayectoria vital. Esa imagen de infante infeliz le ha acompañado a lo largo de los siglos, incluso Vicens Vives lo describía como “una de las personas para las cuales la rueda de la fortuna gira siempre como potro de tortura: encumbrándoles primero, para destrozarles después”⁴. Aunque ya sabemos, que el hombre sometido a la caprichosa fortuna no siempre alcanza sus primeras intenciones.

Incluso, podemos interpretar que su supuesta mala fortuna quedaba reflejada para la posteridad en su divisa, *paine pour joie*, dolor para el gozo, una directriz que parece que condujo su vida, ayudando a forjar su leyenda. Y que también debe ser analizada bajo el prisma de lo moral y de una particular identificación con el sufrimiento cristiano.

Esta imagen, triste y de dolor, queda oculta parcialmente al convertirse en protagonista del conflicto en Cataluña. En la primavera de 1462, se inicia la guerra en el Principado entre la Diputación del General y Juan II de Aragón por causas mucho más complejas que una lucha de poder entre las instituciones. A pesar de ello, la Diputación acusa a Juan II de incumplimiento de las leyes del Principado, generando un conflicto entre las partes. Desde las Cortes de Barcelona de 1413, la Diputación poseía la autoridad, como así lo había establecido Fernando I de Aragón, de poder impulsar procedimientos judiciales por vulnerar el derecho general del Principado, *Usatges*, *Constituciones y Capítulos de Cortes*⁵. Por esta razón, la Diputación y el consejo permanente, el *Consell lo Representant lo Principat de Catalunya*, se convirtieron en los fieles defensores de las leyes catalanas, como ya lo habían demostrado con anterioridad al erigirse contra las actuaciones de Juan II ante la detención del príncipe de Viana⁶.

Al declararse la guerra, la Diputación del General nombró a Juan II enemigo de la cosa pública, mediante un pregón que enviaron a todas las universidades de Cataluña con fecha de 9 de junio de 1462:

FONSECA, Luís Adão da – “As finanças reais no governo do condestável Pedro de Portugal em Barcelona, 1464- 1466”. in Salvador Claramunt Rodríguez (coord.) – XVII Congrès de la Corona d’Aragó. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2003.

3 Esta obra es estudiada en HAWKINS, Kellye D. – *Sátira de felice e infelice vida de Don Pedro, Condestable de Portugal (1429-1466). Edición Crítica*. Temple University. 2013. Tesis doctoral.

4 VICENS VIVES, Jaime – *Juan II de Aragón (1398-1479). Monarquía y Revolución en la España del Siglo XV*. Pamplona: Urgoiti Editores, 2003, 91.

5 SÁNCHEZ DE MOVELLÁN, Isabel – *La Diputació del General de Catalunya (1413-1479)*. Barcelona: Institut d’Estudis Catalans, Generalitat de Catalunya, 2004, 72.

6 Sobre la detención del príncipe de Viana y el papel de la Diputación del General en su liberación remito a MIRANDA MENACHO, Vera-Cruz – *El Príncipe de Viana en la Corona de Aragón (1457-1461)*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2012. Tesis doctoral; así como a MIRANDA, Vera-Cruz – *El Príncipe de Viana y Su Tiempo*. Madrid: Silex, 2017.

“Per ço los diputats e concell representants lo dit Principat ab intervencio e consentiment de la dita ciutat de Barchinona per conservacio del reyal patrimonio e indemnitat del dit Principat e de la cosa publica persones e bens de aquell e per obviar a tanta severitat ateses les coses dessus dites e altres dien notifiquen e denunciem a tot hom generalment no sens gran amaritud dolor congoixa e contristacio que lo dit Senyor e tots los qui en sa companya son e seran sien haguts tractats e reputats com a inimichs de la cosa publica del dit Principat.”

Se acusaba públicamente al rey de haber actuado en varias ocasiones en contra del Principado, ya desde la detención del príncipe de Viana o de la infanta Blanca, como su participación en la cuestión remensa que ocupaba gran parte de la política catalana desde hacía décadas⁷. Por ello, se le culpaba de acumular odio y rencor contra el Principado, “haja concebut e retengut odi e ranchor contra lo dit Principat”, lo que se venía a demostrar con la firma de unos pactos con el rey de Francia a través de los cuales empeñaba los condados del Rosellón y la Cerdaña a cambio de recibir ayuda militar francesa en la contienda. Igualmente, se le denunciaba por llevar remensas armados, bajo la capitania de un tal Verntallat, entrar con gente armada y con oficiales reales tomando villas, castillos, lugares y matando gente, llevándose bienes y vejando a las mujeres:

“lo Principat de Cathalunya esser posat e constituït en tanta necessitat oppressio e vexacio en perdicio de les persones e bens dels poblats en aquell e aco per causa del Rey Darago que hostilment e ab gran potencia contra forma expressa de la capitulacio al dit Principat atorgada fermada o jurada e de altres leys e libertats del dit Principat es entrat en aquell prenent viles castells e lochs de aquell matant les gents deshonestant dones e donzelles ocupant los bens e aquells donant a sacco”⁸.

Al nombrar enemigo de Cataluña al legítimo rey, Juan II de Aragón, hecho que prohibía su presencia en el Principado, este se quedaba sin la cabeza que lo gobernara, puesto que “el cors politich del qual la prefata Majestat es lo cap”⁹, aludiendo a la doctrina del cuerpo místico en la que todo reino dividido será

⁷ *Colección de Documentos Inéditos del Archivo General de la Corona de Aragón* (en adelante CODOIN ACA). Barcelona: Imprenta del Archivo, 1858, XXIII, pp. 106-108. Posteriormente, se publicó otro pregón, pp. 155-157, esta vez contra la reina Juana: “la dita Senyora sia haguda tractada e reputada com a inimiga discipadora destruidora e subvertidora no solament del patrimoni reyal ans encara de la cosa publica del dit Principat e de les libertats de aquell”.

⁸ CODOIN ACA, XXII, p. 445.

⁹ CODOIN ACA, XV, p. 231.

desolado, “segons la evangélica doctrina tot regne en si divis será desolat”¹⁰. Por tanto, se debía encontrar una persona que ocupara el lugar de Juan II para “salvacio e restauracio del dit Principat e de la cosa publica de aquel e de les persones e bens dels poblats”, así que ofrecieron la corona del Principado a Enrique IV de Castilla¹¹, quien anteriormente ya había mostrado su apoyo militar al príncipe de Viana en la guerra civil navarra. Por eso, “en aquel deure esser proclamat e pres en e per Senyor del dit Principat lo serenissimo don Enrich Rey de Castella”¹². El rey de Castilla aceptó dicho reconocimiento con un gran honor, aunque dejó el cometido en manos de un lugarteniente, Juan de Beaumont, quien se ocupó personalmente de la política del Principado. La relación política del rey de Castilla con Cataluña terminó en breve, tras las negociaciones llevadas a cabo con el rey de Francia, más concretamente con la firma de la sentencia arbitral de Bayona, mediante la que cesaba el conflicto entre el rey de Castilla y Juan II de Aragón, obligando al rey castellano a renunciar a la soberanía sobre el Principado de Cataluña, dejando de nuevo vacío el trono en el Principado.

Tras la renuncia de Enrique IV, y faltando de nuevo la cabeza del Principado, los diputados del General buscaron otro candidato que fuera un “hombre para tal negocio emprender e para ser rey e senyor e cabeça para les defender e emparar”¹³. Esta vez el elegido fue el condestable Pedro de Portugal, quien heredaba los derechos al trono de Aragón de su abuelo, el último conde de Urgel, Jaime, uno de los candidatos al trono de Aragón tras la muerte sin descendencia de Martín I de Aragón en el Compromiso de Caspe¹⁴. Ya se había postulado como candidato con anterioridad, pero Enrique IV ocupaba el señorío de Cataluña¹⁵. Su linaje materno, hijo de Isabel de Urgel, favoreció su elección, creando una esperanza a los diputados, como posible defensor de los intereses del Principado: “Vengut es lo consolador, vengut es lo vencedor, vengut es lo premiador dels qui virtuosamente han pugnat per defensió del seu reyal patrimoni, vengut es lo senyor natural qui a tots amara, no com a vassalls, mas com a fills e germans”¹⁶. Pedro de Portugal era el consuelo, el vencedor, el que premia y el señor natural que amará a los catalanes como hijos y hermanos no como vasallos; sin duda, una gran esperanza depositada en el

10 CODOIN ACA, XV, p. 231. Sobre la teoría del cuerpo místico remito a la indispensable obra de KANTOROWICZ, Ernst H. – *Los Dos Cuerpos del Rey. Un Estudio de Teología Política Medieval*. Madrid: Akal, 2012, 209-230.

11 ENRÍQUEZ DEL CASTILLO, Diego – *Crónica de Enrique IV*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 1994, 192. Sobre el ofrecimiento de los diputados del General de ofrecerle el señorío de Aragón y Cataluña y que el rey de Castilla los tomara por vasallos, pues estos territorios le pertenecían por legítima sucesión; así también le pedían su ayuda militar. Hasta su salida de Cataluña como consecuencia de la sentencia de Fuenterrabía firmada con el rey de Francia, pp. 201-202.

12 CODOIN ACA, XXII, p. 445.

13 Martínez Ferrando, *Tragedia del Insigne Condestable...*, doc. II, p. 236.

14 Balaguer y Merino, *El Condestable de Portugal...*

15 Ryder, *El Naufragi...*, 247.

16 Martínez Ferrando, *Tragedia del Insigne Condestable...*, doc. IV.

condestable que se convertía en el salvador del Principado. En el mes de enero de 1464, Pedro de Portugal llega a Barcelona para ser nombrado rey de Aragón y conde de Barcelona¹⁷. A partir de ese momento, su trayectoria personal y política se une a la del Principado de Cataluña en un momento complejo y convulso.

En este contexto de enfrentamiento, el nombramiento de estos nuevos reyes, a instancia de la Diputación del General y legitimados por las instituciones barcelonesas, era consecuencia de unos intereses políticos concretos, los de las instituciones catalanas que se habían rebelado contra el legítimo rey, Juan II de Aragón. La Diputación del General y un órgano permanente, el *Consell lo Representant lo Principat*, decidieron erigirse en representantes de la voluntad de todo el Principado, confundiendo unos intereses propios y políticos con los de todo el Principado, lo que no respondía a la verdadera realidad catalana que estaba fragmentada. Y en este contexto se otorga a Pedro de Portugal una identidad, regia, que buscaba la legitimación de la causa del General ante el bando realista, el del verdadero y legítimo rey, Juan II. Por esta razón, la imagen de Pedro de Portugal debe observarse desde las dos vertientes de la guerra civil, la rebelde y la realista, para poder comprenderla en toda su dimensión.

Una identidad regia. Lo rey en Pere

La fragmentación del Principado de Cataluña, como consecuencia de la guerra civil, obliga a observar el territorio desde dos realidades enfrentadas: la del bando de las instituciones catalanas, encabezado por su “rey”, Pedro de Portugal, y el bando realista, es decir, el de Juan II y todos los que le apoyaban. Esta bicefalia regia genera dos miradas diferentes de un mismo personaje. Por un lado, como conde de Barcelona, legitimado por sus nuevos súbditos. Por el otro, un rey “intruso”, ilegítimo, extranjero, que ocupaba un trono que no le correspondía. Esta doble visión, en oposición, construida siempre por el otro se percibe en la documentación coetánea, las crónicas y demás registros materiales de su tiempo y posterior.

Por desgracia, como ya nos avisa Bofarull en la *Colección de Documentos Inéditos de la Corona de Aragón*, a partir del comienzo de la guerra civil, en 1462, la documentación de la Diputación del General disminuye a consecuencia de la guerra, pues a partir de esa fecha solamente se encuentran las deliberaciones y pocas cartas¹⁸. Por tanto, esta escasez documental puede oscurecer parte de la realidad de ese momento.

¹⁷ Ryder, *El Naufragi...*, 249.

¹⁸ CODOIN ACA, XXIV, pp. 101-105.

La imagen política de Pedro de Portugal adquiere protagonismo en Cataluña a partir de su juramento ante las instituciones catalanas en la ciudad de Barcelona, en enero de 1464, solemnidad recogida en las fuentes de la ciudad. El diario del consejo barcelonés, el *Manual de Novells Ardits, vulgarment apellat Dietari del Antich Consell Barceloní*, describe exhaustivamente la llegada del condestable a las playas de Barcelona, un sábado 14 de enero de 1464: “Lo dit dia vench una caravella de Portugal qui porta nova certa com lo senyor don Pere net del comte Durgell ab la dita caravella ensemps era pertit ab les galeas den Raphel Julià de Cepta per venir en la present Ciutat. Deu per se mercè lo aport ab salvament”¹⁹. Al siguiente sábado, el 21 del mismo mes, se le ofreció una ceremonia en las playas de la ciudad: “E no res menys lo dit dia vers les VIIJ hores de nit lo senyor Rey en Pere net del comte Durgell intra e fonch junt en la plage de la mar ab les galeas den Raphel Julià la serimonia de la qual venguda es largament continuada en libre quart de solempnitats”. El recibimiento ofrecido por la ciudad de Barcelona a Pedro de Portugal mostró la misma solemnidad que las entradas regias conocidas hasta el momento.

El notario del consejo, Jaume Safont, en el *Llibre de Jornades*, narra, asimismo, la entrada del condestable, el día 21 de enero, en la hora del “seny de l’oració”, cuando “lo illustrissimo senyor rey en Pere Quart d’Aragó e de Sicília” llegó a la playa del mar de Barcelona²⁰, donde se construyó un puente en la playa para su recibimiento como era habitual²¹. Desde allí, el condestable junto a las autoridades de Barcelona se dirigió a santa María del Mar, donde deseaba hacer oración²² para, posteriormente, encaminarse hacia su alojamiento, que era la casa de Bernat de Gualbes, puesto que los palacios estaban ocupados por monjas que se habían tenido que refugiar al ser saqueados los monasterios a causa de la guerra. Siguiendo el *Llibre de jornades*, los ciudadanos de Barcelona salieron a las calles a recibir al que iba a ocupar el señorío de Cataluña. La gente se subió a los terrados, se asomaban a las puertas y a las ventanas para poder ver al rey y saludarle. Algunos se abalanzaban rápidamente a su paso para besarle, lo que parecía que podría enojarle, pero él se lo tomaba con gran placer, “deya rient que tot ho prenia ab molt pler”²³. Se trataba del primer contacto del rey con las autoridades y la ciudad de Barcelona, una ciudad que había manifestado abiertamente su oposición a Juan II de Aragón.

19 *Manual de Novells Ardits, vulgarment apellat Dietari del Antich Consell Barceloní*. Barcelona, 1892-1992, vol. II, p. 443.

20 Sobre entradas reales en la ciudad de Barcelona, remito a RAUFAST CHICO, Miguel – “Ceremonia y conflicto. Entradas reales en Barcelona en el contexto de la Guerra Civil catalana (1460-1473)”. *Anuario de Estudios Medievales*, 38 (2008), 1037-1085.

21 SAFONT, Jaume – *Dietari o Llibre de Jornades (1411-1484)*. Barcelona: Fundació Noguera, 1992, 185-190.

22 Cabe destacar la devoción que profesaba por la iglesia del Mar, puesto que también fue el lugar elegido para su sepultura.

23 Safont, *Dietari...*, 185-190.

Al día siguiente el rey debía legitimar su condición mediante el juramento de los privilegios de la ciudad de Barcelona y de las leyes del Principado. Esta ceremonia fue realizada en la plaza de los Framenors, como era costumbre. Allí se había preparado un catafalco para el solemne juramento. El futuro rey salió de su posada en dirección a la plaza, recorriendo las calles de la ciudad y volviendo a recibir la calurosa bienvenida de los ciudadanos, quienes habían salido a los porches, las puertas y ventanas para volver a ser espectadores de ese importante momento. Cuando el condestable de Portugal llegó a la plaza, se sentó en la silla regia, situada en el centro del catafalco, y en presencia de los consejeros de Barcelona y de la ciudad, juró “tenir e servir les constitucions de Catalunya e capitols de cort e privilegis de Barchinona, usos e costums”, juramento que hizo sobre la santa Vera Cruz y sobre un misal. Pero no juró aquellos privilegios y libertades que otorgaron los reyes Fernando I y Alfonso V, puesto que consideraba que no estaban legítimamente en el trono, al ser Fernando elegido tras el Compromiso de Caspe en lugar de su abuelo, Jaime de Urgel: “atnenen que no succehiren legítimament ell no volia jurar”²⁴.

Tras el juramento volvió de nuevo a su alojamiento, pero para completar el proceso ceremonial, debía realizar otro juramento en la catedral. Al día siguiente, recorrió las calles de la ciudad, bajo palio, en dirección a la catedral. Entró. Se dirigió primero al altar mayor a orar para posteriormente bajar a la capilla de santa Eulalia, donde todavía se encontraba el cuerpo de *sant Carles*, príncipe de Viana, que había muerto en septiembre de 1461. Allí se detuvo a rezar, diciendo en voz alta: “encara li fes gràcia Déu de poder-lo fer canonitzar”²⁵. Este segundo escenario ceremonial, en este caso religioso, marcaba el inicio de la relación entre el nuevo rey y la catedral, allí se debía comprometer a guardar las libertades, privilegios e inmunidades de la catedral y del obispado en general. La Catedral, aunque especialmente su obispo, había tomado parte activa en los acontecimientos previos a la guerra civil, posicionándose de manera abierta en contra de Juan II y colaborando con la Diputación del General, durante un tiempo²⁶. Se prepararon luminarias para su recibimiento, se ornamentó el coro y se le ofreció una recepción de bienvenida²⁷. Además, el rey Pedro realizó varias ofrendas de un florín de oro en las fiestas de la Ascensión en mayo y la fiesta de la Virgen de agosto del año 1464²⁸.

Este primer encuentro entre Pedro de Portugal y la ciudad de Barcelona se inserta dentro del marco ceremonial de las relaciones institucionales entre el rey

²⁴ *Ibidem*.

²⁵ *Ibidem*.

²⁶ TORRES I FERRER, M. J. – “La catedral de Barcelona y la Guerra Civil catalana (1462-1472)”. *Medievalismo*, 7 (1997), 99-138, en concreto pp. 112-113.

²⁷ Barcelona, Archivo de la Catedral de Barcelona [ACB], Sagristia, Comptes 1463-1465. “Item a XXVI del dit mes fem alimares per tres dies per la venguda del senyor rey en Pere, despenen VI sous de suros per fer les lanternes, quarantes sis liures de candeles” (fol. 56r).

²⁸ ACB, fol. 27r y 29r.

y la ciudad, especialmente la relación de reciprocidad que parte del juramento del cumplimiento de las libertades y las leyes de Barcelona y del Principado. Se trataba del compromiso formal del rey con sus súbditos, la legitimación de su potestad en territorio catalán. La figura del condestable Pedro se convierte en “lo illustrissimo senyor rey en Pere Quart d’Aragó e de Sicília”, como aparece en el *Llibre de Jornades*, adoptando la numeración de los condes de Barcelona, no la de los reyes de Aragón. La imagen del rey Pedro, desde las fuentes institucionales catalanas, fue tratada con todo el respeto regio: “serenissimo Senyor Rey en Pere”²⁹. Se nombraba a un nuevo rey, cuya potestad solamente era legítima en una parte del Principado de Cataluña.

Por tanto, ante los ojos de unos, el condestable Pedro de Portugal era el rey de Aragón y conde de Barcelona. Desde el primer momento se le ofrecieron las ceremonias propias del rey, el recibimiento por parte de las autoridades de Barcelona, el solemne juramento en la plaza de los Framenors y la ceremonia religiosa en la catedral. Y ese poder regio lo demostró rápidamente con la convocatoria del *Usatge Princeps namque*, cuya potestad solamente recaía en el rey, ya que su finalidad era la defensa tanto de su persona como del territorio. Al poco de subirse al trono, Pedro de Portugal convocó este usaje al grito de “via fora princeps namque” para convocar un ejército que tuviera la capacidad de “socorrer lo dit senyor lo rey en Pere e per dannificar lo dit rey Johan”. A partir de sus primeras actuaciones se demuestra la dualidad y bicefalia regia que existía en el Principado con dos reyes: *rey en Pere* y *lo rey Johan*.

Durante los dos años que pasó en el Principado, el rey Pedro se ocupó de cuestiones militares derivadas de la coyuntura que se vivía en Cataluña, encargándose personalmente de organizar la defensa de parte del territorio catalán. Eso no fue impedimento para ocuparse de organizar una corte portuguesa a su alrededor y remodelar el palacio de Barcelona, encargando diversas obras de arte como el retablo que todavía se conserva en la capilla de santa Ágata. Estas actuaciones iban en beneficio de su persona y de su corte, lo que provocó cierto enojo en las autoridades del Principado que lo habían escogido para que defendiera sus intereses, unos intereses que pretendían representar el interés general de parte de Cataluña.

Su trayectoria política y vital en Cataluña fue breve, puesto que murió un 29 de junio de 1466 mientras se encontraba en la villa de Granollers. Al encontrarse mal, con fiebre, se lo comunicaron a los consejeros de Barcelona, quienes resolvieron enviar a dos representantes a Granollers para estar con el rey en esos complicados momentos, como era habitual que hicieran ante las enfermedades de los reyes. Se deliberó que fuera mosén Mateu Desoler, ciudadano de Barcelona, a visitar al rey enfermo, quien partió hacia Granollers el 17 de junio y ya encontró al rey en mala

29 CODOIN ACA, XXIV, p. 14 (19, marzo, 1464).

disposición³⁰. Pedro de Portugal murió al cabo de unos días, el domingo de su onomástica, hacia las 5 horas, pasado mediodía, “lo senyor rey en Pere Quart passà d’esta present vida, e morí en la vila de Granollers”³¹.

Los funerales regios debían celebrarse en la ciudad de Barcelona, así que su cuerpo fue trasladado hasta el palacio real, lugar donde se expuso su capilla ardiente, dentro de la sala mayor³². Se siguió el ceremonial fúnebre acostumbrado en la ciudad, organizado por el Consejo barcelonés³³. Como a todo rey, el lunes 7 de julio, se corrieron las armas en el palacio. Se trataba de un rito reservado a caballeros y especialmente al rey en el que los jinetes arrastraban las banderas y quebraban los escudos en señal de duelo³⁴. Y, posteriormente, su cuerpo fue trasladado en procesión hasta la iglesia de Santa María del Mar, lugar que el condestable Pedro había elegido para el reposo eterno, donde todavía le recuerda una lápida rota. Por tanto, su condición real fue respetada hasta su entierro. La ciudad de Barcelona, sus instituciones y sus ciudadanos, le había recibido con los honores de rey y así fue despedido.

No obstante, la imagen de Pedro de Portugal se desfiguró, en este breve periodo de tiempo, a consecuencia de su carácter y sus actuaciones políticas y militares, reportándole una mala reputación. Y, así, en el *Llibre de jornades*, tras la descripción de sus funerales, se dibujaba al rey Pedro como “Pere Quart, lo qual fonch vil home”, quien era vulgarmente llamado “lo rey de no más”, puesto que, según dicha fuente, no escuchaba a sus vasallos, a quienes siempre les decía “no más”³⁵. No sólo no les escuchaba, sino que le acusaban de negarles privilegios y libertades porque sus leyes eran “sic volo, sich jubeo”, y le achacaban, además, muchas vejaciones a sus vasallos, pidiéndoles grandes cantidades de dinero, y aprisionando y atormentando a otros muchos. Y, especialmente, hizo algo que no gozó de la confianza de los catalanes, puesto que los castillos y fortalezas del Principado pasaron a manos de portugueses, lo que no fue bien visto por parte de las instituciones catalanas. Resulta interesante esta apreciación, la de un monarca déspota y tirano, puesto que esta percepción,

30 Martínez Ferrando, *Tragedia del Insigne Condestable...*, 166-167. Barcelona, Archivo Histórico de la Ciudad de Barcelona [AHCB], Consell de Cent, 1B.II, Registre de Deliberacions, fols. 96v-95r.

31 *Dietaris de la Generalitat de Catalunya*. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1994, tomo I, p. 1466.

32 La ceremonia se describe en el *Manual de Novells Ardits...*, en el capítulo IV, p. 470: “Lo dit dia morí lo senyor Rey en Pera quart, la serimonia del qual es continuada en lo libre de serimonia”.

33 En cuanto a los funerales celebrados en la ciudad de Barcelona, el último antes del de Pedro fue el del primogénito, el príncipe de Viana, recogido en MIRANDA MENACHO, Vera-Cruz – “Una imagen de luto y de poder. Los funerales del primogénito de Aragón y príncipe de Viana en Barcelona (1461)”. *En la España Medieval*, 45 (2022), 197-218. Posteriormente, se celebró el de Juan II de Aragón estudiado en ZALAMA, Miguel Ángel; PASCUAL MOLINA, Jesús F. – *Testamentos y Codicilos de Juan II de Aragón, y Última Voluntad de Fernando I. Política y Artes*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2017, en donde se recogen también las costumbres funerarias que ofrecía la ciudad de Barcelona.

34 Sobre el ritual del “córre les armes”, reservado a caballeros y a reyes, remito a ESPAÑOL, Francesca – “El córre les armes. Un aparte caballeresco en las exequias medievales hispanas”. *Anuario de Estudios Medievales*, 37 (2007), 867-905.

35 Safont, *Dietari...*

como veremos, existe tanto desde el bando del General como el del Juan II, lo que nos viene a indicar que se trataba de una realidad derivada directamente de su carácter no de la oposición surgida de una guerra ni de la propaganda del enemigo.

Pedro de Portugal solamente es considerado “rey” desde la Diputación del General y sus afines en la guerra, por tanto, solamente por una parte del Principado, a pesar de que los diputados pretendan hacer creer que su causa era secundada por toda Cataluña, situándose en los representantes de la causa del Principado.

El portugués. El intruso

Por otra parte, el condestable Pedro de Portugal, desde el bando realista, el de Juan II y sus partidarios, nunca fue visto como rey legítimo, sino como un rey nombrado por los catalanes. Tanto el condestable Pedro de Portugal como los demás elegidos a ocupar la corona de Aragón por parte del *Consell*, Enrique IV y Renato de Anjou, se les conoce como los “reyes intrusos”, denominación que procede de la ordenación documental del Archivo de la Corona de Aragón. En el siglo XVIII, en un informe de acondicionamiento de los espacios de la Diputación con la finalidad de trasladar la documentación a un lugar cómodo “bien alumbrado, ventilado y seguro”, porque se encontraba en las piezas bajas del palacio de los antiguos condes de Barcelona, se nombra “los reynados intrusos”³⁶.

Esta denominación pone de manifiesto parte de esa realidad de la guerra civil catalana, un rey legítimo, Juan II, considerado enemigo del Principado, lo que había justificado la ocupación de su trono en Cataluña con otros candidatos que, aunque pudieran justificar su candidatura, habían sido elegidos por las instituciones catalanas para la defensa concreta de unos intereses políticos. Juan II, tras ganar la guerra, ordenó conservar toda la documentación de dichos monarcas con el objetivo de dejar constancia del comportamiento de los “tiranos”³⁷.

Desde una serie de crónicas y documentos coetáneos se observa la figura de Pedro de Portugal de forma totalmente diferente a la ofrecida por parte de la Diputación del General y del Consejo de Ciento de Barcelona, puesto que se despoja de todas las cualidades regias que le habían sido otorgadas. En Cataluña, la identidad de Pedro de Portugal es contemplada desde dos perspectivas: su linaje, la familia, la sangre, por un lado, y su procedencia, extranjera, portuguesa, por el

36 El documento al que hacemos referencia es de 1772, en concreto del 15 de septiembre, y se encuentra en: https://ifc.dpz.es/recursos/publicaciones/28/41/_ebook.pdf: “para añadir un cuarto a fin de colocar separadamente en él los papeles de los ‘reynados intrusos’, y para resarcir los daños que causó en el edificio el huracán de veinte del corriente de mil setecientos setenta”.

37 Esta afirmación se encuentra en una pragmática de Juan II en la que ordena que se conserven los registros de estos reyes, alegando una razón histórica que las generaciones futuras sepan cómo se ha comportado los “tiranos”, ACA, Cancillería, Pergaminos de Juan II, número 201 (1472, noviembre, 30. Barcelona).

otro. Su ascendencia familiar y su lugar de origen son dos elementos que marcan esa identidad.

El condestable de Portugal, por la rama materna, formaba parte de la Casa de Urgel, linaje protagonista de ciertos episodios de la historia del Principado, ya que los reyes siempre habían deseado la incorporación del condado de Urgel a su corona³⁸. Por esta razón, en Cataluña, Pedro de Portugal era reconocido por ser nieto del último conde de Urgel, Jaime II *el Desdichado*, uno de los candidatos al trono de Aragón tras la muerte sin descendencia del rey Martín I el Humano³⁹. Este conde no aceptó la elección de Fernando I de Trastámara, así que se rebeló contra él porque consideraba que poseía suficientes derechos para ocupar el trono de Aragón. Este enfrentamiento terminó con su derrota, su prisión permanente, muriendo encerrado en el castillo de Játiva en 1433, y siendo desposeído del condado de Urgel, en 1413, que pasó definitivamente a la Corona.

Por tanto, en Cataluña, la figura del condestable de Portugal evoca su linaje materno, por encima de todo, recordando a su abuelo, Jaime II, ya que el recuerdo del último conde de Urgel todavía permanecía en la memoria colectiva del Principado. Por esta razón, desde la mirada catalana se observa a este personaje dentro de la realidad política de la casa de Urgel, puesto que esa es la identidad que perdura en el tiempo, a pesar de que por el lado paterno era un infante de la casa real de Portugal, siendo su abuelo el rey Juan I, y su padre el duque de Coimbra.

Así, como ya hemos visto anteriormente, la condición de nieto del conde de Urgel aparecía, también, junto a su condición de rey en las fuentes de la Diputación del General, recordando constantemente a su abuelo, quien se enfrentó a un Trastámara por la defensa de sus aspiraciones al trono de Aragón porque consideraba su legitimidad al trono. En esta ocasión, su nieto volvía enfrentarse a un Trastámara, Juan II de Aragón, en un contexto de guerra civil en el Principado

38 Su madre, Isabel, casada con Pedro de Portugal, duque de Coimbra, era hija de Jaime II de Urgel e Isabel de Aragón. Sobre los condes de Urgel remito a la decimonónica obra de MONFAR Y SORS, Diego – *Historia de los Condes de Urgel*. Barcelona, 1853. A partir del siglo XIV, el condado estuvo más cerca de la Corona al casarse la condesa de Urgel, Teresa de Entenza, con Alfonso IV de Aragón, a pesar de que se intentaba que ese condado mantuviera su independencia.

39 A pesar de que la decisión de los compromisarios fue la elección de Fernando I de Trastámara como rey de Aragón, el conde se rebeló ante tal decisión, puesto que había sido nombrado lugarteniente y gobernador general por el mismo rey Martín I, lo que daba a entender que estaba destinado a la sucesión. Jaime II, conde de Urgel, se había casado con la infanta Isabel de Aragón, hija de Pedro IV de Aragón y hermana de Martín I, matrimonio para asegurarse la sucesión al trono. Asimismo, el conde de Urgel había sido nombrado lugarteniente y Gobernador General de todos los reinos de Aragón, cargos destinados a los herederos de la corona. Sobre el Compromiso de Caspe repito a FALCÓN PÉREZ, M. Isabel – *El Compromiso de Caspe (1412). Cambios Dinásticos y Constitucionalismo en la Corona de Aragón*. Zaragoza: Diputación General de Aragón, Ibercaja, 2013. Sobre la figura del conde de Urgel, en pleno siglo XV apareció una crónica que se insertaba dentro de los conflictos políticos que ocupaban la Corona de Aragón, *La fi del comte d'Urgell*, una crónica anónima. Este personaje será recuperado durante la Renaixença siendo protagonista de un drama escrito por Serafi Pitarra en 1886, *O rei o res*; y protagonista de un poema de Àngel Guimerà.

de Cataluña, aunque la diferencia radicaba en que, en este caso, su juego en el tablero político debía depender de los intereses de las instituciones de Cataluña.

De la misma manera, el clérigo valenciano, Melcior Miralles, en su *Crònica i Dietari del Capellà d'Alfons el Magnànim*, remarca la herencia y la sangre de Pedro de Portugal: “a don Pedro de Portugal, nét del compte de Urgel, que-l prenién per compte e per señor”⁴⁰. No obstante, explica la situación en que dejaba al Principado por sus acciones, ya que el condestable prefería confiar en portugueses para ocupar espacios de la política catalana y para quedarse con bienes y propiedades confiscados a los rebeldes. Esta actitud resultaba enormemente perjudicial a los intereses del General:

“Don Pedro de Portugal, vent la divisió dels catalans, e que nos gosa confiar en ells, ans tots jo[r]ns avia congoxes e sentia la divisió entre ells, tramet missatges al duch de Borgunya [e] al duch Johan de Proença, fa franchs als de remença, als portugueses dóna cases e béns dels rebel·les de Barcelona, e·ls eretava en lo que podía”⁴¹.

Finalmente, hace alusión al momento de su muerte, aunque la crónica presenta ciertos errores de fechas y de lugar de fallecimiento, puesto que murió en Granollers. El condestable solamente es tratado como “don Pedro de Portugal”: “Digous a III del mes de juliol, en l'any LXVI, vench nova en València com lo don Pedro de Portugal era mort en lo loch de Marthorel, lo qual s'era desequat, e que los cathalans lo avien tengut mort XII. dies, e que hera mort a XXI. de juny; e Barcelona avien pres per compte e senyor lo duch Johan de Proença”⁴².

Por su parte Zurita, un siglo después, recuerda la figura del conde de Urgel y la pertenencia de Pedro de Portugal a la casa de Urgel y a la casa de Aragón:

“Los catalanes rebeldes buscaron a quién dar lo que no tenían. Buscaron príncipe con cuyo favor se defendiesen; y acordáronse de uno que sucedía de la casa real de Aragón que estaba en lo postrero del mundo; y por ser nieto del conde de Urgel parecía que sería tan buen competidor que no sólo en Cataluña pero en los otros reinos tendría tanta parte por la afición que las gentes tenían a la sucesión de aquella casa de Urgel que los podría sacar del peligro y aflicción

40 MIRALLES, Melcior – *Crònica i Dietari del Capellà d'Alfons el Magnànim*. Valencia: Universitat de València, 2011, p. 494.

41 Miralles, *Crònica i dietari...*, p. 524.

42 *Ibidem*.

en que estaban. Al condestable de Portugal, nieto del conde de Urgel, quieren por señor los catalanes rebeldes⁴³.

A pesar de que habla de él como “el nuevo rey don Pedro”, principalmente se refiere a él como “el condestable”, ese cargo por el que era identificado. No obstante, tampoco olvida las acciones llevadas a cabo que le hacen ser considerado un déspota:

“comenzó a hacer el oficio del rey a su albedrío, más libremente de lo que ellos quisieran; y mandó hacer justicia de algunos delitos muy graves, lo que pareció cosa muy nueva; y vista la tiranía y desorden de los que tenían en el gobierno de la Diputación y se apoderaron de la ciudad, allegó así la gente de los pueblos que estaba muy sojuzgada y oprimida”.

Otra obra cercana a los hechos fue la crónica de Juan II, escrita por Gonzalo García de Santa María. La llegada del rey a Barcelona se describe desde la perspectiva de los catalanes, quienes “recibiéndole como conviene a un rey, uno a uno le prestaron juramento y procuraron ofrecerle la fidelidad acostumbrada a los reyes⁴⁴. En sus páginas, además, se refleja esa doble mirada hacia Pedro de Portugal que caracterizaba la realidad política del Principado: la de los llamados “rebeldes”, quienes apoyaban a ese nuevo rey, y la de los realistas, aquellos que defendían la causa de Juan II. Por un lado, unos le admiraban, considerando que poseía diversas virtudes. Estos eran aquellos que se habían rebelado contra el legítimo rey, Juan II. Por otro lado, los del bando realista, quienes, según García de Santa María, amaban más la libertad de la patria y las instituciones, lo veían como un tirano. Así decía:

“a la mayoría que estaban aquejados por la enfermedad de la rebelión les parecía admirable todo lo que hacía. Pues estos creían que todo lo hacía inspirado por la voluntad divina y casi lo equiparaban, en prudencia y sabiduría a Salomón. Con todo, a otros a quienes la libertad de su patria y las instituciones de sus antepasados les eran más queridas, nada podía parecerles más severo, riguroso, despótico o tiránico⁴⁵.”

En la crónica se habla del “rey Pedro”, explicando, asimismo, esa actitud del condestable que conllevaba ciertos perjuicios para los catalanes porque “los catalanes fueron objeto de escarnio, derrotados y maltratados por castellanos y portugueses,

43 ZURITA, Jerónimo – *Anales de la Corona de Aragón*. A. Canellas López (ed.). Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 1988, Libro XVI, capítulo LIII.

44 GARCÍA DE SANTA MARÍA, Gonzalo – *Vida de Juan II de Aragón. La Guerra en Cataluña de 1461 a 1472*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2020, 215.

45 *Ibidem*.

pueblos estos a los que ellos odiaban en extremo, y pagaron tributos a quienes no hubieran querido tener ni como compañeros”.

Por otra parte, el lugar de procedencia sirve para marcar la identidad de una persona, como sucede en este caso con el condestable Pedro. Se trataba de un extranjero, un portugués, que había venido a ocupar el señorío del Principado a propuesta de las fuerzas políticas de Cataluña. Así, resulta interesante las líneas que dedica Lucio Marineo Sículo en su obra *De las cosas memorables de España* en la que se incluye la *Vida de Juan II* de Aragón, encargada por su hijo, Fernando el Católico. En sus páginas muestra su desafección por este personaje que llama “el portugués”, de forma un tanto peyorativa, pues hace constar que ni le va a llamar Pedro de Portugal ni mucho menos rey, porque según él, ni lo fue ni lo pudo ser: “A este de aquí adelante no llamaremos don Pedro de Portugal ni menos le nombraremos rey ni es razón pues no lo fue ni lo pudo ser más solamente el portugues, abreviando su apellido por aquella provincia de donde vino llamado por los embaxadores”, a quien dieron “entero poder y facultad para le ofrecer a Barcelona y a todo su principado en nombre de todos los catalanes⁴⁶”. En esta ocasión no podemos dejar de lado que era una crónica dedicada a Juan II de Aragón por parte de su hijo, de manera que la figura del contrario, Pedro de Portugal, no puede ser vista con condescendencia.

Esta identidad portuguesa se remarca, asimismo, en otra crónica de Juan II, más concretamente una escrita a mediados del siglo XVI. En ella se explica que “eligieron por su Rey a don Pedro de Portugal, nieto del Conde de Urgel⁴⁷”, remarcando su antepasado que seguía en el recuerdo, pero, a partir de ese momento, solamente se alude a él como “el portugués”⁴⁸, ya no vuelve a ser nombrado rey.

Por otra parte, si nos acercamos a las crónicas castellanas, la Crónica de Enrique IV⁴⁹ de Diego Enriquez del Castillo, apenas hablan de él, solamente una breve alusión a la elección de los catalanes: “porque ya los catalanes, veyéndose desanparados, avían elegido por su rrey a don Pedro, condestable de Portugal, y enbiándole llamar”.

Por tanto, desde las miradas procedentes del bando de Juan II de Aragón, la imagen de Pedro de Portugal resulta más sinuosa porque se le identifica de diversos modos: su linaje, su procedencia lusa o su carácter despótico, ofreciendo una visión más compleja de dicho personaje.

46 MARINEO SÍCULO, Lucio – *Obras de las Cosas Memorables de España*, 1539, fol. 127v.

47 BARANDA, Nieves – “Una crónica desconocida de Juan II de Aragón (Valencia, 1541)”. *DICENDA, Cuadernos de Filología Hispánica*, 7 (1987), 267-288, en concreto p. 283.

48 Baranda, “Una crónica desconocida”..., 284-285.

49 Enríquez del Castillo, *Crónica de Enrique IV...*, 204.

A modo de conclusión

La imagen de Pedro de Portugal, como toda imagen de representación de poder, está modelada como consecuencia del contexto histórico-político en el que vivió, dando lugar a una imagen poliédrica, con varias identidades que han traspasado los límites cronológicos de su tiempo. Su figura ha sido vista desde varias perspectivas y miradas, el extranjero, el nieto del conde de Urgel, el déspota, el rey, delimitada por la dualidad amigo-enemigo como producto del escenario de la guerra civil.

En ese contexto, su imagen se ha construido siempre desde la mirada del otro, un otro determinado por esa dualidad procedente del conflicto. Por un lado, el condestable de Portugal se convierte en rey, señor de los catalanes, figura que se conforma de todos los elementos regios propios, aunque se trata solamente de una dignidad aceptada por una parte del Principado. Por el otro, es considerado un rey elegido por los catalanes, por tanto, se resalta su procedencia y su linaje por encima de todo. Eso sí, su carácter despótico se encuentra en todas las miradas.

Y esas imágenes traspasan las limitaciones temporales de su tiempo, perdurando en la memoria colectiva. Así, en el imaginario social de Cataluña este personaje ha pasado a ser recordado como un “monarca de Cataluña”, adquiriendo todas las confusiones conceptuales del nacionalismo histórico. Por ello, resulta interesante valorar el sesgo interpretativo que sobre su figura se ha producido para el gran público, pues en el Museu Nacional d'Art de Catalunya los objetos que sobre él se conservan son identificados con la idea de rey de Cataluña, así en el acto de conmemoración del 550 aniversario de su muerte se hablaba de “Pere de Portugal, rei dels catalans”, como así aparecía en el título del libro de Martínez Ferrando. Contrasta esta identidad regia catalana con la de rey “intruso” que aparecía en la denominación de estas series documentales en el Archivo de la Corona de Aragón, ya que el legítimo rey era Juan II de Aragón. Fuera una división administrativa surgida de la mente aguda de algún archivero o de la interiorización de un proceso de legitimidad monárquica por parte de las instituciones que custodian los archivos, la mirada del investigador debía partir de este dualismo (intruso-rey), asumiendo que en el archivo era el ilegítimo. Algo semejante a lo que ocurrió en el Portugal de los “Felipes”. La pregunta que se nos plantea en este momento es si esa condición de “intruso” es aplicable por no ser natural del reino o se construye como antinomia a legítimo ¿intruso en el trono o intruso en el reino? Sea como fuere, esa dualidad, rey-ilegítimo, construida ya en su tiempo, siempre desde la otredad, ha traspasado los lindes cronológicos para asentarse en la historiografía, lo que nos obliga a revisar sus orígenes constructivos para poder entender al personaje en su totalidad.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fuentes

- Barcelona, Archivo de la Catedral de Barcelona [ACB], Sagristia, Comptes 1463-1465.
- Barcelona, Archivo de la Corona de Aragón [ACA], Cancillería, Pergaminos de Juan II, número 201.
- Barcelona, Archivo Histórico de la Ciudad de Barcelona [AHCB], Consell de Cent, 1B.II, Registre de Deliberacions, fols. 96v-95r.
- Colección de Documentos Inéditos del Archivo General de la Corona de Aragón* [CODOIN ACA]. Barcelona: Imprenta del Archivo, 1858.
- Dietaris de la Generalitat de Catalunya*. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 1994, tomo I.
- GARCÍA DE SANTA MARÍA, Gonzalo – *Vida de Juan II de Aragón. La Guerra en Cataluña de 1461 a 1472*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2020.
- Manual de Novells Ardits, vulgarment apellat Dietari del Antich Consell Barceloní*. Barcelona, 1892-1992.
- MARINEO SÍCULO, Lucio – *Obras de las Cosas Memorables de España, 1539*.
- MIRALLES, Melcior – *Crónica i Dietari del Capellà d'Alfons el Magnànim*. Valencia: Universitat de València, 2011.
- SAFONT, Jaume – *Dietari o Llibre de Jornades (1411-1484)*. Barcelona: Fundació Noguera, 1992.
- ZURITA, Jerónimo – *Anales de la Corona de Aragón*. A. Canellas López (ed.). Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 1988.

Estudios

- BALAGUER Y MERINO, Andrés – *El Condestable de Portugal, Considerado como Escritor, Erudito y Anticuario (1429-66)*. Estudio Histórico-Bibliográfico, 1881.
- BARANDA, Nieves – “Una crónica desconocida de Juan II de Aragón (Valencia, 1541)”. *DICENDA, Cuadernos de Filología Hispánica*, 7 (1987), 267-288.
- CALMETTE, Joseph – *Louis XI, Jean II et la révolution catalane*. Gênev: Slatkine reprint, 1977.
- ENRÍQUEZ DEL CASTILLO, Diego – *Crónica de Enrique IV*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 1994.
- ESPAÑOL, Francesca – “El córrer les armes. Un aparte caballeresco en las exequias medievales hispanas”. *Anuario de Estudios Medievales*, 37 (2007), 867-905.
- FALCÓN PÉREZ, M. Isabel – *El Compromiso de Caspe (1412). Cambios Dinásticos y Constitucionalismo en la Corona de Aragón*. Zaragoza: Diputación General de Aragón, Ibercaja, 2013.

- FONSECA, Luís Adão da – “As finanças reais no governo do condestável Pedro de Portugal em Barcelona, 1464- 1466”. in Salvador Claramunt Rodríguez (coord.) – *XVII Congrès de la Corona d’Aragó*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2003.
- FONSECA, Luís Adão da – *O Condestável D. Pedro de Portugal*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1982.
- HAWKINS, Kellye D. – *Sátira de felice e infelice vida de Don Pedro, Condestable de Portugal (1429-1466). Edición Crítica*. Temple University. 2013. Tesis doctoral.
- KANTOROWICZ, Ernst H. – *Los Dos Cuerpos del Rey. Un Estudio de Teología Política Medieval*. Madrid: Akal, 2012.
- MARTÍNEZ FERRANDO, J. E. – *Pere de Portugal, ‘Rei dels Catalans’ vist a través dels Registres de la Seva Cancelleria*. Barcelona: Institut d’Estudis Catalans, 1936.
- MARTÍNEZ FERRANDO, J. E. – *Pere de Portugal, Rei dels Catalans. Esquema Biogràfic*. Barcelona: Rafael Dalmau, 1960.
- MARTÍNEZ FERRANDO, J. E. – *Tragedia del Insigne Condestable Pedro de Portugal*. Madrid: CSIC, 1942.
- MIRANDA MENACHO, Vera-Cruz – *El Príncipe de Viana en la Corona de Aragón (1457-1461)*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2012. Tesis doctoral.
- MIRANDA, Vera-Cruz – *El Príncipe de Viana y Su Tiempo*. Madrid: Sílex, 2017.
- MIRANDA MENACHO, Vera-Cruz – “Una imagen de luto y de poder. Los funerales del primogénito de Aragón y príncipe de Viana en Barcelona (1461)”. *En la España Medieval*, 45 (2022), 197-218.
- MONFAR Y SORS, Diego – *Historia de los Condes de Urgel*. Barcelona, 1853.
- RAUFAST CHICO, Miguel – “Ceremonia y conflicto. Entradas reales en Barcelona en el contexto de la Guerra Civil catalana (1460-1473)”. *Anuario de Estudios Medievales*, 38 (2008), 1037-1085.
- RYDER, Alan – *El Naufragi de Catalunya. La Guerra Civil Catalana del Segle XV*. Besalú: Edicions Sidillà, 2021.
- RYDER, Alan – *The Wreck of Catalonia. Civil War in the Fifteenth Century*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- SÁNCHEZ DE MOVELLÁN, Isabel – *La Diputació del General de Catalunya (1413-1479)*. Barcelona: Institut d’Estudis Catalans, Generalitat de Catalunya, 2004.
- TORRES I FERRER, M. J. – “La catedral de Barcelona y la Guerra Civil catalana (1462-1472)”. *Medievalismo*, 7 (1997), 99-138.
- VICENS VIVES, Jaime – *Juan II de Aragón (1398-1479). Monarquía y Revolución en la España del Siglo XV*. Pamplona: Ugoiti Editores, 2003.
- ZALAMA, Miguel Ángel; PASCUAL MOLINA, Jesús F. – *Testamentos y Codicilos de Juan II de Aragón, y Última Voluntad de Fernando I. Política y Artes*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2017.

Fernando Afonso de Albuquerque. Diplomacy and sigillography in the consolidation of the Anglo-Portuguese alliance (1384-1386)¹

*Rui Pedro Neves*²

Centre for the History of Society and Culture (Faculty of Arts, University of Coimbra)
rprn51@gmail.com

Abstract

This study aims to analyse the actions of Fernando Afonso de Albuquerque, Master of the Order of Santiago, in the context of the embassy to England between 1384 and 1386, with a particular focus on the seal used by this envoy. Albuquerque played a decisive role in the negotiations that resulted in the Treaty of Windsor (1386), being one of those responsible for consolidating the Anglo-Portuguese alliance. The research focuses on the analysis of the seal affixed to the treaty, understanding it not only as an instrument of authentication but also as a symbolic expression of his authority and political legitimacy. Through the exploration of the seal's iconography and composition, as well as its placement within the sigillographic practices of the Order of Santiago, the study seeks to deepen the understanding of the role of this object in medieval diplomacy, highlighting the intersection between diplomacy and sigillography as a practice for affirming power and authority. The study thus aims

¹ We wish to express our sincere gratitude to Doctor Tiago de Viúla de Faria for his generosity in sharing the photographs of the seal of Master Fernando Afonso de Albuquerque. Our sincere thanks are also due to Professor Doctor Maria do Rosário Morujão for her invaluable assistance in interpreting the inscription on the seal.

² PhD student in Medieval History at the Faculty of Arts, University of Coimbra.

to offer new insights into the use of seals as instruments of political communication and reinforcement of royal sovereignty in the medieval context, emphasising the close relationship between diplomatic practices and sigillographic traditions.

Keywords

medieval diplomacy; sigillography; Fernando Afonso de Albuquerque; Treaty of Windsor; Order of Santiago

Biographical Note

Rui Pedro Rodrigues Neves is a PhD candidate in Medieval History at the Faculty of Arts and Humanities of the University of Coimbra and a researcher at the Centre for the History of Society and Culture. He holds a BA and an MA in History from the same institution. His master's dissertation, supervised by Professor Leontina Ventura and Professor Saul António Gomes, examined the formation and exploitation of the domains of the Monastery of Santa Cruz of Coimbra from its foundation (1131) until 1181. He is currently involved in several research projects focused on the transcription, edition, and publication of medieval sources, including the documentation of the Cistercian Monastery of Arouca, the edition of the medieval charters (*forais*) of Alter do Chão, and the transcription of the *Livro Preto* cartulary of the Monastery of Grijó. His research interests include paleography, diplomatics, codicology, and sigillography, with a particular focus on the critical analysis and edition of medieval documentary sources.

Fernando Afonso de Albuquerque. Diplomacia e Sigilografia na Consolidação da Aliança Luso-Britânica (1384-1386)

Resumo

Este estudo tem como objetivo principal analisar a ação de Fernando Afonso de Albuquerque, Mestre da Ordem de Santiago, no contexto da embaixada a Inglaterra entre 1384 e 1386, com particular enfoque no selo utilizado por este emissário. Albuquerque desempenhou um papel decisivo nas negociações que resultaram no Tratado de Windsor (1386), sendo um dos responsáveis pela consolidação da aliança luso-britânica. A investigação incide sobre a análise do selo apostado ao tratado, compreendendo-o não apenas como um instrumento de autenticação, mas também como uma expressão simbólica da sua autoridade e legitimidade política. Através da exploração da iconografia e composição do selo, bem como da sua inserção nas práticas sigilográficas da Ordem de Santiago, pretende-se aprofundar a compreensão do papel deste objeto na diplomacia medieval, destacando a sua

intersecção com a sigilografia enquanto prática de afirmação de poder e autoridade. O estudo visa, assim, proporcionar novas perspetivas sobre a utilização dos selos como um instrumento de comunicação política e reforço da soberania régia no contexto medieval, sublinhando a estreita relação entre as práticas diplomáticas e as tradições sigilográficas.

Palavras-chave

diplomacia medieval; sigilografia; Fernando Afonso de Albuquerque; Tratado de Windsor; Ordem de Santiago

Nota Biográfica

Rui Pedro Rodrigues Neves é doutorando em História Medieval pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e investigador no Centro de História da Sociedade e da Cultura. Licenciado e mestre em História pela mesma instituição, desenvolveu a sua dissertação de mestrado sob a orientação de Leontina Ventura Saul António Gomes, centrando-se na formação e exploração dos domínios do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra desde a sua fundação (1131) até 1181. Atualmente, integra diversos projetos de investigação dedicados à transcrição, edição e publicação de fontes medievais, nomeadamente a documentação do Mosteiro de Arouca, a edição dos forais medievais de Alter do Chão e a transcrição do cartulário do *Livro Preto* do Mosteiro de Grijó. Os seus interesses de investigação incidem sobre Paleografia, Diplomática, Codicologia e Sigilografia, com especial enfoque na análise crítica e edição de fontes documentais medievais.

Introduction

In the turbulent context of the dynastic and political crisis that engulfed late XIV century Portugal, diplomacy became instrumental in securing the consolidation of the growing Avis dynasty. Following the death of King Fernando I in 1383, the kingdom was plunged into profound instability, exacerbated by the absence of a clear succession and the looming threat of Castilian domination. In this volatile environment, João, Master of the Order of Avis, emerged as a pivotal figure, rallying resistance against Castile and asserting his position as the de facto leader of Portugal. Recognising the critical need for external support to bolster his position, João initiated a series of diplomatic overtures to England, culminating in the signing of the Treaty of Windsor in 1386, which formalised one of the most enduring alliances in European history.

This study builds on our 2024 investigation into Fernando Afonso de Albuquerque, Master of the Order of Santiago, whose diplomatic actions during this critical period drew our attention³. Expanding on that initial research, we now seek to deepen our analysis by exploring two key dimensions: Albuquerque's role in securing English support and the sigillographic evidence associated with his mission. By examining both his diplomatic activities and the symbolic significance of his seal, this research offers a comprehensive perspective on the interplay between political strategy and material culture in the consolidation of the Anglo-Portuguese alliance formalised by the Treaty of Windsor⁴.

In light of this historical context, Portuguese medieval diplomacy, long neglected in historiography, has only recently begun to receive sustained scholarly attention. Pioneering studies by Humberto Baquero Moreno⁵ and A. H. de Oliveira Marques⁶ have underscored the historical significance of this field. More recent

3 NEVES, Rui Pedro – “Fernando Afonso de Albuquerque. Mestre da Ordem de Santiago e Negociador do Tratado de Windsor”. in *650.º Aniversário da Aliança Luso-Britânica. Balanço do Passado e Perspetivas de Futuro*. Braga, Portugal: Gestlegal/Universidade do Minho, 2024, 77-111.

4 About the Anglo-Portuguese alliance, see R. P. Neves, “Fernando Afonso de Albuquerque...”, 93-102; HOMEM, Armando Luís de Carvalho – “Diplomacia e diplomatas nos finais da Idade Média. A propósito de Lourenço Anes Fogaça, chanceler-mor (1374-99) e negociador do Tratado de Windsor”. in *Actas do Colóquio Comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor*. Porto: Instituto de Estudos Ingleses, 1986, 221-240; FONSECA, Luís Adão da – *O Essencial sobre o Tratado de Windsor*. Lisbon: Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 1996; MORENO, Humberto Baquero – “O Tratado de Windsor de 1386 no conspecto das relações luso-inglesas”. in *Actas do Colóquio Comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor*. Porto: Instituto de Estudos Ingleses, 1986, 213-219; and FARIA, Tiago Viúla de – “Por prol e serviço do reino? O desempenho dos negociantes portugueses do Tratado de Windsor e as suas consequências nas relações com Inglaterra”. in *A Guerra e a Sociedade na Idade Média. Actas das VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais*. Vol. 2. Coimbra: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 2009, 209-227.

5 MORENO, Humberto Baquero – “Um grande diplomata português do século XV. O doutor João Fernandes da Silveira”. *Anuario de Estudios Medievales*, 19 (1989), 485-492, p. 485.

6 MARQUES, A. H. de Oliveira – *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa*. Lisbon: Editorial Estampa, 1963, 68-69 e 102-103.

contributions by scholars such as Ardian Muhaj⁷, Flávio Miranda⁸, Tiago Viúla de Faria⁹, Duarte de Babo Marinho¹⁰ and Diogo Faria¹¹ have placed Portuguese diplomatic practices within a broader European context. This resurgence owes much to the methodological innovations and comparative frameworks developed by international scholars like Stéphane Péquignot¹², Francesco Senatore¹³ and Isabella Lazzarini¹⁴, whose work has reinvigorated the study of medieval diplomacy¹⁵.

In this context, sigillography occupies a central position. Seals, as tangible expressions of authority and legitimacy, were pivotal in medieval diplomacy, serving not only as instruments of authentication but also as potent symbols of political agency. Despite the significant contributions of Luís Gonzaga de Lancastre e Távora¹⁶, Portuguese sigillography remains underdeveloped, hindered by the fragility of surviving materials and the lack of a systematic survey of extant seals. Maria do Rosário Morujão's insightful article, "Sigilografia. Novos caminhos e desafios para o futuro", highlights these challenges and emphasizes the need for continued scholarly engagement in the field¹⁷. Against this backdrop, an analysis

7 MUHAJ, Ardian – *Quando Todos os Caminhos Levavam a Portugal. Impacto da Guerra dos Cem Anos na Vida Económica e Política de Portugal (Séculos XIV-XV)*. Lisbon: Universidade de Lisboa, 2014.

8 MIRANDA, Flávio – *Portugal and the Medieval Atlantic. Commercial Diplomacy, Merchants, and Trade, 1143-1488*. Porto: Universidade do Porto, 2012.

9 FARIA, Tiago Viúla de – *The Politics of Anglo-Portuguese Relations and their Protagonists in the Later Middle Ages (c.1351-c.1449)*. Oxford: Oxford University, 2012.

10 MARINHO, Duarte Maria Monteiro de Babo – *Os Embaixadores Portugueses nos Reinos Ibéricos (1431-1474). Um Estudo Sociodemográfico*. Porto: Universidade do Porto, 2017.

11 FARIA, Diogo Nuno Machado Pinto – *A Diplomacia dos Reis de Portugal no Final da Idade Média (1433-1495)*. Porto: Universidade do Porto, 2021.

12 PEQUIGNOT, Stéphane – *Au nom du roi. Pratique diplomatique et pouvoir durant le règne de Jacques II d'Aragon (1291-1327)*. Madrid: Bibliothèque de la Casa Velázquez, 2009, and, more recently, PEQUIGNOT, Stéphane – *Diplomatie et "relations internationales" au Moyen Âge: (IX^e-XI^e siècles)*. Paris: Presses Universitaires de France, 2017.

13 SENATORE, Francesco – *Uno Mondo de Carta. Forme e Struttore della Diplomacia Sforzesca*. Naples: Liguori, 1998.

14 LAZZARINI, Isabella – *Communication and Conflict. Italian Diplomacy in the Early Renaissance, 1350-1520*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

15 For a historiographical contextualisation of the study of Diplomatic Relations in Medieval Portugal, see BRANCO, Maria João; FARELO, Mário – "Diplomatic relations. Portugal and the others". in José Mattoso (dir.) – *The Historiography of Medieval Portugal (c. 1950-2010)*. Lisbon: Instituto de Estudos Medievais, 2011, 248-256; and MARINHO, Duarte Maria Monteiro de Babo – "A diplomacia e os diplomatas na baixa Idade Média portuguesa (1431-1475)". *Medievalista* [online], 27 (2020). Available at <http://journals.openedition.org/medievalista/2940> [accessed 6th January 2025].

16 TÁVORA, Luís Gonzaga de Lancastre e – *O Estudo da Sigilografia Medieval Portuguesa*. Lisbon: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983.

17 MORUJÃO, Maria do Rosário – "Sigilografia. Novos caminhos e desafios para o futuro". in Ana Pereira Ferreira et al. (eds.) – *Between Lines and Notarial Marks. Documentation Sciences in Rebuilding the Past* [online]. Évora: Publicações do Cidehus, 2024. Available at <https://books.openedition.org/cidehus/24802> [accessed 6th January 2025]. For a broader overview of the study of sigillography in Portugal, see MORUJÃO, Maria do Rosário – "Working with medieval Manuscripts and records. Palaeography, diplomatics, codicology and sigillography". in José Mattoso (dir.) – *The Historiography of Medieval Portugal (c. 1950-2010)*. Lisbon: Instituto de Estudos Medievais, 2011, 45-65; and GOMES, Saul António – *Introdução à Sigilografia Portuguesa. Guia de Estudo*. 2.^a ed. rev. e ampliada. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2012.

of the sigillographic evidence tied to Albuquerque's mission offers valuable insights into the material and symbolic dimensions of Portuguese diplomacy during a period of profound political transformation.

The primary objective of this study is to explore Fernando Afonso de Albuquerque's role in the 1386 mission, situating his actions within the broader framework of diplomatic and symbolic legitimacy. By analysing both his contributions to the Treaty of Windsor and the sigillographic evidence linked to this treaty, we aim to demonstrate how seals functioned not only as practical instruments of authentication but also as powerful symbols of authority. Albuquerque's seal, in particular, reflects the ambitions of João I and the nascent Avis dynasty, reinforcing their claim to the throne and solidifying the legitimacy of the new dynasty's rule. Through this investigation, the study illuminates the complex interplay between political agency and material culture, offering fresh insights into the strategies that ensured João I's reign and Portugal's resilience against Castile.

Fernando Afonso de Albuquerque and his diplomatic mission

Following the death of King Fernando I of Portugal¹⁸ on 22 October 1383, the kingdom descended into profound political and social instability, with serious implications for the succession to the Portuguese throne¹⁹. The late monarch left his daughter, Beatriz, married to King Juan I of Castile, as his heir. According to the provisions outlined in King Fernando I's testament and the Treaty of Salvaterra de Magos (1383), the Kingdom of Portugal were to remain distinct and autonomous from the Kingdom of Castile. The Portuguese crown was to pass to Dona Beatriz, provided that the people of the kingdom swore fealty to her as their queen and sovereign. In the event that Dona Beatriz and King Juan failed to produce an heir, the crown would pass to the King of Castile and his descendants, provided there were no other legitimate daughters of King Fernando or their legitimate heirs. Moreover, if King Fernando died without male heirs and Dona Beatriz did not bear a male child of fourteen or older, the regency of the kingdom would be entrusted to Dona Leonor Teles until a legitimate successor could be identified. These stipulations, as delineated in both the testament and the treaty, reflect the intricate and contentious negotiations surrounding the succession and governance of the Kingdom of

18 About King Fernando I, see GOMES, Rita Costa – *D. Fernando*. Lisbon: Temas e Debates, 2009.

19 LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando*. Giuliano Macchi (ed.). Lisboa: Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 2004 [henceforth, *CDF*], cap. LXXIV, 261-263; COELHO, Maria Helena da Cruz – *D. João I. O que Re-colheu Boa Memória*. Lisbon: Temas e Debates, 2008, 41-50; and BALEIRAS, Isabel de Pina – *Uma Rainha Inesperada. Leonor Teles*. Lisbon: Circulo de Leitores, 2012, 326-365.

Portugal, with the possibility of a union with Castile hinging on the progeny of the marriage between Dona Beatriz and King Juan²⁰.

The regency of D. Leonor Teles, supported by pro-Castilian figures such as João Fernandes de Andeiro and Martinho Anes de Zamora, the Bishop of Lisbon and a Castilian by birth, quickly aroused widespread distrust and hostility, particularly in Lisbon and other parts of the realm²¹. This growing anti-Castilian sentiment culminated in the assassination of João Fernandes de Andeiro, who had become deeply unpopular among the Portuguese nobility due to his elevated status as the regent's chief confidant²². As political tensions escalated, the queen regent withdrew from Lisbon in late 1383, seeking refuge in Alenquer, where she believed she would find greater security and support²³.

The instability following King Fernando I's death, combined with the imminent danger posed by Castile, led to the proclamation of João, Master of the Order of Avis²⁴, as regent and defender of the kingdom²⁵. Aware of the inevitability of a Castilian invasion and faced with a critical shortage of resources and manpower to confront the approaching war, the Master of Avis convened his council and resolved to send an embassy to England²⁶. The alliance between Portugal and England, formalised through a treaty of peace and military cooperation in 1372 and later strengthened by Edward III, offered a solid foundation for requesting English support²⁷.

20 Lisbon, Torre do Tombo, Convento de Santa Clara de Santarém, Mç. 8, doc. 417 and Lopes, *CDF...*, cap. CLIV and CLVIII, 533-536 and 547-551. The testament of King Fernando is published in NEVES, João António Mendes – *A Formosa Chancelaria. Estudos Originais da Chancelaria de D. Fernando (1367-1383)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2005, 354-357. About the Treaty of Salvaterra de Magos, see Baleiras, *Uma Rainha Inesperada...*, 230-235; and ARNAUT, Salvador Dias – *A Crise Nacional dos Fins do Século XIV*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1959, doc. 26, 358-369.

21 Lopes, *CDF...*, cap. LXV and CXXXIV, 229 and 472-473; Baleiras, *Uma Rainha Inesperada...*, 216-217 and 267; MARTINS, Armando Alberto – “Martinho Anes de Zamora (1379-1383)”. in João Luís Inglês Fontes (ed.) – *Bispos e Arcebispos de Lisboa*. Lisbon: Livros Horizonte, 2018, 417-429; and TAVARES, Maria José Ferro – “A nobreza no reinado de D. Fernando e a sua actuação em 1383-1385”. *Revista de História Económica e Social*, 12, julho/dezembro (1983), 45-89, esp. pp. 65-67.

22 Coelho, *D. João I...*, 47-49.

23 LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*. Porto: Livraria Civilização, 2 vols., 1945-1949 [henceforth, *CDJ*], vol. I, cap. XVI, 37-38; and Arnaut, *A Crise...*, 145-176.

24 About João Master of the Order of Avis and future King of Portugal, see Coelho, *D. João I...*

25 Lopes, *CDJ...*, I, cap., XXVI, 52-54; and CAETANO, Marcello – “O concelho de Lisboa na crise de 1383-1385”. in Marcello Caetano – *A Crise Nacional de 1383-1385. Subsídios para o seu Estudo*. Lisbon/São Paulo: Verbo, 1953, 123-207, esp. p. 125.

26 Lopes, *CDJ...*, I, cap. XLVII, 95.

27 Regarding diplomatic relations between Portugal and England during the Middle Ages, see: FARIA, Tiago Viúla de; MIRANDA, Flávio – “*Pur Bone Alliance et Amiste Faire*. Diplomacia e comércio entre Portugal e Inglaterra no final da Idade Média”. *Revista do CITCEM*, 1 (2010), 109-128; and LALANDA, Margarida Sá Nogueira – “A política externa de D. Afonso IV (1325-1357)”. *Arquipélago. História*, 11 (1989), 107-151.

Consequently, in December 1383, the Master of Avis dispatched a diplomatic mission led by Lourenço Martins and Thomas Daniel to London²⁸. Their aim was to secure Richard II's approval to recruit soldiers, obtain military aid against Castile, and promote the Master of Avis's cause in the English court²⁹. Although the available sources provide limited details, it is evident that the mission was largely unsuccessful, as Richard II and his court were unwilling to support the Portuguese cause³⁰. This reluctance may have been influenced by the failures of Edmund of Langley during the Third Fernandine War, which cast doubt on the feasibility of further involvement in Iberian conflicts³¹. Moreover, as noted by Maria Helena da Cruz Coelho, the envoys' limited diplomatic skills and low social standing likely undermined their effectiveness³².

Following the failure of the initial diplomatic mission, a second embassy was organised in late March 1384 to secure the urgently needed English military support³³. The dispatch of two embassies within just three months starkly reflects the growing sense of desperation and vulnerability in Portugal, alongside the mounting threat from Castile. Castilian forces had entered Santarém on 12 January 1384³⁴, advancing ever closer to Lisbon. This proximity intensified the urgency for English assistance, as the impending Castilian siege of Lisbon, which would last from May to September 1384, loomed large³⁵.

Unlike the previous mission, this second delegation was composed of distinguished diplomats. Lourenço Anes Fogaça, a seasoned diplomat, had held high-ranking positions within King Fernando I's council and had completed several diplomatic missions to Castile, Rome, France, and England between 1374 and 1382³⁶. Leading the mission, Fernando Afonso de Albuquerque, a knight and Master

28 Lourenço Martins was a squire in the service of the Master of Avis, and Thomas Daniel was a prominent merchant from Bristol established in Portugal. Lopes, *CDJ...*, I, cap. XLVII, 95; and CHILDS, Wendy R. – "Anglo-Portuguese relations in the fourteenth century". in James L. Gillespie (dir.) – *The Age of Richard II*. New York: Sutton Publishing, 1997, 27-49, here pp. 35-37.

29 Lopes, *CDJ...*, I, cap. XLVII, 95; and Moreno, "O Tratado de Windsor...", 214-216.

30 *The Parliament rolls of Medieval England: 1275-1504. Vol. 6., Richard II, 1377-1384*. Chris Given-Wilson (ed.). London: Boydell Press, 2005, 475; KNIGHTON, Henry – *Knighton's Chronicle: 1337-1396*. G. H. Martin (ed.). Oxford: Clarendon Press, 1995, 276-277; and FROISSART, Jean – *Les Chroniques*. London: George Routledge and Sons, 1975, 261.

31 About this expeditionary force, see BIGGS, Douglas – "Chasing the chimera in Spain. Edmund of Langley in Iberia, 1381/82". *Journal of Medieval Military History*, XIV (2017), 79-98.

32 Coelho, *D. João I...*, 40-41.

33 Lopes, *CDJ...*, I, cap. XLVII, 95-98 and II, cap. LXXXVIII, 193-195; and Fonseca, *O Essencial sobre o Tratado de Windsor...*, 53-55.

34 Lopes, *CDJ...*, I, cap. LXXIV, 124.

35 Coelho, *D. João I...*, 63-69; and NEVES, Rui Pedro – "O drama da fome sob o signo castelhano, 1384". in João Carlos Senna Martinez et al. (eds.) – *Diz-me o Que Comes... Alimentação Antes e Depois da Cidade. Fragmentos de Arqueologia de Lisboa*. Lisbon: Câmara Municipal de Lisboa/Sociedade de Geografia de Lisboa, 2017, 92-98.

36 About Lourenço Anes de Fogaça, see Homem, "Diplomacia e Diplomatas...", 221-240; HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *O Desembargo Régio: 1320-1433*. Lisbon: Instituto Nacional de Investigação

of the Order of Santiago, brought substantial military expertise. His experience commanding the Order's militia had provided him with essential skills in troop recruitment and military administration, making him an especially well-qualified candidate for such a pivotal undertaking³⁷.

On 31 March 1384, Fernando Afonso de Albuquerque and Lourenço Anes Fogaça departed from Lisbon for England, arriving in Plymouth on 8 April³⁸. Upon disembarking, they were received by the city's bailiff, who inquired about the purpose of their visit. Upon learning that they were emissaries from Portugal, sent by the Master of Avis, the ambassadors were welcomed with cordiality and proceeded on their journey to London. The following day, the Duke of Lancaster joined them, facilitating their entry into the royal court and escorting them to the palace of Richard II. At the request of John of Gaunt, an audience was arranged with the English monarch to formally receive the Portuguese envoys³⁹.

During this meeting, the ambassadors presented letters written on behalf of João, Master of the Order of Avis, acting as regent and defender of the Kingdom of Portugal⁴⁰. The contents of these letters have not survived to the present day. However, based on the account of Fernão Lopes, their message can be inferred. Firstly, they affirmed that Fernando Afonso de Albuquerque and Lourenço Anes de Fogaça were official representatives of the Kingdom of Portugal, acting as delegates of the Master of Avis. Additionally, they reiterated the request made by the previous embassy, namely, securing the English monarch's permission to recruit men-at-arms and archers – whose wages would be paid – to support Portugal and the cause of the Master of Avis in the ongoing conflict against Juan I of Castile⁴¹.

The formal request for Portuguese support to the English crown had to be deferred, as it was necessary to wait for the opening of Parliament, which would not take place until early May. Consequently, the embassy departed London and travelled to the city of Salisbury, where they would formally present Portugal's claims before the monarch, his council, and the English Parliament⁴².

Científica, 1990, 352-355; FARELO, Mário – *A Oligarquia Camarária de Lisboa, 1325-1433*. Lisbon: Universidade de Lisboa, 2008, 552-557; and GOMES, Rita Costa – *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*. Lisbon: Difel, 1995, 53-54.

37 Faria, "Por prol e serviço do reino...", 213. Regarding the rise of Fernando Afonso de Albuquerque at the court of King Fernando I of Portugal, see R. P. Neves, "Fernando Afonso de Albuquerque...", 81-88.

38 Lopes, *CDJ...*, I, cap. XLVII, 95, II, cap. LXXVIII, 194. Fernão Lopes, by mistake, states that this embassy took place in 1383.

39 Lopes, *CDJ...*, I, cap. XLVII, 95; and Froissart, *Les Chroniques...*, 276.

40 Froissart, *Les Chroniques...*, 276-277.

41 Lopes, *CDJ...*, I, cap. XLVII, 95-96 and II, cap. LXXVIII, 193-194; Coelho, *D. João I...*, 126; and Fonseca, *O Essencial sobre o Tratado de Windsor...*, 49.

42 Lopes, *CDJ...*, I, cap. XLVII, 95 and SILVA, José Soares da – *Memórias para a História de Portugal, que comprehendem o governo del rey D. Joaõ*. Lisbon: Lisboa Occidental, Oficina de Joseph Antonio da Sylva, 4 vols., 1730-1734, see vol. II, 1731, 924-926.

Despite the embassy's efforts, Richard II did not immediately commit to supporting the cause of the Master of Avis. This reluctance can be attributed to two primary factors. First, during the period of the Portuguese mission, John of Gaunt, Duke of Lancaster, was serving as the monarch's emissary in peace negotiations with Charles VI of France. Until these discussions were concluded, any military involvement in Portugal could jeopardize the ongoing truce negotiations, which ultimately led to the Truce of Boulogne on 12 July⁴³. Second, as Maria Helena da Cruz Coelho notes, the precarious political situation in Portugal – exacerbated by the Castilian siege of Lisbon – may have contributed to Richard II's cautious approach⁴⁴. Nevertheless, on 28 July 1384, Richard II authorized the mission of Fernando Afonso de Albuquerque and Lourenço Anes de Fogaça, granting them unrestricted permission to recruit men-at-arms and archers throughout England⁴⁵.

The recruitment process was primarily overseen by Fernando Afonso de Albuquerque, who is recorded in various documents from Richard II's chancery as being responsible for the incorporation of troops⁴⁶. As Peter Russell suggests, it is likely that Lourenço Anes de Fogaça returned to Portugal shortly after Richard II's approval of the English troop enlistment, potentially to inform João I of the progress and secure his endorsement of this critical development⁴⁷.

Recruitment likely commenced in August 1384, as evidenced by the first royal council authorization, dated 12 August, which permitted the issuance of protection letters for the recruits under the Master of Santiago⁴⁸. Progress in assembling the force remained slow throughout the late summer but saw a significant acceleration towards the end of the year⁴⁹. To finance these efforts, the Portuguese ambassadors obtained loans from London merchants, members of the urban elite, and knights within the royal household, raising a total of £1,000⁵⁰. To safeguard the creditors' interests, on 23 January 1385, Richard II and his council ordered the seizure of all Portuguese ships and goods docked in English ports to serve as collateral⁵¹.

43 RUSSELL, Peter E. – *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*. Lisbon: Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 2000, 402; and FAVIER, Jean – *La Guerre de Cent Ans*. Paris: Arthène Fayard, 1980, 377-379. The truces are published in *Foedera, conventiones, literae, et cujuscunque generis acta publica...* Thomas Rymer (ed.). London: Hagae Comitatus-Neaulme, 10 vols., 1704-1735, in vol. III, 1739, vol. VII, 438-439.

44 Coelho, *D. João I...*, 126.

45 Russell, *A Intervenção Inglesa...*, 401; and *Foedera...*, vol. III, 1739, vol. VII, 436.

46 *Foedera...*, vol. III, 1739, vol. VII, 450-451, 472-473, 544 and 549-550; Faria, "Por prol e serviço do reino...", 214; and Russell, *A Intervenção Inglesa...*, 402.

47 Russell, *A Intervenção Inglesa...*, 402; and PERROY, Edouard – *The Diplomatic Correspondence of Richard II (1377–1399)*. London: Camden Society, 1933, 28, nr. 44A.

48 London, The National Archive, C 81/1080/573; and Russell, *A Intervenção Inglesa...*, 402.

49 Lopes, *CDJ...*, I, cap. XLVII, 96; and Russell, *A Intervenção Inglesa...*, 406.

50 Lopes, *CDJ...*, I, cap. XLVII, 95-96 and Faria, "Por prol e serviço do reino...", 216-217.

51 *Foedera...*, vol. III, 1739, vol. VII, 455.

During these financial arrangements, a significant political shift occurred. João I was proclaimed King of Portugal at the Courts of Coimbra on 6 April 1385, marking the end of the two-year interregnum following the death of King Fernando I in October 1383⁵². Shortly thereafter, João I, along with his newly established Avis's dynasty, moved swiftly to renew the treaty with England. On 15 April 1385, he formally appointed Fernando Afonso de Albuquerque and Lourenço Anes de Fogaça as his plenipotentiaries, granting them the authority to negotiate on behalf of both the King and the Kingdom of Portugal⁵³. It is noteworthy, however, that until this point, the two diplomats had been acting under the authority of the Master of Avis, who served as regent and defender of the Kingdom of Portugal, rather than as its monarch.

The urgency of securing English support is underscored by the procuration granted to the ambassadors, which provided them with comprehensive instructions to guide their diplomatic mission. This crucial document authorized them to negotiate and secure loans, either in currency or goods, to finance the Portuguese cause. It explicitly allowed for the use of assets belonging to Portuguese merchants in England, the personal property of the ambassadors, and even the Crown's holdings in Portugal as collateral. Furthermore, the procuration empowered them to negotiate a strategic alliance with King Richard II and John of Gaunt, Duke of Lancaster, while enabling the ambassadors to raise funds in England to cover the costs of maintaining and paying the Portuguese troops. This underscores the critical reliance on English military and financial assistance, which was vital for the survival of João I's nascent reign and for the continuation of Portuguese resistance during this tumultuous period⁵⁴.

As the diplomatic mission led by Fernando Afonso de Albuquerque progressed, the exact number of soldiers recruited remained uncertain. While contemporary sources suggest the enlistment of approximately two hundred soldiers, some estimates place the figure as high as 800 recruits⁵⁵. As Peter Russell notes, however, the majority of these recruits were not part of an elite fighting force⁵⁶.

The recruitment process, as detailed by Tiago Viúla de Faria and Peter Russell, was marked by numerous difficulties. Among the challenges were instances of individuals enlisting to fight for Portugal without any intention of actually participating in the military campaign on the Iberian Peninsula. Protection

52 Regarding the Courts of Coimbra of 1385, see Coelho, *D. João I...*, 78-97; and CAETANO, Marcello – “As cortes de 1385”. in Marcello Caetano – *A Crise Nacional de 1383-1385. Subsídios para o seu Estudo*. Lisbon/São Paulo: Verbo, 1953, 7-122.

53 London, The National Archive, E 30/307.

54 London, The National Archive, E 30/307; Lopes, *CDJ...*, II, cap. LXXIX, 213-214; and Russell, *A Intervenção Inglesa...*, 215-216.

55 Russell, *A Intervenção Inglesa...*, 406.

56 Faria, “Por prol e serviço do reino...”, 214.

letters, issued by the royal chancery, allowed some of these recruits to evade their financial obligations and avoid legal repercussions in England. Upon discovering these irregularities, Fernando Afonso de Albuquerque petitioned the English Privy Council, requesting the revocation of these protection letters to prevent further exploitation of the legal safeguards⁵⁷.

In parallel to these recruitment issues, the position of the two Portuguese ambassadors in England became increasingly precarious due to the significant debts they had accrued, which had not been settled. To protect the ambassadors amid the growing tensions and hostilities they faced, Richard II issued a safe-conduct for Fernando Afonso de Albuquerque and Lourenço Anes de Fogaça⁵⁸. This diplomatic measure was intended to ensure their safety and enable them to continue their mission despite the challenges surrounding both the recruitment process and their financial difficulties.

This pivotal development shifted the diplomatic landscape in favour of Portugal, allowing the plenipotentiaries to proceed. Led by Fernando Afonso de Albuquerque and Lourenço Anes de Fogaça, the Portuguese delegation entered the final stages of negotiations with the English representatives. After detailed discussions, both sides agreed on the Treaty of Windsor, signed on 9 May 1386⁵⁹, bearing the seals of the two Portuguese ambassadors.

Following the treaty, the final step to solidify the alliance came through a union of blood: the marriage of King João I to Philippa, daughter of John of Gaunt, Duke of Lancaster. Celebrated on 2 February 1387 at the Cathedral of Porto, this union marked the formal consolidation of the diplomatic bond between Portugal and England⁶⁰.

57 Three petitions of Fernando Afonso de Albuquerque (London, The National Archive, SC 8/300/14986, 14988, and 14989) reached us. These were reviewed and subsequently granted in favour of the Master of Santiago. See also Faria, "Por prol e serviço do reino...", 214-215.

58 *Foedera...*, vol. III, 1739, vol. VII, 479; and Russell, *A Intervenção Inglesa...*, 412.

59 London, The National Archive, E 30/310.

60 Coelho, *D. João I...*, 148-157.

The Seal of Fernando Afonso de Albuquerque

In medieval diplomacy, seals were not merely administrative instruments; they were potent symbols of authority and legitimacy⁶¹. Through their inscriptions, seals functioned as *testimonium veritatis* – a testament to authenticity, stability, and formal validity. Often, the seal was the most conspicuous feature of a document, imbuing it with profound symbolic meaning⁶².

Rich in semiotic value, seals conveyed both visibility and significance. In a society deeply attuned to visual symbolism, they transcended their material form to represent political power and affirm the solemnity of the agreements they endorsed. The design of the seal was not merely ornamental; it reflected the strength of its bearer's position and bolstered the credibility of the document. Thus, the seal embodied *fidelitas*, underscoring the reliability of the diplomatic pact it validated⁶³.

For diplomats such as Fernando Afonso de Albuquerque, who played a pivotal role in King João I's diplomatic efforts, the seal became not only a formalizer of agreements but also a direct manifestation of his political legitimacy. As plenipotentiary of the Portuguese Crown during a period of great turmoil, Albuquerque's seal symbolized the weight of his influence and the critical alliances he facilitated. More than a mere marker of authority, it became an essential instrument for securing the kingdom's future, ensuring that the agreements he brokered carried lasting impact.

In this context, the seal of Fernando Afonso de Albuquerque, dated to May 1386, serves as the basis for this analysis. It is affixed to the Treaty of Windsor, formally known as the Treaty of Perpetual Alliance between Richard II of England and João I of Portugal, as shown in Figure 1.

61 Regarding the origins and evolution of seals, see BAUTIER, Robert-Henri – “Le cheminement du sceau et de la bulle des origines mésopotamiennes au XIII^e siècle occidental”, in *Chartes, sceaux et chancelleries. Etudes de Diplomatique et de Sigillographie médiévales*. Vol. I. Paris: École des Chartes, 1990, 123-166.

62 GOMES, Saul António – *In Limine Conscriptio. Documentos, Chancelaria e Cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (séculos XII a XVI)*. Viseu: Palimage Editores, Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2007, 832-833; and LAGUENS GRACIA, Vicente – *Léxico Jurídico en Documentos Notariales Aragoneses de la Edad Media, siglos XIV y XV*. Zaragoza: Dep. de Cultura y Educación, 1992, 246-247.

63 Gomes, *In Limine...*, 833; and ROMERO TALLAFIGO, Manuel – “El sello en el document diplomático”. in María Carmona de los Santos (ed.) – *De Sellos y Blasones. Sigiloheráldica para Archiveros*. Sevilla: S & C Ediciones, 1996, 53-74, p. 58.



Figure 1 – Seal of Fernando Afonso de Albuquerque present in the Treaty of Windsor (1386), (obverse side). Source: London, The National Archive, E 30/310

The significance of these seals can only be fully understood within the broader context of sigillographic traditions, particularly those shaped by the Order of Santiago, of which Fernando Afonso de Albuquerque was the Master⁶⁴. The origins of the Order date back to a confraternity of knights founded in Cáceres under the patronage of King Fernando II of León in August 1170. While initially comparable to other Iberian associations, such as the brotherhoods of Belchite and Monreal or the militias of Ávila and Toledo, the confraternity evolved into a distinctive and enduring religious and military institution, primarily due to its unique connection to Santiago⁶⁵.

64 A systematic and comprehensive study of the chancery practices of the Order of Santiago, both in Portugal and Spain, remains absent from the current historiographical landscape. However, it is essential to recognise the foundational contributions of Saul António Gomes, who, although not exclusively focused on the Order of Santiago, offered a seminal analysis of the chancelleries of Military Religious Orders in Portugal. His research provides critical insights into the subject and establishes a significant basis for future scholarly inquiry into this underexplored facet of medieval institutional history: GOMES, Saul António – “Observações em torno das chancelarias das ordens militares em Portugal, na Idade Média”. in Isabel Cristina F. Fernandes (ed.) – *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela/Edições Colibri, 2005, 111-167.

65 OLIVEIRA, Luís Filipe – “De Leão a Portugal. A Ordem Militar de Santiago”. *Ad Limina*, 11 (2020), 129-152, here pp. 131-132. For a more comprehensive analysis of the history of the Order of Santiago, both in Portugal and in Castile during the Middle Ages, see LOMAX, Derek – *La Orden de Santiago, 1170-1275*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1965; MARTIN RODRIGUEZ, José-Luis – *Orígenes de la Orden Militar de Santiago, 1170-1195*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1974;

This transformation began on 12 February 1171, when the confraternity aligned itself with the Archbishop of Santiago, pledging vassalage to St. James the Apostle. Through this association, the knights adopted the Apostle's banner and iconography, solidifying their spiritual and institutional ties to Santiago. This pivotal agreement elevated the confraternity into a formal religious militia, with its members recognized as friars of the newly established Order of Santiago. Their mission expanded beyond localized conflicts to encompass a broader pan-Iberian struggle against non-Christians, aligning closely with the overarching goals of Christendom⁶⁶.

The sigillographic *praxis* of the Order exemplified its dual identity as both a military and religious institution. The seals, adorned with the symbols of St. James, functioned not only as instruments of administrative authority but also as visual representations of the Order's divine mission and legitimacy. Upon examining the seal of Fernando Afonso de Albuquerque, it is apparent that it is affixed to the document by a tail, consisting of a strip of parchment inserted into a simple incision at the fold and footer of the document, with the ends folded into a double tail.

The sigillographic specimen under analysis is a pendant wax seal, classified as simple, as it is engraved only on one side, referred to as the obverse. It represents a noteworthy example of medieval Gothic sigillary art, featuring an ovaloid shape⁶⁷. According to Luís Távora, this shape is more characteristic of seals produced using signet rings⁶⁸. While this form became widespread from the XV century onward, no other seal from the Portuguese or Castilian medieval Military Orders with this shape has been identified⁶⁹.

It is also significant to note that no information is available regarding the matrix of Fernando Afonso de Albuquerque's seal. The only known detail is that, on 5 February 1385, the Master of the Military Order of Santiago appealed to the royal chancery of Richard II to revoke a protection letter granted for one year, dated 28 January 1385, to Stephen Beyford, who was to travel to Portugal in the service of the king, having been recruited by Fernando Afonso de Albuquerque. According to

OLIVEIRA, Luís Filipe – “Ordem Militar de Santiago”. in Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.) – *Ordens Religiosas em Portugal. Das origens a Trento. Guia Histórico*. 3.^a ed. Lisbon: Livros Horizonte, 2016, 475-480; and CUNHA, Mário – *As Origens da Ordem de Santiago, 1170-1327*. Lisbon. Edições Colibri, 2021.

66 Lomax, *La Orden de Santiago...*, 5-6.

67 This ovaloid shaped seal is a distinctive feature within the sigillographic tradition of the Order of Santiago in Portugal. According to Saul António Gomes, throughout the XIII and XIV centuries, the most common shape was the rounded shield. Gomes, “Observações em torno das Chancelarias...”, 141.

68 Távora, *O Estudo da Sigilografia...*, 48.

69 For a detailed analysis of the seals of the Order of Santiago in Spain, see GUGLIERI NAVARRO, Araceli – *Catálogo de Sellos de la Sección de Sigilografía del Archivo Histórico Nacional*. 3 vols. Madrid: Archivo Histórico Nacional, 1974, t. III – *Sellos de Ordenes Militares, Corporaciones, Particulares, Vários*; and MENÉNDEZ PIDAL, Juan – *Catálogo. I. Sellos Españoles de la Edad Media*. Madrid: Archivo Histórico Nacional, 1921. For medieval seals of the Military Orders, see Gomes, “Observações em torno das Chancelarias...”, 135-155.

the appeal, this letter was forged, as Beyford had somehow obtained the seal of the Master of Santiago. It remains unclear how he gained access to the seal, whether by stealing the matrix or by using it illegitimately⁷⁰.

The seal was likely crafted using a wax-resin mixture, typically composed of two parts beeswax to one part resin, in accordance with the sigillographic practices of the period⁷¹. In the Iberian context, however, lacquer gum was more commonly utilized⁷². To achieve its characteristic red hue, lead oxide was the predominant pigment, imparting the desired tone⁷³. As noted by Michel Pastoureau, red was a powerful and archetypal colour, symbolizing authority and the sacred in medieval thought. Furthermore, it was closely associated with the Passion of Christ and martyrdom⁷⁴.

In Castile, there is no evidence of red wax being used in seals from the Order of Santiago, whose earliest known seal, attributed to Master García González de Araújo, dates to 1214⁷⁵. In contrast, the use of red wax by the chancery of the Order of Santiago in Portugal is documented through surviving seals dating to 1329⁷⁶ and is known to have persisted until at least 1503, as noted by António Caetano de Sousa⁷⁷.

The seal bears the following inscription in Latin, written in Gothic uppercase letters: + S(igillum) : F(er)?NANDI : AFONSI : ORDINIS : SANTI : IACOBI. There is uncertainty regarding the initial letter of the proper name, as the “F” appears to include an associated abbreviation for “er”, though this detail is faint. In all other aspects, there is no doubt about the inscription, though the absence of a “c” between the “n” and “t” in *SANTI* seems unusual. Nevertheless, this is what appears to be recorded. The seal matrix itself has not been preserved, but irregularities in the engraving suggest that it may not have been crafted by a highly skilled artisan. These defects raise the hypothesis that the matrix was not professionally made.

On the reverse, a counterseal is visible, likely produced with a signet, as shown in Figure 2. Its undamaged state suggests the absence of an inscription or emblem, although this cannot be confirmed with certainty. Notably, this is the only known sigillographic specimen from the Order of Santiago to feature a counterseal⁷⁸.

70 *Calendar of the Patent Rolls. Richard II*. London: Eyre and Spottiswoode, 6 vols., 1895-1909 – see 1897, p. 525.

71 PASTOUREAU, Michel – *Les Sceaux*. Turnhout, Belgium: Brepols, 1981, 35.

72 METMANM, Yves – “Sigilografia”. in Charles Samaran (ed.) – *L'Histoire et ses Méthodes*. Paris: Gallimard, 1961, 585-615, p. 603.

73 Pastoureau, *Les Sceaux...*, 35.

74 PASTOUREAU, Michel – *Dicionário das Cores do Nosso Tempo. Simbólica e Sociedade*. Lisbon: Estampa, 1993, 160-163.

75 Guglieri Navarro, *Catálogo de Sellos...*, 24; and Menéndez Pidal, *Catálogo...*, 175 and nr. 235.

76 Lisbon, Torre do Tombo, Gavetas, Gaveta 5, Mç. 2, doc. 8; and Távora, *O Estudo da Sigilografia...*, nr. 365, 266-267.

77 SOUSA, António Caetano de – *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*. Lisbon: Lisboa Occidental, Officina de Joseph Antonio da Sylva, 12 tomos, 13 vols., 1725-1740, see t. IV, 1738, 43.

78 The practice of using counterseals began in England around the 1140s and gradually spread. According to Maria do Rosário Morujão, it is likely that this practice was introduced in Portugal in the mid XIII century through Bishop D. Aimerico d'Ébrard of Coimbra. For further discussion on counterseals, see: CHENEY,



Figure 2 – Seal of Fernando Afonso de Albuquerque present in the Treaty of Windsor (1386). Detail of the counterseal (reverse side). Source: London, The National Archive, E 30/310.

Regarding the iconographic analysis of the seal, its central motif features a sword with a straight, wide, and channelled blade, complemented by a hilt with pommels. This sword symbolizes the military character of the Order of Santiago, embodying the chivalric and martial ideals central to its knights. It also alludes to the noble character of Saint James and his martyrdom in Jerusalem, reinforcing his role as both protector and guide for the knights during their participation in the Iberian Reconquista.

Prominently placed on the blade is a scallop shell, an emblem closely associated with Saint James and a well-known symbol of pilgrimage to his shrine in Santiago de Compostela. Traditionally recognized as a marker of pilgrimage, the shell underscores the Order's spiritual and penitential mission, complementing its martial purpose. This dual symbolism encapsulates the Order's commitment to both defending the faith and fostering the spiritual journey of its members, reflecting its integral role in the Reconquista and the broader Jacobean pilgrimage tradition. The earliest recorded use of these iconographic elements by the Order dates to 1214⁷⁹. In

C. R. – *English Bishops Chanceries (1100-1250)*. Manchester: Manchester University Press, 1950, 50; and MORUJÃO, Maria do Rosário – *A Sé de Coimbra. A Instituição e a Chancelaria (1080-1318)*. Lisbon: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2010, 651-652.

⁷⁹ Guglieri Navarro, *Catálogo de Sellos...*, 24; and Menéndez Pidal, *Catálogo...*, 175 and nr. 235.

Portugal, however, their presence on official seals is documented somewhat later, specifically in 1297, on the seal of João Afonso, Master of the militia⁸⁰.

Beyond the sword and scallop shell, the seal incorporates two additional prominent elements: a crescent moon positioned to the left of the sword and a six-pointed star situated to the right. These celestial symbols likely reference the legendary discovery of the tomb of Saint James, traditionally believed to have been revealed through a remarkable astronomical event.

According to legend, a hermit named Pelagius witnessed an extraordinary celestial phenomenon – a shower of stars illuminating the night sky over several nights, set against a moonlit backdrop. This event occurred in the forest of Libredón, where the majority of the stars appeared to descend upon a particular hill. Intrigued by the spectacle, Pelagius informed Bishop Theodemir of Iria Flavia, who, on the night of 25 July 812, led a small expedition to the site. Amidst the dense vegetation, they uncovered a stone tomb containing the remains of three individuals, later identified as the Apostle Saint James and his two disciples, Theodore and Athanasius. Bishop Theodemir interpreted this celestial event as a divine revelation, linking it to the miraculous discovery of Saint James' burial place⁸¹.

The crescent moon and six-pointed star, prominently featured during Pelagius' nocturnal celestial observations, serve as emblematic motifs that symbolically align with the extraordinary phenomenon recounted in the legend. These elements act as a visual bridge between the cosmic event and the sacred revelation of the Apostle's final resting place. First documented on the seal of Master Fernando Pérez of León in 1224⁸², these iconographic features became enduring motifs within the sigillographic tradition of the Order of Santiago, though their adoption by the Portuguese branch of the Order is not attested until 1297⁸³.

As the Portuguese branch sought to consolidate its autonomy and assert a distinct institutional identity, particularly during the XIV century, its sigillographic imagery evolved to reflect broader political and ecclesiastical transformations. A pivotal moment in this process occurred with the papal decree of 1290, issued by Nicholas IV, which emancipated the Portuguese branch from Castilian oversight and granted it the authority to elect its own Provincial Master. However, this independence remained somewhat circumscribed, as the Castilian Masters retained

80 Lisbon, Torre do Tombo, Gavetas, Gaveta 5, Mç. 4, doc. 8; and TÁVORA, *O Estudo da Sigilografia...*, nr. 305, 240.

81 PORTELA SILVA, Ermelindo – *Historia de la ciudad de Santiago de Compostela*. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela, 2003, 53-55; and MENDES, Ana Catarina – *Peregrinos a Santiago de Compostela. Uma Etnografia do Caminho Português*. Lisbon: Instituto de Ciências Sociais, 2009, 1-3.

82 Guglieri Navarro, *Catálogo de Sellos...*, 24; and Menéndez Pidal, *Catálogo...*, 175 and nr. 236.

83 Lisbon, Torre do Tombo, Gavetas, Gaveta 5, Mç. 4, doc. 8 and TÁVORA, *O Estudo da Sigilografia...*, nr. 305, 240.

the prerogative to conduct spiritual visitations within Portugal⁸⁴. Against this backdrop, the seals of the Portuguese Masters began to incorporate new heraldic elements, such as the *quinas*, symbolizing the Portuguese Crown and underscoring the Order's alignment with the monarchy⁸⁵. By integrating royal insignia into their seals, the Masters not only reinforced their loyalty to the Portuguese sovereign but also signalled their growing institutional autonomy, marking a decisive shift away from Castilian influence.

Gil Fernandes de Carvalho, who assumed the role of Master of the Order in the mid of XIV century, is recognized as the first to incorporate the royal coat of arms into his official seal. A notarial record from Tavira, dated 12 July 1356⁸⁶, attests to the presence of his seal on a procuration granted to the prior of Loulé. attests to the presence of his seal on a procuration granted to the prior of Loulé. The seal is described as bearing the traditional heraldic elements of the Order – a crescent moon, a star, and a sword – alongside the *quinas*, the heraldic symbols associated with the Portuguese monarchy, symmetrically placed on either side⁸⁷.

This sigillographic practice appears to have been subsequently adopted by Fernando Afonso de Albuquerque, as illustrated in Figure 1, which portrays a sword flanked by two indistinct shields. According to Luís Távora, the shield on the left, from the observer's perspective, is bordered by castles, a feature aligning with the heraldic display of the royal arms⁸⁸. This interpretation, suggesting the inclusion of the king's arms, is plausible and has been cautiously mentioned by Luís Filipe Oliveira⁸⁹. As for the shield on the right, we speculate that it may feature a cross of Saint James, although this remains an unresolved matter of conjecture.

The adoption of this sigillographic iconography signifies the continued alignment between the Order of Santiago and the Portuguese monarchy, further consolidating the political and institutional bonds that defined the period. This evolution in the use of seals transcended their mere function as markers of authority; they became symbols of political identity, institutional power, and legitimacy.

84 Oliveira, “De Leão a Portugal...”, 150-151; FERNANDES, Maria Cristina Ribeiro de Sousa – *A Ordem Militar de Santiago no Século XIV*. Porto: Universidade do Porto, 2002, 50-55; and AYALA MARTÍNEZ, Carlos de – “La escisión de los Santiaguistas Portugueses. Algunas notas sobre los establecimientos de 1327”. *Historia. Instituciones. Documentos*, 24 (2017), 53-69.

85 OLIVEIRA, Luís Filipe – *A Coroa, os Mestres e os Comendadores. As Ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)*. Faro: Universidade do Algarve, 2009, 84.

86 *Livro dos Copos*. Luís Adão da Fonseca (ed.). Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2006, doc. 100, 203-205.

87 Oliveira, *A Coroa...*, 84.

88 TÁVORA, *O Estudo da Sigilografia...*, nr. 63, 129-130. The author provides an indirect description of the seal, as he mentions that he did not have direct contact with it. The seal was analysed through the photograph present in the *Guia da Exposição Comemorativa do VI Centenário da Aliança Luso-Britânica (1373-1973)*. Lisbon: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1973, 5.

89 Oliveira, *A Coroa...*, 85.

Seals, particularly those incorporating royal elements, increasingly signified the intertwining of the Order's authority with that of the monarchy.

Conclusion

The study of Fernando Afonso de Albuquerque's diplomatic mission and his seal provides crucial insights into the intricate nature of medieval diplomacy and the essential role of sigillographic traditions in legitimising political power. As a prominent ambassador under King João I, Albuquerque's mission to the court of Richard II epitomises the interconnection between diplomacy, political authority, and the strategic use of symbolic instruments. His seal, particularly on the Treaty of Windsor (1386), not only signifies his authority but also cements the political alliance between Portugal and England, underscoring the enduring nature of this diplomatic pact.

Albuquerque's seal marks a pivotal development in medieval diplomatic practices. More than just an instrument of authentication, it was a powerful symbol of legitimacy, reinforcing both his own authority and that of the Portuguese monarchy. By affixing it to the Treaty of Windsor, Albuquerque ensured not only his position within the Order of Santiago but also the lasting influence of the agreement, which would define the future relationship between the two kingdoms.

This study highlights the broader sigillographic tradition of the Order of Santiago, which spanned both Portugal and Castile. Through the lens of Albuquerque's seal, we see how sigillographic practices were integral to political consolidation across the Iberian Peninsula. These seals were not mere formalities; they were powerful instruments of authority that validated political agreements and the roles of those who sealed them.

This study further illuminates the expansive sigillographic tradition of the Order of Santiago, which extended its influence beyond Portugal into Castile. Through this lens, we come to appreciate the central role the Order played in shaping the political fabric of the Iberian Peninsula. The seal of Albuquerque, as a marker of the Order's authority, exemplifies how sigillographic practices were not mere formalities but powerful instruments of political consolidation, reinforcing the legitimacy of agreements and affirming the roles of those who affixed them.

In examining Fernando Afonso de Albuquerque's seal, this work contributes to our understanding of sigillography as a critical diplomatic instrument, essential for formalising and securing political relationships. The seal's role in the Treaty of Windsor exemplifies how it not only facilitated diplomacy but also reinforced the power of the Portuguese monarchy. This study underscores the deep connection

between diplomacy and sigillography, demonstrating how the analysis of seals provides valuable insights into the political and communicative structures of the medieval world.

Ultimately, the exploration of Albuquerque's seal enhances our comprehension of medieval diplomatic practices and the sigillographic traditions of the Order of Santiago. These traditions, which extended beyond Portugal into Castile, reveal the importance of seals in shaping political identities and securing lasting alliances. Viewed through this perspective, the seal emerges as not just a tool of authentication, but a potent symbol of power and legitimacy that transcended borders, intertwining diplomacy, politics, and symbolism across the medieval Iberian Peninsula.

BIBLIOGRAPHIC REFERENCES

Sources

- Calendar of the Patent Rolls. Richard II.* London: Eyre and Spottiswoode, 6 vols., 1895-1909.
- Foedera, conventiones, literae, et cujuscunque generis acta publica...* Thomas Rymer (ed.). London: Hagae Comitatus-Neaulme, 10 vols., 1704-1735.
- FROISSART, Jean – *Les Chroniques*. London: George Routledge and Sons, 1975.
- KNIGHTON, Henry – *Knighton's Chronicle: 1337-1396*. G. H. Martin (ed.). Oxford: Clarendon Press, 1995.
- Lisbon, Torre do Tombo, Convento de Santa Clara de Santarém, Mç. 8, doc. 417.
- Lisbon, Torre do Tombo, Gavetas, Gaveta 5, Mç. 2, doc. 8.
- Lisbon, Torre do Tombo, Gavetas, Gaveta 5, Mç. 4, doc. 8.
- Livro dos Copos*. Luís Adão da Fonseca (ed.). Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2006.
- London, The National Archive, C 81/1080/573.
- London, The National Archive, E 30/307, 309 and 310.
- London, The National Archive, SC 8/300/14986, 14988 and 14989.
- LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando*. Giuliano Macchi (ed.). Lisbon: Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 2004.
- LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*. Porto: Livraria Civilização, 2 vols., 1945-1949.
- SILVA, José Soares da – *Memorias para a Historia de Portugal, que comprehendem o governo del rey D. Joaõ*. Lisbon: Lisboa Occidental, Officina de Joseph Antonio da Sylva, 4 vols., 1730-1734.
- SOUSA, António Caetano de – *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*. Lisbon: Lisboa Occidental, Officina de Joseph Antonio da Sylva, 12 tomos, 13 vols., 1725-1740.
- The Parliament rolls of Medieval England: 1275-1504. Vol. 6., Richard II, 1377-1384*. Chris Given-Wilson (ed.). London: Boydell Press, 2005.

Studies

- ARNAUT, Salvador Dias – *A Crise Nacional dos Fins do Século XIV*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1959.
- AYALA MARTÍNEZ, Carlos de – “La escisión de los Santiaguistas Portugueses. Algunas notas sobre los establecimientos de 1327”. *Historia. Instituciones. Documentos*, 24 (2017), 53-69.

- BALEIRAS, Isabel de Pina – *Uma Rainha Inesperada. Leonor Teles*. Lisbon: Círculo de Leitores, 2012.
- BAUTIER, Robert-Henri – “Le cheminement du sceau et de la bulle des origines mésopotamiennes au XIII^e siècle occidental”. in *Chartes, sceaux et chancelleries. Etudes de Diplomatie et de Sigillographie médiévales*. Vol. I. Paris: École des Chartes, 1990, 123-166.
- BIGGS, Douglas – “Chasing the chimera in Spain. Edmund of Langley in Iberia, 1381/82”. *Journal of Medieval Military History*, XIV (2017), 79-98.
- BRANCO, Maria João; FARELO, Mário – “Diplomatic relations. Portugal and the others”. in José Mattoso (dir.) – *The Historiography of Medieval Portugal (c. 1950-2010)*. Lisbon: Instituto de Estudos Medievais, 2011, 248-256.
- CAETANO, Marcello – “As cortes de 1385”. in Marcello Caetano – *A Crise Nacional de 1383-1385. Subsídios para o seu Estudo*. Lisbon/São Paulo: Verbo, 1953, 7-122.
- CAETANO, Marcello – “O concelho de Lisboa na crise de 1383-1385”. in Marcello Caetano – *A Crise Nacional de 1383-1385. Subsídios para o seu Estudo*. Lisbon/São Paulo: Verbo, 1953, 123-207.
- CHENEY, C. R. – *English Bishops Chanceries (1100-1250)*. Manchester: Manchester University Press, 1950.
- CHILDS, Wendy R. – “Anglo-Portuguese relations in the fourteenth century”. in James L. Gillespie (dir.) – *The Age of Richard II*. New York: Sutton Publishing, 1997, 27-49.
- COELHO, Maria Helena da Cruz – *D. João I. O que Re-colheu Boa Memória*. Lisbon: Temas e Debates, 2008.
- CUNHA, Mário – *As Origens da Ordem de Santiago, 1170-1327*. Lisbon. Edições Colibri, 2021.
- FARELO, Mário – *A Oligarquia Camarária de Lisboa, 1325-1433*. Lisbon: Universidade de Lisboa, 2008.
- FARIA, Diogo Nuno Machado Pinto – *A Diplomacia dos Reis de Portugal no Final da Idade Média (1433-1495)*. Porto: Universidade do Porto, 2021.
- FARIA, Tiago Viúla de – “Por prol e serviço do reino? O desempenho dos negociantes portugueses do Tratado de Windsor e as suas consequências nas relações com Inglaterra”. in *A Guerra e a Sociedade na Idade Média. Actas das VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais*. Vol. 2. Coimbra: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 2009, 209-227.
- FARIA, Tiago Viúla de – *The Politics of Anglo-Portuguese Relations and their Protagonists in the Later Middle Ages (c.1351-c.1449)*. Oxford: Oxford University, 2012.
- FARIA, Tiago Viúla de; MIRANDA, Flávio – “*Pur Bone Alliance et Amiste Faire*. Diplomacia e comércio entre Portugal e Inglaterra no final da Idade Média”. *Revista do CITCEM*, 1 (2010), 109-128.
- FAVIER, Jean – *La Guerre de Cent Ans*. Paris: Arthène Fayard, 1980.

- FERNANDES, Maria Cristina Ribeiro de Sousa – *A Ordem Militar de Santiago no Século XIV*. Porto: Universidade do Porto, 2002.
- FONSECA, Luís Adão da – *O Essencial sobre o Tratado de Windsor*. Lisbon: Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 1996.
- GOMES, Rita Costa – *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*. Lisbon: Difel, 1995.
- GOMES, Rita Costa – *D. Fernando*. Lisbon: Temas e Debates, 2009.
- GOMES, Saul António – *In Limine Conscriptio. Documentos, Chancelaria e Cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (séculos XII a XVI)*. Viseu: Palimage Editores, Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2007.
- GOMES, Saul António – *Introdução à Sigilografia Portuguesa. Guia de Estudo*. 2.^a ed. rev. e ampliada. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2012.
- GOMES, Saul António – “Observações em torno das chancelarias das ordens militares em Portugal, na Idade Média”. in Isabel Cristina F. Fernandes (ed.) – *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela/Edições Colibri, 2005, 111-167.
- GOODMAN, Anthony – *The Exercise of Princely Power in Fourteenth-Century Europe*. New York: St. Martin's Press, 1992.
- GUGLIERI NAVARRO, Araceli – *Catálogo de Sellos de la Sección de Sigilografía del Archivo Histórico Nacional*. 3 vols. Madrid: Archivo Histórico Nacional, 1974.
- Guia da Exposição Comemorativa do VI Centenário da Aliança Luso-Britânica (1373-1973)*. Lisbon: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1973.
- HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *O Desembargo Régio: 1320-1433*. Lisbon: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990.
- HOMEM, Armando Luís de Carvalho – “Diplomacia e diplomatas nos finais da Idade Média. A propósito de Lourenço Anes Fogaça, chanceler-mor (1374-99) e negociador do Tratado de Windsor”. in *Actas do Colóquio Comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor*. Porto: Instituto de Estudos Ingleses, 1986, 221-240.
- LAGUENS GRACIA, Vicente – *Léxico Jurídico en Documentos Notariales Aragoneses de la Edad Media, siglos XIV y XV*. Zaragoza: Dep. de Cultura y Educación, 1992.
- LALANDA, Margarida Sá Nogueira – “A política externa de D. Afonso IV (1325-1357)”. *Arquipélago. História*, 11 (1989), 107-151.
- LAZZARINI, Isabella – *Communication and Conflict. Italian Diplomacy in the Early Renaissance, 1350-1520*. Oxford: Oxford University Press, 2015.
- LOMAX, Derek – *La Orden de Santiago, 1170-1275*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1965.
- MARINHO, Duarte Maria Monteiro de Babo – “A diplomacia e os diplomatas na baixa Idade Média portuguesa (1431-1475)”. *Medievalista* [online], 27 (2020). Available at <http://journals.openedition.org/medievalista/2940> [accessed 6th January 2025].

- MARINHO, Duarte Maria Monteiro de Babo – *Os Embaixadores Portugueses nos Reinos Ibéricos (1431-1474). Um Estudo Sociodemográfico*. Porto Universidade do Porto, 2017.
- MARQUES, A. H. de Oliveira – *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa*. Lisbon: Editorial Estampa, 1963.
- MARTIN RODRIGUEZ, José-Luis – *Orígenes de la Orden Militar de Santiago, 1170-1195*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1974.
- MARTINS, Armando Alberto – “Martinho Anes de Zamora (1379-1383)”. in João Luís Inglês Fontes (ed.) – *Bispos e Arcebispos de Lisboa*. Lisbon: Livros Horizonte, 2018, 417-429.
- MENDES, Ana Catarina – *Peregrinos a Santiago de Compostela. Uma Etnografia do Caminho Português*. Lisbon: Instituto de Ciências Sociais, 2009.
- MENÉNDEZ PIDAL, Juan – *Catálogo. I. Sellos Españoles de la Edad Media*. Madrid: Archivo Histórico Nacional, 1921.
- METMANM, Yves – “Sigilografia”. in Charles Samaran (ed.) – *L'Histoire et ses Méthodes*. Paris: Gallimard, 1961, 585-615.
- MIRANDA, Flávio – *Portugal and the Medieval Atlantic. Commercial Diplomacy, Merchants, and Trade, 1143-1488*. Porto: Universidade do Porto, 2012.
- MORENO, Humberto Baquero – “Um grande diplomata português do século XV. O doutor João Fernandes da Silveira”. *Anuario de Estudios Medievales*, 19 (1989), 485-492.
- MORENO, Humberto Baquero – “O Tratado de Windsor de 1386 no conspecto das relações luso-inglesas”. in *Actas do Colóquio Comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor*. Porto: Instituto de Estudos Ingleses, 1986, 213-219.
- MORUJÃO, Maria do Rosário – *A Sé de Coimbra. A Instituição e a Chancelaria (1080-1318)*. Lisbon: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2010.
- MORUJÃO, Maria do Rosário – “Sigilografia. Novos caminhos e desafios para o futuro”. in Ana Pereira Ferreira *et al.* (eds.) – *Between Lines and Notarial Marks. Documentation Sciences in Rebuilding the Past* [online]. Évora: Publicações do Cidehus, 2024. Available at <https://books.openedition.org/cidehus/24802> [accessed 6th January 2025].
- MORUJÃO, Maria do Rosário – “Working with medieval Manuscripts and records. Palaeography, diplomatics, codicology and sigillography”. in José Mattoso (dir.) – *The Historiography of Medieval Portugal (c. 1950-2010)*. Lisbon: Instituto de Estudos Medievais, 2011, 45-65.
- MUHAI, Ardian – *Quando Todos os Caminhos Levavam a Portugal. Impacto da Guerra dos Cem Anos na Vida Económica e Política de Portugal (Séculos XIV-XV)*. Lisbon: Universidade de Lisboa, 2014.

- NEVES, João António Mendes – *A Formosa Chancelaria. Estudos Originais da Chancelaria de D. Fernando (1367-1383)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2005.
- NEVES, Rui Pedro – “O drama da fome sob o signo castelhano, 1384”. in João Carlos Senna Martinez *et al.* (eds.) – *Diz-me o Que Comes... Alimentação Antes e Depois da Cidade. Fragmentos de Arqueologia de Lisboa*. Lisbon: Câmara Municipal de Lisboa/Sociedade de Geografia de Lisboa, 2017, 92-98.
- NEVES, Rui Pedro – “Fernando Afonso de Albuquerque. Mestre da Ordem de Santiago e Negociador do Tratado de Windsor”. in 650.º *Aniversário da Aliança Luso-Britânica. Balanço do Passado e Perspetivas de Futuro*. Braga, Portugal: Gestlegal/Universidade do Minho, 2024, 77-111.
- OLIVEIRA, Luís Filipe – *A Coroa, os Mestres e os Comendadores. As Ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)*. Faro: Universidade do Algarve, 2009.
- OLIVEIRA, Luís Filipe – “De Leão a Portugal. A Ordem Militar de Santiago”. *Ad Limina*, 11 (2020), 129-152.
- OLIVEIRA, Luís Filipe – “Ordem Militar de Santiago”. in Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.) – *Ordens Religiosas em Portugal. Das origens a Trento. Guia Histórico*. 3.ª ed. Lisbon: Livros Horizonte, 2016, 475-480.
- PASTOUREAU, Michel – *Dicionário das Cores do Nosso Tempo. Simbólica e Sociedade*. Lisbon: Estampa, 1993.
- PASTOUREAU, Michel – *Les Sceaux*. Turnhout, Belgium: Brepols, 1981.
- PEQUIGNOT, Stéphane – *Au nom du roi. Pratique diplomatique et pouvoir durant le règne de Jacques II d'Aragon (1291-1327)*. Madrid: Bibliothèque de la Casa Velázquez, 2009.
- PEQUIGNOT, Stéphane – *Diplomatie et “relations internationales” au Moyen Âge: (IX^e-XV^e siècles)*. Paris: Presses Universitaires de France, 2017.
- PERROY, Edouard – *The Diplomatic Correspondence of Richard II (1377-1399)*. London: Camden Society, 1933.
- PORTELA SILVA, Ermelindo – *Historia de la ciudad de Santiago de Compostela*. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela, 2003.
- ROMERO TALLAFIGO, Manuel – “El sello en el document diplomático”. in María Carmona de los Santos (ed.) – *De Sellos y Blasones. Sigiloheraldica para Archiveros*. Sevilla: S & C Ediciones, 1996, 53-74.
- RUSSELL, Peter E. – *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*. Lisbon: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.
- SENATORE, Francesco – *Uno Mundo de Carta. Forme e Strutture della Diplomacia Sforzesca*. Naples: Liguori, 1998.

- SILVA, Manuela Santos – “John of Gaunt”, Duque de Lancaster, Rei de Castela e Leão. A ‘praxis’ de vida de um cavaleiro durante a Guerra dos Cem Anos”. in *A Guerra e a Sociedade na Idade Média. Actas das VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais*. vol. 1. Coimbra: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 2009, 159-171.
- TAVARES, Maria José Ferro – “A nobreza no reinado de D. Fernando e a sua actuação em 1383-1385”. *Revista de História Económica e Social*, 12, julho/dezembro (1983), 45-89.
- TÁVORA, Luís Gonzaga de Lancastre e – *O Estudo da Sigilografia Medieval Portuguesa*. Lisbon: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983.

Os Aventureiros de Lisboa, os precursores dos Descobrimentos. *Ar-rihla fi talab al-'ilm* (“A viagem à procura do conhecimento”)

Natália Maria Lopes Nunes

Instituto de Estudos de Literatura e Tradição – patrimónios, artes e culturas (IELT) / Faculdade de Ciências
Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH)
nlnunes@hotmail.com

Resumo:

Os árabes dominavam os mares e tinham conhecimentos de navegação que lhes permitiam desenvolver relações comerciais entre vários povos. Esses conhecimentos da ciência náutica, da astronomia e cartografia foram trazidos para o Ocidente. Eles desenvolviam as suas navegações essencialmente no Mar Vermelho e as suas rotas marítimas ligavam o Mediterrâneo à costa de Marrocos. Além disso, a Índia era para eles uma escala, sobretudo para as ligações marítimas entre a China e a Indochina. Os relatos dos geógrafos árabes contribuíram muito para a divulgação das narrativas sobre as viagens marítimas. Al-Idrîsî, com a história d’“Os Aventureiros de Lisboa”, demonstra bem o carácter maravilhoso desses relatos. Posteriormente, todos esses aspectos contribuíram para que Portugal fosse pioneiro nas navegações dos séculos XV e XVI.

Palavras-chave

Ar-rihla; Aventureiros de Lisboa; al-Andalus; viagens marítimas; Descobrimentos

Nota biográfica

Natália Maria Lopes Nunes, professora, doutorada em Literatura Portuguesa Medieval. Pós-Doutorada na área da Literatura Profana e Mística do Gharb al-Andalus. Autora de livros e de vários artigos, no âmbito da literatura medieval e do al-Andalus, do misticismo islâmico e cristão e da literatura tradicional/oral, assim como do legado árabe e islâmico. Na FCSH-UNL (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa), tem lecionado os cursos livres sobre “A Poesia do Gharb al-Andalus”, “A herança árabe e islâmica do al-Andalus”, “Introdução à Literatura Árabe do al-Andalus”, “História e Cultura do al-Andalus”. É ainda investigadora integrada do IELT (Instituto de Estudos de Literatura e Tradição – patrimónios, artes e culturas) e colaboradora do IEM (Instituto de Estudos Medievais). Na FLUL (Faculdade de Letras de Lisboa), colaboradora do CH (Centro de História).

Ar-rihla fi talab al-‘ilm* (“The voyage in search of knowledge”).*The adventurers of Lisbon and the Imaginary of the Discoveries****Abstract**

The Arabs dominated the seas and had knowledge of navigation that allowed them to develop commercial relations between several peoples. This knowledge of nautical science, astronomy and cartography was brought to the West. They developed their navigations mainly in the Red Sea and their maritime routes connected the Mediterranean to the coast of Morocco. In addition, India was a stopover for them, especially for the maritime links between China and Indochina. The reports Arab geographers contributed a lot to the dissemination of narratives about sea travel. Al-Idrisī, with a history of ‘The Adventurers of Lisbon’, demonstrates the marvelous character of these stories. Subsequently, all these aspects contributed to Portugal pioneering navigations of the fifteenth and sixteenth centuries.

Keywords

Ar-rihla; Adventurers of Lisbon; al-Andalus; sea travel; Discoveries

Biographical note

Natália Maria Lopes Nunes, professor, PhD in Medieval Portuguese Literature. Postdoctoral in the area of Profane and Mystical Literature of Gharb al-Andalus. Author of books and several articles in the field of medieval and al-Andalus literature, Islamic and Christian mysticism and traditional/oral literature, as well as the Arab and Islamic legacy. At FCSH-UNL (Faculty of Social and Human

Sciences – Universidade Nova de Lisboa), he has taught free courses on “The Poetry of Gharb al-Andalus”, “The Arab and Islamic heritage of al-Andalus”, “Introduction to Literature Arab of al-Andalus”, “History and Culture of al-Andalus”. She is also an integrated researcher at the IELT (Institute for Studies in Traditional Literature-heritage, arts and cultures) and a collaborator at the IEM (Institute for Medieval Studies). At FLUL (Faculty of Letters of Lisbon), collaborator of CH (History Centre).

Nota: este texto foi escrito sem seguir o acordo ortográfico.

Introdução

Com este artigo, pretende-se mostrar a importância do acto de viajar na civilização árabe-muçulmana durante a Idade Média. Viajar corresponde ao despertar de si mesmo, assemelha-se a uma viagem iniciática, tendo como modelo o profeta Maomé, também ele um viajante. Através de um dos seus *hadits*, o profeta incita o ser humano a viajar, a fim de alcançar a sabedoria. Segundo Beatriz Bissio:

“A literatura relacionada aos *ahádith* aborda o tema da viagem à procura do conhecimento, colocando-a como um caminho para alcançar a graça divina. As consequências dessa elevada valorização da viagem permitem afirmar que a civilização islâmica medieval esteve marcada por um constante movimento. Nesse sentido, a viagem é apresentada como instrumento do saber¹.”

Na Idade Média, os árabes dominavam os mares e tinham conhecimentos de navegação que lhes permitiam desenvolver relações comerciais entre vários povos. Esses conhecimentos da ciência náutica, da astronomia e cartografia foram trazidos para o Ocidente. Eles desenvolviam as suas navegações essencialmente no Mar Vermelho e as suas rotas marítimas ligavam o Mediterrâneo à costa de Marrocos. Além disso, para os árabes, a Índia era uma escala, sobretudo para as ligações marítimas entre a China e a Indochina.

1 BISSIO, Beatriz – *O Mundo Falava Árabe. A Civilização Islâmica Clássica, através da Obra de Ibn Khaldun e Iben Battuta*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, 154.

Os relatos dos geógrafos árabes foram muito importantes para a divulgação das narrativas sobre as viagens marítimas. Al-Idrísî, com a história d'“Os Aventureiros de Lisboa”, demonstra bem o carácter maravilhoso desses relatos. Posteriormente, todos esses aspectos presentes na história, assim como o seu imaginário, contribuíram para que Portugal fosse pioneiro nas navegações dos séculos XV e XVI.

Por outro lado, as fontes árabes mostram ainda a importância que as viagens tinham para os muçulmanos, pois, para além do comércio, outras viagens pretendiam atingir outros objectivos, tais como a peregrinação a Meca, ou a um santuário importante, a diplomacia entre os povos, a guerra e, essencialmente, a busca de conhecimento, nomeadamente geográfico, dos mares, rios, terras, costumes, tradições, lendas, etc. Por esta razão, surgiu o termo *al-rihla*, ou viagem científica, para a exploração e aquisição de conhecimentos, expandindo, assim, as influências culturais entre os povos. Tudo isto contribuiu também para o desenvolvimento do conhecimento náutico no mundo árabe, antecedendo o período do Descobrimentos.

O género literário *rihla* e a literatura de viagens

Antes do século IX, as narrativas sobre viagens eram apenas transmitidas oralmente. A partir do século X, começam a surgir alguns relatos escritos, mas apenas nas epístolas. É sobretudo a partir do século XII que se desenvolve mais este tipo de narrativas, dando origem a um género próprio conhecido pelo vocábulo árabe *rihla*. Segundo a *Enciclopédia do Islão*, o vocábulo *rihla* é uma viagem, um périplo, uma deslocação, uma narrativa de viagens. A relevância destes escritos é destacada por I. R. Netton, ao referir que, no Islão medieval, a *rihla* deve ser apreciada como género literário².

Este género literário foi muito desenvolvido no al-Andalus e o autor que mais se distinguiu, quando surgiu este género, foi Abû al-Husayn Muhammad ibn Ahmad ibn Jubayr al-Kinânî, mais conhecido por Ibn Jubayr (1145-1217). Ele foi secretário do governador almóada Abu Sa'id 'Uthman b. 'Abd al-Mu'min em Granada. Durante algumas desavenças com o governador, este obriga Ibn Jubayr a beber sete copos de vinho. Perante a culpa de ter bebido álcool, e para expiar essa culpa que era contra a lei islâmica, decide fazer a peregrinação a Meca, o *hajj*. E, assim, surgiram todas as suas viagens que, inicialmente, tiveram como objectivo expiar esse acto (ter bebido vinho) contra o Islão. Como ele mesmo afirma na sua obra:

² NETTON, Ian Richard – “Rihla”. in C. E. Bosworth *et al.* (eds.) – *The Encyclopaedia of Islam*. Vol. VIII. 2.^a ed. Leiden: E. J. Brill, 1995, 528.

“Le prince fut [alors] saisi d’une pitié soudaine, et, pris de remords, avait rempli sept fois la coupe de dinars d’or et les avait versés dans la poitrine de la robe de son serviteur. Le brave homme, qui avait longtemps caressé le désir de s’acquitter du devoir du pèlerinage à la Mecque, résolut aussitôt d’expier son impiété en consacrant l’argent à cette fin³.”

As suas viagens por Granada, Ceuta, Sicília, Creta, Cairo, Meca. Iraque, Síria, etc. marcaram o início do género *rihla*. Além disso, as viagens de Ibn Jubayr, assim como as dos seus sucessores, dão-nos informações importantes em todos os aspectos, nomeadamente sociológicos, etnológicos, geográficos, culturais, entre outros. Posteriormente, a sua obra vai influenciar Ibn Battûta, um dos grandes viajantes do mundo árabe. Sobre Ibn Battûta, Oriane Huchon refere o seguinte:

“Ibn Battûta était avant tout un voyageur, et ses observations ne sont pas scientifiques mais plutôt personnelles. Un récit ethnographique, historique ou géographique actuel nécessiterait beaucoup plus de précisions, mais l’exhaustivité n’était pas l’objectif de la *rihla*. Malgré cela, elle apporte d’importantes connaissances sociologiques, coutumières ou historiques aux chercheurs. Citons un exemple. Ibn Battûta nous apprend que les femmes des Maldives, musulmanes et très pieuses, ne s’habillaient que jusqu’à la taille et ne couvraient pas le haut de leur corps, ni leurs cheveux. En qualité de qadi et de Maghrébin, Ibn Battûta a violemment condamné et tenté d’interdire cette pratique qui le choquait, sans succès toutefois. Le souverain de l’île à cette époque était une femme, et le régime de droit maternel était appliqué⁴.”

É ainda de acrescentar a importância de viajar na mentalidade de alguns poetas árabes do Gharb al-Andalus, como por exemplo, na poesia de Ibn Darrâj al-Qastallî (958-1008), um dos primeiros poetas luso-árabes de que há registo. Como já referimos numa outra publicação sobre este poeta e as suas viagens:

3 “O príncipe foi [então] dominado por uma pena repentina e, dominado pelo remorso, encheu o copo sete vezes com dinares de ouro e derramou-os no seio do manto de seu servo. O bravo homem, que há muito acalentava o desejo de cumprir o dever de peregrinação a Meca, imediatamente resolveu expiar a sua impiedade, dedicando o dinheiro a esse fim.” IBN JUBAYR – *The Travels of Ibn Jubayr*. R. J. C. Broadhurst (trad.). Londres: Jonathan Cape, 1952, 15. Para o texto árabe, ver: IBN JUBAYR – *Rihla*. Beirut: Dar Sadir, 1964.

4 “Ibn Battûta foi acima de tudo um viajante, e suas observações não são científicas, mas pessoais. Um relato etnográfico, histórico ou geográfico atual exigiria muito mais detalhes, mas a completude não era o objetivo do *rihla*. Apesar disso, traz importantes conhecimentos sociológicos, consuetudinários ou históricos aos pesquisadores. Vamos citar um exemplo. Ibn Battûta ensina-nos que as mulheres das Maldivas, muçulmanas e muito piedosas, vestiam-se apenas até a cintura e não cobriam a parte superior do corpo nem os cabelos. Como cádi e norte-africano, Ibn Battûta condenou violentamente e tentou banir esta prática que o chocou, porém sem sucesso. A soberana da ilha nessa altura era uma mulher, aplicando-se o regime de direitos maternos.” HUCHON, Oriane – “Ibn Battûta : vie et voyages”. *Les Clés du Moyen-Orient* [em linha]. Disponível em <https://www.lesclesdumoyenorient.com/lbn-Battuta-vie-et-voyages.html> [consultado a 18 de fevereiro de 2017].

“Nascido em Cacela (Algarve), o seu elevado estatuto enquanto poeta (ao serviço de Almançor) permitiu-lhe viajar por terras do al-Andalus (Córdova, Santiago de Compostela, Valência, Denia, Saragoça) e do Magrebe (Ceuta). Com cerca de trinta anos, viaja de Cacela rumo a Córdova com o objectivo de conseguir afirmar-se como poeta de Corte, projecto que lhe proporcionaria fazer muitas outras viagens. Depois de avaliado o seu talento como poeta, Ibn Darrâj entra ao serviço de Almançor, tornando-se poeta do Estado Amirida. A sua poesia e as suas cartas, das quais restam apenas fragmentos, demonstram a importância das suas viagens no al-Andalus e no Norte de África, tendo contribuído para a propaganda das batalhas de Almançor. [...] O poema traduzido por Adalberto Alves veicula o espírito de aventura e a determinação de Ibn Darrâj, mostrando que nem a família o demoveria: “ensinaram-me a temer longas viagens,/mas são o meio de beijar a mão de Almançor./[...] nem meu filho das entranhas/fizeram que desistisse/e na ânsia da viagem/eis que, por fim,/eu parti”. [...] O poeta foi um dos grandes viajantes medievais do Gharb al-Andalus devido à posição que ocupava na Corte, confessando, através da sua escrita, as adversidades e dificuldades que enfrentara ao viajar: “tive, em vez de uma longa vida de doçura,/a travessia de vales e montes lamacentos;/em vez de noites breves sob véus/o temor da viagem no seio de infundável treva;/ em vez de água límpida sob sombras/o fogo das entranhas queimadas pela sede;/em vez do perfume errante das flores/o hálito esbraseado do meio-dia;/ em vez da intimidade entre ama e amiga/a rota nocturna cercado de lobos e de génios/em vez do espectáculo dum rosto gracioso/desgraças suportadas com nobre constância⁵.”

A citação anterior revela bem o espírito de aventura e de coragem presentes no acto de viajar. Mesmo enfrentado os mais diversos perigos e adversidades, a viagem é sempre uma mais-valia na mentalidade do viajante. Porém, de entre os diversos viajantes muçulmanos do al-Andalus, destaca-se ainda Ibn Arabî. As suas viagens podem analisar-se tendo em conta dois aspectos: por um lado, as viagens empreendidas no sentido literal e físico, com destaque para países como a Tunísia, Argélia, Turquia, Egipto e Síria; por outro lado, a viagem realizada no sentido metafórico e espiritual e que deu título a uma das obras mais importantes do Sufismo, intitulada *Kitâb al-Isfâr (O Desvelamento dos Efeitos da Jornada)*. Nesta obra, o vocábulo “viagem” (*safar*) remete para a viagem espiritual, cujo objectivo final é a perfeição humana e o conhecimento de Deus.

5 NUNES, Natália Maria Lopes – “Ibn Darrâj Al-Qastallî”. in Rogério Miguel Puga (coord.) – *E-Dicionário de Escrita de Viagens Portuguesa (EDEV)* [em linha]. Disponível em <http://www.fesh.unl.pt/devp/> [consultado a 25 de maio de 2023]. Cf. ALVES, Adalberto – *O Meu Coração É Árabe*. 3.^a ed., revista e aumentada. Lisboa: Assírio & Alvim, 1999, pp. 158, 161.

Neste sentido, a viagem adquire igualmente um forte sentido simbólico, nomeadamente no misticismo islâmico, sendo o Sufismo uma viagem metafórica na relação com Deus.

O al-Andalus e os relatos fabulosos – o caso dos Aventureiros de Lisboa

Os conhecimentos náuticos dos árabes, com a expansão do Islão, chegaram a diversas partes do mundo, como por exemplo, ao al-Andalus, tornando-se universais. Por outro lado, o primeiro tratado de geografia árabe, *Kitâb al-masâlik wa-l-mamâlik* (*Livro das rotas e dos reinos*), escrito pelo geógrafo persa Ibn Khordadbeh, no século IX, descreve as rotas comerciais muçulmanas e apresenta diversas regiões.

Contudo, as obras geográficas descritivas foram gradualmente perdendo o seu carácter informativo, passando a conter relatos fantásticos, anedotas, fábulas e lendas, que se expandiram no Oriente, sobretudo no século X, mas que, rapidamente, chegaram também ao al-Andalus. Aqui, este tipo de relatos teve um grande desenvolvimento na segunda metade do século XI. As obras geográficas árabes medievais são importantes fontes científicas, sociológicas e etnográficas. Como exemplo disso, para além de outros geógrafos em séculos anteriores, no século XIV, temos o geógrafo Ibn Battûta:

“Ibn Battûta, célebre por suas viagens, é um verdadeiro andarilho do século XIV. Suas informações sobre a China, sobre a costa oriental de África, o relato de sua viagem ao Mali continuam sendo o modelo do gênero etiológico. Nada escapa à sua atenção: modo de vida, problemas alimentares, tipo de governo, costumes dos povos são tratados com maestria e precisão. Ibn Battûta legou-nos as informações mais completas sobre a costa de África oriental, sobre o comércio inter-regional na África e a importância do comércio no Índico⁶.”

Assim, nas obras geográficas, surgem também textos literários, através dos quais é possível verificar a existência de abundantes relatos fantásticos que expressam as vivências dos viajantes. Por vezes, é mesmo difícil estabelecer uma separação entre o real e o imaginário. No entanto, esse factor torna essas obras geográficas mais atractivas e de melhor memorização. Nelas, é admissível a coexistência do fantástico a par do carácter científico. Neste contexto, também a referência a lugares desconhecidos é constante, assim como notícias e relatos fabulosos que passaram a circular na época. Na segunda metade do século IX, no al-Andalus, segundo Ibn

6 NIANE, Djibril Tamsir – “Introdução”. in Djibril Tamsir Niane (ed.) – *História Geral da África, IV. África do Século XII ao XVI*. Brasília: UNESCO (Comitê Científico Internacional para Redação da História Geral da África), 2010, 1-15, p. 9.

'Abd al-Mun'im, a partir da obra *Rawd al-mi'târ*, faz-se a referência a um jovem de Córdova que, juntamente com uns amigos, navegaram pelo Oceano:

“ Jašjāš, uno de los jóvenes de Córdoba se puso de acuerdo con un grupo de amigos, equiparon unos barcos, embarcaron y penetraron en el Océano. Estuvieron ausentes cierto tiempo. Luego regresaron con mucho ganado y trajeron noticias maravillosas’.

El texto de 'Abd al-Mun'im, siguiendo con esa noticia, añade:

‘Pero sólo se navega por ese Océano la parte contigua a Occidente y al Norte, es decir, desde los confines del país de los negros hasta Bretaña. Esta es una gran isla [o península] que se encuentra en los confines boreales En el Océano hay seis islas, enfrente del país de los negros, que se llaman al-Jālidāt. Nadie sabe lo que hay más allá. Al hablar de Lisboa, si Dios quiere, aportaremos un relato, más largo que éste, de quienes penetraron en el Océano’⁷.”

Entre 912-1009, Râm Hurmuz escreveu uma obra intitulada *Kitâb 'aġâ'ib al-Hind* (*Livro das Maravilhas da Índia*), onde se relatam as diversas viagens por mar entre a Pérsia e a China. Sobre esses relatos, não deixa de ser relevante o facto de que o al-Andalus é pioneiro em algumas dessas viagens por mar, antes dos conhecidos Aventureiros de Lisboa:

“En una de ellas se narra el caso de un polizón gaditano que salió de su escondite al oír el barullo del puente en medio de un temporal para informarse de lo que ocurría. Los pasajeros quedaron extrañados de que no lo supiera y le replicaron:

‘Es que tú no estás con nosotros? No ves el aspecto pavoroso del mar y de las olas, la oscuridad de la atmósfera que no permite ver de día ni de noche ni al Sol ni a la Luna ni a las estrellas por las que nos guiamos? Vamos a entrar en el hemisferio Sur y van a cebarse en nosotros los mares y las olas. Pero lo que más nos preocupa es ese fuego hacia el cual nos dirigimos y que llena todo el horizonte Preferimos morir ahogados antes que quemados. Hemos pedido al

7 “Jašjāš, um dos jovens de Córdoba combinou com um grupo de amigos, equiparam alguns barcos, embarcaram e entraram no Oceano. Eles ficaram fora por um tempo. Depois voltaram com muito gado e trouxeram notícias maravilhosas.’ O texto de 'Abd al-Mun'im, continuando com esta notícia, acrescenta: ‘Mas só a parte contígua a Oeste e a Norte se navega por esse Oceano, isto é, desde os confins do país dos Negros até à Bretanha. Esta é uma grande ilha [ou península] encontrada nos limites do norte. No Oceano há seis ilhas, opostas ao país dos negros, que são chamadas de al-Jālidāt. Ninguém sabe o que está mais além. Ao falar de Lisboa, se Deus quiser, daremos uma história, mais longa que esta, daqueles que entraram no Oceano.’” VERNET GINÉS, Juan – “Textos árabes de viajes por el Atlántico”. *Anuario de Estudios Atlánticos*, 17 (1971), 401-427, p. 404.

piloto que cambie el rumbo para que, en el instante supremo, no veamos a nuestros compañeros, para que perezamos ahogados, pues de lo contrario, moriríamos quemados, viéndonos unos a otros y oyendo el chasquido del fuego en la carne de nuestros vecinos.

El andaluz dijo – Llevadme ante el piloto. Le llevaron y le saludó en hindú El piloto, asombrado, le preguntó. Quién eres? Eres un comerciante o perteneces al séquito de alguno de ellos? Quién te embarcó y dónde están tus mercancías? Respondió: -Embarqué empujado por la multitud en la misma noche en que os hicisteis a la mar Me refugié en un rincón del barco. Inquirió: – Dónde comes y bebes? Contestó: – Los marineros ponen cada día, cerca del lugar en que me oculto, un plato de arroz mantecoso y una jarra de agua para las palomas mensajeras. De eso me alimento. Mis mercaderías son pellejos y dátiles.

El piloto se admiró de lo que oía, mientras que los pasajeros, olvidando sus sollozos, se iban reuniendo a escuchar, y los marineros, siguiendo las órdenes del voceador, arreglaban el aparejo del buque, las velas Así se enderezó el rumbo. El jeque preguntó. -Piloto, e qué les ocurre a esas gentes que no dejan de llorar y gemir? Respondió. No ves que aún no han perdido el miedo a los mares, a los vientos y a las tinieblas? Pero lo peor es que nos dirigimos hacia ese fuego que llena el horizonte. He recorrido este mar desde antes de la pubertad con mi padre que había pasado en él toda la vida. Ahora tengo ochenta años y no he oído hablar de nadie que haya pasado por este lugar o que de él tuviese noticia. El jeque gaditano exclamó – No hay peligro ni temor! Estáis a salvo! Esto es una isla rodeada de arrecifes en los que rompen las olas del mar que rodea la tierra y que por la noche aparenta ser un fuego terrible que asusta al ignorante. Este espejismo desaparecerá en cuanto salga el sol por la mañana. Todo volverá a ser agua. Este fuego se ve desde la costa de al-Andalus y yo he pasado una vez a su través. Esta será la segunda⁸.”

8 “Em uma delas é narrado o caso de um clandestino de Cádiz que saiu do seu esconderijo ao ouvir o barulho da ponte em meio de uma tempestade para saber o que estava acontecendo. Os passageiros estranharam que ele não soubesse e responderam: ‘Não estás connosco? Não vês o aspecto aterrador do mar e das ondas, a escuridão da atmosfera que não nos permite ver o Sol nem a Lua nem as estrelas pelas quais nos guiamos de dia ou de noite? Vamos entrar no Hemisfério Sul e os mares e as ondas vão-se alimentar de nós. Mas o que mais nos preocupa é esse fogo para o qual nos dirigimos e que preenche todo o horizonte. Preferimos morrer afogados do que queimados. Pedimos ao piloto que mudasse o rumo para que, no momento supremo, não víssemos os nossos companheiros, para que morrêssemos afogados, porque senão morreríamos queimados, vendo-nos e ouvindo o crepitar do fogo no carne dos nossos vizinhos.’ O andaluz disse – Levem-me ao piloto. Eles levaram-no e cumprimentou-o em hindú. O piloto, atônito, perguntou-lhe. Quem és? És um comerciante, ou pertence à comitiva de um deles? Quem te enviou e onde estão as tuas mercadorias? Ele respondeu: – Embarquei empurrado pela multidão na mesma noite em que fostes para o mar, refugiei-me num canto do navio. Ele perguntou: – Onde comes e bebes? Ele respondeu: – Os marinheiros colocam um prato de arroz amanteigado e um pote de água para os pombos-correio todos os dias perto do local onde me escondo. É disso que me alimento. A minha mercadoria é

Curioso é verificarmos também que muitos desses relatos fabulosos e fantásticos se relacionam com os limites do mundo, nomeadamente entre o al-Andalus e o Magrebe, como se pode comprovar na história que nos relata o geógrafo al-Idrîsî (m.1166), sobre os Aventureiros de Lisboa, na obra *Nuzhat al-muštâq fi ijtirâq al-afâq*. Os geógrafos árabes foram os que mais contribuíram para a divulgação deste tipo de narrativa de carácter fabuloso. Al-Idrîsî, com a história “Os Aventureiros de Lisboa”, demonstra bem o carácter maravilhoso desses relatos⁹. Christophe Picard insere estas narrativas dentro da categoria de viagens de exploração ou de missão, pois, segundo o autor:

“C'est un particulier le récit dit des 'Aventuriers de Lisbonne' qui fut organisé au Xe siècle par huit marins, ayant probablement débarqué à Madère, appelée l'Île aux Moutons, puis aux Canaries avant d'échouer sur la côte marocaine à Safî après 37 jours de navigation¹⁰.”

O relato d’“Os Aventureiros de Lisboa” tem também as suas raízes em algumas obras da literatura árabe, como as *Mil e Uma Noites*, com a história de “Sinbad o Marinheiro” (onde as suas viagens têm sobretudo um valor simbólico ligado ao conhecimento e à experiência), assim como na obra *Livro das Maravilhas da Índia* (já referida anteriormente), cujas narrativas mostram a importância do mar e dos oceanos no imaginário árabe. Por outro lado, na literatura europeia, a história lembra-nos também a hagiografia de S. Brandão, *Vita Sancti Brendani* que, em 734, foge dos árabes, aportando também na Ilha dos Carneiros (identificada como sendo a Madeira) e, posteriormente, a concretização de uma outra viagem marítima até uma ilha que parece também identificar-se com as Canárias. A sua hagiografia deu origem a uma variedade de relatos conhecidos por *Navigatio Sancti*

peles e tâmaras. ‘O piloto ficou maravilhado com o que ouviu, enquanto os passageiros, esquecendo os soluços, se reuniam para ouvir, e os marinheiros, seguindo as ordens do aclamador, consertaram o mastro do navio, as velas. Assim se endireitou o rumo. O xeque perguntou. – Piloto, o que acontece com essas pessoas que não param de chorar e gemer? Respondeu. – Não vês que ainda não perderam o medo dos mares, dos ventos e da escuridão? Mas o pior é que estamos caminhando para aquele fogo que preenche o horizonte. Viajei por este mar desde antes da puberdade com meu pai, que passou toda a sua vida nele. Tenho agora oitenta anos e não ouvi falar de ninguém que tenha passado por este lugar ou que o conhecesse. O xeque de Cádiz exclamou – Não há perigo nem medo! Estás seguro! Esta é uma ilha rodeada de recifes onde se quebram as ondas do mar que envolvem a terra e que à noite se apresenta como um terrível incêndio que amedronta os ignorantes. Essa miragem desaparecerá assim que o sol nascer pela manhã. Tudo voltará a ser água. Este incêndio pode ser visto da costa de al-Andalus e eu já passei por ele uma vez. Esta será a segunda.” Vernet Ginés, “Textos árabes de viagens...”, 406-407.

9 Cf. NUNES, Natália Maria Lopes – “Os Aventureiros de Al-Lixbūnā”. in Carlos Carreto *et al.* (eds.) – *Imaginários do Mar. Uma Quase Antologia*. Vol. 1. Lisboa, Departamento de Línguas, Culturas e Literaturas Modernas (DLCLM) / Instituto de Estudos de Literatura e Tradição (IELT – NOVA FCSH), 2020, 253-256.

10 “É uma história particular dita dos “Aventureiros de Lisboa” que foi organizada no século X por oito marinheiros, tendo provavelmente desembarcado na Madeira, chamada Ilha dos Carneiros, depois nas Ilhas Canárias antes de naufragar na costa marroquina em Safî após 37 dias de navegação.” PICARD, Christophe – “Récits merveilleux et réalité d’une navigation en Océan Atlantique chez les auteurs musulmans”. *Actes des Congrès de la Société des historiens médiévistes de l’enseignement supérieur public*. 25, 1 (1994), 75-87, p. 77.

Brendani, tornando-se uma das histórias mais difundidas durante a Idade Média, cujo foco principal é a descrição de uma longa viagem pelo Atlântico com todas as suas peripécias.

Outro aspecto importante da história d’“Os Aventureiros e Lisboa” é a forma como o Oceano Atlântico é caracterizado como Mar Tenebroso, *Bahr al-Zulumât*, por estar associado a um espaço tenebroso de tempestades, ventos e animais monstruosos (aspectos que encontramos, posteriormente, n’*Os Lusíadas* de Camões, em alguns episódios, nomeadamente nas palavras do velho do Restelo e na figura do Adamastor). Na história dos Aventureiros, os elementos que remetem para o carácter negativo do Mar Tenebroso são as águas fétidas, a carne intragável dos carneiros, a figueira, as ilhas com pessoas diferentes e todas as atribuições por que passaram em terras longínquas. Contudo, o desejo de saber o que haveria no mar, de tantas coisas maravilhosas que lhe eram atribuídas, os havia levado a quererem alcançar as suas margens extremas. Assim, esta é uma história de coragem, de aventura e de audácia, séculos antes dos Descobrimentos. Como afirma Armanda Coelho:

“Nesta narrativa o Oceano Atlântico apresenta-se-nos como um domínio tenebroso, repleto de perigos, um local onde reina o caos (no sentido que já anteriormente expomos da palavra) e onde, conseqüentemente, poder-se-á manifestar o sagrado no seu pleno. Esta possibilidade seria o suficiente para afastar deste meio aquático os mais intrépidos e corajosos humanos, no entanto oito parentes revelam-se audazes (ou iludidos) o suficiente para o fazer. A história dos Aventureiros de Lisboa é uma de coragem e aos mesmo tempo de loucura, mas revela essencialmente essa ânsia de (re)descoberta já presente nesta altura na mesma região de onde, séculos mais tarde, sairiam as primeiras naus portuguesas. O espírito dos Descobrimentos estaria bem vivo (e o do Velho do Restelo também)¹¹.”

Por outro lado, Christophe Picard refere ainda que a toponímia desses discursos no relato d’“Os Aventureiros de Lisboa” está bem localizada:

“L’autre aspect, qui ressort d’un style adapté à une information ayant à la fois un caractère descriptif et un but idéologique, réside dans le fait de voir apparaître dans les récits d’aventures et surtout merveilleux, une toponymie parfaitement bien localisée. Ainsi, les huit Aventuriers partirent de Lisbonne, où selon al-Idrisi qui visitant la ville peu avant sa chute, existant une rue des ‘maghrûrûn’ commémorant l’événement ; de même leur périple s’arrêtait à

11 COELHO, Armanda – “Os aventureiros e o mar tenebroso”. in *Férula. Revista da Associação para Estudos Históricos Interdisciplinares*, 5, Abril-Junho (2014), 42-46, p. 45.

Safi, port alors en plein essor sur la côte marocaine. Ce même auteur signale en un autre endroit que c'est de Safi que voulait partir un amiral almoravide pour la conquête des Canaries, reprenant le trajet emprunté par les huit Aventuriers. De même, al-Ghazâl, pour rejoindre l'océan, étant parti de Silves, port le plus important dans le voisinage du Cap Saint Vincent et alors en plein développement¹².”

A partir da citação anterior, verifica-se também a importância de Silves nas viagens marítimas durante o período muçulmano. Sabe-se que, no século IX, com os ataques dos Normandos, a cidade adquiriu um carácter mítico (que alguns investigadores contestam), no diálogo entre os muçulmanos e os invasores do Norte da Europa, pois foi de Silves que 'Abd al-Rahmân II enviou uma embaixada dirigida pelo poeta Yahyâ b. al-Hakam al-Gazâl. Como afirma Irving:

“Además, 'Abdurrahmân II mandó al poeta Yahyâbin-al-Hakam al-Ghazâl en una embajada para mejorar las relaciones con el rey de los normandos. El viaje de este embajador fue descrito con todos sus detalles por 'Umar bin-Hasan bin-Dihyâ en su libro *Al-Mutrib min Ashear Ahî al-Andalus*. La misión de Ghazâl lo llevó del puerto de Silves en la provincia de Algarve, hasta una gran isla o península (la palabra *vazlra* describe ambas cosas en árabe) en el Océano Atlántico que distaba tres días de la costa de Francia. Se ausentó veinte meses, y a pesar de su edad avanzada, cayó bien a la reina normanda. Ghazâl se prestaba a tal embajada por su don de gentes y su experiencia anterior en Oriente¹³.”

12 “O outro aspecto, que decorre de um estilo adaptado à informação com carácter simultaneamente descritivo e ideológico, reside no facto de se ver transparecer nas histórias de aventuras e sobretudo maravilhosas uma toponímia perfeitamente bem localizada. Assim, os oito Aventureiros deixaram Lisboa, onde, segundo al-Idrîsî que visitou a cidade pouco antes de sua queda, havia uma rua de '*maghrûrûn*' comemorando o evento; da mesma forma, a sua jornada parou em Safi, um porto em expansão na costa marroquina. Este mesmo autor indica noutro lugar que foi de Safi que um almirante almorávida quis partir para a conquista das Ilhas Canárias, seguindo a rota dos oito aventureiros. Da mesma forma, al-Ghazâl, para chegar ao oceano, tendo saído de Silves, o porto mais importante nas proximidades do Cabo de São Vicente e então em pleno desenvolvimento.” Picard, “Récits merveilleux...”, 85.

13 “Além disso, 'Abdurrahman II enviou o poeta Yahyâbin-al-Hakam al-Ghazâl numa embaixada para melhorar as relações com o rei dos normandos. A viagem deste embaixador foi descrita com todos os seus detalhes por 'Umar bin-Hasan bin-Dihyâ no seu livro *Al-Mutrib min Ashear Ahî al-Andalus*. A missão de Ghazâl levou-o do porto de Silves, na província do Algarve, a uma grande ilha ou península (a palavra *vazlra* descreve ambos em árabe) no Oceano Atlântico, a três dias da costa da França. Ele esteve ausente por vinte meses e, apesar de sua idade avançada, a rainha normanda gostou dele. Ghazâl prestou-se a tal embaixada por causa de suas habilidades pessoais e da sua experiência anterior no Oriente.” IRVINGT, V. - “Celtas, magos o normandos en la Primera crónica general”. *Actas III*, Madrid, Centro Virtual Cervantes, 1968, 461-472. Disponível em: <http://cvc.cervantes.es/literatura/aih/pdf/03/aih_03_1_053.pdf>. Acesso em: 15 set. 2015, 468-469.

O mais relevante destas viagens, quer por parte dos Aventureiros, quer por parte de Ghazâl, é a coragem e a ousadia daqueles que partiram pelos mares, enfrentando todos os seus perigos, antecipando aquilo que viria a acontecer durante o período das Descobertas.

Os conhecimentos náuticos dos árabes e a sua expansão na Península Ibérica

Os árabes dominavam os mares e tinham muitos conhecimentos de navegação. Este conhecimento, baseado na ciência náutica, astronomia e cartografia, foi trazido para a Península Ibérica. Para além disso, as embarcações usadas eram mais resistentes e, inicialmente, todos os seus conhecimentos náuticos advieram dos gregos, através das traduções efectuadas desde o início da sua expansão, mas sendo depois desenvolvidos com novas técnicas e conhecimentos. Como podemos verificar:

“Los árabes de la región suroccidental de la Península de Arabia fueron los primeros en dar muestras de un gran desarrollo, propiciando por las favorables condiciones climáticas, su proximidad al mar y su situación estratégica en la ruta hacia la India, desempeñando un importante papel en la historia del Antiguo Oriente como intermediarios comerciales entre el África Oriental y la India por una parte y Mesopotamia y el Imperio Romano, por otra; descubrieron vías marítimas y terrestres y desarrollaron una nada despreciable tecnología, que les permitía arrostrar peligros de la navegación por la difícil costa del Arabia¹⁴.”

Com a chegada dos árabes à Península Ibérica, os conhecimentos marítimos tiveram uma grande evolução. Segundo afirma Senos da Fonseca:

“Com a conquista do sul hispânico, os muçulmanos trouxeram, no séc. VIII e IX, o conhecimento sobre o astrolábio (planisférico), que se veio a difundir na Europa através dos centros monásticos a partir do séc. X, até ao séc. XII, onde se completou um conhecimento preciso sobre este precioso instrumento

¹⁴ “Os árabes da região sudoeste da Península Arábica foram os primeiros a dar sinais de grande desenvolvimento, fomentados por condições climáticas favoráveis, a sua proximidade com o mar e a sua localização estratégica na rota para a Índia, desempenhando um papel importante na história do Oriente Antigo como intermediário comercial entre a África Oriental e a Índia, por um lado, e a Mesopotâmia e o Império Romano, por outro; Descobriram rotas marítimas e terrestres e desenvolveram uma tecnologia nada desprezível, que lhes permitiu enfrentar os perigos da navegação ao longo da difícil costa da Arábia.” CALVO, Ana Ramos – “Literatura fantástica y geografía árabe”. in Juan Vernet Ginés (ed.) – *Al-Andalus y el Mediterráneo*. Madrid: Lunewerg, 1995, 169-183, p. 170.

náutico. Que foi sendo desenvolvido e aperfeiçoado até se chegar ao astrolábio utilizado por Diogo de Azambuja, em 1481, e depois por Bartolomeu Dias (1487-1488).

Assim, os árabes, eram os senhores do Indico, nele aprendendo a navegação pela altura dos astros. Conheciam a bússola (importada dos chineses) e sabiam a importância da cartografia de que faziam segredo¹⁵.”

Os árabes desenvolviam as suas navegações essencialmente no Mar Vermelho e as suas rotas marítimas ligavam o Mediterrâneo à costa de Marrocos. Além disso, a Índia era para eles uma escala, sobretudo para as ligações marítimas entre a China e a Indochina. Este aspecto é de extrema importância, pois demonstra a importância das navegações árabes nas relações entre o Oriente e o Ocidente. Estes aspectos permitiram também o estabelecimento de vários arsenais em cidades como Alexandria, Tripoli, Cartagena, Cádiz, entre outras cidades, nomeadamente Lisboa. Aí, eram construídas diversas embarcações e foram eles os introdutores da vela latina triangular (bastardo), que permitia avançar facilmente no mar contra os ventos. Além disso, a própria caravela portuguesa parece ter sido uma evolução de um tipo de embarcação árabe. Como refere Senos da Fonseca:

“Admite-se que a caravela dos Descobrimentos seja uma evolução da Caravela Pescarezza (um extraordinário barco costeiro e oceânico, que prestava excelentes serviços aos pescadores da costa atlântica) que teria derivado do cáрабо árabe. E teriam sido as gentes algarvias que depois da reconquista começariam a aprender com os árabes que por aqui ficaram – a quem terá sido concedida extensa liberdade de acção as técnicas de construção de embarcações do alto¹⁶.”

Na sequência de todo avanço ideológico e científico, o Magrebe e o al-Andalus, a partir dos séculos X e XI, tornam-se grandes centros de difusão cultural, sobretudo a nível da ciência e da filosofia, aspecto que antecedeu e preparou a fase seguinte com o renascimento científico e cultural na Europa. Como afirmou Ivan Hrbek:

“As inovações trazidas a estas regiões favoreceram a introdução de novos métodos, técnicas e culturas agrícolas, bem como novos conceitos – notadamente científicos e filosóficos – em uma Europa mais atrasada que

15 FONSECA, Senos da – “As embarcações árabes” [em linha]. Disponível em <http://asgrandesnavegamaritimas.blogspot.pt/> [consultado a 18 de fevereiro de 2017].

16 FONSECA, Senos da – “A caravela portuguesa” [em linha]. Disponível em http://asgrandesnavegamaritimas.blogspot.pt [consultado a 18 de fevereiro de 2017].

o mundo islâmico nestas áreas. Embora o Renascimento europeu tenha começado mais tarde – a partir do século XIII –, os fundamentos que o tornam possível foram lançados no momento em que a civilização islâmica estava em seu apogeu, ou seja, entre os séculos VIII e XII¹⁷.”

A obra de Aḥmad Ibn Mâğid e os Descobrimientos

Todos os aspectos referidos contribuíram para o avanço técnico a nível náutico, sobretudo entre os séculos XI e XII. Mas, com o avanço cristão sobre as terras do al-Andalus, principalmente a partir do ano 1220, os muçulmanos começaram a perder o seu poder naval, quer no Atlântico, quer no Mediterrâneo, afectando também o Magrebe. Deste modo, os portugueses e os espanhóis começaram a dar os primeiros passos para aquilo que viriam a ser as grandes Descobertas.

Os séculos XV e XVI marcaram um período importante da História de Portugal ligado à época das grandes Navegações e Descobertas. O Infante D. Henrique (e outras figuras importantes da História de Portugal) teve um papel fulcral no impulsionamento da época dos Descobrimientos e, no ano de 1415, dá-se a sua chegada a Ceuta. Esta conquista, na zona oriental do estreito de Gibraltar, contribuiu para o início da grande expansão marítima portuguesa. Na mesma época, um excelente e experiente piloto chamado Shihabuddīn Aḥmad Ibn Mâğid al-Nağdī (1437?-1501?), conhecido como o mestre (*mualim*), escreveu um importante tratado de náutica intitulado *Kitâb al-Fawâ' id fî usûl al-bahr wa-l-qawâ'id* (*O Livro dos Benefícios Relativo aos Princípios e Fundamentos da Ciência do Mar*), mais tarde, traduzido em inglês por Gerald R. Tibbetts, com o título *Arab Navigation in the Indian Ocean before the Coming of the Portuguese*¹⁸.

Curiosamente, João de Barros cita Aḥmad Ibn Mâğid, na sua obra *Década I*, Livro IV, no capítulo VI e, por aí, sabe-se que esse experiente piloto mostrou a Vasco da Gama um objecto até então desconhecido no Ocidente, o *kamâl*. Era um instrumento que permitia observar as estrelas e que contribuiu também para o avanço da astronomia e para a navegação astronómica, onde a observação dos planetas e das estrelas era fundamental para as navegações marítimas¹⁹.

17 HRBEK, Ivan – “A África no contexto da história mundial”. in Mohammed el Fasi (ed.) – *História Geral da África, III. África do Século VII ao XI*. Brasília: UNESCO (Comitê Científico Internacional para Redação da História Geral da África), 2010, 1-37, p. 17.

18 Cf. IBN MĀĞĪD, Aḥmad – *Kitâb al-Fawâ'id fî usûl 'ilm al-bahr wa 'l-qawâ'id*. “Indications utiles sur la nautique et le pilotage”. *Fac-simile* do Ms. Paris: BnF, 2292 in FERRAND, Gabriel – *Instructions nautiques et routiers arabes et portugais. Introduction à l'astronomie nautique arabe*, 3 vols. Paris: Geuthner, 1928; tradução inglesa em TIBBETTS, Gerald Randall – *Arab Navigation in the Indian Ocean before the Coming of the Portuguese*. Londres: Royal Asiatic Society of Great Britain and Ireland, 1971.

19 Cf. BARROS, João de – *Décadas da Ásia. Década I*, Livro IV [em linha]. Jeremy Lawrance (transc.). Disponível em <http://alvarovelho.net/images/patrono/barros.pdf> [consultado a 20 de fevereiro de 2017].

Por outro lado, desenvolveu-se toda uma história que atestava a presença desse piloto árabe na viagem de Vasco da Gama à Índia, tornando-se uma espécie de mito. João de Barros também refere que Vasco da Gama terá levado consigo navegantes que sabiam árabe e, em Moçambique, encontrou também um piloto árabe. Mas, mesmo que Aḥmad Ibn Mâğid não tenha estado fisicamente na embarcação de Vasco da Gama, certamente, as mais de cinquenta obras em prosa e em verso que escreveu sobre náutica foram conhecidas do navegante português. Num dos poemas do piloto árabe, intitulado *Al-Sufâliyya*, ou “Poema de Sofala”, são dadas indicações sobre o melhor trajeto a tomar, e a data propícia, depois de diversos estudos, nomeadamente astronómicos²⁰.

Posteriormente, o instrumento *kamâl* sofreu um avanço e Vasco da Gama trouxe um exemplar da Índia, o que permitiu desenvolver uma nova tabela em polegadas usada pelo mesmo Vasco da Gama e, mais tarde, utilizada por Pedro Álvares de Cabral, na viagem da descoberta do Brasil em 1500.

Conclusão

A localização geográfica de Lisboa permitiu o desenvolvimento náutico e a projecção da cidade para além dos horizontes conhecidos. A busca do conhecimento e o surgimento do género literário conhecido por *riḥla* contribuíram para uma série de relatos de viagem, sobretudo durante o período do al-Andalus.

O relato de al-Idrîsî, “Os Aventureiros de Lisboa”, tornou-se lendário e destaca a importância do Gharb al-Andalus, mais concretamente da cidade de Lisboa, no imaginário das Descobertas, alguns séculos antes da época de ouro da História de Portugal. Apesar desse carácter lendário, al-Idrîsî, ao relatar esta história, refere que existia em Lisboa, próximo da Porta de Alfama, a Rua dos Aventureiros o que, de certa forma, dá à narrativa um carácter verídico. Se por um lado esses relatos fantásticos mostram o lado tenebroso e perigoso dos mares (nomeadamente do Atlântico), por outro, deixam também transparecer a existência de várias regiões até então desconhecidas e o desejo de ultrapassar esses limites e desvendar o que estava para além do conhecido. Segundo Vasco Gil Mantas:

“Deparamos, portanto, com um conjunto de tradições pertencentes a um fundo comum transversal a várias culturas e a várias épocas, que poderemos classificar de forma simplista como folclóricas, nas quais o mar e os seus perigos ocupam um lugar central. Não esqueçamos, porém, que o obscuro,

20 Cf. IBN MÂĞID, Aḥmad - *Al-Sufâliyya*. in KHOURY, Ibrahim. *Al-Sufâliyya. The Poem of Sofala*. Separata do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, vol. 37, 201-332.

criador de medos, pode ser tanto ou mais poderoso criador de imaginários que a realidade conhecida, imaginários nem sempre destruidores ou negativos [...]

O Atlântico, pelas suas características físicas, prestava -se especialmente a tais fantasias, permitindo renovar histórias nascidas nos mares interiores da Antiguidade, a que se foram juntando tradições e relatos do mundo céltico e germânico antes da imaginação muçulmana ter contribuído para enriquecer o fundo quase inesgotável das tradições marítimas fantásticas²¹.”

Além disso, foi também fundamental todo o legado árabe e islâmico relativamente às navegações e aos intercâmbios comerciais já desenvolvidos pelos muçulmanos que, no século VIII, em 711, chegaram à Península Ibérica (a partir daí conhecida por al-Andalus na zona onde se estabeleceram), trazendo consigo uma grande diversidade de conhecimentos, nomeadamente na área das navegações. Todos esses aspectos contribuíram para que Portugal fosse pioneiro nas navegações dos séculos XV e XVI. Por outro lado, se os árabes dominaram os mares entre os séculos VIII-XI, sendo posteriormente “destronados” pelos portugueses, muitas palavras ligadas ao mar mantiveram-se no nosso vocabulário, oriundas de vocábulos árabes, como por exemplo, falua, canal, fragata, almirante, amarra, arsenal, calafate, entre outros.

Lisboa, cidade de onde partiram os Aventureiros e, mais tarde, os navegantes portugueses, tinha, assim, uma grande experiência no domínio dos mares devido ao seu passado histórico e também pela sua localização geográfica. Por outro lado, a história comprova-nos também que o Gharb al-Andalus tinha meios para tal aventura, pois, no geral, o al-Andalus teve um poder marítimo poderoso em todo o Mediterrâneo ocidental. Com a história destes homens, conhecidos por Aventureiros de Lisboa, precedida do mito da fundação da cidade de Lisboa por Ulisses, nasceu a nossa vocação ligada ao mar e o nosso imaginário das Descobertas que viriam a concretizar-se alguns séculos depois. Durante a Idade Média, geógrafos, literatos, poetas, filósofos e sufis, entre outros, viajaram por diversas paragens. Em peregrinação, ou em busca de conhecimento, as viagens tornaram-se uma das formas de aproximação entre as diferentes civilizações, culturas e religiões. Assim, no Gharb al-Andalus, as viagens dos Aventureiros de Lisboa, precederam os Descobrimientos e estabeleceram o diálogo entre o Oriente e o Ocidente.

Eis, então, a célebre história d’“Os Aventureiros de Lisboa”, os precursores dos Descobrimientos, relatada por al-Idrisî:

21 MANTAS, Vasco Gil S. – “Mitos, medos e geografia fantástica dos mares antigos e medievais”. *Memórias da Academia de Marinha*, 44 (2014), 443-462, p. 444.

“Foi na cidade de Lisboa que saíram os Aventureiros em barcos para o Mar Tenebroso, para conhecerem o que nele houvesse e quais os seus limites (...). Por isso, na Medina de Lisbûna, junto da Rua das Termas (*darb al-hamma*) ainda existe a Rua dos Aventureiros (*darb al-magrûrûn*). Aconteceu, pois, que se juntaram oito varões, todos primos-irmãos e, tendo construído um navio de carga, abasteceram-se com víveres e água para muitos meses.

Fizeram-se ao mar aos primeiros sopros do vento leste e, como houvessem navegado quase onze dias, com felicidade, chegaram a certa paragem do mar, cujas ondas espessas exalavam um fétido odor, com muitas correntes e obscuridade. Temeram então eles um desfecho fatal e tocaram as velas noutra direcção, para sul, chegando à ilha dos Carneiros, que assim chamaram pelo gado incontável que pastava em rebanho, por toda a parte, sem pastor ou pessoa que cuidasse.

Mal chegaram à ilha, saltaram em terra e encontraram uma fonte de água corrente, à sombra de uma árvore, uma espécie de figueira silvestre. Apanharam e abateram algumas reses, mas a sua carne amargava e ninguém pôde comê-la. Guardaram as peles e rumaram de novo a sul, durante doze dias. Pouco depois, descobriram uma ilha e nela viram habitações e campos lavrados. Dirigiram-se para lá, a fim de averiguarem o que lá houvesse. Imediatamente, foram cercados por gente armada de dardos que os prendeu e levou em seus barcos para uma cidade costeira. Apareceram homens de tez avermelhada com poucos mas compridos cabelos, de alta estatura, sendo as mulheres de rara formosura.

Mantiveram-nos fechados por três dias. Ao quarto dia, chegou um homem que falava aravia. E lhes perguntou quem eram, donde vinham e ao que vinham. Contaram os Aventureiros as suas proezas. Ele prometeu-lhes um bom desfecho, dizendo-lhes ser o intérprete do rei. No segundo dia, apresentaram-nos ao rei que lhes perguntou o mesmo, ao que responderam de forma idêntica à que já haviam feito: que o desejo de saber o que haveria no mar, de tantas coisas maravilhosas que lhe eram atribuídas, os havia levado a quererem alcançar as suas margens extremas. O rei, quando isto ouviu, riu-se e mandou o intérprete dizer-lhes que seu pai havia mandado certos vassalos seus para fazerem um reconhecimento deste mar e que, tendo navegado na sua extensão, durante um mês até os céus escureceram, voltaram sem poder tirar proveito da sua viagem.

Depois, mandou o rei ao intérprete que oferecesse sua segurança e benevolência aos Aventureiros a fim de que ficassem com boa opinião dele e das suas obras.

Acabado isto, voltaram a ser encerrados até se levantar outra vez o vento oeste. Tiraram-lhes as armas, vendaram-lhes os olhos e embarcaram-nos depois de três dias e três noites de navegação favorável, como eles diziam, desembarcaram-nos numa praia, com as mãos atadas, e ali os deixaram muito maltratados, até ao romper do sol. Sentindo-se desamparados, pareceu-lhes ouvir vozes humanas e todos gritaram à uma. Chegaram diante deles certos homens que, vendo-os em tão miserável estado, os desataram e interrogaram em língua árabe. Eram berberes. E disse-lhes um deles: ‘Sabeis quanto distais do vosso país?’ Tendo os Aventureiros respondido negativamente, afirmou: ‘sabei que entre vós e a vossa pátria há dois meses de caminho’. Então o chefe dos Aventureiros disse: ‘wasafi!’ ai de mim). E é esta a razão pela qual é este [safi] o nome do porto que fica na extremidade do Magrebe²².’

22 ALVES, Adalberto – *Em Busca da Lisboa Islâmica*. s/l: CTT Correios de Portugal, col. “Edição do Clube de Coleccionador dos Correios”, 2007, 183-185.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

- BAKRI, Abd Allâh ibn Abd al-Azz Ubayd al – *Description de l'Afrique Septentrionale, par el-Bekri*. Mac Guckin de Slane (trad.). Paris: Imprimerie Impériale, 1859.
- BARROS, João de – *Décadas da Ásia. Década I, Livro IV* [em linha]. Jeremy Lawrance (transc.). Disponível em <http://alvarovelho.net/images/patrono/barros.pdf> [consultado a 20 de fevereiro de 2017].
- IBN JUBAYR – *Rihla*. Beirut: Dar Sadir, 1964.
- IBN JUBAYR – *The Travels of Ibn Jubayr*. R. J. C. Broadhurst (trad.). Londres: Jonathan Cape, 1952.
- IBN MĀĠID, Aḥmad – *Al-Sufâliyya*. in Ibrahim Khoury (trad.) – *The Poem of Sofala. Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, Coimbra: Imprensa da Universidade, 37, 1982, 201-332.
- IBN MĀĠID, Aḥmad – *Kitâb al-Fawâ'id fî usûl 'ilm al-baḥr wa 'l-qawâ'id*. “Indications utiles sur la nautique et le pilotage”. *Fac-simile* do Ms. Paris: BnF, 2292 in FERRAND, Gabriel – *Instructions nautiques et routiers arabes et portugais. Introduction à l'astronomie nautique arabe*, 3 vols. Paris: Geuthner, 1928; tradução inglesa em TIBBETTS, Gerald Randall – *Arab Navigation in the Indian Ocean before the Coming of the Portuguese*. Londres: Royal Asiatic Society of Great Britain and Ireland, 1971.

Estudos

- ALVES, Adalberto – *Em Busca da Lisboa Islâmica*. s/l: CTT Correios de Portugal, col. “Edição do Clube de Coleccionador dos Correios”, 2007.
- ALVES, Adalberto – *O Meu Coração É Árabe*. 3.ª ed., revista e aumentada. Lisboa: Assírio & Alvim, 1999.
- BISSIO, Beatriz – *O Mundo Falava Árabe. A Civilização Islâmica Clássica, através da Obra de Ibn Khaldun e Iben Battuta*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- BRAUDEL, Fernand – “Lo que enseña la geografía. Tierras y mares del Islam”. in Fernand Braudel – *Las Civilizaciones Actuales. Estudio de Historia Económica y Social*. Madrid: Tecnos, 1993, 58-68.
- CALVO, Ana Ramos – “Literatura fantástica y geografía árabe”. in Juan Vernet Ginés (ed.) – *Al-Andalus y el Mediterráneo*. Madrid: Lunwerg, 1995, 169-183.
- COELHO, Armada – “Os aventureiros e o mar tenebroso”. in *Férula. Revista da Associação para Estudos Históricos Interdisciplinares*, 5, Abril-Junho (2014), 42-46.
- FONSECA, Senos da – “A caravela portuguesa” [em linha]. Disponível em <http://asgrandesnavegamaritimas.blogspot.pt> [consultado a 18 de fevereiro de 2017]

- FONSECA, Senos da – “As embarcações árabes” [em linha]. Fascículo 12 (postado em 20 de Julho de 2009), disponível em <http://asgrandesnavegamaritimas.blogspot.pt/> [consultado a 18 de fevereiro de 2017].
- HRBEK, Ivan – “A África no contexto da história mundial”. in Mohammed el Fasi (ed.) – *História Geral da África, III. África do Século VII ao XI*. Brasília: UNESCO (Comitê Científico Internacional para Redação da História Geral da África), 2010, 1-37.
- HUCHON, Oriane – “Ibn Battûta : vie et voyages”. *Les Clés du Moyen-Orient* [em linha]. Disponível em <https://www.lesclesdumoyenorient.com/Ibn-Battuta-vie-et-voyages.html> [consultado a 18 de fevereiro de 2017].
- MANTAS, Vasco Gil S. – “Mitos, medos e geografia fantástica dos mares antigos e medievais”. *Memórias da Academia de Marinha*, 44 (2014), 443-462.
- NETTON, Ian Richard – “Rihla”. in C. E. Bosworth *et al.* (eds.) – *The Encyclopaedia of Islam*. Vol. VIII. 2.^a ed. Leiden: E. J. Brill, 1995, 528.
- NIANE, Djibril Tamsir – “Introdução”. in Djibril Tamsir Niane (ed.) – *História Geral da África, IV. África do Século XII ao XVI*. Brasília: UNESCO (Comitê Científico Internacional para Redação da História Geral da África), 2010, 1-15.
- NUNES, Natália Maria Lopes – “Ibn Darrâj Al-Qastallî”. in Rogério Miguel Puga (coord.) – *E-Dicionário de Escrita de Viagens Portuguesa (EDEVV)* [em linha]. Disponível em <http://www.fcsh.unl.pt/devp/> [consultado a 25 de maio de 2023].
- NUNES, Natália Maria Lopes – “Os aventureiros de Al-Lixbûnâ”. in Carlos Carreto *et al.* (eds.) – *Imaginários do Mar. Uma Quase Antologia*. Vol. 1. Lisboa, Departamento de Línguas, Culturas e Literaturas Modernas (DLCLM) / Instituto de Estudos de Literatura e Tradição (IELT – NOVA FCSH), 2020, 253-256.
- PICARD, Christophe – “Récits merveilleux et réalité d’une navigation en Océan Atlantique chez les auteurs musulmans”. *Actes des Congrès de la Société des historiens médiévistes de l’enseignement supérieur public*. 25, 1 (1994), 75-87.
- PICARD, Christophe – *La Mer et les musulmans d’occident au Moyen Âge. VIIIe-XIIIe siècle*. Paris: PUF, col. “Islamiques”, 1997.
- VERNET GINÉS, Juan – “Textos árabes de viajes por el Atlántico”. *Anuario de Estudios Atlánticos*, 17 (1971), 401-427.

Estranhos animais do Oriente. As descrições de viajantes medievais

Rafael Afonso Gonçalves

Universidade Estadual Paulista (UNESP) / Universidade do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO)
goncalves.hist@gmail.com

Resumo

Nos relatos das viagens ao Oriente distante realizadas por cristãos entre os séculos XIII e XIV, os animais figuram como assunto frequente. Estimulados por sua estranheza ou, ao contrário, pela semelhança com bichos já conhecidos, os autores desses textos medievais nos legaram ricas considerações sobre a fauna oriental. A partir desse conjunto de documentos, busca-se compreender, neste estudo, o papel desempenhado pelas descrições da fauna para a construção de uma imagem do Oriente como um espaço distinto daqueles conhecidos na Europa. Para tanto, são mapeadas algumas das principais referências que circulavam nos reinos cristãos sobre os bichos das chamadas “partes orientais”, a fim de dimensionar em que medida são mencionadas nesses documentos espécies desconhecidas. Em seguida, são escrutinadas algumas das técnicas empregadas nesses documentos para se expressar as diferenças, fazendo com que o público pudesse imaginar seres dos quais nunca tinham ouvido falar.

Palavras-chave

Animais, viagens, Oriente, natureza, alteridade

Nota biográfica

Rafael Afonso Gonçalves é doutor em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) e atua como professor na Universidade do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO), pelo Departamento de História. É autor, entre outros estudos, de *Animais e Homens de um Oriente Distante* (EdUFBA, 2020).

Strange Eastern animals. Descriptions by medieval travelers**Abstract**

In travel accounts describing journeys to the distant East undertaken by Christians in the 13th and 14th centuries, animals are a frequent subject. Stimulated by their strangeness or, on the contrary, by their similarity to known animals, the authors of medieval travel accounts have left us with rich descriptions and considerations of the oriental fauna. This paper aims to understand the role of fauna descriptions in constructing an image of the East as a space distinct from those known in Europe. To do so, some of the main references circulating in the Christian kingdoms regarding the animals of the so-called “eastern parts” will be mapped in order to determine to what extent unknown species are mentioned in these documents. Finally, some of the techniques employed in these documents to express differences, allowing the public to imagine beings they had never heard of before, are scrutinized.

Keywords

Animals, Travel, East, Nature, Otherness

Biographical note

Rafael Afonso Gonçalves has a PhD in History (2016) granted by the São Paulo State University (UNESP) and works as Lecturer at the University of Central West of Paraná (UNICENTRO), at the Department of History. He is the author of several studies, including *Animais e Homens de um Oriente Distante* (EdUFBA, 2020).

Um “outro mundo”, é assim que o missionário dominicano Jordão Catala de Severac definiu a Índia em suas *Mirabilia Descripta*, obra datada de c. 1330. A expressão é utilizada por ele para sintetizar uma série de coisas “admiráveis” que viu naquelas terras durante os anos que ali viveu com o intuito de ganhar almas para o cristianismo. Embora muitas passagens de sua vida ainda permaneçam obscuras, sabe-se, por meio de diferentes indícios, que, entre 1321 e 1324, percorreu a costa ocidental da Índia, do Guzerate, no norte, até Coulão, no extremo sul, passando por Tana, na região de Bombaim, onde quatro outros missionários franciscanos que o acompanhavam foram mortos por motivos religiosos, tornando-se mártires¹. Após permanecer alguns anos em Coulão, entre 1324 e 1328, frei Jordão retornou à Europa. Em Avinhão, onde se encontrava instalada a Sé Apostólica, foi nomeado pelo então papa João XXII como bispo de Coulão, destino para o qual rumou novamente, mas, dessa vez, com o fito de fundar naquelas terras estruturas da Igreja Católica. Não se sabe exatamente em que momento dessa sequência de acontecimentos ele teria escrito a obra: se antes de sua nomeação, talvez para apresentar argumentos a favor de um investimento evangelizador naquelas terras; ou, após sua nomeação, com a intenção de convencer outros missionários a rumarem para o mesmo destino; foi até mesmo afirmado que sua escrita se deu ao longo da viagem, como registro mais imediato de suas experiências².

Não obstante a incerteza sobre quais horizontes vislumbrava quando escreveu as *Mirabilia Descripta*, frei Jordão registra ali a sensação de alteridade experimentada no Oriente: “todas as maravilhas estão nesta Índia, de modo que isso é verdadeiramente um outro mundo”³, diz ele referindo-se à Índia Maior, que corresponde a costa ocidental do sul da península⁴. E essa não é a única vez que utiliza a expressão. Em outro trecho do relato, em que discorre sobre a Índia Menor, isto é, a porção norte da costa ocidental – hoje, territórios do Paquistão e do estado do Guzerate –, o viajante estabelece a mesma associação entre as maravilhas e esse mundo outro que adentrava. “Há maravilhas inúmeras e infinitas”, afirma ele, antes de concluir que “nesta primeira Índia começa quase um outro mundo”⁵.

1 GADRAT, Christine – *Une image de l'orient au XIVème siècle. Les Mirabilia Descripta de Jordan Catala de Sévérac*. Paris: École des Chartes, 2005, 55-58.

2 Gadrat, *Une image de l'orient...*, 88.

3 JORDAN CATALA SÉVÉRAC – “Les *Mirabilia Descripta*”. in Christine Gadrat – *Une image de l'orient au XIVème siècle. Les Mirabilia Descripta de Jordan Catala de Sévérac*. Paris: École des Chartes, 2005, 243-295, p. 285.

4 Sobre as descrições de maravilhas nas *Mirabilia Descripta*, confira CARMONA FERNÁNDEZ, Fernando – “La descripción, lo maravilloso, lo real y las *Mirabilia Descripta* de Jourdain Cathala de Sévérac”. in F. Carmona Fernández; A. Martínez Pérez (coords.). – *Libros de Viaje. Actas de las Jornadas sobre Los Libros de Viaje en el Mundo Románico, Celebradas en Murcia del 27 al 30 de Noviembre de 1995*. Murcia: Universidad de Murcia, Servicio de Publicaciones, 1996, 87-118.

5 Jordan Catala Sévérac, “Les *Mirabilia Descripta*”..., p. 275.

Entre as maravilhas descritas na obra, que relaciona com a ideia de “outro mundo”, nota-se que, nas duas vezes em que a expressão é mencionada, os elementos naturais, em especial, os animais, desempenham um papel importante. Se observados os contextos da ocorrência dos termos, pode-se averiguar que das trinta vezes que aparecem ao longo do texto o substantivo “maravilha” ou o verbo “maravilhar-se”, 10 delas, ou 1/3, referem-se a animais. Entre os outros aspectos “maravilhosos” mencionados, os vocábulos relacionam-se a características físicas das pessoas, a pedras preciosas, características dos céus ou das águas, atos milagrosos e, especialmente, ao mundo vegetal, esse último correspondendo a 4 das 30 ocorrências. Esses dados são mais um indício do papel desempenhado pelas descrições da fauna para o reconhecimento das terras orientais como algo maravilhoso e, associado a isso, como um lugar de diferenças.

O intuito deste capítulo é examinar o lugar dos animais na fabricação da alteridade e da identidade pelos relatos de viagem ao Oriente produzidos por cristãos entre os séculos XIII e XIV. A ideia é refletir sobre as formas de expressão das diferenças dos bichos que lá habitariam, interrogando as formas de expressão de suas diferenças. Nesse sentido, não nos interessa aqui delimitar quais as espécies que efetivamente eram distintas daquelas encontradas em território europeu, mas entender como suas características e o estranhamento causado por elas contribuiu para a construção identitária dos cristãos medievais a partir da alteridade manifesta a partir do mundo natural do Oriente.

O espaço das viagens e o lugar dos animais nas narrativas

Foi a partir de meados do século XIII que um número significativo de viajantes europeus passou a percorrer rotas que ultrapassavam as geografias mais familiares, para além da Terra Santa, permitindo que chegassem a regiões para eles tão distantes quanto à Índia, a Mongólia ou a China, e, não menos importante, que registrassem por escrito informações sobre essas viagens. Um conjunto nada desprezível de estudos historiográficos já se dedicou, e tem se dedicado, a discutir as razões que levaram pessoas de diferentes perfis a partirem em direção a terras tão longínquas que requeriam enormes esforços para sua realização. O surgimento do império mongol e uma certa estrutura de rotas de longa extensão por ele mantida; o desenvolvimento de práticas comerciais de longa distância, materializada na chamada Rota da Seda; o desejo de líderes europeus pelo estabelecimento de alianças diplomáticas com os khans; a construção de um projeto missionário papal; as propostas evangelizadoras baseadas em um novo apostolado surgidas com as religiosidades mendicantes, mais adaptada à vida na estrada e à pregação aos infieis e pagãos; enfim, todos esses

aspectos e outros foram apontados pela historiografia como motivações diretas ou correlatas que permitiram que esses viajantes chegassem a diferentes regiões da Ásia e escrevessem sobre suas experiências⁶.

Nos relatos que descrevem essas viagens, os animais constituem um assunto frequente. Seus contornos ganham forma em passagens concernentes ao trajeto percorrido, aos hábitos dos nativos, e também em notas minuciosas acerca de certas espécies encontradas no trajeto. Os espaços ocupados pelas descrições de animais nesses escritos estão relacionados à organização dos assuntos e a sequência narrativa adotada por seus autores⁷. Embora assumam como fonte de informação o testemunho de alguém que teria se deslocado às “partes orientais”, onde teria visto ou ouvido o que se encontra registrado, as anotações e considerações presentes nos relatos variam quanto a suas formas de organização e sequência de exposição.

Sobre esses documentos, dependendo dos fatores considerados, como sua extensão, público-alvo e outras características, a variação das formas como se organizam pode se multiplicar em numerosos subgrupos. Se tomamos como referência a ordem narrativa, generalizando alguns de seus traços, todavia, é possível delimitar duas maneiras principais de organização das matérias tratadas. Uma delas consiste em subdividir os temas que englobam uma região, entidade política ou comunidade. A outra maneira constitui-se pela reprodução na narração da sequência do trajeto percorrido pelo viajante, destacando aspectos distintivos das terras ou das comunidades humanas conhecidas ao longo da viagem. Na maior parte desses relatos, e em ambas as formas de organização, aos animais foram reservados espaços significativos⁸.

A primeira forma de narrar é aquela adotada por João de Pian del Carpine, um franciscano que partiu em 1245 para as terras dominadas pelos mongóis – ou tártaros, como ele os denomina – sob as ordens do papa Inocêncio IV. Sua *História dos mongóis* está dividida em duas partes principais. Na primeira, ele discorre sobre as características físicas da terra; depois, das vestes, habitações utilizadas e do regime matrimonial adotado pelos mongóis; então, sobre sua religião, costumes, origem, modo de fazer guerra e subjugar seus inimigos. É apenas na segunda parte que trata das “províncias” por onde passou e das pessoas que o auxiliaram e que

6 JACKSON, Peter – *The Mongols and the West, 1221-1410*. London: Pearson/Longman, 2005; GONÇALVES, Rafael Afonso – *Cristãos nas Terras do Cã. As Viagens dos Frades Mendicantes nos Séculos XIII e XIV*. São Paulo: Editora da Unesp, 2013; MOLLAT, Michel – *Les Explorateurs du XIIIe au XVIe siècle. Premiers regards sur des mondes nouveaux*. Paris: Éditions du C.T.H.S, 1992; NEWTON, A. P. – *Travel and Travellers of the Middle Ages*. New York: Barnes & Noble, 1968; RACHEWILTZ, Igor de – *Papal Envoys to the Great Khans*. London: Faber, 1971; RICHARD, Jean – *La Papauté et les missions d’Orient au moyen âge (XIIIe-XVe siècles)*. Rome: École Française de Rome 1998; ROUX, J. P. – *Les explorateurs au Moyen Age*. Paris: Fayard, 1985.

7 WOLFZETTEL, Friedrich – *Le Discours du voyageur*. Paris: PUF, 1996, 19-35.

8 GUÉRET-LAFERTÉ, Michèle – *Sur les routes de l’empire mongol. Ordre et rhétorique des relations de voyage aux XIIIe et XIVe siècle*. Paris: Honoré Champion, 1994, 21-24.

poderiam certificar seu deslocamento⁹. As descrições dos animais, em seu relato, concentram-se em dois momentos principais: quando trata de suas habitações e no trecho dedicado aos seus costumes alimentares. No primeiro caso, chega a dizer que “são muito ricos em animais, como camelos, bois, ovelhas, cabras; possuem tantos cavalos e jumentos”, destacando sobre sua quantidade que “não existem tantos em nenhuma outra parte do mundo; não têm porcos nem outros animais”¹⁰.

Já no início de seu relato menciona o que seriam as diferenças percebidas por ele ao longo de sua viagem, alegando que de tão profundas poderiam parecer inconcebíveis para seus leitores. Preocupado que o ceticismo de sua audiência pudesse se reverter em descrédito ou questionamento da própria veracidade do conteúdo de seu relatório, Carpine alerta que “se, para conhecimento dos leitores, escrevemos algumas coisas desconhecidas em vossas regiões, por causa disso não deveis chamar-nos de mentirosos, pois relatamos aquilo que vimos ou que ouvimos como certo de outros que julgamos dignos de fé”. E, continua, defendendo-se antecipadamente de alguma acusação pelas coisas desconhecidas que relata: “seria até muito cruel que um homem fosse difamado por outros por causa do bem que faz”¹¹.

A outra maneira de organizar as matérias no relato, como anteriormente sinalizado, é fazer coincidir a sequência de lugares ultrapassados pelo viajante em seu deslocamento com a sequência das descrições apresentadas¹². Em razão dessa correspondência, muitos dos escritos que adotaram essa perspectiva receberam o título de *Itinerário*, termo que faz alusão, ao mesmo tempo, ao percurso geográfico seguido e ao relato escrito dessa viagem. Esse é o título, por exemplo, da obra de Guilherme de Rubruc, outro frade franciscano que rumou ao líder dos mongóis 1253, a pedido do rei Luís IX, chegando até Karakorum, então, capital do império mongol. Em seu *Itinerarium*, escrito originalmente, em latim, descreve também os diferentes bichos que encontrou pelo caminho e os diversos usos a que as comunidades conhecidas faziam deles. Sobre os animais, diz ter avistado nos territórios dos mongóis ovelhas, bois, gazelas, anas, falcões, muitos cavalos, e várias outras espécies conhecidas. Além de outros vários tipos de bichos, como uns utilizados para a confecção dos casacos utilizados pelos mongóis no inverno. Sobre esses últimos, ressalta sua estranheza: “nunca vi em nossas regiões”¹³.

9 Guéret-Laferté, *Sur les routes...*, 30.

10 GUILHERME DE RUBRUC – “Itinerário”. in Ildefonso Silveira; Ary E. Pintarelli (trad.) – *Crônicas de Viagem. Franciscanos no Extremo Oriente antes de Marco Pólo (1245-1330)*. Porto Alegre: EDIPUCRS/EDUSF, 2005, 115-243.

11 JOÃO DE PIAN DEL CARPINE – “História dos mongóis”. in Ildefonso Silveira; Ary E. Pintarelli (trad.) – *Crônicas de Viagem. Franciscanos no Extremo Oriente antes de Marco Pólo (1245-1330)*. Porto Alegre: EDIPUCRS/EDUSF, 2005, 29-97, p. 30.

12 Guéret-Laferté, *Sur les routes...*, 46-49.

13 Guilherme de Rubruc, “Itinerário”..., 128.

As diferenças percebidas por Guilherme de Rubruc em sua viagem ao Oriente foram expressas em termos semelhantes àqueles utilizados por Jordão Catala de Severac, mencionados no início deste capítulo. Após partir de São João do Acre, Rubruc navegou pelo Mediterrâneo até chegar a Constantinopla, onde pregou no Domingo de Ramos, em 13 de abril de 1253, prosseguindo através do Mar Negro para aportar em Soldaia, na costa sudeste da Criméia. Poucos dias depois de tomar a rota terrestre, ele encontrou os tártaros. “Quando entrei em seu território”, escreve o viajante em primeira pessoa, “tive a certeza de ter entrado em outro mundo. Descrevo como posso a sua vida e os seus costumes”¹⁴.

Se, por um lado, as narrativas de viagens – de modo geral – fazem referências a animais, não apenas em momentos específicos, mas ao logo de seu desenvolvimento, e, por outro, é possível identificar nas palavras de diferentes viajantes a impressão de estranheza, não familiaridade, de estar nesse “outro mundo”, é possível delinear a questão: até que ponto os animais descritos são “estranhos” ou diferentes dos que já eram conhecidos na Europa?

Estranhos familiares

Para responder à essa pergunta, é preciso considerar que já circulavam em diferentes reinos europeus, sobretudo após o século XIII, distintos tipos de textos que vinculavam informação sobre bichos, cujos lugares de origem coincidiam com aqueles onde os viajantes diziam ter colocado os pés, ou, pelo menos, ter notícias de pessoas dignas de fé. Tais textos, a partir dos quais alguns haviam extraído um conhecimento prévio sobre as criaturas existentes no Oriente, de leitura direta ou por meio de comentaristas, são, por vezes, são evocados nos próprios relatos. Trata-se, sobretudo, de referências a nomes reconhecidos como autoridades ou mesmo santificados pela Igreja. No *Itinerário* de Guilherme de Rubruc, pode-se encontrar algumas dessas menções. Após ultrapassar a região do Mar Negro, na região identificada por ele como a Albânia, assinala que sobre aquelas plagas “diz Isidoro que tem cães tão grandes e tão ferozes que perseguem os touros e matam os leões”. Informação que ele atesta tomando como referência pessoas que ouviu por lá, acrescentando ainda que “os cães puxam carroças como bois, por causa do seu tamanho e da sua força”¹⁵.

Isidoro de Sevilha, cujas *Etimologias*¹⁶ tiveram um grande sucesso ao longo do período medieval, é evocado em outro trecho junto com outro célebre escritor, o romano Gaio Júlio Solino, que viveu provavelmente entre os séculos III e IV, e

14 Guilherme de Rubruc, “Itinerário”..., 120.

15 Guilherme de Rubruc, “Itinerário”..., 151.

16 ISIDORO DE SEVILLA – *Etimologias*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2004.

que teria sido o autor de compilações também muito lidas no medievo¹⁷. Quando discorre sobre o tempo que passou no acampamento do Grande-Khan, àquela altura, Mangu-khan, em Karakorum – atual Mongólia –, conta ter indagado as pessoas ao seu redor “sobre os monstros ou homens monstruosos, dos quais falam Isidoro e Solino”, ao que obteve como resposta “que nunca viram tais coisas”¹⁸.

Para além dos autores e da obras diretamente citadas nesses relatos de viagem, outros textos que circulavam na Europa foram responsáveis pela disseminação de referências e juízos sobre a fauna que, supostamente, habitaria o Oriente. É o caso dos bestiários. São eles, *grosso modo*, textos formados por pequenos capítulos dedicados a uma espécie específica, em que são assinalados suas condutas e aspectos físicos, e dos quais são extraídos significados de natureza moral e teológica¹⁹. Entre os que tiveram maior disseminação, destaca-se o escrito entre 1121 e 1135 pelo um clérigo anglo-normando, Felipe de Thaon²⁰; o *Bestiário Divino*, de Guilherme, o clérigo da Normandia, composto por volta do ano de 1210²¹; o *Bestiário de Ashmole*, da primeira metade do século XIII²²; as duas versões do *Bestiário*, de Pedro de Beauvais: a “curta”, escrita provavelmente no início do século XIII, e a “versão longa”, que, entre os anos de 1246 e 1268²³; e o *Livro das Aves*, cuja autoria é atribuída a Hugo de Folieto, e é datado entre os anos de 1132 e 1152²⁴.

Embora outros tipos de obras, como as chamadas “enciclopédias”²⁵ ou as “imagens do mundo”²⁶ tenham sido também vetores importantes para a divulgação do que se sabia sobre esses bichos estrangeiros, aqui, serão destacados apenas os

17 APPS, Arwen Elizabeth – *Gaius Iulius Solinus and his Polyhistor*. Sydney: Macquarie University, 2021.

18 Guilherme de Rubruc, “Itinerário”..., 195.

19 Sobre os bestiários, confira BIANCIOTTO, Gabriel – *Bestiaires du Moyen Âge*. Paris: Stock, 1980; VAN DEN ABEELE, Baudouin – *Bestiaires médiévaux. Nouvelles perspectives sur les manuscrits et les traditions textuelles*. Louvain-la-Neuve: Publications de l’institut d’études médiévales, 2005; MIRANDA, Adelaide; CHAMBEL, Pedro (coord.) – *Bestiário Medieval. Perspectivas de Abordagens*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2014.

20 PHILIPPE DE THAON – “Bestiary”. Thomas Wright (ed.) – *Popular Treatises on Science Written during the Middle Ages in Anglo-Saxon, Anglo-Norman, and English*. London: Dawson of Pall Mall, 1965, 20-131.

21 GUILLAUME, le clerc de Normandie – “Bestiaire Divin”. in Gabriel Bianciotto (ed.) – *Bestiaires du Moyen Âge*. Paris: Stock, 1980, 70-116.

22 *Le Bestiaire (Ashmole 1511)*. Marie-France Dupuis e Sylvain Louis (ed.). Paris: Philippe Lebaud Éditeur, 1988.

23 *Le Bestiaire. Version longue attribuée à Pierre de Beauvais*. Craig Baker (ed.). Paris: Honoré Champion, 2010.

24 HUGO DE FOLIETO – *O Livro das Aves*. Maria Isabel Rebelo Gonçalves (trad.). Lisboa: Colibri, 1999.

25 RIBÉMONT, Bernard – *De natura rerum. Études des encyclopédies du Moyen Age*. Orléans: Paradigme, 1995; GANDILLAC, Maurice (ed.) – *La Pensée encyclopédique au Moyen Age*. Neuchâtel: UNESCO-Baconniere, 1966.

26 GOSSOUIN DE METZ – *Imagem do Mundo*. Margarida Santos Alpalhão (ed.). Lisboa: IEM, 2010; PAULMIER-FOUCART, Monique; DUCHENNE Marie-Christine – *Vincent de Beauvais et le grand miroir du monde*. Turnhout: Brepols, 2004.

bestiários, entre outros motivos, por serem obras especialmente dedicadas a fauna. As descrições contidas nesses textos, é verdade, não abrangem exclusivamente de animais, já que incluem também entre suas páginas plantas e pedras. Mas, são poucos casos, sendo possível mesmo afirmar, tratar-se de exceções²⁷. A maior parte dos capítulos encontrados nesses textos são voltados aos animais.

Apesar de, para muitas das espécies citadas nos bestiários, nada ser mencionado sobre as porções geográficas onde viviam, algumas entre elas eram identificadas como provenientes de regiões localizadas no Oriente. Lugares como a Arábia, a Pérsia, a Etiópia, a Índia ou espaços imprecisos, como aquele identificado somente como “montanhas do Oriente”. No o *Bestiário Divino*, por exemplo, aponta-se que há uma “espécie de formiga” com o “aspecto de um cachorro” em um lugar “longe, na Etiópia”²⁸. Já na versão curta de Pedro de Beauvais, lemos que nas águas do Nilo se encontrava a hidra²⁹. Tomando o *Bestiário de Ashmole*, que nos legou, inclusive, um rico material iconográfico, ficamos sabendo, entre outras coisas, que “os camelos vêm das regiões da Lícia, mas sobretudo da Arábia”³⁰, que “os papagaios só podem ser encontrados nas Índias”³¹, ou que os “dragões vivem na Etiópia e na Índia, onde o calor nunca cessa”³², essa última frase dita em capítulo dedicado ao basilisco.

Percebe-se que os lugares mencionados nessas obras se restringem ao que hoje corresponderia ao Oriente Médio, como o Egito, a Pérsia e a Terra Santa, estendendo-se até, no máximo, a Índia. Nota-se ainda que, sobre a Índia, não são citadas regiões ou localizações mais específicas. Essa geografia mais ou menos delimitada presente nos bestiários tem suas razões na própria elaboração dessas obras, que se baseiam, em especial, no *Fisiólogo*. Embora pare ainda algumas dúvidas sobre sua origem, o mais provável é que *Fisiólogo* tenha sido produzido por algum sábio cristão que viveu em Alexandria, no Egito, por volta do século II³³. O repertório de espécies presente nas versões mais antigas que chegaram até nós – uma cópia latina datada do século VII – aponta serem os animais mencionados na Bíblia parte significativa das espécies citadas, mas não o único recorte para explicar a seleção das criaturas ali incluídas³⁴. De todo modo, a posição geográfica em que esse verdadeiro ancestral dos bestiários foi produzido ajuda a entender o porquê de espécies do Oriente próximo ganharem as páginas de textos que circularam na Europa à época das viagens aqui tratadas.

27 Pedro de Beauvais, por exemplo, inclui dois tipos de pedra em seu bestiário: as “pedras ardentes” e o imã. Já Guilherme, o clérigo da Normandia, além dos diversos animais, dedica um capítulo inteiro de seu bestiário à mandrágora.

28 Guillaume, “Bestiaire Divin”..., 84.

29 *Le Bestiaire. Version longue*..., 194.

30 *Le Bestiaire (Ashmole 1511)*..., 88.

31 *Le Bestiaire (Ashmole 1511)*..., 125.

32 *Le Bestiaire (Ashmole 1511)*..., 147.

33 *Physiologos. Le bestiaire des bestiaires*. Arnaud Zucker (trad. e ed.). Paris: Jérôme Million, 2004.

34 *Physiologos*..., 17.

Espaços ampliados, criaturas diversas

Essas referências indicam que, embora fosse possível ter notícias de algumas espécies de animais “orientais” por meio dos bestiários, a geografia ali contemplada tinha a Índia como seu horizonte mais distante³⁵. A maior parte dos viajantes que almejavam chegar à corte do Grande-Khan foi levada até Karakorum, no oeste da Mongólia, sobretudo até o final do século XIII. O interesse em contatar diretamente os soberanos mongóis justificava-se pela função confiada a parte dos viajantes de entregar missivas assinadas por líderes da cristandade, como o papa e o rei dos francos. Além disso, no caso das missões evangelizadoras, considerava-se que a conversão dos soberanos seria o passo mais importante para levar a verdade e o rigor da fé cristã a todos os seus súditos³⁶. Por isso, o destino das viagens deslocou-se para a China assim que a corte mongol se instalou em Cambalique, no extremo leste do continente. A alteração do endereço da corte oriental modificou, como não poderia deixar de ser, as rotas escolhidas para acessá-la, que passaram a incluir caminhos alternativos, terrestres e marítimos.

A diversificação dos caminhos percorridos ocasionou o contato com outras regiões, como a Índia e as ilhas do Índico, suscitando o interesse dos viajantes sobre os orientais e seus animais; interesse fortalecido pela leitura dos antigos e das autoridades cristãs. Essas obras que alimentavam o desejo de conhecer a diversidade do mundo, entretanto, não conseguiam explicar quem eram os mongóis nem quais as condições das terras por eles ocupadas. Para os cristãos que cruzavam as fronteiras da Europa, o conhecimento dos animais do Oriente esteve, vale destacar, intimamente ligado à descoberta do império mongol.

Ao percorrer essas diferentes rotas, os viajantes tiveram contato, diretamente ou por meio do ouvir dizer, com um grande número de espécies sobre os quais tinham pouca ou nenhuma notícia. Colocou-se, então, a questão de como traduzir para o leitor do relato a diferença ou a estranheza percebida naquelas criaturas. O já citado dominicano Jordão Catala de Severac, ao discorrer sobre a Índia Menor, registra um caso interessante. Após citar uma grande variedade de espécies que por lá poderia ser encontrada, como leões, rinocerontes, macacos, e crocodilos, completa afirmando que havia ainda “outros numerosos animais reptéis”, de que ignorava “até mesmo os nomes”³⁷. Mesmo sem encontrar maneiras mais precisas

35 Sobre a representação dos animais nos bestiários e nos relatos de viagens, confira LOPES, Paulo Catarino – “O animal na literatura. Dos bestiários aos livros de viagens”. in Isabel Drumond Braga; Paulo Drumond Braga (eds.) – *Animais e Companhia na História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2015, 393-436.

36 RYAN, J. – “To baptize khans or to convert peoples? Missionary aims in Central Asia in the 14th century”. in Guyda Armstrong; Ian N. Wood (eds.) – *Christianizing Peoples and Converting Individuals*. Turnhout: Brepols Press, 2000, 247-257, pp. 251-252.

37 Jordan Catala Sévéric, “*Les Mirabilia Descripta*”..., 278.

para a denominar os bichos que ele se referia, Severac os enquadra em uma classe ou grupo de animais, os “animais répteis”, isto é, animais que rastejam.

Para se contornar a ignorância em relação a denominação dos bichos avistados, não raro optou-se por reportar a terminologia utilizada pelos nativos. É o que fez, por exemplo, Guilherme de Rubruc, a respeito de um animal que conheceu quando percorreu as estepes euroasiáticas a fim de encontrar o Grande-Khan. Segundo ele, eram semelhantes aos cordeiros, mas muito maiores, e sem saber como lhes chamar, informa que “eles [os mongóis] o denominam ‘arcali’”³⁸. De maneira semelhante, esse mesmo franciscano diz que entre os mongóis existiam também certas “marmotas, que eles chamam de ‘sogur’”³⁹. Mesmo reportando os termos utilizados pelos nativos para se referir a esses bichos, é significativa a evocação de alguma espécie que suponham ser familiar a seus leitores para reportar-se suas características. No primeiro caso os cordeiros, e, no segundo, as marmotas. Tal forma de traduzir a diferença será um procedimento comum nesses relatos, que possui mecanismos específicos que valem a pena ser observados mais de perto.

Do estranho ao familiar: traduzindo as diferenças do mundo animal

Para dimensionar a estranheza dos animais orientais, como mencionado acima, foram geralmente citadas classes ou espécies conhecidas, que forneciam algum parâmetro útil a descrição se deslocar entre o familiar e o incógnito. A fim de traduzir as diferenças notadas, a partir desse parâmetro eram adicionados certos atributos, entre os quais três tiveram um papel fundamental: tamanho, coloração e quantidade. Odorico de Pordenone, um missionário franciscano que esteve na Ásia entre 1314 e 1330, dá prioridade a esses atributos quando discorre sobre certos animais no *Relatório* que escreveu sobre suas andanças. Em Tanam, uma região do leste da Índia, ele conta que “existem diversos tipos de animais, sobretudo leões negros, em grande quantidade; também há macacos, gatos-mouriscos e corujas, que são tão grandes quanto as pombas aqui. Além disso, há ratos tão grandes quanto os cachorros aqui”. Ele esclarece que “os cães pegam os ratos; nisso, os gatos não servem para nada”⁴⁰. Embora a maioria dos animais descritos por Odorico sejam familiares, como cães, gatos, leões e corujas, seus atributos exagerados, em tamanho e quantidade, definem sua diferença.

38 Guilherme de Rubruc, “Itinerário”..., 127.

39 *Ibidem*.

40 ODORICO DE PORDENONE – “Relatório”. In Ildefonso Silveira; Ary E. Pintarelli (trad.) – *Crônicas de Viagem. Franciscanos no Extremo Oriente antes de Marco Pólo (1245-1330)*. Porto Alegre: EDIPUCRS/EDUSF, 2005, 283-336, p. 290.

Jordão Catala de Severac expressa uma estranheza semelhante, mas através da diversidade de cores dos pássaros: “alguns são brancos como a neve, vermelhos como a semente de escarlate, alguns verdes como ervas, outros ainda de cores intermediárias, de tal beleza e tão agradáveis que não se pode dizer”⁴¹. Jean de Mandeville, autor que subscreve um dos relatos mais lidos durante o final da Idade Média, mas que indícios apontam nunca ter viajado⁴², descreve uma ilha próxima à Índia, onde “há porcos selvagens de muitas cores e tão grandes quanto os bois de nossa terra, e são todos manchados como as corças novas. Também há ouriços do tamanho de nossos cerdos selvagens [...]. Igualmente há leões completamente brancos, grandes e fortes”⁴³.

Coloração, tamanho e quantidade: esses aspectos são ressaltados nas coleções de animais descritos nos relatos de viagem. Algumas tentativas de balanço sobre as diferenças e semelhantes foram realizadas na descrição de lugares específicos e dão a dimensão do modo como muitas vezes a diferença e a semelhança foi expressa. Ao tratar do reino da costa indiana de Malabar, o célebre mercador veneziano, Marco Polo, cujo relato de viagem é datado do fim do século XIII, conta que “não só neste reino, mas também em geral em toda a Índia, todos os quadrúpedes e todas as aves são diferentes dos que existem na Europa, com exceção da codorniz, que é muito parecida com a nossa”⁴⁴.

Tais anotações, vale sublinhar, como nesses últimos casos, não se limitavam a uma única espécie, mas abrangiam todo um espectro da criação, como quadrúpedes, aves, peixes, dando uma dimensão da variedade dos bichos que ainda permaneciam no campo do desconhecido. Em vez de listar cada espécie e suas particularidades, esses enunciados contrapunham de uma vez só o que se conhecia sobre determinada parcela da criação ao que se cogitava encontrar em sua terra-natal. A mesma maneira de apresentação pode ser encontrada em uma passagem sobre as regiões próximas à Índia, em que o frade dominicano Jordão Catala de Severac procura mensurar as diferenças existentes entre uma grande parcela dos bichos. “A propósito das aves”, testemunha o religioso em sua narrativa finalizada em 1330: “eu digo simplesmente que elas são de espécies totalmente diversas daquelas encontradas aqui [na Europa], exceto pelos corvos e pelos pardais”⁴⁵.

Referências de animais familiares são comumente utilizadas nesses relatos para traduzir a diferença, não com a adição de atributos, como cor, tamanho ou quantidade, mas a partir de partes de seus corpos que, em seu conjunto, formam

41 Jordan Catala Sévéric, “*Les Mirabilia Descripta*”..., 282.

42 Sobre sua identidade, ver *Viagens de Jean de Mandeville*. Susani Lemos França (trad. e ed.). Bauru: Edusc, 2007, 13-18.

43 *Viagens de Jean de Mandeville*..., 240.

44 MARCO POLO – *O Livro de Marco Polo*. Irene Martins (pref.). Sintra: Colares, 2000, 259.

45 Jordan Catala Sévéric. “*Les Mirabilia Descripta*”..., 278.

um ser híbrido distinto. Jordão Catala de Severac utiliza essa técnica descritiva para delinear o crocodilo: “são quadrúpedes como um lagarto, possuem uma cauda que se estende para além de seu corpo como um lagarto e a cabeça como a de um porco [...]”⁴⁶. A mesma forma de composição para descrever um animal é utilizada por ele para apresentar as características físicas do elefante. Esse bicho, que o viajante dominicano qualifica de forte, inteligente e obediente, possuiria “uma grande cabeça, olhos pequenos, menores que de um cavalo, as orelhas são como as asas de uma coruja ou de um morcego, e um nariz que de cima de sua cabeça cai até o solo, e dois dentes proeminentes para fora”⁴⁷. E ele não foi o único a lançar mão dessa forma de fazer seus leitores imaginarem animais estranhos por meio de partes dos corpos daqueles familiares.

Para ficar em um último caso dessa técnica, vale citar a descrição feita por Marco Polo do que entendeu ser um unicórnio. De acordo com Marco Polo, os unicórnios

“[...] são menores do que os elefantes, mas as suas patas são similares. O seu corpo é semelhante ao do búfalo. A meio do testuz possuem um chifre, mas não atacam com esta arma aos que o atacam, empregando para isso apenas a sua língua, que é munida de espinhos compridos e aguçados. A sua cabeça é semelhante à do javali e curvam-na quando caminham. Gostam de viver em lagoas pantanosas, o que lhes dá aspecto imundo. Não são dessa espécie de animais que se deixam caçar por uma jovem virgem, conforme lendariamente se crê na Europa, mas sim de natureza completamente diferente”⁴⁸.

É muito provável que o animal avistado por ele tenha sido um rinoceronte, mas que associou à criatura conhecida na Europa – como ele mesmo menciona – por unicórnio. Para “corrigir” a forma como os europeus supunham ser esse bicho, ele recorre às partes do corpo de outras três espécies: elefante, búfalo e javali. Coloca-se em relevo, desse modo, o que o narrador supunha ser familiar ao seu leitor, e isso nem sempre é consenso. Se, como indicado no exemplo acima, Jordão Catala de Severac crê ser necessário utilizar de referências de outros animais para apresentar as características dos elefantes, no relato de Marco Polo, supõe-se que o leitor já esteja familiarizado como um elefante para dimensionar o tamanho da criatura que descreve. Além disso, ao mencionar o que “lendariamente se crê na Europa”, o trecho também deixa entrever a disseminação das descrições do unicórnio tal qual podem ser lidas em obras como os bestiários.

46 *Ibidem*.

47 Jordan Catala Sévéric. “*Les Mirabilia Descripta*”..., 281.

48 Marco Polo, *O Livro de Marco Polo*..., 241.

Nesse jogo entre o familiar e o estranho, entre alteridade e identidade, um aspecto transparece nesses documentos como central para se compreender como a presença e características da fauna eram concebidas naquela época: o papel desempenhado pelos humanos como figura ordenadora da natureza. É a partir dessa função, e do valor atribuído à conduta das pessoas, que se explica, pelo menos parcialmente, a presença de certos animais e de comportamentos da fauna em diferentes lugares. Um exemplo elucidativo dessa lógica pode ser conferido no relato do franciscano Odorico de Pordenone, escrito no início do século XIV, sobre um monte encontrado por ele na província de Manzi, na China. “Num lado”, ele diz, “todos os animais que ali existem são pretos, e os homens e as mulheres têm um modo de viver muito estranho. No outro lado do monte, todos os animais são brancos, e os homens e as mulheres têm um modo de viver muito diferente dos outros”⁴⁹. Essa maneira de relacionar os diversos povos e seus animais se desdobrou em diferentes analogias e trocas: de semelhanças no temperamento a um convívio pacífico e proveitoso, ou bélico e nocivo, os paralelos entre a conduta das pessoas e o comportamento de seus animais indicam uma correspondência de seus predicados.

Nesse aspecto, as referências bíblicas foram para os viajantes um importante guia para o estabelecimento de vínculos entre as espécies encontradas e os feitos humanos transcorridos naqueles lugares. Na Babilônia, terra que se encontrava “destruída e desertificada” pelos pecados dos homens, Jordão Catala de Severac diz ter encontrado “serpentes peludas, assim como outros monstros”, além de “escorpiões de um tal tamanho que é horrível ouvir falar sobre eles”⁵⁰.

Ao contrário, em lugares onde a percepção foi de um poder legítimo e virtuoso em exercício, destacou-se a variedade e o comportamento disciplinado dos animais. Tal relação pode ser percebida na descrição das solenidades realizadas em homenagem ao Grande Khan de Catai feitas por Jean de Mandeville, ocasiões essas em que dispunham diante dele seus súditos e serviçais, assim como os presentes que lhe eram oferecidos. Ali também era apresentada uma grande quantidade de animais, que, como aponta explicitamente o viajante, representava o poder da governança desse soberano. Assim, traziam “ante o imperador leões, leopardos e outros animais selvagens, águias, abutres e outras espécies de aves, peixes e serpentes para lhe fazerem reverência, pois dizem que toda criatura viva deve obedecer-lhe e fazer-lhe reverência”⁵¹. Obediência e reverência, atitudes que até as mais selvagens bestas tomavam diante do imperador, e que eram sinal da universalidade do poder exercido por ele sobre o conjunto da criação: quadrúpedes, aves, peixes e serpentes.

49 Odorico de Pordenone – “Relatório”..., 315.

50 Jordan Catala Sévérac, “*Les Mirabilia Descripta*”..., 291.

51 *Viagens de Jean de Mandeville*..., 206.

Considerações finais

Se os costumes das pessoas, suas línguas, suas crenças e suas características físicas são elementos incontornáveis para se compreender a construção de identidades e alteridades nos encontros entre cristãos ocidentais e não europeus durante o período medieval, também o são os espaços naturais, em especial, os animais. Nesta breve reflexão, objetivou-se lançar luz sobre o papel desempenhado pela descrição da fauna como expressão das semelhanças e diferenças entre mundo natural conhecido pelos viajantes que rumaram ao Oriente distante e esse “outro mundo” narrado em seus relatos. Notícias sobre esses animais estrangeiros, como indicado aqui, circulavam há tempos em tratados, obras votivas e enciclopédicas, e ganharam nos bestiários um dos veículos mais importantes de disseminação. A geografia oriental referida pelos bestiários, no entanto, circunscreveu-se em uma área que se estendia entre o Egito e a Índia – mencionada sempre sem a especificação de suas regiões ou cidades –, passando pela Terra Santa.

Com as viagens para o Oriente distante, que se tornam menos raras a partir de meados do século XIII, graças, entre outras coisas, à coesão adquirida pelo império mongol, animais de uma geográfica muito mais ampla passa a ser conhecidos, tanto pela observação quanto pelo ouvir dizer. As diversas menções aos animais presentes nos relatos de viagem que chegaram até nós testemunham frequentemente a sensação de estranhamento e de desconhecimento. Uma alteridade que se manifestavam também na existência de um mundo natural muitas vezes qualificado como maravilhoso e admirável, ou até mesmo agressivo e mortal. Mas, para traduzir essas diferenças, foi preciso adotar certos recursos retóricos que acabavam por revelar um repertório de referências familiares, revelando a interdependência entre a construção do Outro e a construção do Eu. É a partir do conhecido que se pôde falar de bichos mais ou menos coloridos, maiores e numerosos, ou que possuíam em seus corpos partes de outros seres, a cabeça, as garras ou a cauda, que por isso conseguiriam imaginar recorrendo à memória.

A compreensão dos contornos e comportamentos dessa fauna estrangeira, como tratado, por fim, não estava isolado do julgamento que faziam sobre as pessoas com que compartilhavam os espaços. Para todos esses bichos que, como enfatizaram diferentes desses viajantes, eram obra de um mesmo e único Deus, o papel desempenhado pelos humanos parece ter uma lógica comum: para eles os animais foram criados e a eles caberia sua ordenação e controle. Aos feitos humanos corresponderia o feito de seus animais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

- GOSSOUIN DE METZ – *Imagem do Mundo*. Margarida Santos Alpalhão (ed.). Lisboa: IEM, 2010.
- GUILHERME DE RUBRUC – “Itinerário”. in Ildefonso Silveira; Ary E. Pintarelli (trad.) – *Crônicas de Viagem. Franciscanos no Extremo Oriente antes de Marco Pólo (1245-1330)*. Porto Alegre: EDIPUCRS/EDUSF, 2005, 115-243.
- GUILLAUME, le clerc de Normandie – “Bestiaire Divin”. in Gabriel Bianciotto (ed.) – *Bestiaires du Moyen Âge*. Paris: Stock, 1980, 70-116.
- HUGO DE FOLIETO – *O Livro das Aves*. Maria Isabel Rebelo Gonçalves (trad.). Lisboa: Colibri, 1999.
- ISIDORO DE SEVILLA – *Etimologías*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2004.
- JOÃO DE PIAN DEL CARPINE – “História dos mongóis”. in Ildefonso Silveira; Ary E. Pintarelli (trad.) – *Crônicas de Viagem. Franciscanos no Extremo Oriente antes de Marco Pólo (1245-1330)*. Porto Alegre: EDIPUCRS/EDUSF, 2005, 29-97.
- JORDAN CATALA SÉVÉRAC – “Les *Mirabilia Descripta*”. in Christine Gadrat – *Une image de l’orient au XIVème siècle. Les Mirabilia Descripta de Jordan Catala de Sévérac*. Paris: École des Chartes, 2005, 243-295.
- Le Bestiaire (Ashmole 1511)*. Marie-France Dupuis e Sylvain Louis (ed.). Paris: Philippe Lebaud Éditeur, 1988.
- Le Bestiaire. Version longue attribuée à Pierre de Beauvais*. Craig Baker (ed.). Paris: Honoré Champion, 2010.
- MARCO POLO – *O Livro de Marco Polo*. Irene Martins (pref.). Sintra: Colares, 2000.
- ODORICO DE PORDENONE – “Relatório”. in Ildefonso Silveira; Ary E. Pintarelli (trad.) – *Crônicas de Viagem. Franciscanos no Extremo Oriente antes de Marco Pólo (1245-1330)*. Porto Alegre: EDIPUCRS/EDUSF, 2005, 283-336.
- PHILIPPE DE THAON – “Bestiary”. Thomas Wright (ed.) – *Popular Treatises on Science Written during the Middle Ages in Anglo-Saxon, Anglo-Norman, and English*. London: Dawsons of Pall Mall, 1965, 20-131.
- Physiologos. Le bestiaire des bestiaires*. Arnaud Zucker (trad. e ed.). Paris: Jérôme Million, 2004.
- Viagens de Jean de Mandeville*. Susani Lemos França (trad. e ed.). Bauru: Edusc, 2007.

Estudos

- APPS, Arwen Elizabeth – *Gaius Iulius Solinus and his Polyhistor*. Sydney: Macquarie University, 2021.
- BIANCIOFFO, Gabriel (ed.) – *Bestiaires du Moyen Âge*. Paris: Stock, 1980.
- BRAGA, Isabel Drumond; BRAGA, Paulo Drumond (eds.) – *Animais e Companhia na História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2015.
- BRAGA, Paulo Drumond; BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond – “Denunciar abusos e criticar erros. Os animais na parenética de Vieira”. in José Eduardo Franco; Paulo Silva Pereira (eds.) – *Revisitar Vieira no século XXI. O Poder da Palavra. Escrita, Artes e Ensino de Vieira*. Vol. 2. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020, 339-374.
- CARMONA FERNÁNDEZ, Fernando – “El viaje narrativo y el libro de viaje medievales”. *Estudios Románicos* [em linha], 30 (2021). Disponível em: <https://revistas.um.es/estudiosromanicos/article/view/466941> [consultado a 13 de julho de 2023].
- CARMONA FERNÁNDEZ, Fernando – “La descripción, lo maravilloso, lo real y las *Mirabilia Descripta* de Jourdain Cathala de Sévérac”. in F. Carmona Fernández; A. Martínez Pérez (coords.). – *Libros de Viaje. Actas de las Jornadas sobre Los Libros de Viaje en el Mundo Románico, Celebradas en Murcia del 27 al 30 de Noviembre de 1995*. Murcia: Universidad de Murcia, Servicio de Publicaciones, 1996, 87-118.
- GADRAT, Christine – *Une image de l’orient au XIVème siècle. Les Mirabilia Descripta de Jordan Catala de Sévérac*. Paris: École des Chartes, 2005.
- GANDILLAC, Maurice (ed.) – *La Pensée encyclopedique au Moyen Age*. Neuchatel: UNESCO-Baconniere, 1966.
- GONÇALVES, Rafael Afonso – *Animais e Homens de um Oriente Distante (Séculos XII-XIV)*. Salvador: Edufba, 2020.
- GONÇALVES, Rafael Afonso – *Cristãos nas Terras do Cã. As Viagens dos Frades Mendicantes nos Séculos XIII e XIV*. São Paulo: Editora da Unesp, 2013.
- GUÉRET-LAFERTÉ, Michèle – *Sur les routes de l’empire mongol. Ordre et rhétorique des relations de voyage aux XIIIe et XVe siècle*. Paris: Honoré Champion, 1994.
- JACKSON, Peter – *The Mongols and the West, 1221-1410*. London: Pearson/Longman, 2005.
- LOPES, Paulo Catarino – “O animal na literatura. Dos bestiários aos livros de viagens”. in Isabel Drumond Braga; Paulo Drumond Braga (eds.) – *Animais e Companhia na História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2015, 393-436.
- MIRANDA, Adelaide; CHAMBEL, Pedro (coord.) – *Bestiário Medieval. Perspectivas de Abordagens*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2014.
- MOLLAT, Michel – *Les Explorateurs du XIIIe au XVIe siècle. Premiers regards sur des mondes nouveaux*. Paris: Éditions du C.T.H.S, 1992.

- NEWTON, A. P. – *Travel and Travellers of the Middle Ages*. New York: Barnes & Noble, 1968.
- PAULMIER-FOUCART, Monique; DUCHENNE, Marie-Christine – *Vincent de Beauvais et le grand miroir du monde*. Turnhout: Brepols, 2004.
- RACHEWILTZ, Igor de – *Papal Envoys to the Great Khans*. London: Faber, 1971.
- RIBÈMONT, Bernard – *De natura rerum. Études des encyclopédies du Moyen Age*. Orléans: Paradigme, 1995.
- RICHARD, Jean – *La Papauté et les missions d'Orient au moyen âge (XIIIe-XVe siècles)*. Rome: École Française de Rome 1998.
- ROUX, J. P. – *Les explorateurs au Moyen Age*. Paris: Fayard, 1985.
- RYAN, J. – “To baptize khans or to convert peoples? Missionary aims in Central Asia in the 14th century”. in Guyda Armstrong; Ian N. Wood (eds.) – *Christianizing Peoples and Converting Individuals*. Turnhout: Brepols Press, 2000, 247-257.
- VAN DEN ABEELE, Baudouin – *Bestiaires medievales. Nouvelles perspectives sur les manuscrits et les traditions textuelles*. Louvain-la-Neuve: Publications de l'institut d'études medievales, 2005.
- WOLFZETTEL, Friedrich – *Le Discours du voyageur*. Paris: PUF, 1996.

Sobre la Orden caballerisca aragonesa de la Estola y Jarra en la Bosnia medieval*

Emir O. Filipović

Universidad de Sarajevo
Franje Račkog 1, 71000 Sarajevo, Bosnia y Herzegovina
emir.filipovic@ff.unsa.ba
<https://orcid.org/0000-0002-8998-7643>

Resumen

La admisión de socios estratégicos como miembros de una determinada orden caballerisca fue una herramienta importante de la diplomacia bajomedieval que contribuyó significativamente al acercamiento político y cultural del jefe de la orden y los miembros recién admitidos, así como a sus círculos sociales. Así, a través del prisma de la alianza entre el rey aragonés y napolitano Alfonso V. y el gran duque de Bosnia, más tarde duque de St. de Sava, Stjepan Vukčić, esta obra examina la presencia y las actividades de los miembros de las órdenes caballeriscas europeas en la Bosnia medieval, con especial énfasis en la Orden caballerisca aragonesa de la Estola y Jarra. El mayor número de casos registrados de admisión de personas a esta Orden se refiere a aquellos que peregrinaron a S. Santiago en Compostela o a los embajadores que en varias ocasiones visitaron la corte de Alfonso en Nápoles, pero un caso excepcional lo representa el privilegio conservado de aceptar como miembro de la Orden al duque Stjepan Vukčić desde 1444, según el cual tenía derecho a continuar transferir ese honor a 50 personas nobles y dotarlas del signo de la Orden. El artículo proporciona un análisis y transcripción del texto, así como un registro fotográfico de la transcripción de esa carta.

* Este artículo se publicó originalmente en croata con el título “O aragonskom viteškom Redu stole i vaze u srednjovjekovnoj Bosni” u časopisu *Radovi – Zavod za hrvatsku povijest*, 52/3 (2021), 69-99.

Palabras clave

Bosnia; Aragon; Napoles; caballeria; órdenes caballerescas

Nota biográfica

Profesor asociado de Historia Medieval en la Universidad de Sarajevo. Es autor de libros sobre las relaciones entre el reino bosnio y el Imperio Otomano (1386-1463) y sobre la caballería en la Bosnia medieval. También se interesa por la heráldica y la historia política y eclesiástica de Bosnia y Europa en el siglo XV.

On the chivalric Order of the Stole and the Jar in medieval Bosnia**Abstract**

The admittance of individuals into a chivalric order was an important tool of late medieval diplomacy which contributed significantly to the reinforcement of political and cultural ties between the order's leader and admitted member and between their respective social circles. Therefore, this paper analyses the presence of such chivalric orders in medieval Bosnia, with special emphasis placed on the Aragonese Order of the Stole and Jar through the prism of an alliance concluded between King Alfonso V of Aragon (r. 1416-1458) and Stjepan Vukčić (r. 1435-1466), the Grand Duke of Bosnia who later became the Duke of St. Sava. The most of the individuals admitted to this Order were diplomats who visited Alfonso's court in Naples. However, the privileges granted to Duke Stjepan Vukčić in 1444 constitute an exceptional case. According to a preserved document, he was granted the right to accept fifty new members and provide them with the insignia of the Order. The paper further contains an analysis and transcription of the text as well as a photographic reproduction of an authorized copy of this charter.

Keywords

Bosnia; Aragon; Naples; chivalry; chivalric orders

Biographical note

Associate Professor in Medieval history at the University of Sarajevo. He has authored books on the relations between the Bosnian Kingdom and the Ottoman Empire (1386-1463) and on chivalry in medieval Bosnia. His interests also include heraldry and the political and ecclesiastical history of Bosnia and Europe in the fifteenth century.

Introducción

Durante la primera mitad del siglo XV, la sociedad bosnia atravesó una crisis política casi permanente provocada por el agresivo avance otomano y la presión militar y económica sobre todas las estructuras sociales. La presencia otomana en las fronteras de Bosnia, y luego en sus bastiones temporales o permanentes en el reino bosnio, estuvo acompañada de conflictos casi constantes en los que los propios turcos participaron, o fueron provocados y alentados por los nobles bosnios. En tales circunstancias, era muy necesario asegurar la solidaridad de otros países y personas interesadas en organizar un ejército cruzado general para responder finalmente a la expansión otomana¹.

Entre los muchos intentos de los gobernantes católicos de Europa occidental de unirse a la lucha contra los turcos de forma independiente o con el apoyo de la infraestructura diplomática del papado, el caso del rey Alfonso V de Aragón (r. 1416-1458), conocido como el Magnánimo, que se involucró más activamente, se destaca en Oriente después de conquistar Nápoles y el sur de Italia en 1442². En su ambiciosa política balcánica, que no era del todo sincera y antiotomana – pues su objetivo final era limitar la influencia de Venecia como principal competidor económico de Alfonso en los asuntos italianos – buscó estrechar lazos con los gobernantes y la nobleza en el Adriático oriental costa³. Así, durante la quinta década del siglo XV, tuvo la oportunidad de establecer estrechas relaciones con el rey y los nobles bosnios y vincularlos estrechamente a sus proyecciones políticas, y su intensa correspondencia

¹ FILIPOVIĆ, Emir O. – *Bosansko kraljevstvo i Osmansko carstvo (1386-1463)*. Sarajevo: Orijentalni institut Univerziteta u Sarajevu, 2019.

² RYDER, Alan – *The Kingdom of Naples under Alfonso the Magnanimous*. Oxford: Clarendon Press, 1976; RYDER, Alan – *Alfonso the Magnanimous. King of Aragon, Naples and Sicily, 1396-1458*. Oxford: Clarendon Press, 1990.

³ CERONE, Francesco – “La politica orientale di Alfonso d’Aragona”. *Archivio Storico per le Province Napoletane*, 27 (1902), 3-93, 380-456, 555-634, 774-852; CERONE, Francesco – “La politica orientale di Alfonso d’Aragona”. *Archivio Storico per le Province Napoletane*, 28 (1903), 154-212; MARINESCU, Constantin – “Le pape Calixte III (1455-1458), Alfonse V d’Aragon, roi de Naples, et l’offensive contre les Turcs”. *Académie Roumaine. Bulletin de la Section Historique*, 19 (1935), 77-97; SPREMIĆ, Momčilo – “Despot Đurađ Branković i kralj Alfons Aragonski”. *Zbornik Filozofskog fakulteta u Beogradu*, 14, 1 (1985), 127-142; SPREMIĆ, Momčilo – *Dubrovnik i Aragonski 1442-1495*. Beograd: Zavod za izdavanje udžbenika SR Srbije, 1971, 17-19; SPREMIĆ, Momčilo – “Vazali kralja Alfonsa Aragonskog”. *Zbornik Filozofskog fakulteta u Beogradu*, 12, 1 (1974), 455-469; MARINESCU, Constantin – *La Politique orientale d’Alfonse V d’Aragon, roi de Naples*. Barcelona: Institut d’Estudis Catalans, 1994, 103-113; ANDERLE, Ádám – “Alfonso V, el Magnánimo and the Hungarian throne”. *Mediterán tanulmányok*, 6 (1995), 17-28; MOLINA FIGUERAS, Joan – “Contra Turcos. Alfonso d’Aragona e la retorica visiva della crociata”. in Giancarlo Abbamonte et al. (eds.) – *La Battaglia nel Rinascimento Meridionale. Moduli Narrativi tra Parole e Immagini*. Roma: Viella, 2011, 97-110; ALOISIO, Mark – “Alfonso V and the anti-Turkish crusade”. in Norman Housley (ed.) – *The Crusade in the Fifteenth Century. Converging and Competing Cultures*. London/New York: Routledge, 2017, 64-74; ZEČEVIĆ, Nada – “Notevole larghezza, notizie così gravi e gelose and un uomo che amava spacciarsi: Human Resources of Diplomatic Exchange of King Alfonso V of Aragon in the Balkans (1442–1458)”. *Hungarian Historical Review*, 8, 2 (2019), 411-433; PREMOVIĆ, Marijan – “The Eastern policy of Alfonso V the Magnanimous (of Aragon), seen in the light of his political relations with the Bosnian Duke-Herzog Stjepan Vukčić Kosača”. *Parergon*, 36, 1 (2019), 81-105.

y frecuente intercambio de embajadas estuvo acompañada del habitual ceremonial diplomático, característica de la Baja Edad Media. Una de las formas de adulación, ganar y atraer aliados políticos potenciales y sus adjuntos dentro de esa ceremonia fue la entrega de honores y signos de caballería. Este método también fue utilizado por el rey Alfonso V en 1444 cuando llegó a un acuerdo con Stjepan Vukčić (reinó 1435-1466), el Gran Duque de Bosnia y más tarde duque de St. Sava⁴.

A través del prisma de esa alianza, este trabajo trata de señalar la múltiple importancia de las órdenes caballerescas bajomedievales para el intercambio espiritual, artístico y cultural que tuvo lugar en el marco de la comunicación diplomática entre las élites del Mediterráneo y Europa Occidental, y llamar la atención sobre la presencia y actividades de los miembros de esas órdenes en la Bosnia medieval. Con una especial referencia a la Orden caballerescas aragonesa de la Estola y Jarra, el artículo debería ofrecer una útil contribución a la comprensión tanto de la relación entre el Reino de Nápoles y el Reino de Bosnia, como de un aspecto bastante poco conocido de la caballería y la forma de vida caballerescas en el área de Bosnia al final de la Edad Media.

Órdenes caballerescas europeas y Bosnia medieval

Aunque conscientes de la interacción cultural dinámica que dio forma a la realidad política y social bosnia durante la Baja Edad Media, así como de la fuerte conexión del espacio bosnio con el mundo europeo en ese momento, los historiadores más antiguos solían hablar solo de los “ecos”. de la cultura caballerescas y cortesana en la Bosnia medieval⁵. Sin embargo, hoy en día casi no cabe duda de que se trata de un fenómeno sociocultural complejo de la caballería de Europa occidental estuvo muy fuertemente y de diferentes maneras presente en Bosnia⁶. Numerosos materiales conservados y rastros escritos apuntan a la conclusión de que las capas de élite de la sociedad bosnia aceptaron con entusiasmo la moda y el estilo de vida de su época, y uno de los aspectos más importantes a través de los cuales manifestaron su pertenencia a los altos círculos sociales de Occidente fue relacionado a su pertenencia a las principales órdenes caballerescas de esa época. A saber, casi

⁴ Sobre la relación entre el duque Stjepan Vukčić y Alfonso de Aragón: Marinescu, “Le pape Calixte III...”; ĆIRKOVIĆ, Sima – *Herceg Stefan Vukčić-Kosača i njegovo doba*. Beograd: Srpska akademija nauka i umetnosti, 1964, 74-77; Spremić, “Vazali kralja Alfonsa Aragonskog”..., 455-458; ISAILOVIĆ, Neven – “Partnerstvo u pokušaju. Temeljne značajke odnosa Alfonsa V. i Stjepana Vukčića Kosače”. *Radovi. Zavod za hrvatsku povijest*, 52, 3 (2021), 37-68.

⁵ ĆIRKOVIĆ, Sima – “Odjeci rittersko-dvorjanske kulture u Bosni krajem srednjeg veka”. in Fikret Ibrahimpašić (ed.) – *Radovi sa simpozijuma “Srednjovjekovna Bosna i evropska kultura”*. Zenica: Muzej grada Zenice, 1973, 33-40.

⁶ FILIPOVIĆ, Emir O. – *Viteštvo u srednjovjekovnoj Bosni*. Zagreb: Plejada, 2024.

todos los gobernantes importantes en el oeste europeo durante la Baja Edad Media tenían su propia orden y “orden” caballeresca, y la alta nobleza no se quedó atrás⁷. Como una de las expresiones características de la caballería medieval, estas órdenes “monárquicas” marcaron el período de los siglos XIV y XV, que también se reconoce en la literatura como la época de florecimiento de la cultura cortesana caballeresca.

Las órdenes caballerescas de la Baja Edad Media son en realidad asociaciones seculares fundadas según el modelo de las órdenes espirituales de los siglos anteriores, sobre todo según el modelo de los Caballeros de San Juan y los Templarios, con la diferencia de que su membresía era mayoritariamente limitada a la clase social noble y que no se sobrecargaron con la conducción de la “Guerra Santa” contra los incrédulos. Aquellas órdenes, cuyo pasado fue tratado con más detalle por la historiadora canadiense D’Arcy Dacre Boulton, solían tener un “estatuto” según el cual el oficio de anciano se encomendaba al fundador, un rey o un poderoso señor, con un escrito disposición que este cargo debe ser desempeñado por sus sucesores en el futuro⁸. Uno de los objetivos fundamentales de estas “asociaciones” era promover la lealtad al fundador o mayor que estaba ligado a los miembros de la orden por un juramento. Le juraron lealtad y servicio y, a cambio, podían esperar su protección⁹. Las órdenes ayudaban así a los caciques en la implementación de sus grandiosos proyectos porque básicamente actuaban como una compleja red de conexiones clientelistas a través de las cuales los gobernantes expandían y consolidaban su poder y aseguraban la lealtad de sus seguidores¹⁰. Tal organización contribuyó a establecer y mantener la legitimidad del gobernante, y la organización y promoción de actividades tales como torneos caballerescos bajo los auspicios de su orden aumentó la reputación del gobernante y fortaleció su poder¹¹. Por lo tanto, sus fundadores, al menos desde el principio, trataron cuidadosamente de convertirlas en asociaciones exclusivas y de élite, y trataron de enfatizar esta exclusividad social con la lujosa decoración que marcaba las lujosas ceremonias de aceptación en la membresía de la orden, generalmente seguidas por la emisión de una carta solemne y el regalo de joyas que se usan como signo de pertenencia a la orden.

Además de ser un instrumento de patrocinio político, las órdenes caballerescas también conectaban ideales políticos y caballerescos, no solo en la relación entre el rey y su nobleza, sino también en sus relaciones con los gobernantes y señores

⁷ HUIZINGA, Johan – *The Waning of the Middle Ages*. London: Penguin Books, 1987, 84-85.

⁸ DACRE BOULTON, D’Arcy Johnathan – *The Knights of the Crown. The Monarchical Orders of Knighthood in Later Medieval Europe 1325-1520*. Woodbridge: The Boydell Press, 1987.

⁹ KEEN, Maurice – *Chivalry*. New Haven/London: Yale University Press, 1984, p. 211.

¹⁰ Un valioso ejemplo del uso de la caballería para vincular más estrechamente a los vasallos y ampliar la red de contactos políticos está representado por la *Ordre du Croissant* del rey René de Nápoles (r. 1435-1442, † 1480). La actividad de esa Orden y de sus miembros en Italia fue analizada con más detalle por MARGOLIS, Oren – *The Politics of Culture in Quattrocento Europe. René of Anjou in Italy*. Oxford: Oxford University Press, 2016, 51-61, 116-126, 168-170.

¹¹ Keen, *Chivalry...*, 190.

extranjeros, ofreciéndoles así un importante apoyo para el establecimiento. y desarrollo de alianzas diplomáticas. Aunque hay casos registrados en los que los fundadores de la orden no admitieron a extranjeros en su membresía, esta práctica se introdujo más tarde porque era evidente el potencial diplomático que estaba disponible a través de la gestión de la orden de caballeros¹². En este sentido, el establecimiento y la gestión de tal orden actuaron como una poderosa herramienta diplomática: la pertenencia a un socio estratégico extranjero se convirtió en un símbolo permanente de amistad o alianza política. Como ejemplo, basta citar el caso de una de las primeras órdenes seculares de su tipo, la Orden Inglesa de la Jarretera (*Order of the Garter*), que fue fundada en 1348 por el rey Eduardo III (gobernó entre 1327 y 1377) en honor de san Jorge, patrón de Inglaterra¹³. Durante la Edad Media fueron admitidos en ella cierto número de extranjeros, por lo que su incorporación como miembros dio a la Orden una importante dimensión internacional. Además, la estructura y los principios operativos de la Orden de la Jarretera sirvieron como modelo para la mayoría de las sociedades similares fundadas más tarde en toda Europa. La rápida difusión del concepto de órdenes caballerescas en toda la cristiandad occidental se vio facilitada por sus valores universalmente entendidos que trascendían las fronteras lingüísticas, políticas y estatales sin mucha dificultad¹⁴.

La mejor expresión del concepto descrito se puede encontrar en una especie de intercambio de emblemas de órdenes de caballería en el que participaron los gobernantes europeos de la Edad Media desarrollada. Bajo el rey inglés Eduardo IV. (gobernó 1461-1483) las insignias de la Orden de la Jarretera fueron usadas por: Duque de Milán Francesco Sforza († 1466), Rey Fernando I de Nápoles (gobernó 1458-1494), su chambelán Don Iñigo D'Avalos († 1484), duque Carlos de Borgoña Smeli (gobernó entre 1467 y 1477), Duque de Urbino Federico de Montefeltro (m. 1482), Fernando, Rey de Castilla y Aragón (reinó de 1475 a 1516), Duque de Ferrara Ercole d'Este (reinó de 1471 a 1505) y Rey Juan II de Portugal (reinó 1481-1495)¹⁵. Incluso antes de eso, los miembros de la Orden Inglesa de la Jarra fueron el Rey y Emperador Alberto de Habsburgo (reinó 1437-1439), el Rey Alfonso V de Aragón (reinó 1416-1458) y el rey polaco Casimiro IV. (gobernó entre 1447 y 1492), luego el emperador Federico III. (reinó entre 1440 y 1493), y el rey y emperador Segismundo de Luxemburgo (reinó entre 1387 y 1437), quien fue admitido como miembro

¹² Dacre Boulton, *The Knights of the Crown...*, 464.

¹³ La importancia y el papel político de esta Orden también se indica por el hecho de que, en su mayoría sin cambios en su estructura, ha sobrevivido hasta nuestros días. Cf. COLLINS, Hugh E. L. - *The Order of the Garter 1348-1461. Chivalry and Politics in Late Medieval England*. Oxford: Oxford University Press, 2000, p. 32.

¹⁴ CONTAMINE, Philippe - "The European nobility" in Christopher Allmand (ed.) - *The New Cambridge Medieval History*. Vol. VII. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, 89-105, p. 94.

¹⁵ VALE, Malcolm - *War and Chivalry. Warfare and Aristocratic Culture in England, France and Burgundy at the End of the Middle Ages*. London: Gerald Duckworth & Co. Ltd, 1981, 36.

durante su estada en Inglaterra en 1416¹⁶. Este último correspondió honrado, y el rey inglés Henrik V. (gobernó entre 1413 y 1422) recibido en su Orden del Dragón, fundada en Hungría a finales de 1408¹⁷. El rey Segismundo también introdujo en esa sociedad, entre otros, al déspota serbio Stefan Lazarevic (gobernó entre 1389 y 1427), al rey polaco Vladislav Jagel (gobernó entre 1386 y 1434), al rey aragonés Fernando I (gobernó entre 1412 y 1416), del Rey danés Eric VII. (gobernó entre 1412 y 1439), el duque lituano Witold (gobernó entre 1392 y 1430) y muchos otros gobernantes y nobles con los que entró en contacto¹⁸. En tales casos, la ceremonia de investidura en la orden solía representar solo una parte de una misión diplomática de base amplia, ya que solía estar precedida por la conclusión o confirmación de una alianza, matrimonio o amistad política.

Aunque la existencia de tal orden doméstica de caballeros en Bosnia no está atestiguada en fuentes contemporáneas, ni en las de épocas posteriores¹⁹, sin embargo, se ha conservado cierta cantidad de información fidedigna sobre personas del reino de Bosnia que fueron miembros de algunas órdenes caballerescas europeas y que orgullosamente destacaron este hecho en varias ocasiones²⁰. Estos datos dan testimonio de la fuerte integración de las capas superiores de la sociedad bosnia en las aspiraciones culturales y políticas del mundo medieval de la época, y las acciones

¹⁶ Collins, *The Order of the Garter...*, 173, 157, 168-170.

¹⁷ O Zmajevom redu: BARANYAI, Béla – “Zsigmond király úgynevezett Sárkányrendje”. *Századok*, 59-60 (1926), 561-591, 681-719; GRAUS, Igor – “Dračí rád Žigmunda Luxemburského a jeho symbolika”. *Slovenská archivistika*, 31/2 (1996), 86-106; LÖVEL, Pál – “Hoforden im Mittelalter. Unter Besonderer Berücksichtigung des Drachenordens”. in Imre Takács (ed.) – *Sigismundus Rex et Imperator. Kunst und Kultur zur Zeit Sigismunds von Luxemburg 1387-1437 (Ausstellungskatalog)*. Budapest/Luxemburg: Philipp von Zabern, 2006, 251-263; GRAUS, Igor – “Rád draka a jeho insignie”. *Vojenská história. Časopis pre vojenskú históriu múzejníctvo a archivníctvo*, 10, 4 (2006), 3-25.

¹⁸ ANTONOVIĆ, Miloš – “Despot Stefan Lazarević i Zmajev red”. *Istorijski glasnik*, 1-2 (1992), 15-23; Graus, “Dračí rád Žigmunda...”, 94-95; Graus, “Rád draka a jeho insignie”..., 11-12; POPOVIĆ, Mihailo – “Der Drachenorden Sigismunds von Luxemburg und der serbische Despot Stefan Lazarević”. in Christian Gastgeber et al. (eds.) – *Church Union and Crusading in the Fourteenth and Fifteenth Centuries*. Cluj-Napoca: Romanian Academy, Center for Transylvanian Studies, 2009, 70-78; POPOVIĆ, Mihailo – “The Order of the Dragon and the Serbian despot Stefan Lazarević”. in Ekaterini Mitsiou et al. (eds.) – *Emperor Sigismund and the Orthodox World*. Wien: Verlag der Österreichischen Akademie der Wissenschaften, 2010, 103-106.

¹⁹ En la Bosnia medieval tampoco se registró la actividad de órdenes espirituales de caballería, aunque uno de los primeros datos sobre la orden de los Templarios en esta región está relacionado con el bosnio ban Borić, quien, probablemente en 1163, donó la tierra Zdelje en las estribaciones del noroeste de Bilogora en Eslavonia a la orden del “Ejército del Templo”. SMIČIKLAS, Tadija – *Codex diplomaticus regni Croatiae, Dalmatiae et Slavoniae*, vol. 3. Zagreb: Academia scientiarum et artium Slavorum meridionalium, 1905, 87. Cf. DOBRONIĆ, Jelja – *Viteški redovi Templari i Ivanovci u Hrvatskoj*. Zagreb: Kršćanska sadašnjost, 1984, 26, 71, 97. Es cierto que los miembros de la Orden de San Juan tenían sus propiedades en el territorio de la actual Bosnia y Herzegovina, en Dubica, Gračac y Mihaljovci, que estaban ubicadas en el río Sava, pero estas propiedades estaban ubicadas fuera de las fronteras del estado bosnio medieval. Cf. DOBRONIĆ, Jelja – “Posjedi i sjedišta Templara, Ivanovaca i Sepulkralaca u Hrvatskoj”. *Rad JAZU*, 406 (1984), 1-147, pp. 68-70; ENGEL, Pál – “The estates of the Hospitallers in Hungary at the end of the Middle Ages”. in Zsolt Hunyadi; József Laszlovsky (eds.) – *The Crusades and the Military Orders. Expanding the Frontiers of Medieval Latin Christianity*. Budapest: CEU Press, 2001, 291-302, pp. 297-298; ENGEL, Pál – “Posjedi Ivanovaca u Ugarskoj potkraj srednjega vijeka”. *Scrinia Slavonica*, 2 (2002), 470-485, p. 484.

²⁰ FILIPOVIĆ, Emir O. – *Viteštvo u srednjovjekovnoj Bosni*, pp. 221-269.

de las personas que portaban las marcas de órdenes de caballería extranjeras también indican el predominio de la cultura caballeresca europea en Bosnia medieval.

El miembro más famoso de una orden de caballería extranjera en la Bosnia medieval fue el Gran Duque de Bosnia y Duque de Split Hrvoje Vukčić († 1416), quien fue aceptado como miembro de la Orden del Dragón de Segismundo a principios de 1409²¹. Sin embargo, a partir de las copias conservadas y la mención de la Orden del Dragón en fuentes escritas, es posible suponer que otras personas de Bosnia fueron aceptadas como miembros de esta asociación. En concreto, entre las piezas de escultura arquitectónica descubiertas durante las excavaciones arqueológicas de la capilla funeraria de los reyes bosnios en Bobovac, se encontró un fragmento de una estatua en forma de un pequeño torso con un emblema circular junto al hombro izquierdo de la figura²². La apariencia de esta insignia es bastante similar a otros ejemplos conservados la insignia de la Orden del Caballero Dragón porque representa a un dragón con la cola envuelta alrededor de su cuello arqueado, llamas brotando de sus fauces. Por lo tanto, esta estatua podría atribuirse a uno de los reyes bosnios, principalmente a Tvrtko II. Tvrtković (gobernó entre 1404 y 1409; entre 1420 y 1443), tanto por la duración de su reinado como por las intensas conexiones que tuvo con la corte del rey Segismundo²³. Y en el legado del duque Stjepan Kosača de 1466, hay “dos *sarkanes* de caballero y la tercero *sarkan* como hombre”²⁴. Dado que *sárkány* es la palabra húngara para dragón, se puede suponer con bastante certeza que las mencionadas “*sarkanes* de caballero” representan la insignia de la Orden del Dragón Húngaro. Hay ciertos indicios de que el duque pudo haber heredado estas marcas de su tío, el duque Sandalj Hranić, quien estuvo en Buda en varias ocasiones y fue un importante aliado del rey Segismundo durante al menos un breve período de tiempo²⁵.

Además del Príncipe Stjepan, su chambelán, el “honrado caballero” Pribislav Vukotić, también lució los emblemas de la Orden de los Caballeros del Dragón,

²¹ ŠIŠIĆ, Ferdo – *Vojvoda Hrvoje Vukčić Hrvatinić i njegovo doba (1350-1416)*. Zagreb: Matica hrvatska, 1902, 205, 228-229; LOVRENOVIĆ, Dubravko – “Vitez, herceg i pataren (Ideološki stereotipi i životna stvarnost)”. In Marko Karamatić (ed.) – *Zbornik radova o fra Anđelu Zvizdoviću*. Sarajevo: Fojnica: 2000, 21-59, pp. 32, 41.

²² El líder de esas excavaciones, el arqueólogo Pavao Anđelić, atribuyó la estatua de San. Michael con el uniforme de un antiguo soldado, e interpretó el emblema circular como un fibula militar romana. ANĐELIĆ, Pavao – *Bobovac i Kraljeva Sutjeska. Stolna mjesta bosanskih vladara u XIV i XV stoljeću*. Sarajevo: Veselin Masleša, 1973, 73-74.

²³ SIJARIĆ, Mirsad – “Nadgrobnne ploče tri bosanska kralja”. *Prilozi Instituta za arheologiju u Zagrebu*, 23 (2006), 229-256, pp. 244, 246-247. Sobre el rey Tvrtko II Tvrtković: ŽIVKOVIĆ, Pavo – *Tvrtko II Tvrtković. Bosna u prvoj polovini XV stoljeća*. Sarajevo: Institut za istoriju, 1981.

²⁴ MIKLOSICH, Franz – *Monumenta serbica spectantia historiam Serbiae Bosnae Ragusii*. Viennae: Apud Guilelmum Braumüller, 1858, 498; STOJANOVIĆ, Ljubomir – *Stare srpske povelje i pisma. Knj. I. Dubrovnik i susedi njegovi. Drugi deo*. Beograd – Sr. Karlovci: Srpska kraljevska akademija, 1934, 83.

²⁵ Sobre las salidas de Sandalj a Buda: KURTOVIĆ, Esad – *Veliki vojvoda bosanski Sandalj Hranić Kosača*. Sarajevo: Institut za istoriju, 2009, 185, 188; FILIPOVIĆ, Emir O. – “Viteške svečanosti u Budimu 1412. godine i učešće bosanskih predstavnika”. In Dubravko Lovrenović (ed.) – *Spomenica akademika Marka Šunjića (1927-1998)*. Sarajevo: Filozofski fakultet u Sarajevu, 2010, 285-306; Filipović, *Bosansko kraljevstvo...* 213.

quien dejó a su esposa “una marca con el escudo de armas del dragón del Rey de Hungría” en su testamento²⁶. Es difícil saber cuándo Pribislav pudo haber llegado a ser miembro de esta asociación, pues en sus extensas actividades diplomáticas no se mencionan viajes a la corte húngara, pero se sabe que también poseía otras condecoraciones, entre las que se encontraba la “colaina”, es decir collar que le regaló el rey de Chipre²⁷, que era el símbolo de la Orden chipriota de la Espada²⁸, así como la “divisa con cinco perlas, dos diamantes y tres rubíes” que recibió del rey aragonés Alfonso V²⁹, y que sin duda muestra las señas de identidad de la caballería aragonesa de la Estola y Jarra³⁰.

Orden de la Estola y Jarra

Los Caballeros de la Estola y Jarra fueron fundados por Fernando de Antequera, hijo menor de Juan I de Castilla (gobernó 1379-1390) y Leonor de Aragón, en la iglesia de Santa María la Antigua de la ciudad Medina del Campo el día de la Anunciación, 15 de agosto de 1403. La fundó en honor a la Virgen María con la intención de formar parte de un legado glorioso y perdurable. También determinó que le sucediera en el cargo de anciano de la Orden su hijo mayor con el encargo de cuidar de su mantenimiento y recibir en la Orden a todos los “ricos, caballeros, escuderos, damas y señoritas” que, según él, merecen ser miembros y que jurarían por la cruz y por el Evangelio que seguirán las reglas establecidas por la Orden. Entre otras razones para el establecimiento de tal cofradía estaba la mayor lealtad de vasallos y cortesanos agradecidos a quienes Fernando podía conferir el honor de la caballería y así recompensarlos con la promoción social por su lealtad³¹.

²⁶ “[...] una insegna che ha el Dragon Arma de Re d’Ungaria”. THALLÓCZY, Lajos – *Studien zur Geschichte Bosniens und Serbiens im Mittelalter*. München/Leipzig: Duncker & Humblot, 1914, 437. Sobre la vida, las actividades comerciales y la carrera diplomática de Pribislav Vukotić: ČIRKOVIĆ, Sima – “Počteni vitez Pribislav Vukotić”. *Zbornik Filozofskog fakulteta u Beogradu*, 10, 1 (1968), 259-276.

²⁷ “Item lasso ala dita una arma che pende avanti, la Colaina che me dono re Cipro con una perla”. Thallóczy, *Studien zur Geschichte...*, 438.

²⁸ Sobre la Orden chipriota de la Espada: TRÉLAT, Philippe – “L’ordre de l’Épée à Chypre. Mémoire de la croisade et instrument du pouvoir des Lusignan (XIV^e-XV^e siècles)”. *Publication du Centre Européen d’études Bourguignonnes (XIV^e-XV^e s.)*, 59 (2019), 317-335.

²⁹ “la divisa che me dono Re Alfonso doro con cinque perle, E do diamanti e tre rubinj”. Thallóczy, *Studien zur Geschichte...*, 438.

³⁰ En fuentes y literatura, esta Orden aparece bajo diferentes nombres, por ejemplo, Orden de la Jarra de la Salutación, Orden de la Jarra y el Grifo, Orden de la Stola et Jarra, Orden de la Azucena, Orden de la Terraza. CORETH, Anna – “Der ‘Orden von der Stola und den Kannkeln und dem Greifen’ (Aragonesischer Kannenorden)”. *Mitteilungen des Österreichischen Staatsarchivs*, 5 (1952), 34-62, p. 39; Brocato, “Leveraging the symbolic...”, 67. En este trabajo se utiliza el nombre de Orden de la Estola y Jarra, ya que este término aparece en el mayor número de documentos analizados de la época, así como en la carta de aceptación del Duque Stjepan Vukčić como miembro de la Orden.

³¹ TADEO VILLANUEVA, Lorenzo – “La orden española de caballería de la Jarra”. *Boletín de la Real Academia de la Historia*, 75 (1919), 68-77; Coreth, “Der ‘Orden von der Stola...’”, 34-62; VENDRELL DE MILLÁS,

Aunque esta Orden fue en un principio casi insignificante y como una iniciativa semiprivada del fundador limitada a un número relativamente pequeño de miembros, su reputación internacional creció rápidamente después de que Fernando se autoproclamara rey de Aragón en el famoso tratado de Caspe en 1412. Desde entonces, él y sus sucesores repartieron gratuitamente los signos de esta Orden monárquica entre sus amigos, conocidos, e incluso entre muchos que acababan de visitarlos o de alguna manera entraban en contacto con su corte³². Así, entre otros, el rey Segismundo de Luxemburgo fue admitido en la Orden de la Estola y Jarra³³, quien devolvió el honor a Fernando al nombrarlo miembro de la Orden del Dragón, así como a los diputados del oponente de Segismundo, el rey Ladislav de Nápoles (gobernó entre 1386 y 1414)³⁴. Después de la muerte de Fernando en 1416, su hijo Alfonso V., quien fue particularmente generoso al compartir ese honor, asumió el trono y, por lo tanto, el deber de anciano de la Orden. Durante su reinado, las insignias de la Orden fueron usadas por los duques de Borgoña Felipe el Bueno (gobernó entre 1419 y 1467) y Carlos el Temerario (gobernó entre 1467 y 1477), el emperador Federico III. Habsburgo (reinó entre 1440 y 1493), su hijo, el emperador Maximiliano (reinó entre 1480 y 1519), así como muchos otros extranjeros, en su

Francisca – “Caballeros centroeuropeos en la corte Aragonesa”. *Magyar Történelmi Szemle*, 2 (1971), 217-242; TORRES FONTES, Juan – “Don Fernando de Antequera y la romántica caballerescá”. *Miscelánea Medieval Murciana*, 5 (1980), 83-120; Dacre Boulton, *The Knights of the Crown...*, 330-338; MacKAY, Angus – “Don Fernando de Antequera y la Virgen Santa María”. in *Homenaje al Profesor Juan Torres Fontes*. Vol. II. Murcia: Universidad de Murcia, 1987, 949-957; MacKAY, Angus – “Ferdinand of Antequera and the Virgin Mary”. in Ian Macpherson; Angus Mackay (eds.) – *Love, Religion and Politics in Fifteenth Century Spain*. Leiden/Boston/Köln: Brill, 1998, 132-139; MORALES ROCA, Francisco – “La orden de la Azucena, llamada de la estola, de las jarras y del grifo”. *Hidalguía. La Revista de Genealogía, Nobleza y Armas*, 49, 286-287 (2001), 441-448; MUÑOZ GÓMEZ, Victor – “De Medina del Campo a Zaragoza. un periplo por las devociones ‘políticas’ de un príncipe castellano bajomedieval (el infante Fernando de Antequera, 1380-1416)”. *eHumanista: Journal of Iberian Studies*, 24 (2013), 375-395, a pp. 380-385; VALERO MOLINA, Joan – “Fast i creació artística a l'entorn de Ferran d'Antequerra”. *Lambard. Estudis d'art medieval* 26 (2014), 233-284; VON HYE, Franz-Heinz – “Testimonios sobre órdenes de caballería españolas en Austria y estados vecinos (Bohemia, Alemania, Suiza y Hungría)”. *En la España Medieval*, 16 (1993), 169-187.

³² DE RIQUER, Martin – *Vida Caballeresca en la España del siglo XV*. Madrid: Real Academia Española, 1965, 16; DE VICO, Francisco – *Historia General de la Isla y Reyno de Sardeña. Quinta parte*. Cagliari: Centro di Studi Filologici Sardi, 2004, 339; SALICRÚ I LLUCH, Roser – Caballeros cristianos en el Occidente europeo e islámico. in Klaus Herbers; Nikolas Jaspert (eds.) – “*Das kommt mir spanisch vor*”. *Eigenes und Fremdes in den deutsch-spanischen Beziehungen des späten Mittelalters*. Münster: Lit Verlag, 2004, 217-289, p. 219, n. 10; Muñoz Gómez, “De Medina del Campo a Zaragoza...”, 384.

³³ Segismundo probablemente se convirtió en miembro de la Orden en 1415 cuando se encontraba en Perpiñán. Cf. Vendrell de Millás, “Caballeros centroeuropeos...”, 221-226. En 1433, además de la insignia de la Orden del Dragón, también entregó la insignia de la Orden aragonesa de la Estola y Jarra a un tal Antonio di Collalto, hijo del marqués de Ancona Basilio Collalto: “Te quem manu propriae militiae cingulo & societatis nostrae Draconicae ac stolae seu amprisiae charissimi fratris nostri Regis Aragoniae insignavimus [...]”. Coreth, “Der ‘Orden von der Stola...’”, 53.

³⁴ Vendrell de Millás, “Caballeros centroeuropeos...”, 232; Torres Fontes, “Don Fernando de Antequera ...”, 109.

mayoría alemanes, polacos, checos y húngaros, que los representaron con orgullo en sus retratos y lápidas³⁵.

El Conde Ulrik II de Celje también fue miembro de esta Orden. († 1456). Cuando, a los veintidós años, apareció por primera vez en la vida política y pública en 1428, estaba encomendada una misión diplomática especial: peregrinación a través de Santiago en Compostela, del que se habla con detalle en la Crónica de los Reyes de Castilla. En ese viaje en la primavera de 1430, él y cuatro caballeros de su casa Iván II (r. 1406-1454), Rey de Castilla y León, presentó un collar de la Orden de las Escamas de Pescado realizado en oro. Viajando, Ulrico II. también llegó al rey de Aragón, Alfonso V, quien en un documento emitido en la localidad de Segorbe, no lejos de Valencia, repartió a Ulrika y trece miembros de su séquito “amprisae stolae et jarrae”³⁶. Entre los nobles que luego fueron aceptados en esta orden de caballería estaba Franko († ca. 1437), hijo del Príncipe de Krbava Butko Kurjaković († 1401)³⁷.

A mediados del siglo XV, llevar la insignia de varias órdenes caballerescas se convirtió en un signo de prestigio, por lo que las personas que pertenecían a la Orden de la Estola y Jarra eran a menudo miembros de las ya mencionadas órdenes del Dragón y la Espada. Así es como Heinrich Ketzell († 1438), ciudadano de Nuremberg, además de las insignias de la Orden chipriota de la Espada, colocó en su lápida los símbolos de la Orden aragonesa de Sillas y Jarrones³⁸. Su nieto Ulrich Ketzell († ca. 1484) colocó nada menos que 17 marcas de peregrinos y caballeros en su monumento funerario³⁹. Además de estos dos, también eran miembros de esta

³⁵ Vendrell de Millás, “Caballeros centroeuropeos...”, 217-242; KRUSE, Holger; *et al.* – *Ritterorden und Adelsgesellschaften im spätmittelalterlichen Deutschland. Ein systematisches Verzeichnis*. Frankfurt: Peter Lang, 1991, 17-18; PARAVICINI, Werner – “Rois et princes chevaliers (Allemagne, XII^e - XVI^e siècles)”. in SHMES – *Les princes et le pouvoir au Moyen Âge*. Paris: Éditions de la Sorbonne, 1993, 9-34, p. 17; Von Hye, “Testimonios...”; BAD'URA, Bohumil – “Styky mezi Českým královstvím a Španělskem ve středověku”. *Táborský archiv*, 7 (1996), 5-88, 46; DÜNNEBEIL, Sonja – *Die Protokollbücher des Ordens vom Goldenen Vlies. Bd. 1. Herzog Philipp der Gute 1430-1467*. Stuttgart: Jan Thorbecke Verlag, 2002, 102-103; BÁRÁNY, Attila – “A fejedelmi lovagrendek hatása a Magyar bárói társadalomban a 15. században”. in Klára Papp; Levente Püski (eds.) – *A magyar arisztokrácia társadalmi sokszínűsége, változó értékek és életviszonyok*. Debrecen: Debreceni Egyetem Történelmi Intézete, 2013, 11-36, pp. 24-30; WILIAMOWSKI, Maciej – “Polscy rycerze w Hiszpanii w latach 1379-1439”. in Grażyna Rutkowska; Antoni Gašiorowski (ed.) – *Memoria viva. Studia historyczne poświęcone pamięci Izabeli Skierskiej (1967-2014)*. Warszawa/Poznań: Instytut Historii Polskiej Akademii Nauk, 2015, 502-548, pp. 535-537.

³⁶ HÄBLER, Konrad – *Das Wallfahrtsbuch des Hermannus König von Vach und die Pilgerreisen der Deutschen nach Santiago de Compostela*. Strassburg: J. H. Ed. Heitz (Hetiz & Mündel), 1899, 43-44; VOJE, Ignacij – “Romanje Ulrika II. Celjskega v Kompostelo k Sv. Jakobu”. *Zgodovinski časopis*, 38 (1984), 225-230, pp. 225-226; SALICRÚ I LLUCH, Roser – “Galicia i Granada. Pelegrinatge i exercici de cavalleria en terres ibèriques i musulmanes occidentals a la baixa edat mitjana”. in *El Camí de Sant Jaume i Catalunya. Actes del congrés internacional celebrat a Barcelona, Cervera i Lleida, els dies 16, 17 i 18 d'octubre de 2003*. Barcelona: Publicacions de l'Abadia de Montserrat, 2007, 163-177, pp. 167-168 y 175, n. 109.

³⁷ En el documento latino original del Archivo de la Corona de Aragón en Barcelona, el nombre y el título de Franco están registrados como: “Franciscus comite in Barbania”. Salicrú i Lluch, “Galicia i Granada...”, 175, n. 109. Anteriormente, con ciertas vallas, esa parte del documento fue interpretada por Häbler como: “Franz, Graf von Barbavia”. Häbler, *Das Wallfahrtsbuch...*, 44.

³⁸ Von Hye, “Testimonios...”, 175, 178.

³⁹ NICKEL, Helmut – “The seven shields of Behaim. New evidence”. *Metropolitan Museum Journal*, 30 (1995), 29-51, a p. 50, n. 24.

Orden el Chambelán del Rey húngaro, János Perényi († 1458), también miembro de la Orden del Dragón⁴⁰, y el famoso ciudadano de Konstanz, Konrad de Grünenberg († 1494), en cuyo famoso escudo de armas, junto a su escudo de armas con la insignia de la Orden de St. Grave, Orden de la Espada y Orden de St. Catalina de Alejandría también puede ver las insignias de la Orden de la Estola y Jarra⁴¹. Quizás el ejemplo más característico sea Niklas de Diesbach († 1475), alcalde de Berna, que fue miembro de hasta seis órdenes caballerescas diferentes, incluida la Orden aragonesa⁴².

Stjepan Vukčić Kosača, gran duque de Bosnia y caballero de la Orden de la Estola y Jarra

El mayor número de personas aceptadas en la Orden de la Estola y Jarra fueron peregrinos nobles que viajaron a Santiago en Compostela o los enviados que visitaron la corte de Alfonso en Aragón en distintas ocasiones. Sin embargo, el alcance de esta orden aragonesa se amplió aún más cuando Alfonso V., tras exitosas operaciones militares en el sur de Italia en 1442, declaró el rey de Nápoles. Luego tuvo la oportunidad de influir de manera más decisiva en las complejas condiciones del Adriático y los Balcanes, lo que inevitablemente lo puso en contacto con el Gran Duque bosnio Stjepan Vukčić, uno de los actores clave en el interior inmediato del Adriático. Fue en ese momento cuando el duque bosnio se encontró en una crisis política, desencadenada por la derrota militar de las compañías otomanas en la famosa Guerra Larga, así como por el cambio de trono tras la muerte del rey Tvrtko II. Tvrtković (finales de 1443)⁴³. Con una falta crónica de aliados, el duque en peligro necesitaba cualquier apoyo, incluso nominal, de los reyes de Aragón y Nápoles. Por eso, a principios de 1444, envió representantes a Nápoles para que se presentaran al rey en su nombre y le pidieran protección. Stjepan le rogó a Alfons que defendiera sus intereses ante las principales fuerzas políticas de la época y que confirmara sus posesiones, que eran atacadas diariamente por los soldados del rey bosnio Stefan Tomaš (r. 1443-1461) y el duque Ivaniš Pavlović⁴⁴.

⁴⁰ VARGA, Lívía; Pál LŐVEI – “Funerary Art in Medieval Hungary”. *Acta Historiae Artium Academiae Scientiarum Hungaricae*, 35 (1992), 115-167, p. 130; Bárány, “A fejedelmi...”, 19.

⁴¹ Von Hye, “Testimonios...”, 179.

⁴² Coreth, “Der ‘Orden von der Stola...’”, 47, n. 64; Von Hye, “Testimonios...”, 178.

⁴³ Ćirković, *Herceg Stefan Vukčić-Kosača...*, 71-75; ČOŠKOVIĆ, Pejo – *Bosanska Kraljevina u prijelomnim godinama 1443-1446*. Banjaluka: Institut za istoriju u Banjaluci, 1988, 43-71. Sobre la “larga campaña”: ANTOCHE, Emanuel Constantin – “Une croisade au Bas-Danube au XV^e siècle. ‘La longue campagne’ (septembre 1443. – janvier 1444)”. *Cahiers du Centre d’études d’histoire de la défense*, 9 (1999), 93-119.

⁴⁴ Spremić, “Vazali kralja Alfonsa Aragonskog?...”, 455-456.

El rey Alfons realmente salió al encuentro de “su querido amigo” el duque Stjepan y el 19 de febrero de 1444 le emitió una carta confirmando todas sus tierras y ciudades y aceptándolo como su vasallo⁴⁵. Como parte de una estrategia diplomática cuidadosamente diseñada y elaborada, además de la ceremonia solemne que suele acompañar este tipo de eventos, el rey entregó al duque un documento especial el día anterior y los signos de “amprisia”⁴⁶, es decir de la Orden caballerisca de la Estola y Jarra, con todas las facultades que le corresponden, si observa todas las normas como los demás caballeros y nobles de esa Orden⁴⁷.

Al aceptar el honor mostrado, el duque Stjepan también aceptó la obligación de llevar la insignia asignada, es decir, la división, en honor de la Virgen María todos los sábados y otros días determinados por los estatutos de la Orden⁴⁸. Por cierto, es la

⁴⁵ THALL-ÓCZY, Lajos – *Studien zur Geschichte Bosniens und Serbiens im Mittelalter*, pp. 356-357; Ćirković, *Herceg Stefan Vukčić-Kosača...*, 74-76; PECO, Almir – “The 1444 Treaty between King Alfonso V of Aragon and Grand Duke Stjepan Vukčić”. *Journal of the Faculty of Philosophy in Sarajevo (History, History of Art, Archeology)*, 7, 2 (2020), 73-94, pp. 59-80. Esta alianza se describe en los Anales de la Corona de Aragón: “Año mccccxliiii. Antes desto, en el mismo castillo, a diez y nueue di mes de Hebrero el Conde Georgio, y el Conde Pablo embaxadores de Estephano Herceo Duque de Bossina assentaron vna muy estrecha confederacion entre el Rey, y a quel Principe, que era vn gran señor en la Bossina: a donde Mahometo el primero deste nombre, de los que señorearon el Imperio de los Turcos, fundo vn gran reyno: y puso en el Rey: y se estiende en la prouincia, que los antiguos llamaron Moesia: que confinaua con la Panonia: y llegaua hasta el Ponto Euxino: discurriendo con el Danubio: y tomando su principio adonde el Sao se junta con aquel rio: y el Rey asseguro la persona del Duque, y de sus hijos, y subditos: para venir a su reyno: y residir en el: y offrecio el Rey, que en caso, que algun Principe su comarcano le mouiesse guerra, le daria fauor, y ayuda como a su propio estado. El Duque acceptaua al Rey por su protetor mayor, y defensor: y se daua al Rey con sus Condados, y tierras, y castilos: que era vno de los grandes estados del Imperio Griego: y se obligo de seruir al Rey en cada año, que tuuiesse guerra con mil de cauallo: a la vsança Italiana: con el sueldo que pagaua el Rey: que era a razon de ocho ducados al mes por lança: y que por el sueldo deste año embiaria luego trynta y dos mil ducados: que montaua el sueldo de los mil de cauallo: y desta suerte en cada vno, que durasse la guerra. Estando el Rey en paz, prometia pagar en cada vn año el tributo, que en el tiempo passado acostumbraua embiar al gran Turco: y que romperia guerra a sus gages con qualquier Principe, o Señoria, a toda requesta del Rey: y la continuarla, hasta que el Rey ordenasse otra cosa. Era este Principe tan poderoso, que se halla en memorias antiguas, auer juntado exercito de veynte y cinco mil combatientes.” ZURITA, Jerónimo – *Segunda parte de los Anales de la Corona de Aragon*. Zaragoza: Domingo de Portonaris, 1579, 285.

⁴⁶ En este caso, la palabra *amprisia* se refiere a un voto de caballero o a una empresa audaz y valiente. Dacre Boulton, *The Knights of the Crown...*, 332, n. 21.

⁴⁷ Desgraciadamente, no se ha conservado el documento original certificado por el sello del rey sobre la admisión del duque Esteban a esta orden caballerisca, pero su contenido ha sido transcrito fielmente en los registros de despacho que hoy se encuentran en el Archivo de la Corona de Aragón (ACA) en Barcelona – ACA, *Cancillería*, Reg. 2778 (18 de febrero de 1444), fol. 199 r-v. El texto de ese documento fue publicado en 1909 por Lajos Thallóczy en un libro sobre estudios biográficos y genealógicos serbios y bosnios, en húngaro: THALLÓCZY, Lajos – *Bosnyák és szerb élet- s nemzedékrajzi tanulmányok*. Budapest: Franklin-Társulat, 1909, 411-412, y luego, cinco años después, en una edición alemana un poco más accesible, Thallóczy, *Studien zur Geschichte...*, 357-359, pero no atrajo la atención especial de los investigadores. Cf. ĆIRKOVIĆ, Sima – “Počteni vitez Pribislav Vukotić”, p. 273; ĆIRKOVIĆ, Sima – “Vitez”. in Sima Ćirković; Rade Mihaljčić (eds.) – *Leksikon srpskog srednjeg veka*. Beograd: Knowledge, 1999, 83-84, p. 83. Transcripción del texto y grabaciones fotográficas del documento se adjuntan a este artículo. Agradezco a mi colega el prof. dr. Hrvoje Gračanin, quien medió en la obtención de fotografías digitales del documento.

⁴⁸ “[...] merito nos inducunt, ut amprisia nostra stole et jarre, quam in honorem beatissime gloriosissimeque semper virginis Marie diebus sabbatinis et aliis etiam diebus in capitulis ipsius amprisie contentis gestare solemus, et qua cupitis insigniri, vos decoremus, tenore igitur presentis gratis de certa nostra scientia et expresse vobis prefato illustri duci licentiam omnimodam concedimus ac plenum posse impartimur, quod de cetero ipsis diebus sabbatinis ac aliis diebus ad hoc statutis dictam stolam et jarram, qua vos nobilitamus sublimamusque defferre

única cláusula que se menciona explícitamente en la carta, mientras que los demás elementos se conocen de otros manuscritos. Quieren decir que los miembros de esta asociación vistan ropas blancas y lleven símbolos de la Orden en público en la víspera y en la fiesta de la Asunción, y que participen en las oraciones vespertinas. En aquellos días, por amor de Dios y de la Virgen María, se vieron obligadas a dar de comer a cinco pobres, y al aceptar el estatuto, se comprometieron también a llevar el vestido por el resto de sus vidas⁴⁹. A diferencia de otras órdenes de Europa Occidental cuyos estatutos se han conservado, en las disposiciones estrictas de la Orden de Mesas y Jarrones, se presta muy poca atención a los principios clásicos de la caballería y las razones por las que se fundó la Orden, y las obligaciones de los miembros están vagamente formulados. Evidentemente, el énfasis se puso en el principio fundamentalmente religioso del culto a la Virgen María, particularmente difundido y popular en los países católicos de la época. No se sabe si el duque persistió en adherirse a estas normas o en qué medida podían corresponder a su convicción espiritual personal, y también es difícil determinar cómo y de qué manera los aspectos religiosos abiertos de la Orden podrían ser aceptados en la sociedad bosnia confesionalmente heterogénea.

La carta del rey Alfonso también ordena que la insignia de la Orden de la Estola y Jarra se otorgue al príncipe Juraj, mensajero del duque Esteban, si jura cumplir con las disposiciones prescritas⁵⁰. Según todos los informes, este es el príncipe Juraj Čemerović, una de las personas más destacadas del cuerpo diplomático de Kosača, que sirvió al príncipe Stjepan durante más de 30 años y su hijo Herceg Vlatko⁵¹. Aunque se menciona en las fuentes con relativa frecuencia y durante varias décadas⁵², los documentos lo mencionan con el título de caballero excepcionalmente

valeatis, prout alii milites et generose persone qui per nos sunt illa insigniti, solent deffere.” ACA, *Cancillería*, Reg. 2778, fol. 199v; Thallóczy, *Bosnyák és szerb...*, 411; Thallóczy, *Studien zur Geschichte...*, 358.

⁴⁹ Los capítulos de la Orden se publicaron según diferentes manuscritos: PADIGLIONE, Carlo – *I capitoli dell'ordine equestre Della Giarra dei Gigli della S. Vergine e della Stola, trovati nella biblioteca Brancacciana di Napoli*. Napoli: Francesco Giannini, 1877, 25-29; Torres Fontes, “Don Fernando de Antequera ...”, 112-117; Coreth, “Der Orden von der Stola...”, 56-57. También aparecen capítulos en la carta por la que el hijo de Alfonso, el rey Fernando de Nápoles, incorporó a Bernardin Frankapan Modruški a la Orden en 1476: ŠPOLJARIĆ, Luka – “Zov partenopejskih princeza: Kosače i Frankapani u bračnim pregovorima s napuljskim kraljem Feranteon”. *Radovi. Zavod za hrvatsku povijest*, 52, 3 (2021), 121-188, pp. 178-180.

⁵⁰ “Volumus tamen quod antequam ipsam stolam et jarram defferatis in posse spectabilis et magnifici viri comitis Georgii oratoris per vos ad nos missi, cui super hoc plenum posse comittimus serie cum presenti, iuramentum prestare teneamini de tenendo et inviolabiliter observando capitula ratione ipsius stole et jarre [...]”. ACA, *Cancillería*, Reg. 2778, fol. 199v; Thallóczy, *Bosnyák és szerb...*, 412; Thallóczy, *Studien zur Geschichte...*, 358.

⁵¹ TOŠIĆ, Đuro – “Sporedna grana plemena Kosača”. *Zbornik za istoriju BiH*, 3 (2002), 61-77, pp. 68-69. Tošić cree que esta persona era en realidad el príncipe Juraj Stjepković, miembro de una rama menor de la tribu Kosača, quien también se distinguió en el servicio diplomático para sus familiares y fue tratado como “señor” y “nobilis vir” en los documentos conservados. Sin embargo, a diferencia de Juraj Čemerović, Juraj Stjepković nunca fue mencionado en las fuentes disponibles con el título caballeresco de “miles”.

⁵² En la literatura, uno puede encontrar la opinión de que Juraj Čemerović murió solo después del 1 de agosto de 1491, ATANASOVSKI, Veljan – *Pad Hercegovine*. Beograd: Narodna knjiga – Istorijski institut u

y solo después del final de su misión en Nápoles. A saber, se supone justificadamente que él era el “caballero generoso y de buena reputación” y el “director de la corte” del duque Stjepan Vukčić mencionado entre sus representantes que en el verano de 1445 encabezó las negociaciones con los venecianos para concluir la paz⁵³. Además del título de caballero, Juraj también ostentaba el título principesco, y se le menciona con ambos títulos durante su misión en Venecia en 1451, en compañía de Ivan Vardić y Pribislav Vukotić⁵⁴. También fue mencionado como caballero en septiembre de 1458, cuando el duque Stjepan de Blagaj envió una gran delegación al duque de Milán, Francesco Sforza, para tratar de involucrarlo en la lucha contra los turcos. En la carta de crédito que los diputados de Herceg entregaron al duque Francesco en esa ocasión, se les llamaba caballeros Juraj Ratković y Juraj Čemerović⁵⁵. En las fuentes conservadas, Juraj se menciona por última vez con el título de caballero en 1470, cuando el duque Vlatko y su hermano, el duque Stjepan, enviaron a sus nobles y sirvientes a Dubrovnik para hacerse cargo de su parte de la herencia familiar allí. En esa ocasión, la gente de Dubrovnik envió dinero y objetos de valor a los hijos de Herceg “al honorable caballero, el príncipe Juraj Čemerović” (26 de julio de 1470)⁵⁶.

Es algo insólito que en el fuero del rey Alfonso relativo a la pertenencia a la Orden de la Estola y Jarra se señale únicamente al príncipe Juraj, sobre todo si se tiene en cuenta que la embajada del duque era bipersonal y que enviaba sus mensajes a Nápoles a principios de 1444 “per magnificos viros comitem Georgium et comitem Paulum nuncios et legatos ac assertos syndicos suos”⁵⁷. Un tal “Nobilis vir Paulus”,

Beogradu, 1979, 150; SMILJANIĆ, Arandel – “Počteni vitez Đurađ Čemerović”. *Viteška kultura*, 4 (2015), 59-70, p. 67. Sin embargo, es necesario advertir sobre el hecho de que en los cuadernos conservados de los Archivos Estatales de Dubrovnik de la última década del siglo XV, se menciona con relativa frecuencia a un tal Juraj Čemerović, que no es idéntico al representante del duque Stjepan Vukčić del mismo nombre. La confirmación indudable de esto se puede encontrar en un documento de 1499 en el que se dirige a este residente de Dubrovnik como “[...] Georgium Punosseuich dictum Cemerouich patronum grippi [...]” (25. veljače 1499). Dubrovnik, Državni arhiv u Dubrovniku (DAD), *Diversa Notariae*, vol. 78, fol. 122r.

⁵³ “[...] spectabilis et generosus miles dominus Georgius magister curie dicti magnifici domini Stefani ac sapiens vir Johannes ac egregius vir Vlatcho de Pochnaliza et Grupcho coemptor suus honorabiles oratores, syndici et procuratores prefati magnifici et potentis domini Stefani [...]” (23 de agosto de 1445), LJUBIĆ, Šime – *Listine o odnošajih između južnoga slavenstva i Mletačke Republike, knj. IX (od godine 1423. do 1452)*. Zagreb: Hrvatska akademija znanosti i umjetnosti, 1890, 227; VALENTINI, Josephus – *Acta Albaniae Veneta saeculorum XIV et XV, pars III, tomus XIX*. München: Dr. Rudolf Trofenik Verlag, 1973, 114.

⁵⁴ “[...] spectabilibus viris comiti Geogio Zemorovich, comiti Johanni Vardich et comiti Bribisavo Vuchotich militibus, oratoribus magnifici comitis Stefani magni vayvode Bossine [...]” (21 de mayo de 1451). Ljubić, *Listine...*, 380; VALENTINI, Josephus – *Acta Albaniae Veneta saeculorum XIV et XV, pars III, tomus XXI*. München: Dr. Rudolf Trofenik Verlag, 1975, 32-33.

⁵⁵ “Illustris, Excelse Princeps, domine, frater et amice nobis intime dilecte, post salutem ad vota etc. Ad Vestram Illustritatem mitimus spectabiles et generosos milites nobilem Vaivodam Georgium Ratchovich et comitem Georgium Cemerovich nobilem, nobis sincere dilectos [...]” (25 de septiembre de 1458). MACUSCEV, Vicentio – *Monumenta historica Slavorum Meridionalium vicinorumque populorum, vol. II*. Belgradi: Typographia Regni Serbiae, 1882, 116.

⁵⁶ Stojanović, *Stare srpske... Drugi deo...*, 190-191.

⁵⁷ Thallóczy, *Studien zur Geschichte...*, 360. “[...] el Conde Georgio, y el Conde Pablo embajadores de Estephano Herceo Duque de Bossina assentaron vna muy estrecha confederacion entre el Rey, y a quel Principe, que era vn gran señor en la Bossina [...]”. Zurita, *Segunda parte de los Anales...*, 285.

legado del duque, mencionado sin más detalles, se quedó dos años más tarde en Aragón y de forma independiente⁵⁸. Con toda probabilidad, este podría ser el príncipe en ese momento, y el posterior duque Pavao Marković, quien aparece por primera vez en las fuentes en los años 40 del siglo XV y quien durante su carrera llevó a cabo importantes actividades diplomáticas para las necesidades de Kosača. Su nombre está registrado en varias fuentes y contextos, la mayoría de las veces con epítetos y elogios característicos que lo acompañan. En 1457, fue catalogado en Dubrovnik como “nobilis Bosnensis”⁵⁹, y ya dos años después aparece en documentos con el título de duque y caballero⁶⁰.

Al final de la carta por la que fue admitido en la Orden de la Estola y Jarra, se concedió al duque Stjepan el privilegio excepcional de poder sin dudarle decorar y marcar a cincuenta personas nobles con los signos antes mencionados si aceptaban previamente las disposiciones de la Orden y juró observar las disposiciones prescritas⁶¹. Dado que los sucesores del rey Fernando eran libres de compartir las características de la Orden, un gran número de personas fueron honradas con la pertenencia a esta sociedad caballeresca aragonesa, y un número considerable de documentos justificativos de ingreso en la Orden de Estolas y Vasos, que se puede comparar con el ejemplo de Herzeg, se han conservado. En esos fueros, a menudo se otorgaba a los miembros de la Orden el honor de poder otorgar la insignia de la Orden de la Estola y Jarra a un determinado número de personas de su entorno inmediato. En 1453, se otorgó un honor similar a Hugo Podocator, el mensajero del rey de Chipre que pudo incorporar a la Orden a diez personas de su elección⁶². Asimismo, Rudger de Scarhanberg, barón del Ducado de Austria (“baroni ducatus

⁵⁸ “Ex litteris magnificentie vestre magnam fidem habuimus iis sermonibus, quos nobilis vir Paulus legatus vester vestro nomine nobis rettulit [...]” (16 de octubre de 1446). Thallóczy, *Studien zur Geschichte...*, 370.

⁵⁹ “Pavao Marcouich nobilis Bosnensis [...]” (16 de julio de 1457). DAD, *Diversa Notariae*, vol. 61, fol. 175v.

⁶⁰ “Spectabilis miles dominus voyuoda Paulus Marcouich [...]” (30 de enero de 1459). DAD, *Diversa Notariae*, vol. 62, fol. 57v.

⁶¹ “...per felicis recordacionis serenissimum dominum regem Ferdinandum genitorem nostrum colendissimum edita, et ad maioris gratie augmentum plenam facultatem vobis concedimus, quod libere et sine impedimento possitis quinquaginta generosas personas per vos eligendas decorare et insignire amprisia supradicta stole et iarre prestito tamen prius per eas in posse vestri iuramento de tenendo et observando capitula dicte amprisie ut est dictum”. ACA, *Cancillería*, Reg. 2778, fol. 199v; Thallóczy, *Bosnyák és szerb...*, 412; Thallóczy, *Studien zur Geschichte...*, 358.

⁶² “Alfonsus, Dei gratia rex Aragonum [...] viro magnifico, Ugoni Podocator, serenissimi regis Cipri oratori, militi, devoto nobisque dilecto, salutem et dilectionem. Quoniam, ut relatu habuimus vestro, nonnulla genereose persone, apud regnum Cipri degentes, affectant amprisia nostra Stole et Jarre, quam in honorem gloriosissime virginis Marie, diebus sabbatinis et aliis, juxta statua hujusmodi amprisie, gestare solemus, decorari et donari a nobis, sicuti quotidie complures nobiles milites et generosi decorantur et donatur; volentesque devocioni personarum ipsarum morem gerere, vobis, dicto magnifico Ugoni, qui jamdudum dicta amprisia Stole et Jarre a nobis decoratus non inmerito extitistis, presentium tenore licenciam concedimus et facultatem plenariam imperpetuum quod, vice, loco et nomine nostris, eandem ipsam amprisiam Stole et Jarre decem personis generosis, utriusque sexus, conferre et eas illa decorari et donari possitis et valeatis, exacto prius ab illis iuramento de tenendis et observandis statutis seu capitulis sub quibus ejusmodi amprisia fundata et ordinata est [...]” (8 de octubre de 1453). MAS LATRIE, Louis de – *Histoire de l'île de Chypre sous le regne des princes de la maison de Lusignan*. Vol. III. Paris: L'imprimerie Impériale, 1855, 810.

Austrie”), podría conferir este honor a cuatro personas más de ambos sexos⁶³. La reina de Aragón María de Castilla en 1448 en Perpiñán te recibió Orden de Jorge de Volkenstorf, mensajero del rey alemán y futuro emperador romano Federico III, y le permitió otorgar el mismo honor a tres mujeres nobles. Este derecho le fue extendido dos años más tarde por el rey Alfonso, quien le permitió honrar a cinco mujeres nobles con la dignidad de la Orden de la Estola y Jarra⁶⁴. El alemán Benedict Schifer († 1499) recibió en 1451 el derecho de adornar a cuatro personas con la misma dignidad⁶⁵, y Václav II. († ca. 1445), hijo del duque Opava Přemek († 1433), fue aceptado en la Orden con el privilegio de introducir cinco nobles y cinco nobles en la Orden⁶⁶.

De lo anterior, está claro que el número de personas que podían ser admitidas en la Orden indirectamente era generalmente entre cinco y diez, pero también hay algunos casos excepcionales en los que los miembros más importantes pueden otorgar membresía en la Orden a un mayor número. número de individuos Por ejemplo, en 1453, el rey Alfonso V recibió en la Orden a la princesa portuguesa Ivana, hija del rey Alfonso V de Portugal, con derecho a recibir en la Orden a veinte mujeres nobles más⁶⁷. Mientras que el rey Iván II. (gobernó 1458-1479), hermano de Alfonso, en 1466 entregó las señales de esta Orden al noble checo Lav de Rožmitál

⁶³ “Alfonsus etc. Nobili viro Rudigero de Scarhanberg baroni ducatus Austrie devoto nobis dilecto salutem et dilectionem. Queniam ut relatu habuimus vestro nonnulle generose persone in partibus Alamanie degentes affectant amprisia nostra stole et jarre quam in honorem gloriosissime virginis Marie diebus sabatinis et aliis juxta statuta hujusmodi amprisie gestare solemus decorari et donari [...] vobis dicto nobili Rudigero [...] quod vice loco et nomine nostris eandem ipsam amprisiam stole et jarre quator personis generosis utriusque sexus conferre” (15 de mayo de 1454). BOFARULL Y MASCARÓ, Prospero de – *Collecion de documentos inéditos del Archivo general de la Corona de Aragon, t. VII*. Barcelona: En el Establecimiento litográfico y tipográfico de D. José Eusebio Monfort, 1851, 24.

⁶⁴ Coreth, “Der ‘Orden von der Stola...’, 58-59; *Monumenta Henricina*, vol. IX. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1968, pp. 333-334.; Von Hye, “Testimonios...”, 175.

⁶⁵ Coreth, “Der ‘Orden von der Stola...”, 60.

⁶⁶ ČAPSKÝ, Martin – *Vévoda Přemek Opavský (1366-1433). Ve službách posledních Lucemburků*. Opava: Matice moravská – Slezská univerzita v Opavě, 2005, 194. Hay indicios de que Přemek, el padre de Vaclav II, estaba casado con la hija de uno de los reyes bosnios: FILIPOVIĆ, Emir O. – “Kćerka i unuk bosanskog vladara? Prilog prosopografiji i heraldici Kotromanića”. in Emir O. Filipović (ed.) – *Žene u srednjovjekovnoj Bosni*. Sarajevo: Društvo za proučavanje srednjovjekovne bosanske historije – Stanak, 2015, 159-173.

⁶⁷ “Nos, Alfonsus, etc. Actendentes jllustrissimam jnfantissam domjniam Joannam de Portugalia, sobrinam nostram carissimam, serenissimj principjs dominj Alfonsi, regis Portugalie, sobrinj nostrj carissimj sororem, ad amprisiam nostram stole, jarre ac grifi, quam diebus sabatinjs et alijs, jn honorem Virginjs Glorjosissime Dej Genitricis Marie ... amprisiam nostram predictam stole et jarre, vna cum monilj ex iarris ipsis fabrefacto griffo aureo e monilj ipso deorsio pendente, diebus sabatinjs et alijs, juxta capitula fundacionjs amprisje eiusmodi, deferre et gestare teneatur; tamen, ipsa jllustrissima jnfantissa solitum juramentum prestare de observandis capituljs prefatis, sicut ab alijs ipsa amprisia decoratis prestarj consuevit. Preterea, ad nostrum auditum peruerto quod quedam muljeres nobiles et generose jn regno Portugalje degentes sepedicta amprisia pariter decorarj affectant, eidem jllustrissime jnfantisse, eodem tenore presentium, commictimus et facultatem plenariam jmpartimur quod, vice et nomine nostro, eadem amprisia stole et jarre decorare possit vigintj muljeres nobiles et generosas vel jnfra et ab illis exigere simjle juramentum, quod per eam prestarj vt supra volumus, comjentes super premissis eidem jllustrissime jnfantisse vices et voces nostras plenarie, per presentes” (16 de noviembre de 1453). *Monumenta Henricina*, vol. XI. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1970, 291-292.

y Blatna († 1486) con el privilegio de poder cederlas a otras 30 personas⁶⁸. El hecho de que al duque Stjepan se le diera la oportunidad de condecorar hasta a 50 nobles con las insignias de la Orden de la Estola y Jarra da fe de la importancia y reputación de que gozaba con el rey aragonés. Aunque no hay pruebas de que el príncipe haya ejercido alguna vez este derecho, es razonable suponer que no le faltó la oportunidad de honrar a personas leales y de confianza con un título tan estimado. Quizás el número relativamente significativo de individuos de la corte de Herceg que se encuentran con el título de caballero en las fuentes habla en apoyo de esto. Seguramente una parte de ellos recibió las insignias de la Orden de la Estola y Jarra directamente del rey Alfonso, como el ya mencionado Juraj Čemerović, o bien Pribislav Vukotić, que menciona en su testamento el trono del Rey de Aragón⁶⁹. Las fuentes conservadas registran varios caballeros al servicio de Herceg, y algunos de ellos podrían haber recibido este honor por voluntad de Herceg. Además del ya mencionado Juraj Ratković (25 de septiembre de 1458)⁷⁰, Iván Vardić (21 de mayo de 1451)⁷¹, y Pavle Marković (30 de enero de 1459)⁷², también estaban ciertos Vučihna y Radivoj Šiglica, a quienes el rey Alfonso V llama caballeros en su segunda carta otorgada al duque en 1454⁷³, luego Hrebeljan Dabišić, a quien el rey de Aragón se dirigió en agosto de 1457 con el característico título caballeresco de “caalliere”⁷⁴, y el diputado de Herceg y duque de Trebinje, Vukašin Sanković, que aparece en una fuente de Dubrovnik de 1455 como un “caballero ejemplar”⁷⁵. Todos ellos tienen en común que fueron diplomáticos y durante su servicio visitaron las cortes y gobiernos de países lejanos donde pudieron recibir prestigiosos títulos de caballería y ser aceptados en la caballería, pero la posibilidad de que pudieran haber sido dotados de estos títulos y órdenes por su señor Stjepan Vukčić para elevar su reputación en la comunicación con gobernantes y magnates extranjeros.

⁶⁸ Bad'ura, “Styky mezi Českým...”, 85-86.

⁶⁹ Thallóczy, *Studien zur Geschichte...*, 438.

⁷⁰ Macusev, *Monumenta...*, vol. II, 116.

⁷¹ Ljubić, *Listine...*, 380; Valentini, *Acta Albaniae Veneta... tomus XXI...*, 32-33.

⁷² DAD, *Diversa Notariae*, vol. 62, fol. 57v.

⁷³ “[...] Pateat universis presentium seriem inspecturis seu visuris quod nos Alfonsus etc. cum magnifici milites comes Buchina et Radivoy Sicliza oratores nuncii et ambassiatores illustris Stephani ducis Sancte Save [...]” (1 de junio de 1454). Thallóczy, *Studien zur Geschichte...*, 394.

⁷⁴ “[...] Magnifici misser Herbelano Dabusich caalliere et Radiczio Grupcouch vestri oratori et fidelissimi [...]” (3 de agosto de 1457). Thallóczy, *Studien zur Geschichte...*, 414.

⁷⁵ “Jachxa Bla. de Chranicho sponte, libere et ex certa mea scientia, confessus fuit alias habuisse et recepisse unam coronellam nominatum vinaç de argento cum aliquibus perllis et certis lapilibus talibus et qualibus a spectabilem viro domino Vuchassino Sanchoiuch milite hoc nomine prefati domini Vucassini ut predictam coronellam siue vinaç hic Ragusii coaptari faceret [...]” (5 de diciembre de 1455). DAD, *Diversa Notariae*, vol. 40, fol. 98r.

Símbolos del Orden de la Estola y Jarra

El acto de iniciación en la calidad de miembro de la Orden de la Estola y Jarra ciertamente tenía que ir acompañado de cierta ceremonia que incluía la entrega pública de insignias y el juramento de que el caballero se adherirá a las disposiciones del estatuto. Esa ceremonia fue descrita en su poema “Es fugt sich” por el célebre noble, caballero y poeta tirolés Oswald de Wolkenstein († 1445), miembro de los Caballeros del Dragón húngaros que visitó Perpiñán en 1415 como parte del séquito del rey Segismundo de Luxemburgo. En aquella ocasión, la reina Leonora de Aragón le perforó las orejas con una aguja de bronce y decoró su cuello con el collar de la Orden, al que llamó “liberei”, es decir, librea, con las palabras “non maipulus disligaides”, que era una orden de que ya no se quitara la insignia⁷⁶. Oswald muy probablemente siguió ese orden porque se le muestra con los signos de la Orden de la Estola y Jarra en su famoso retrato con del comienzo del manuscrito compilado en 1432, que hoy se conserva como *Liederhandschrift B* en la Biblioteca de la Universidad de Innsbruck (Fig. 1)⁷⁷.



Fig. 1 – Retrato de Oswald von Wolkenstein

Fuente: Innsbruck, *Leiderhandschrift B*, 1432, Universitätsbibliothek Innsbruck.

⁷⁶ ROBERTSHAW, Alan – “Chivalry, love, and self-advertisement in Oswald von Wolkenstein’s ‘Es fügt sich’”. *The Modern Language Review*, 82, 4 (1987), 887-896, a pp. 890-891; Von Hye, “Testimonios...”, 173-174.

⁷⁷ NEUHAUSER, Walter – *Oswald von Wolkenstein, Leiderhandschrift B (Universitätsbibliothek Innsbruck, ohne Signatur)*. München: Edition Helga Lengenfelder, 1987, 23-25.

Según este retrato y las descripciones de los estatutos, así como las representaciones pictóricas conservadas en pinturas, lápidas y otros monumentos, la “divisa” de la Orden aragonesa era un amplio collar formado por una serie de jarras o cántaros, en forma de jarra con flores de lis, como suele colocarse junto a la Virgen en las bellas composiciones de la Anunciación. De este inusual collar colgaba un grifo al paso (en passant), que a veces sostenía entre sus garras un papel con las palabras Por so amor. (Fig. 2).

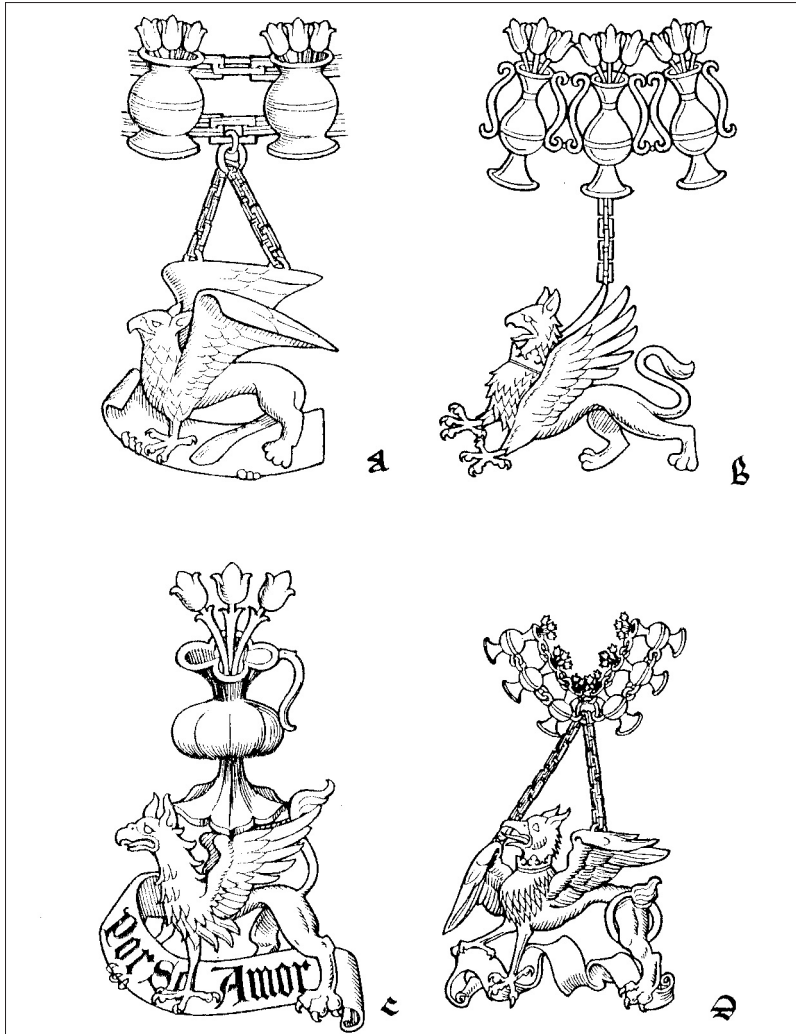


Fig. 2 - Variaciones del emblema de la Orden de los Caballeros de la Estola y Jarra
 Fuente: DACRE BOULTON, D'Arcy Johnathan - *The Knights of the Crown. The Monarchical Orders of Knighthood in Later Medieval Europe 1325-1520*. Woodbridge: The Boydell Press, 1987.

El collar solía llevarse colgado de los hombros, mientras que el medallón de oro o dorado destacaba claramente sobre el pecho. Además de un collar con un colgante, los miembros de la Orden también tenían una cinta blanca de “tres dedos de ancho”, es decir la mesa, una cinta o listón, que también llevaban encima hombros como señal de pertenencia a esa asociación. A veces, en esa mesa muy blanca, se prendía un letrero con un jarrón y lirios como insignia⁷⁸ (Fig. 3).



Fig. 3 – Caballero de la Orden de la Estola y Jarra con insignia
Fuente: *Hausbuch von Schloss Wolfegg*, ca. 1480, fol. 18v.

⁷⁸ GANZ, Paul – “Die Abzeichen der Ritterorden”. *Schweizerisches Archiv für Heraldik*, 19 (1905), 28-37, 52-67, 134-140, a pp. 61-63; VAN DER PUT, Albert – “A Knight of the ‘Jarra’ and a Dame of the ‘Pilar’”. *The Burlington Magazine for Connoisseurs*, 23, 125 (1913), 287-291; Coreth, “Der ‘Orden von der Stola...’”, 41; Dacre Boulton, *The Knights of the Crown...*, 333, 335.

El jarra de azucenas simbolizaba el compromiso de Fernando de Antequera con el culto de la Santísima Virgen María así como su pureza en el misterio de la Anunciación, y el grifo, un compuesto mítico de león y águila que combina las cualidades positivas de ambos animales, representaba la caballería, la generosidad y la lucha contra los infieles⁷⁹. El color blanco de la estola y otras prendas de vestir tampoco fue elegido por casualidad, reflejaba la pureza de la Virgen María y la búsqueda de la castidad por parte de los miembros de la Orden⁸⁰. Los estatutos, disposiciones e iconografía de esta Orden estaban totalmente centrados en la piedad mariana, que estaba totalmente en consonancia con la dinámica general de la religiosidad en el mundo católico de la época⁸¹.

De la lista de gastos de la corte napolitana del rey Alfonso V se conservan numerosos registros sobre los uniformes y collares de la Orden caballeresca de la Estola y Jarra, que dan una idea del precio y valor de estos artículos. Así, consta que el 9 de marzo de 1442, el rey pagó 81 ducados al orfebre Paolo de Roma por el oro y la plata con los que debía fabricar objetos para la capilla del rey, así como cinco divisas de la Orden de la Estola y Jarra⁸². En otra ocasión el rey Alfonso asignó tanto como 1.500 ducados que entregó a su joyero de la corte para que hiciera cuatro collares con los signos de esta Orden⁸³. Probablemente un precio tan elevado sea reflejo de que los collares estaban destinados al propio Alfonso, a su hijo, y al duque de Kleve, que se encontraba en la corte napolitana como enviado imperial. El valor del collar de la Orden también está indicado por el hecho de que se pagaron 160 ducados en 1451 al orfebre capuano Francesco d'Antignan⁸⁴.

Solo se puede suponer que los diputados del duque Stjepan, al regresar a Bosnia, trajeron joyas destinadas al duque y mencionadas en la carta⁸⁵, pero no se

⁷⁹ Como animal híbrido, el grifo también representaba simbólicamente la naturaleza dual de Cristo y su fuerza invencible. Cf. CHARBONNEAU-LASSAY, Louis – *The Bestiary of Christ*. New York: Parabola Books, 1991, 402-404.

⁸⁰ Coreth, "Der 'Orden von der Stola...'", 41; Torres Fontes, "Don Fernando de Antequera ...", 102. Estola, una prenda estrecha bordada que se llevaba sobre el hombro era un signo de dignidad sacerdotal. Representaba lealtad y fidelidad al reino de Cristo y simbolizaba la esperanza de la vida eterna.

⁸¹ Muñoz Gómez, "De Medina del Campo a Zaragoza", 381.

⁸² "Si pagano ducati 81 all' orifice Paolo di Roma per oro ed argento e manifattura di due candelabri, di due ampolline per lavare le mani; gli uni e le altre per la Capella di re Alfonso, e di 5 giarre della impresa della Stola, che indossa lo stesso sovrano" (9 de marzo de 1442). MINIERI RICCIO, Camillo – "Alcuni fatti di Alfonso I di Aragona dal 15 Aprile 1437 al 31 di Maggio 1458". *Archivio Storico per le Province Napoletane*, 6 (1881), 1-36, 231-258, 411-461, a p. 31.

⁸³ "In questo stesso giorno fa pagare ducati 1500 al suo orifice, maestro Gudio d'Antonio pel prezzo di 4 collari di oro dell' ordine della Giarra, uno per lui, uno per D. Ferrante suo figliuolo, uno pel duca Cleves ambasciadore dell' imperadore, e 4 per farne altri doni" (28 de abril de 1451). Minieri Riccio, "Alcuni fatti di Alfonso I...", 412.

⁸⁴ "Fa pagare ducati 160 all' orifice Francesco d'Antignano di Capua pel prezzo di un collare d'oro colle giarrette" (14 de diciembre de 1451). Minieri Riccio, "Alcuni fatti di Alfonso I...", 414. MINIERI RICCIO, Camillo – "Rassegna bibliografica". *Archivio Storico per le Province Napoletane*, 2 (1877), 869-877, a pp. 873-877.

⁸⁵ Por ejemplo, los enviados de Alfonso llevaron insignias al duque borgoñón Felipe el Bueno. Uno de ellos, el caballero Francesco Danio, había viajado anteriormente por Dalmacia, Eslavonia y Hungría. MARINESCU,

sabe si en esa ocasión el duque recibió algún documento de acompañamiento en el que se describieran los procedimientos de iniciación junto con los estatutos e información más detallada sobre la organización de la Orden de la Estola y Jarra, y no sabemos si recibió los cincuenta collares de grifos que podría distribuir entre sus amigos, conocidos y aliados, o yo mismo debería haberme encargado de su creación. En su testamento, se mencionan ciertos “collares” así como “divisas”⁸⁶, que fue notado por Emilian Lilek a fines del siglo XIX⁸⁷, pero no pudo interpretar cuáles eran esas “divisias” en realidad⁸⁸. Aunque estuvo muy cerca de la respuesta, y juzgó que representaban “coronas” como signos de autoridad principesca, y las comparó con el término griego *στέμματα* (*stémματα*), aún no pudo resolver definitivamente este problema⁸⁹. Bojana Radojković en las “divisas” vio prendas de vestir de dos colores (italiano: *veste alla divisa*), especialmente extendida entre la nobleza de la Edad Media⁹⁰. Sin embargo, dado que en el testamento de Herceg esas divisiones y collares aparecen con otros objetos de valor, como platos, cinturones y anillos⁹¹, es más que seguro que están íntimamente relacionados con los emblemas e insignias de las órdenes caballerescas. Es decir, las “divisas” se mencionan en este sentido en los documentos originales que describen emblemas y signos caballerescos⁹², y entre las monedas mencionadas en el testamento del duque se encontraban probablemente los ornamentos que le envió el rey Alfonso con la intención de lucirlos y lucirlos públicamente los sábados y demás días prescritos⁹³.

Constantin – “Documents espagnols inédits concernant la fondation de l’Ordre de la Toison d’Or”. *Comptes rendus des séances de l’Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, 100/3 (1956), 401-417, pp. 405-406; Dacre Boulton, *The Knights of the Crown...*, 335; Marinescu, *La politique orientale...*, 109, 143, 238; Dünnebeil, *Die Protokollbücher...*, 102-103.

⁸⁶ Stojanović, *Stare srpske... Drugi deo...*, 88. En la versión latina del testamento está escrito: “Item collarinos quator qui sunt cum lapidibus pretiosis dimitto dicto Stephano ... Item Stephano quator divisias”. DAD, *Testamenta Notariae*, vol. 19, fol. 163r.

⁸⁷ LILEK, Emilijan – “Riznica porodice ‘Hranići’ (nadimak Kosača)”. *Glasnik Zemaljskog muzeja*, 2 (1889), 1-25, p. 23.

⁸⁸ En las fuentes hay varias menciones de “divisas”, es decir, insignias y marcas similares a las descritas anteriormente. A saber, las divisiones de Herceg Hrvoje se mencionan en una fuente de marzo de 1406. STOJANOVIĆ, Ljubomir – *Stare srpske povelje i pisma. Knj. I. Dubrovnik i susedi njegovi. Prvi deo*. Beograd – Sr. Karlovci: Srpska kraljevska akademija, 1929, 466.

⁸⁹ Lilek, “Riznica...”, 23, n. 5.

⁹⁰ RADOJKOVIĆ, Bojana – *Nakit kod Srba od XII do kraja XVIII veka*. Beograd: Muzej primenjene umetnosti, 1969, 51-52.

⁹¹ Stojanović, *Stare srpske... Drugi deo...*, 88. En la versión latina del testamento está escrito: “Item de vasis et cingulis et divisias et anulis et collarinis”. DAD, *Testamenta Notariae*, vol. 19, fol. 163r.

⁹² Cf. Dacre Boulton, *The Knights of the Crown...*, 63, 246, 349.

⁹³ Bojana Radojković creyó erróneamente que todos estos artículos fueron hechos para el duque Stjepan por el joyero y orfebre flamenco Rambold Vachter de Brujas. Cf. RADOJKOVIĆ, Bojana – “Materijalna kultura bosanske vlastele”. *Zbornik za istoriju BiH*, 1 (1995), 67-83, pp. 72-73.

Conclusión

Para ilustrar la importancia histórica de la Orden de la Estola y Jarra, cuyos miembros eran también caballeros bosnios, basta señalar que sus mayores fueron también el nieto del rey Alfonso, Fernando II (r. 1479-1516) y su esposa Isabella (r. 1474-1504), gobernantes católicos de la España unida durante la cual esta Orden fue la única organización caballerisca del reino. Su nieto Carlos V (que gobernó entre 1516 y 1556) fue el emperador del Sacro Imperio Romano Germánico, el gobernante del estado más grande en la primera mitad del siglo XVI, y como rey de Aragón también se desempeñó como jefe de la Orden de la Estola y Jarra. Sin embargo, durante su reinado, la Orden perdió gradualmente su importancia y finalmente fue reemplazada por la Orden del Vellochino de Oro originalmente borgoñona, que se convirtió en la orden principal de la dinastía de los Habsburgo y, por lo tanto, en la orden principal del Imperio.

Además de fomentar ciertas reglas de conducta, las órdenes caballeriscas monárquicas fueron un segmento importante de la vida cortesana a finales de la Edad Media. Es difícil medir en concreto el beneficio que podían tener las personas admitidas en una de esas asociaciones, porque se trataba principalmente de prestigio y de una señal que se pudiera mostrar públicamente, lo cual era muy importante si se tiene en cuenta que los nobles medievales dedicaban mucha atención a los honores que tal distinción conllevaba. El gobernante trataría a un caballero admitido en su orden no como un súbdito, sino como su igual, llamándolo generalmente colega o hermano, por lo que esta posibilidad es que se les considere iguales con personas de tan alto rango como eran reyes o emperadores era extremadamente significativo. Debido a esto, los fundadores y patrocinadores de las asociaciones caballeriscas intentaron limitar la membresía de sus filas, pero al fallecer contaron con múltiples valores para promover objetivos y programas ideológicos específicos, y extender la influencia política y las redes diplomáticas, aceptar una candidatura mayor de individuos de regiones distantes en sus filas. Así es como los caballeros de la Bosnia medieval vivieron la oportunidad de adornarse con los signos de las principales y distinguidas órdenes caballeriscas de la época.

Hasta el siglo XV, las órdenes caballeriscas se convirtieron en un importante mecanismo de intercambio cultural, espiritual y artístico, por lo que la presencia de sus miembros en el estado bosnio medieval ciertamente contribuyó al fortalecimiento de los lazos entre las clases sociales altas de Bosnia y otras partes de Europa. De todos los ejemplos mencionados, el más significativo fue la Orden caballerisca aragonesa de la Estola y Jarra, en la que fue admitido el duque Stjepan Vukčić, con la excepcional oportunidad de incorporar a la misma Orden a cincuenta nobles más. Independientemente del hecho de que la actividad de tal asociación de

élite no se registró en la Bosnia medieval, todavía se puede concluir que las órdenes europeas desempeñaron un papel importante en la difusión, el fortalecimiento y la afirmación de los ideales y principios caballerescos entre los nobles del reino Bosnio.

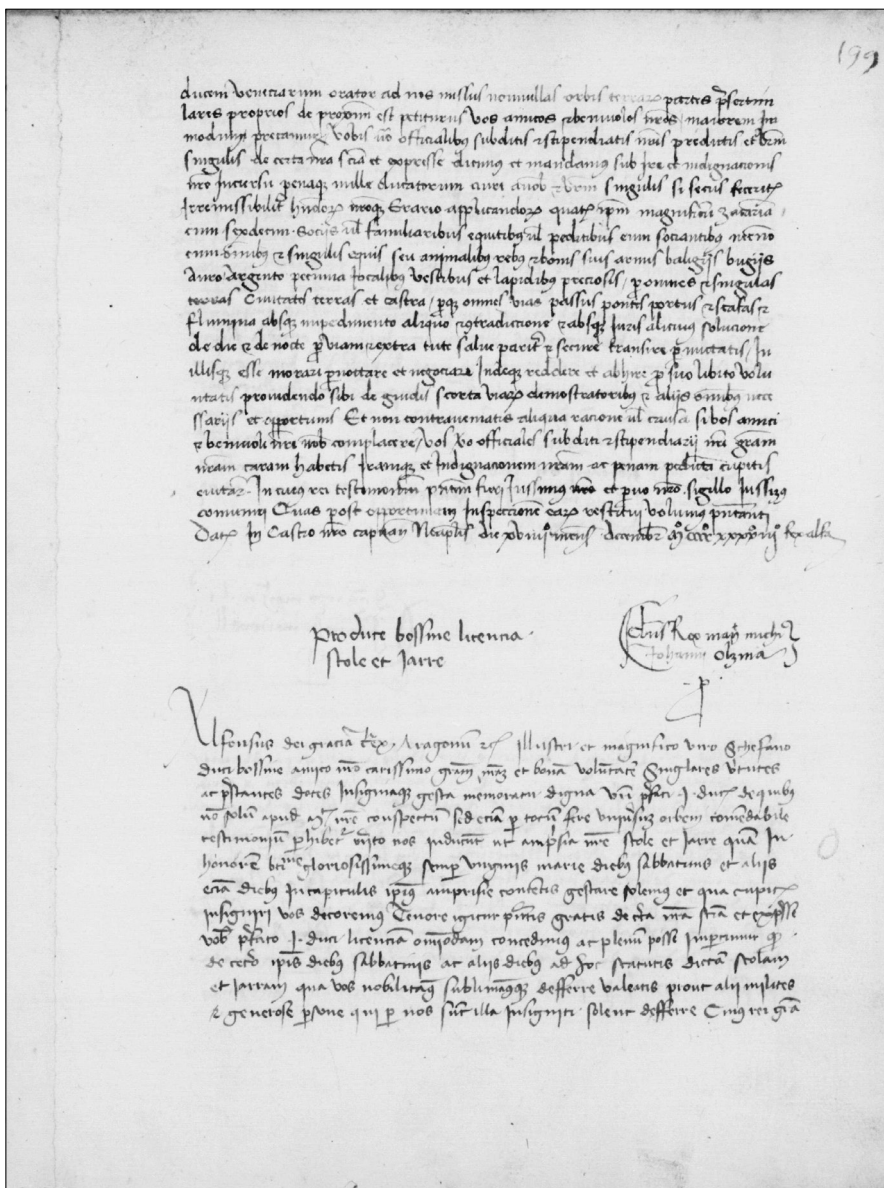


Fig. 4a –Carta sobre la admisión del duque Stjepan Vukčić a la Orden de la Estola y Jarra
Fuente: Barcelona, Archivo de la Corona de Aragón, Cancillería, Reg. 2778, fol. 199rv.

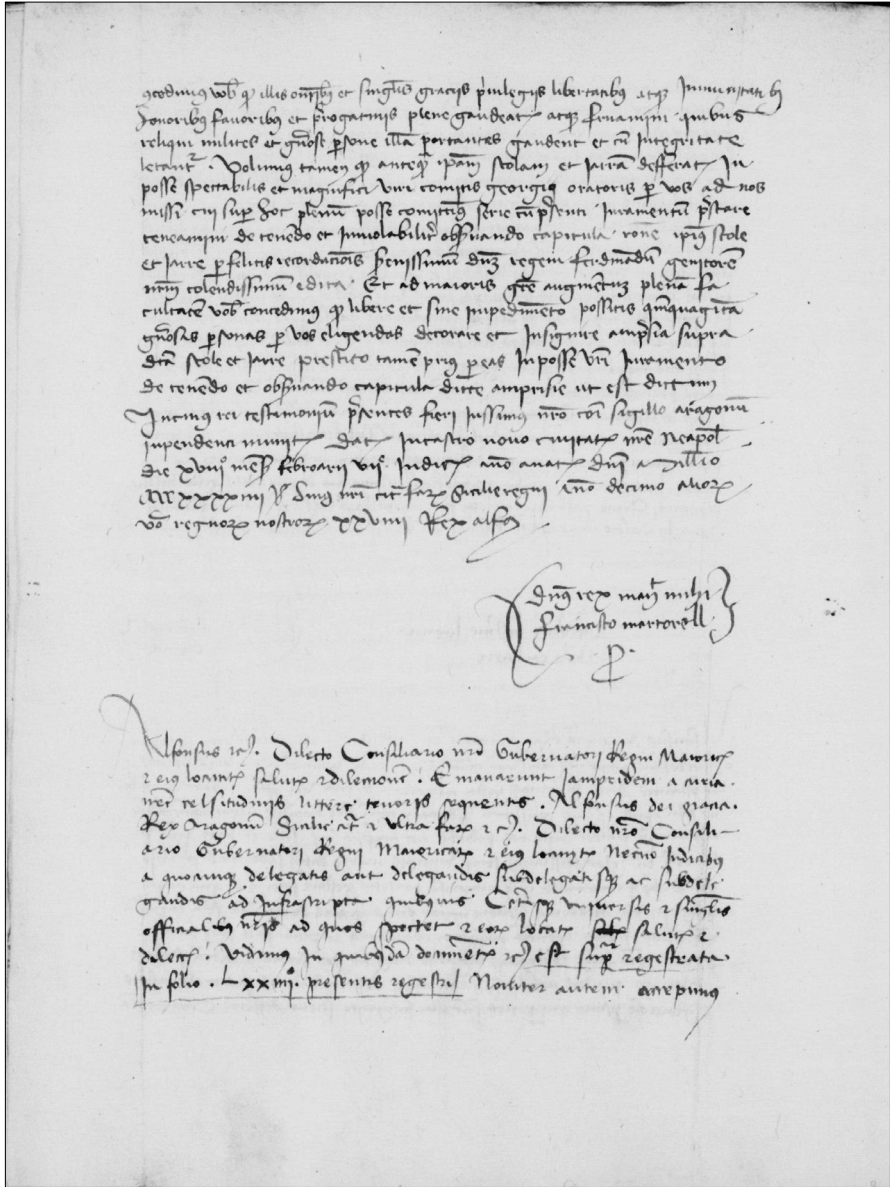


Fig. 4b -Carta sobre la admisión del duque Stjepan Vukčić a la Orden de la Estola y Jarra
Fuente: Barcelona, Archivo de la Corona de Aragón, Cancillería, Reg. 2778, fol. 199rv.

Anexo 1

18 de febrero de 1444, Castelnuovo (Nápoles)

Alfonso, rey de Aragón, entrega a Esteban, duque de Bosnia, la insignia de la Orden de la Silla y el Vaso, junto con los privilegios que la acompañan

Pro duce Bossine licentia stole et iarre

Alfonsus dei gratia Rex Aragonum etc. Illustri et magnifico viro Sthefano duci Bossine amico nostro carissimo gratiam nostram et bonam voluntatem. Singulares virtutes ac prestantes dotes insigniaque gesta memoratu digna vestri prefati illustris ducis, de quibus non solum apud Maiestatis nostre conspectum, sed etiam per totum fere universum orbem comendabile testimonium perhibetur, merito nos inducunt, ut amprisia nostra stole et iarre, quam in honorem beatissime gloriosissimeque semper virginis Marie diebus sabatinis et aliis etiam diebus in capitulis ipsius amprisie contentis gestare solemus, et qua cupitis insigniri, vos decoremus, tenore igitur presentis gratis de certa nostra scientia et expresse vobis prefato illustri duci licentiam omnimodam concedimus ac plenum posse impartimur, quod de cetero ipsis diebus sabbatinis ac aliis diebus ad hoc statutis dictam stolam et iarram, qua vos nobilitamus sublimamusque deffere valeatis, prout alii milites et generose persone qui per nos sunt illa insigniti, solent deffere. Cuius rei gratia concedimus vobis, quod illis omnibus et singulis gratiis priveligiis libertatibus atque immunitatibus honoribus favoribus et prerogativis plene gaudeatis atque fruamini, quibus reliqui milites et generose persone illam portantes gaudent et cum integritate letantur. Volumus tamen quod antequam ipsam stolam et iarram defferatis in posse spectabilis et magnifici viri comitis Georgii oratoris per vos ad nos missi, cui super hoc plenum posse comittimus serie cum presenti, iuramentum prestare teneamini de tenendo et inviolabiliter observando capitula ratione ipsius stole et iarre per felicitis recordacionis serenissimum dominum regem Ferdinandum genitorem nostrum colendissimum edita, et ad maioris gratie augmentum plenam facultatem vobis concedimus, quod libere et sine impedimento possitis quinquaginta generosas personas per vos eligendas decorare et insignire amprisia supradicta stole et iarre prestito tamen prius per eas in posse vestri iuramento de tenendo et observando capitula dicte amprisie ut est dictum. In cuius rei testimonium presentes fieri iussimus nostro communi sigillo Aragonum independenti munitas. Datum in castro novo civitatis nostre Neapolis die XVIII^o mensis Februarii VII^o indictionis anno a nativitate domini MCCCCXXXIII huius nostri citra forum Sicilie regni anno decimo, aliorum vero regnorum nostrorum XXVIII Rex Alfonsus.

Dominus rex mandavit mihi

Francisco Martorell

Fuente: Barcelona, Archivo de la Corona de Aragon, Cancillería, Reg. 2778, fol. 199r-v.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fuentes

- Barcelona, Archivo de la Corona de Aragon [ACA], *Cancillería*, Reg. 2778.
- BOFARULL Y MASCARÓ, Prospero de – *Collecion de documentos inéditos del Archivo general de la Corona de Aragon, t. VII*. Barcelona: En el Establecimiento litográfico y tipográfico de D. José Eusebio Monfort, 1851.
- Dubrovnik, Državni arhiv u Dubrovniku [DAD], *Diversa Notariae*, vols. 40, 61, 62, 78; *Testamenta Notariae*, vol. 19.
- DÜNNEBEIL, Sonja – *Die Protokollbücher des Ordens vom Goldenen Vlies. Bd. 1. Herzog Philipp der Gute 1430-1467*. Stuttgart: Jan Thorbecke Verlag, 2002.
- LJUBIĆ, Šime – *Listine o odnošajih izmedju južnoga slavenstva i Mletačke Republike, knj. IX (od godine 1423. do 1452)*. Zagreb: Hrvatska akademija znanosti i umjetnosti, 1890.
- MACUSCEV, Vicentio – *Monumenta historica Slavorum Meridionalium vicinorumque populorum, vol. II*. Belgradi: Typographia Regni Serbiae, 1882.
- MIKLOSICH, Franz – *Monumenta serbica spectantia historiam Serbiae Bosnae Ragusii*. Viennae: Apud Guilelmum Braumüller, 1858.
- Monumenta Henricina*, vol. IX. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1968.
- Monumenta Henricina*, vol. XI. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1970.
- PADIGLIONE, Carlo – *I capitoli dell'ordine equestre Della Giarra dei Gigli della S. Vergine e della Stola, trovati nella biblioteca Brancacciana di Napoli*. Napoli: Francesco Giannini, 1877.
- SMIČIKLAS, Tadija – *Codex diplomaticus regni Croatiae, Dalmatiae et Slavoniae*, vol. 3. Zagreb: Academia scientiarum et artium Slavorum meridionalium, 1905.
- STOJANOVIĆ, Ljubomir – *Stare srpske povelje i pisma. Knj. I. Dubrovnik i susedi njegovi. Prvi deo*. Beograd – Sr. Karlovci: Srpska kraljevska akademija, 1929.
- STOJANOVIĆ, Ljubomir – *Stare srpske povelje i pisma. Knj. I. Dubrovnik i susedi njegovi. Drugi deo*. Beograd – Sr. Karlovci: Srpska kraljevska akademija, 1934.
- VALENTINI, Josephus – *Acta Albaniae Veneta saeculorum XIV et XV, pars III, tomus XIX*. München: Dr. Rudolf Trofenik Verlag, 1973.
- VALENTINI, Josephus – *Acta Albaniae Veneta saeculorum XIV et XV, pars III, tomus XXI*. München: Dr. Rudolf Trofenik Verlag, 1975.
- ZURITA, Jerónimo – *Segunda parte de los Anales de la Corona de Aragon*. Zaragoza: Domingo de Portonaris, 1579.

Estudios

- ALOISIO, Mark – “Alfonso V and the anti-Turkish crusade”. in Norman Housley (ed.) – *The Crusade in the Fifteenth Century. Converging and Competing Cultures*. London/ New York: Routledge, 2017, 64-74.
- ANĐELIĆ, Pavao – *Bobovac i Kraljeva Sutjeska. Stolna mjesta bosanskih vladara u XIV i XV stoljeću*. Sarajevo: Veselin Masleša, 1973.
- ANDERLE, Ádám – “Alfonso V, el Magnánimo and the Hungarian throne”. *Mediterán tanulmányok*, 6 (1995), 17-28.
- ANTOCHE, Emanuel Constantin – “Une croisade au Bas-Danube au XV^e siècle. ‘La longue campagne’ (septembre 1443. – janvier 1444)”. *Cahiers du Centre d’études d’histoire de la défense*, 9 (1999), 93-119.
- ANTONOVIC, Miloš – “Despot Stefan Lazarević i Zmajev red”. *Istorijski glasnik*, 1-2 (1992), 15-23.
- ATANASOVSKI, Veljan – *Pad Hercegovine*. Beograd: Narodna knjiga – Istorijiski institut u Beogradu, 1979.
- BAD’URA, Bohumil – “Styky mezi Českým královstvím a Španělskem ve středověku”. *Táborský archiv*, 7 (1996), 5-88.
- BÁRÁNY, Attila – “A fejedelmi lovagrendek hatása a Magyar bárói társadalomban a 15. században”. in Klára Papp; Levente Püski (eds.) – *A magyar arisztokrácia társadalmi sokszínűsége, változó értékek és életviszonyok*. Debrecen: Debreceni Egyetem Történelmi Intézete, 2013, 11-36.
- BARANYAI, Béla – “Zsigmond király úgynevezett Sárkányrendje”. *Századok*, 59-60 (1926), 561-591, 681-719.
- BROCATO, Linde – “Leveraging the symbolic in the fifteenth century. The writings, library and court of Carlos de Viana”. *La Corónica: A Journal of Medieval Hispanic Languages, Literatures, and Cultures*, 40/2 (2012), 51-92.
- ČAPSKÝ, Martin – *Vévoda Přemek Opavský (1366-1433). Ve službách posledních Lucemburků*. Opava: Matice moravská – Slezská univerzita v Opavě, 2005.
- CERONE, Francesco – “La politica orientale di Alfonso d’Aragona”. *Archivio Storico per le Province Napoletane*, 27 (1902), 3-93, 380-456, 555-634, 774-852.
- CERONE, Francesco – “La politica orientale di Alfonso d’Aragona”. *Archivio Storico per le Province Napoletane*, 28 (1903), 154-212.
- ĆIRKOVIĆ, Sima – *Herceg Stefan Vukčić-Kosača i njegovo doba*. Beograd: Srpska akademija nauka i umetnosti, 1964.

- ĆIRKOVIĆ, Sima – “Odjeci rittersko-dvorjanske kulture u Bosni krajem srednjeg veka”. in Fikret Ibrahimpašić (ed.) – *Radovi sa simpozijuma “Srednjovjekovna Bosna i evropska kultura”*. Zenica: Muzej grada Zenice, 1973, 33-40.
- ĆIRKOVIĆ, Sima – “Počteni vitez Pribislav Vukotić”. *Zbornik Filozofskog fakulteta u Beogradu*, 10, 1 (1968), 259-276.
- ĆIRKOVIĆ, Sima – “Vitez”. in Sima Ćirković; Rade Mihaljčić (eds.) – *Leksikon srpskog srednjeg veka*. Beograd: Knowledge, 1999, 83-84.
- COLLINS, Hugh E. L. – *The Order of the Garter 1348-1461. Chivalry and Politics in Late Medieval England*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- CONTAMINE, Philippe – “The European nobility”. in Christopher Allmand (ed.) – *The New Cambridge Medieval History*. Vol. VII. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, 89-105.
- CORETH, Anna – “Der ‘Orden von der Stola und den Kannkeln und dem Greifen’ (Aragonesischer Kannenorden)”. *Mitteilungen des Österreichischen Staatsarchivs*, 5 (1952), 34-62.
- ĆOŠKOVIĆ, Pejo – *Bosanska Kraljevina u prijelomnim godinama 1443-1446*. Banjaluka: Institut za istoriju u Banjaluci, 1988.
- CHARBONNEAU-LASSAY, Louis – *The Bestiary of Christ*. New York: Parabola Books, 1991.
- DACRE BOULTON, D’Arcy Johnathan – *The Knights of the Crown. The Monarchical Orders of Knighthood in Later Medieval Europe 1325-1520*. Woodbridge: The Boydell Press, 1987.
- DE RIQUER, Martin – *Vida Caballeresca en la España del siglo XV*. Madrid: Real Academia Española, 1965.
- DE VICO, Francisco – *Historia General de la Isla y Reyno de Sardeña. Quinta parte*. Cagliari: Centro di Studi Filologici Sardi, 2004.
- DOBRONIĆ, Lelja – “Posjedi i sjedišta Templara, Ivanovaca i Sepulkralaca u Hrvatskoj”. *Rad JAZU*, 406 (1984), 1-147.
- DOBRONIĆ, Lelja – *Viteški redovi Templari i Ivanovci u Hrvatskoj*. Zagreb: Kršćanska sadašnjost, 1984.
- ENGEL, Pál – “Posjedi Ivanovaca u Ugarskoj potkraj srednjega vijeka”. *Scrinia Slavonica*, 2 (2002), 470-485.
- ENGEL, Pál – “The estates of the Hospitallers in Hungary at the end of the Middle Ages”. in Zsolt Hunyadi; József Laszlovsky (eds.) – *The Crusades and the Military Orders. Expanding the Frontiers of Medieval Latin Christianity*. Budapest: CEU Press, 2001, 291-302.
- FILIPOVIĆ, Emir O. – *Bosansko kraljevstvo i Osmansko carstvo (1386-1463)*. Sarajevo: Orientalni institut Univerziteta u Sarajevu, 2019.

- FILIPOVIĆ, Emir O. – “Kćerka i unuk bosanskog vladara? Prilog prosopografiji i heraldici Kotromanića”. in Emir O. Filipović (ed.) – *Žene u srednjovjekovnoj Bosni*. Sarajevo: Društvo za proučavanje srednjovjekovne bosanske historije – Stanak, 2015, 159-173.
- FILIPOVIĆ, Emir O. – “Viteške svečanosti u Budimu 1412. godine i učešće bosanskih predstavnika”. in Dubravko Lovrenović (ed.) – *Spomenica akademika Marka Šunjića (1927-1998)*. Sarajevo: Filozofski fakultet u Sarajevu, 2010, 285-306.
- FILIPOVIĆ, Emir O. – *Viteštvo u srednjovjekovnoj Bosni*. Zagreb: Plejada, 2024.
- GANZ, Paul – “Die Abzeichen der Ritterorden”. *Schweizerisches Archiv für Heraldik*, 19 (1905), 28-37, 52-67, 134-140.
- GRAUS, Igor – “Dračí rád Žigmunda Luxemburského a jeho symbolika”. *Slovenská archivistika*, 31/2 (1996), 86-106.
- GRAUS, Igor – “Rád draka a jeho insígnie”. *Vojenská história. Časopis pre vojenskú históriu múzejníctvo a archívniectvo*, 10, 4 (2006), 3-25.
- HÄBLER, Konrad – *Das Wallfahrtsbuch des Hermannus Künig von Vach und die Pilgerreisen der Deutschen nach Santiago de Compostela*. Strassburg: J. H. Ed. Heitz (Hetiz & Mündel), 1899.
- HUIZINGA, Johan – *The Waning of the Middle Ages*. London: Penguin Books, 1987.
- ISAILOVIĆ, Neven – “Partnerstvo u pokušaju. Temeljne značajke odnosa Alfonsa V. i Stjepana Vukčića Kosače”. *Radovi. Zavod za hrvatsku povijest*, 52, 3 (2021), 37-68.
- KEEN, Maurice – *Chivalry*. New Haven/London: Yale University Press, 1984.
- KEEN, Maurice – “Chivalry and the aristocracy”. in Michael Jones (ed.) – *The New Cambridge Medieval History*. Vol. VI. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, 209-221.
- KRUSE, Holger; et al. – *Ritterorden und Adelsgesellschaften im spätmittelalterlichen Deutschland. Ein systematisches Verzeichnis*. Frankfurt: Peter Lang, 1991.
- KURTOVIĆ, Esad – *Veliki vojvoda bosanski Sandalj Hranić Kosača*. Sarajevo: Institut za istoriju, 2009.
- LILEK, Emilijan – “Riznica porodice ‘Hranići’ (nadimak Kosača)”. *Glasnik Zemaljskog muzeja*, 2 (1889), 1-25.
- LÓVEI, Pál – “Hoforden im Mittelalter. Unter Besonderer Berücksichtigung des Drachenordens”. in Imre Takács (ed.) – *Sigismundus Rex et Imperator. Kunst und Kultur zur Zeit Sigismunds von Luxemburg 1387-1437 (Ausstellungskatalog)*. Budapest/Luxemburg: Philipp von Zabern, 2006, 251-263.
- LOVRENOVIĆ, Dubravko – “Vitez, herceg i pataren (Ideološki stereotipi i životna stvarnost)”. in Marko Karamatić (ed.) – *Zbornik radova o fra Anđelu Zvizdoviću*. Sarajevo: Fojnica: 2000, 21-59.
- MacKAY, Angus – “Don Fernando de Antequera y la Virgen Santa María”. in *Homenaje al Profesor Juan Torres Fontes*. Vol. II. Murcia: Universidad de Murcia, 1987, 949-957.

- MacKAY, Angus – “Ferdinand of Antequera and the Virgin Mary”. in Ian Macpherson; Angus Mackay (eds.) – *Love, Religion and Politics in Fifteenth Century Spain*. Leiden/Boston/Köln: Brill, 1998, 132-139.
- MARGOLIS, Oren – *The Politics of Culture in Quattrocento Europe. René of Anjou in Italy*. Oxford: Oxford University Press, 2016.
- MARINESCU, Constantin – “Documents espagnols inédits concernant la fondation de l’Ordre de la Toison d’Or”. *Comptes rendus des séances de l’Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, 100/3 (1956), 401-417.
- MARINESCU, Constantin – “Le pape Calixte III (1455-1458), Alfonso V d’Aragon, roi de Naples, et l’offensive contre les Turcs”. *Académie Roumaine. Bulletin de la Section Historique*, 19 (1935), 77-97.
- MARINESCU, Constantin – *La Politique orientale d’Alfonse V d’Aragon, roi de Naples*. Barcelona: Institut d’Estudis Catalans, 1994.
- MAS LATRIS, Louis de – *Histoire de l’île de Chypre sous le regne des princes de la maison de Lusignan*. Vol. III. Paris: L’imprimerie Impériale, 1855.
- MINIERI RICCIO, Camillo – “Alcuni fatti di Alfonso I di Aragona dal 15 Aprile 1437 al 31 di Maggio 1458”. *Archivio Storico per le Province Napoletane*, 6 (1881), 1-36, 231-258, 411-461.
- MINIERI RICCIO, Camillo – “Rassegna bibliografica”. *Archivio Storico per le Province Napoletane*, 2 (1877), 869-877.
- MOLINA FIGUERAS, Joan – “Contra Turcos. Alfonso d’Aragona e la retorica visiva della crociata”. in Giancarlo Abbamonte *et al.* (eds.) – *La Battaglia nel Rinascimento Meridionale. Moduli Narrativi tra Parole e Immagini*. Roma: Viella, 2011, 97-110.
- MORALES ROCA, Francisco – “La orden de la Azucena, llamada de la estola, de las jarras y del grifo”. *Hidalguia. La Revista de Genealogia, Nobleza y Armas*, 49, 286-287 (2001), 441-448.
- MUÑOZ GÓMEZ, Victor – “De Medina del Campo a Zaragoza. un periplo por las devociones ‘políticas’ de un príncipe castellano bajomedieval (el infante Fernando de Antequera, 1380-1416)”. *eHumanista: Journal of Iberian Studies*, 24 (2013), 375-395.
- NEUHAUSER, Walter – *Oswald von Wolkenstein, Leiderhandschrift B (Universitätsbibliothek Innsbruck, ohne Signatur)*. München: Edition Helga Lengsfelder, 1987.
- NICKEL, Helmut – “The seven shields of Behaim. New evidence”. *Metropolitan Museum Journal*, 30 (1995), 29-51.
- PARAVICINI, Werner – “Rois et princes chevaliers (Allemagne, XII^e - XVI^e siècles)”. in SHMES – *Les princes et le pouvoir au Moyen Âge*. Paris: Éditions de la Sorbonne, 1993, 9-34.

- PECO, Almir – “The 1444 Treaty between King Alfonso V of Aragon and Grand Duke Stjepan Vukčić”. *Journal of the Faculty of Philosophy in Sarajevo (History, History of Art, Archeology)*, 7, 2 (2020), 73-94.
- POPOVIĆ, Mihailo – “Der Drachenorden Sigismunds von Luxemburg und der serbische Despot Stefan Lazarević”. in Christian Gastgeber *et al.* (eds.) – *Church Union and Crusading in the Fourteenth and Fifteenth Centuries*. Cluj-Napoca: Romanian Academy, Center for Transylvanian Studies, 2009, 70-78.
- POPOVIĆ, Mihailo – “The Order of the Dragon and the Serbian despot Stefan Lazarević”. in Ekaterini Mitsiou *et al.* (eds.) – *Emperor Sigismund and the Orthodox World*. Wien: Verlag der Österreichischen Akademie der Wissenschaften, 2010, 103-106.
- PREMOVIĆ, Marijan – “The Eastern policy of Alfonso V the Magnanimous (of Aragon), seen in the light of his political relations with the Bosnian Duke-Herzog Stjepan Vukčić Kosača”. *Parergon*, 36, 1 (2019), 81-105.
- RADOJKOVIĆ, Bojana – “Materijalna kultura bosanske vlastele”. *Zbornik za istoriju BiH*, 1 (1995), 67-83.
- RADOJKOVIĆ, Bojana – *Nakit kod Srba od XII do kraja XVIII veka*. Beograd: Muzej primenjene umetnosti, 1969.
- ROBERTSHAW, Alan – “Chivalry, love, and self-advertisement in Oswald von Wolkenstein’s ‘Es fügt sich’”. *The Modern Language Review*, 82, 4 (1987), 887-896.
- RYDER, Alan – *Alfonso the Magnanimous. King of Aragon, Naples and Sicily, 1396-1458*. Oxford: Clarendon Press, 1990.
- RYDER, Alan – *The Kingdom of Naples under Alfonso the Magnanimous*. Oxford: Clarendon Press, 1976.
- SALICRÚ I LLUCH, Roser – Caballeros cristianos en el Occidente europeo e islámico. in Klaus Herbers; Nikolas Jaspert (eds.) – “*Das kommt mir spanisch vor*”. *Eigenes und Fremdes in den deutsch-spanischen Beziehungen des späten Mittelalters*. Münster: Lit Verlag, 2004, 217-289.
- SALICRÚ I LLUCH, Roser – “Galícia i Granada. Pelegrinatge i exercici de cavalleria en terres ibèriques i musulmanes occidentals a la baixa edat mitjana”. in *El Camí de Sant Jaume i Catalunya. Actes del congrés internacional celebrat a Barcelona, Cervera i Lleida, els dies 16, 17 i 18 d’octubre de 2003*. Barcelona: Publicacions de l’Abadia de Montserrat, 2007, 163-177.
- SIJARIĆ, Mirsad – “Nadgrobnе ploče tri bosanska kralja”. *Prilozi Instituta za arheologiju u Zagrebu*, 23 (2006), 229-256.
- ŠIŠIĆ, Ferdo – *Vojvoda Hrvoje Vukčić Hrvatinić i njegovo doba (1350-1416)*. Zagreb: Matica hrvatska, 1902.
- SMILJANIĆ, Arandel – “Počteni vitez Đurađ Čemerović”. *Viteška kultura*, 4 (2015), 59-70.

- ŠPOLJARIĆ, Luka – “Zov partenopejskih princeza: Kosače i Frankapani u bračnim pregovorima s napuljskim kraljem Feranteom”. *Radovi. Zavod za hrvatsku povijest*, 52, 3 (2021), 121-188.
- SPREMIĆ, Momčilo – “Despot Đurađ Branković i kralj Alfons Aragonski”. *Zbornik Filozofskog fakulteta u Beogradu*, 14, 1 (1985), 127-142.
- SPREMIĆ, Momčilo – *Dubrovnik i Aragonci 1442-1495*. Beograd: Zavod za izdavanje udžbenika SR Srbije, 1971.
- SPREMIĆ, Momčilo – “Vazali kralja Alfonsa Aragonskog”. *Zbornik Filozofskog fakulteta u Beogradu*, 12, 1 (1974), 455-469.
- TADEO VILLANUEVA, Lorenzo – “La orden española de caballería de la Jarra”. *Boletín de la Real Academia de la Historia*, 75 (1919), 68-77.
- THALLÓCZY, Lajos – *Bosnyák és szerb élet- s nemzedékrajzi tanulmányok*. Budapest: Franklin-Társulat, 1909.
- THALLÓCZY, Lajos – *Studien zur Geschichte Bosniens und Serbiens im Mittelalter*. München/Leipzig: Duncker & Humblot, 1914.
- TORRES FONTES, Juan – “Don Fernando de Antequera y la romántica caballeresca”. *Miscellánea Medieval Murciana*, 5 (1980), 83-120.
- TOŠIĆ, Đuro – “Sporedna grana plemena Kosača”. *Zbornik za istoriju BiH*, 3 (2002), 61-77.
- TRÉLAT, Philippe – “L'ordre de l'Épée à Chypre. Mémoire de la croisade et instrument du pouvoir des Lusignan (XIV^e-XV^e siècles)”. *Publication du Centre Européen d'études Bourguignonnes (XIV^e-XVI^e s.)*, 59 (2019), 317-335.
- VALE, Malcolm – *War and Chivalry. Warfare and Aristocratic Culture in England, France and Burgundy at the End of the Middle Ages*. London: Gerald Duckworth & Co. Ltd, 1981.
- VALERO MOLINA, Joan – “Fast i creació artística a l'entorn de Ferran d'Antequerra”. *Lambard. Estudis d'art medieval* 26 (2014), 233-284.
- VAN DER PUT, Albert – “A Knight of the 'Jarra' and a Dame of the 'Pilar'”. *The Burlington Magazine for Connoisseurs*, 23, 125 (1913), 287-291.
- VARGA, Lívía; Pál LÖVEI – “Funerary Art in Medieval Hungary”. *Acta Historiae Artium Academiae Scientiarum Hungaricae*, 35 (1992), 115-167.
- VENDRELL DE MILLÁS, Francisca – “Caballeros centroeuropeos en la corte Aragonesa”. *Magyar Történelmi Szemle*, 2 (1971), 217-242.
- VOJE, Ignacij – “Romanje Ulrika II. Celjskega v Kompostelo k Sv. Jakobu”. *Zgodovinski časopis*, 38 (1984), 225-230.
- VON HYE, Franz-Heinz – “Testimonios sobre órdenes de caballería españolas en Austria y estados vecinos (Bohemia, Alemania, Suiza y Hungría)”. *En la España Medieval*, 16 (1993), 169-187.

- WILIAMOWSKI, Maciej – “Polscy rycerze w Hiszpanii w latach 1379-1439”. in Grażyna Rutkowska; Antoni Gąsiorowski (ed.) – *Memoria viva. Studia historyczne poświęcone pamięci Izabeli Skierskiej (1967–2014)*. Warszawa/Poznań: Instytut Historii Polskiej Akademii Nauk, 2015, 502-548.
- ZEČEVIĆ, Nada – “Notevole larghezza, notizie così gravi e gelose and un uomo che amava spacciarsi: Human Resources of Diplomatic Exchange of King Alfonso V of Aragon in the Balkans (1442–1458)”. *Hungarian Historical Review*, 8, 2 (2019), 411-433.
- ŽIVKOVIĆ, Pavo – *Tvrsko II Tvrtković. Bosna u prvoj polovini XV stoljeća*. Sarajevo: Institut za istoriju, 1981.

Perceptions of Iberian Urban Identity: Insights from Two 15th-Century German Travellers

Paulo Catarino Lopes¹

Instituto de Estudos Medievais (IEM – NOVA FCSH)
paulo.lopes@fcsb.unl.pt

Abstract

Although driven by different objectives in their journeys – both set against the backdrop of diplomatic relations – two 15th-century German travellers offered distinct perceptions of the Iberian urban landscape they encountered. This study explores how they perceived and represented the towns and cities they visited, identifying the aspects they valued most, as well as those that provoked their disapproval or repulsion. By examining their accounts, this article sheds light on their perspectives and the broader cultural and political dynamics that shaped their interpretations.

Keywords

Iberian urban landscape; Identity constructions and mental representations; Mobility; Late medieval travel writings

¹ This work is funded by national funds through the FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., under the Norma Transitória – DL 57/2016/CP1453/CT0015 (DOI10.54499/DL57/2016/CP1453/CT0015) and the Strategic Project of the Institute of Medieval Studies – financing UIDB/00749/2020; DOI 10.54499/UIDB/00749/2020 (<https://doi.org/10.54499/UIDB/00749/2020>).

Biographical Note

Integrated Researcher at the *Institute of Medieval Studies* (IEM), Paulo Catarino Lopes is also Associate Researcher at *CHAM – Humanities Center*, both Research Units of the Faculty of Social Sciences and Humanities (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas) of Universidade NOVA de Lisboa (NOVA FCSH), academic institution in which he obtained the degrees of Master and PhD in History after graduating in the same scientific domain at the School of Arts and Humanities (Faculdade de Letras) of Universidade de Lisboa (FLUL). Having as field of specialization Medieval History, his research interests focus on the following themes: travel and mobility, representations of identity and otherness, diplomacy and international relations, cultural relations.

Percepções da identidade urbana ibérica: o olhar de dois viajantes alemães do século XV

Resumo

Embora movidos por objetivos distintos no âmbito das viagens que realizaram – ambas inseridas no contexto das relações diplomáticas –, dois viajantes alemães do século XV ofereceram percepções singulares sobre a paisagem urbana ibérica que encontraram. O presente estudo analisa as suas descrições, procurando identificar os elementos que mais valorizaram no contacto com as vilas e cidades visitadas, bem como aqueles que lhes causaram estranhamento ou repúdio. Através desta abordagem, pretende-se compreender como esses viajantes construíram as suas representações identitárias da realidade urbana ibérica e em que medida as suas experiências refletem as dinâmicas culturais e políticas da época.

Palavras-chave

Paisagem urbana ibérica; Construções identitárias e representações mentais; Mobilidade; Escritos de viagem tardo-medievais

Nota biográfica

Paulo Catarino Lopes é Investigador Integrado do *Instituto de Estudos Medievais* (IEM) e Investigador Associado do *CHAM – Centro de Humanidades*, ambas Unidades de Investigação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH), instituição na qual obteve os graus de Mestre e Doutor em História após se licenciar no mesmo domínio científico pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL). Tendo como domínio de especialização a História Medieval, os seus interesses de investigação incidem sobre os seguintes temas: viagem e mobilidade, representações de identidade e alteridade, diplomacia e relações internacionais, relações culturais.

Medieval travel writings, taken as a whole, form a multifaceted genre and are an indispensable source for understanding very diverse aspects of this period's culture and reality.

Given this premise, in the following pages we intend to analyse the aspects most valued by two 15th-century German travellers in their encounters with the towns and cities they visited during their diplomatic mission to the Iberian Peninsula, as well as those that provoked their sense of strangeness or repulsion. This analysis seeks to understand how these foreign travelers constructed their representations of Iberian urban life and to what extent their experiences reflect the cultural and political dynamics of the period.

Methodologically, we aim to establish a comparative view by intersecting the documents in question, which we will subject to a questionnaire and subsequent hermeneutical exercise.

The sources under analysis were selected less for the amount of information and more because of their information content regarding the fields of anthropology and built heritage.

As case studies, the value of the evoked testimonies lies in the fact that they allow an analysis that goes far beyond the circumscribed context of the cases themselves, allowing us to address issues of a more general nature in interpretative terms, such as what do travellers from central Europe privilege in their gaze of the Iberian space they visited.

1. Contexts

1.1. The *Diary of Ambassador Nicholas Lanckman of Valckenstein*

In 1451, an ambassador of the Holy Roman Empire visited the Iberian Peninsula on a diplomatic mission. His ultimate destination was the kingdom of Portugal. In the context of his passage through this territory, the imperial legate prepared a travel diary, which includes several representations of a notable part of the Iberian Peninsula.

The background to this travel writing is of the utmost political importance at the international level, namely the marriage between the Holy Roman-German Emperor Frederick III (1452-1493) and the infanta Leonor of Portugal (1434-1467), second daughter of the late King Duarte (1433-1438) and sister to Afonso V (1438-1481), then king of Portugal.

In a letter dated March 14, 1451, the king of the Romans named his chaplains and nuncios Tiago Motz, bachelor of Theology, and Nicolau Lanckman de Valckenstein as representatives in the Portuguese court to enact the marriage already celebrated

by contract in Naples, on December 10 of the previous year². Both had the title of ambassadors and general and special procurators, with full mandate³. Coming from Germany, their purpose was, therefore, to go to Lisbon to celebrate the betrothal with Leonor and then accompany her to Italy where the emperor would receive her and soon thereafter celebrate marriage before the Pope.

Valckenstein, at the time Frederick III's imperial chaplain, is the author of the text we will examine⁴. Entitled *Historia Desponsationis Frederici III cum Eleanora Lusitanica*, this travel narrative was published in Augsburg, in 1503, thus about fifty years after the events. As indicated in this edition's introduction, it was prepared by Nicholas, titular bishop of Hippo and confessor of the imperial household, in honour of Emperor Maximilian and his parents.

In several passages, the editor explicitly states he is not the author of the narrative, but rather Valckenstein. According to Aires Nascimento, editor of the current Portuguese edition, comparison with an earlier manuscript implies that said bishop only made occasional changes during preparation of the text, with no significant impact upon its content⁵. On the other hand, since it extends beyond the narration of the voyage and the meeting of the betrothed, including the date of birth of the couple's children and the news of Leonor's death, it is unclear whether the text was written as events unfolded or upon the latter's death, in 1467. The text presents four main components: the ambassadors' trip to Portugal, the wedding celebrations of infanta Leonor in the Portuguese Kingdom, the delegation's maritime return trip to Italy and, finally, the journey through this peninsula until reaching Germany.

A bold initiative in the framework of international diplomacy, the marriage in question was part of Afonso V's strategic policy, aiming to place two of his sisters in Christendom's prominent thrones, establishing close family – and political – ties with two of the main European royal houses: infanta Leonor on the throne of the Holy Roman-German Empire, in 1451, and Joana of Portugal (1439-1475) on the Castilian-Leonese throne, four years later⁶.

Essentially, Afonso V's objective was to take a decisive step in legitimizing a dynasty that arose without conforming to succession law. Thus, he sought to transform Leonor's wedding into a singular occasion of affirmation and triumph,

² NASCIMENTO, Aires A. (ed.) – *Princesas de Portugal, Contratos Matrimoniais dos Séculos XV e XVI*. Lisboa: Cosmos, 1992, 62-95.

³ HERBERS, Klaus – "El viaje a Portugal de los embajadores de Federico III en el relato de Lanckmann y de otros cronistas". *Anuario de Estudios Medievales* 32/1 (2002), 183-198.

⁴ NASCIMENTO, Aires A. (ed.) – *Leonor de Portugal, imperatriz da Alemanha. Diário de viagem do embaixador Nicolau Lanckman de Valckenstein*. Lisboa: Cosmos, 1992. Hereinafter, this document will be referred to by the abbreviated form: *Diary*.

⁵ NASCIMENTO, Aires A. – "Introdução". in *Leonor de Portugal...*, 9-13.

⁶ CAETANO, José A. Palma (coords.) – *Relações entre a Áustria e Portugal: Testemunhos Históricos e Culturais*. Coimbra: Almedina, 1985, 3-27; COELHO, Maria Helena C. – "A política matrimonial da dinastia de Avis: Leonor e Frederico III da Alemanha". *Revista Portuguesa de História*, 86, vol. 1 (2002-2003), 41-70.

that is, of internationalization of the Portuguese monarchy, whereby the Portuguese kingdom and royal family would gain prestige among the ruling houses of 15th century Europe.⁷

1.2. The *Itinerarium* by Hieronymus Münzer

The German Hieronymus Münzer (1437/47-1508), also called *Monetarius*, was from a wealthy family and received the degree of Doctor of Medicine from the University of Pavia in 1479. The following year he moved to Nuremberg, where he practiced his profession until 1483, when the plague ravaged the city, forcing him to travel to Italy – where he lived from September 12, 1483, to January 24, 1484. He lived for several months in Rome, a city that left a pleasant impression on him, both for its cultural environment and the Roman people’s hospitality. He then returned to Nuremberg where he remained until 1494, when another outbreak of plague forced him to leave the city again, this time accompanied by three friends, all German merchants who spoke Italian and French (and eventually Castilian): Anton Herwart, from Augsburg; and Kaspar Fischer and Nikolaus Wolkenstein, from Nuremberg. Their destination was the Iberian Peninsula and – according to a strong hypothesis that should be considered – they were on a probable diplomatic mission in the service of Emperor Maximilian I (r. 1508-1519)⁸.

The German doctor’s journey through Iberian soil took place between September 17, 1494, and February 9 of the following year. This journey of almost five months would result in one of the most impressive travel texts written on the Iberian Peninsula by a European from beyond the Pyrenees.

The group departed Nuremberg on August 2nd and, after crossing Switzerland and southern France, arrived in Perpignan on September 17th. Over the next five months they travelled throughout the different Iberian Kingdoms, and then returned to Germany. Münzer died in Nuremberg on 27 August 1508.

⁷ ALMEIDA, Adriana R. de – “Perspectiva sobre a história das emoções. O casamento de D. Leonor de Portugal com o imperador Frederico III (1452)”. in RODRIGUES, Ana M.; SILVA, Manuela S.; FARIA, Ana L. (coords.) – *Casamentos da Família Real Portuguesa: diplomacia e cerimonial*, vol. 1. Lisboa: Círculo de Leitores, 2017, 253-288; COSTA, António Martins da – “O casamento de Leonor e Frederico III (1451-1452) e as relações entre Portugal e o Sacro Império nos finais da Idade Média”. *Medievalista*, 24 (2018), 1-36.

⁸ On this issue, see CLASSEN Albrecht – “Die iberische Halbinsel aus der Sicht eines humanistischen Nürnberger Gelehrten. Hieronymus Münzer, *Itinerarium Hispanicum* (1494–1495)”. *Mitteilungen des Instituts für Österreichische Geschichtsforschung*, 111, 2003, 317-340; HERBERS, Klaus (Editor) et al. – *Hieronymus Munzer: Itinerarium* (Mgh - Reiseberichte Des Mittelalters). Wiesbaden: Harrassowitz, 2020, 5-47; HERZ, Randall – “Der Arzt und Frühhumanist Hieronymus Münzer (+ 1508) aus Feldkirch: Sein Leben und sein Wirken im Nürnberger Humanistenkreis”. *Mitteilungen des Vereins für Geschichte der Stadt Nürnberg (MVGN)*. 105 (2018), 99-215; POHLE, Jürgen – “Portugal e os Portugueses no olhar de viajantes e mercadores alemães no alvorecer da Modernidade. in LOPES, Paulo Catarino (coord.) – *Portugal e a Europa nos séculos XV e XVI. Olhares, relações, identidade(s)*. Lisboa: IEM/CHAM, 2019, 242-263.

In addition to participating in the construction of the famous globe of Martin Behaim (1459-1507) – his compatriot and well-known cosmographer –, Münzer collaborated with Hartmann Schedel (1440-1514) in the preparation of the geographical section of the equally famous *Nuremberg Chronicle* (*Liber Chronicarum*), from 1493, which included one of the first printed maps of Germany.

The text by Hieronymus Münzer – whose complete title is *Itinerarium suae Peregrinationis Excellentissimi viri, artium ac utriusque medicine doctoris, Hieronymi monetarii de Feltkirchen, Civis Nurembergensis*⁹ – focuses on the terrestrial itinerary through Germany, Switzerland, France, Spain and Portugal. For the present study, we are exclusively interested in the document's component related to *Iberia*.

Considered the most relevant travel testimony written about the Iberian Peninsula from the Middle Ages to the dawn of modernity, the *Itinerarium*¹⁰ represents not only the vision held in Germany of the Iberian expansion, but above all the *in loco* contact and experience of a cultured German with different regions and cities that distinguish the Iberian Peninsula, as well as with its human communities.

In this kaleidoscopic viewpoint, there are ethnographic and anthropological references of rare value, but also, and above all, diverse identity constructions about the places visited and the peoples contacted. This last perception is not limited to Christians – a model example occurs in relation to the Muslims of recently conquered Granada, who also fell under the watchful eye of the Germanic traveller and to whom he attributes vast passages of his text. In fact, Münzer's observations had to be judicious given that he performed a multifaceted set of functions during his journey, from (unofficial) ambassador to doctor, and pilgrim, geographer, cosmographer, cartographer and even as mere curious traveller.

Several authors have pointed out that the main focus of Hieronymus Münzer's outlook was not the human element¹¹. In fact, he focused his attention on the economic element (products, commodities, trade, etc.) and, by association, the territories and places where this element unfolds. However, when referring to Muslims this premise is no longer valid. When evoking the territories of southern Spain, mostly the kingdoms of Aragon and Granada and especially its main cities,

⁹ In this study we have closely followed the edition by Ramón Alba: MÜNZER, Jerónimo – *Viaje por España y Portugal: 1494-1495*, RAMÓN ALBA (ed.). Madrid: Polifemo, 1991. Of note, in relation to the component of Münzer's document concerning Portugal, is the Portuguese translation by VASCONCELOS, Basílio de – “*Itinerário do Dr. Jerónimo Münzer*”. *O Instituto*, 80 (1930), 541-569.

¹⁰ Henceforth, this document will be referred to in this abbreviated form.

¹¹ BRANCO, Maria Castelo: “Portugal nos finais do século XV visto por Münzer”. in *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época: Actas*, vol. IV. Porto: CNCDP, 1989, 285-299; MARTÍNEZ GARCÍA, Pedro: “El Sacro Imperio y la diplomacia atlántica: el Itinerario de Hieronymus Münzer”. in JESÚS TELECHEA; BOLUMBURU, Beatriz; SICKING, Louis (eds.), *Diplomacia y comercio en la Europa Atlántica medieval*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2015, 103-122; LUIS MOLINA, Ángel: “Viaje de Jerónimo Münzer por Portugal”. *Revista EPCCM*, 15 (2013), 319-336.

this German traveller established a deep parallelism in his evaluative judgement between the human and spatial element, to the extent that one cannot think of one dimension without the other.

2. Urban landscape identities

The authors reveal a method for evaluating these places, adopting specific criteria, especially: the geographical location; the economic capacity expressed in the products produced and traded; the defence capacity, expressed in the walls, towers or even existing castles, or even in the number of human resources dedicated to defend that space; the included materiality itself, such as sea or river ports, palaces, churches, monasteries, defensive buildings/structures, markets or trading houses; the existing centres of knowledge, such as a university or library, particularly in the case of the imperial ambassador¹²; and also, very relevant for Münzer, the management of natural resources (especially water, a very precious resource in the southern Iberian Peninsula) and the capacity for urban construction (especially by Muslims).

Having arrived in the Iberian Peninsula, both travellers indicate on several occasions that they completed the itinerary's stages by passing through cities, towns or villages – these designations, in particular the first two, usually appear as synonyms (hence we assume “towns” as a category of relevance for the central governments in question, both geographically and administratively).

There is a constancy and expressiveness in both these forms of evocation that guarantees a privileged status in the discourse's sequence and transforms them into genuine spatial units for the authors. In other words, the urban centres present themselves as the landmarks that define and operationalize the itinerary. Thus, the urban dimension *operates* as a fundamental tool and mechanism in the text's development¹³.

On the other hand, the elements it most evokes (and values) when describing the places of circulation, namely religion, education, built heritage – in particular temples, secular palaces and defensive structures –, and, above all, power (that is, institutional and practical figures)¹⁴ are mostly presented as subordinate to the urban dimension's guiding principle.

¹² In fact, in Valckenstein the topic of education is fundamental, as the author focuses on this element six times in the development of his Iberian itinerary. A hallmark of the most powerful medieval cities, it materialises in the Diary through the figures of the University, the College and the General Study.

¹³ ZUMTHOR, Paul: *La Medida del Mundo – Representación del espacio en la Edad Media*. Madrid: Cátedra, 1994, 108-140.

¹⁴ On this theme, explore DELEUZE, Gilles: *El poder: curso sobre Foucault*, Tomo II. Buenos Aires: Cactus, 2014; FOUCAULT, Michel: *Ditos e escritos: Repensar a política*, vol. 6. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013;

In this sense, stands out a predominance of the urban world in the representation of the Iberian Peninsula by these late-medieval trans-Pyrenean travellers.

If we broaden the spectrum of analysis and refer to the specific themes of medieval travel writings, we realize a fundamental fact: the vision of Nicolau Valckenstein and Hieronymus Münzer contributes to legitimize the premise that evocation of the urban world is one of the narrative procedures that prefigures the genre of medieval travel writings.

Necessarily social the urban landscape is configured in both authors as a space that is somehow associated with power, insofar as it materialises its spatial dimension and, in most cases, serves as its headquarters, that is, because in its daily life it becomes an eminently political, economic, religious, cultural and, we must not forget, disciplinary space¹⁵. In other words, for Valckenstein and Münzer, urban centres, especially the city, are spaces defined and delimited by and based on social relations and, therefore, power.

Hence, in both testimonies, the city becomes the essential reference through which the description of both itineraries is developed. In this way, the urban centres become narrative centres, around which the remainder of the text is organized. Take for example Girona, Barcelona, Lleida, Valencia, Zaragoza, Burgos, Santiago de Compostela and, especially, Lisbon in Valckenstein and Barcelona, Valencia, Granada, Seville, Lisbon, Santiago de Compostela, Salamanca, Burgos, Toledo, Madrid and Zaragoza in Münzer.

When a part of the itinerary did not include cities, there is a sudden acceleration of narrative time and space travelled, particularly in Valckenstein's text. Inversely, the presence of an important city slows and extends the narration. Hence also, the measurement of time and space travelled uses cities as references and axes: "From Seville to Évora is forty-two very long leagues."¹⁶

A space associated with the practice and representation of power¹⁷, the city takes centre stage in both testimonies. Hence a reference to a city is sometimes accompanied by a singular fervour (see the model case of Münzer). This is undoubtedly related to the urban consciousness that invaded Europe in the 12th

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

¹⁵ On this subject see GIES, Joseph; GIES, Frances. *Life in a Medieval City*. New York: Crowell, 1973, *passim*; NICHOLAS, David M. *The Growth of the Medieval City. From Late Antiquity to the Early Fourteenth Century*. London: TAYLOR & FRANCIS, 1997, *passim*; POUNDS, Norman. *The Medieval City*. London: Greenwood Press, 2005, 55-84, 99-118, 151-164; RÖRIG, Fritz. *The Medieval Town*. Berkeley: University of California Press, 1967, 15-29, 111-121; RUSSELL, Josiah C.. *Medieval Regions and Their Cities*. Bloomington: Indiana University Press, 1972, 33-72.

¹⁶ *Itinerarium*, 165.

¹⁷ See CARDINALI, Philippe. *L'Invention de la Ville Moderne. Variations italiennes 1297-1580*. Paris: La Différence, 2002, 15-49; LE GOFF, Jacques; ROSSIAUD, Jacques; CHÉDEVILLE, André (dir.). *La ville en France au Moyen Age: des Carolingiens à la Renaissance*. Paris: Seuil, 1980, *passim*; VAN WERVEKE, H. "The Rise of the Towns". in *The Cambridge Economic History of Europe*, Vol. 3, M. M. Postan and H. J. Habakkuk (ed.). Cambridge, Cambridge University Press, 1963, 1-41.

century and that somehow determined how authors (in general) would henceforth think about and, above all, present the world in their accounts¹⁸.

At this point, it is essential to emphasise that both Münzer and Valckenstein never underestimate or even reduce the value of the countryside and wild nature, particularly in comparison with towns and cities. What happens is that both German travellers evoke the urban landscape with particular enthusiasm, especially Frederick III's ambassador (Münzer, as can be seen, for example, in his description of various monastic spaces located in non-urban areas, pays great attention to the world beyond the urban walls). Particularly in relation to cities, they go to great lengths to describe both the built element (the buildings per se, the architectural elements, etc.) and the human and ethnographic element.

We must not forget that three fundamental elements guarantee the city's specific place in the medieval society's worldview: isolation (in the sense of individuality and demarcation from its surroundings), solidity (security and protection from outside forces, materialized in the walls and the "personal" army) and verticality (in the sense of greatness and power).¹⁹ This can be seen in both texts.

Today, the city is a space widely open to the outside, easily accessible, but where insecurity and extreme forms of misery are a reality. In the Middle Ages, as these authors indicate, the city represented order and security²⁰.

Valckenstein demonstrates this very well, when he and his delegation felt the need to disguise themselves as pilgrims to travel more safely on the non-urban Iberian roads. This also helps characterize the condition of the traveller himself, in particular the diplomatic envoy, always subject to various difficulties in carrying out his mission. Nonetheless, before they reached any city in Galicia, the ambassadors were attacked with great violence by a large number of knights and infantrymen. These "enemies" – this is how the narrator classifies them – attacked the pilgrims, ignoring their condition as spiritual walkers or sacred travellers²¹. The very fact that

¹⁸ PIRENNE, Henri. *Medieval Cities: Their Origins and the Revival of Trade*. Princeton: Princeton University Press, 2014, *passim*; SJOBERG, Gideon. *The Preindustrial City, Past and Present*. Glencoe, IL: Free Press, 1960, 1-24.

¹⁹ CONTAMINE, Philippe. "Les fortifications urbaines à la fin du Moyen Âge. Aspects financiers et économiques". *Revue historique*, vol. 260, 1980, 23-47; MESQUI, Jean. *Provins: la fortification d'une ville au Moyen Âge*. Paris/Genève: Droz, 1979, 1-11, 152-168; ZUMTHOR, Paul. *La Medida del Mundo – Representación del espacio en la Edad Media*. Madrid: Cátedra, 1994, 108-140.

²⁰ CHABOT, Georges. *Les villes. Aperçu de géographie humaine*. Paris: Armand Colin, 1948, 5-22 and 97-222; NOIZET, Hélène. *La fabrique de la ville. Espaces et sociétés à Tours (IXe-XIIIe s.)*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2007, *passim*; MCCALL, Andrew. *The Medieval Underworld*. London: H. Hamilton, 1979, 11-18; MOLS, Roger. *Introduction à la démographie historique des villes d'Europe du XIVe au XVIIIe siècle*. Gembloux: J. Duculot, 1954-56, 3-10; RUSSELL, Josiah C.. "The Metropolitan City Region of the Middle Ages". *Journal of Regional Science* 2 (1960), 55-70.

²¹ *Diary*, 23.

the safe conduct given by the king of Castile, after all, the “king of Spain himself”²², was of no use makes the situation even more extreme.

In yet another aspect, Valckenstein’s *Diary* demonstrates this well, the city is associated with knowledge, study and science, gaining prominence over the traditional medieval centres of knowledge, i.e. the cenobia and their monastic scriptoria²³. It is a space of understanding, for it is home to largest of all centres of knowledge: the university²⁴.

3. Mental representations of the Iberian urban world

Below, we highlight some examples of urban world’s relevance, first in Valckenstein, then in Münzer. In essence we are dealing with mental representations that express how both German travellers perceived the Iberian urban space.

Naturally, in both cases must be taken into account the ancestral influence of the literary descriptions of cities, or *descriptiones urbium*, a literary genre that originated in Ancient Greek epideictic rhetoric²⁵.

²² *Diary*, 25.

²³ The place or workshop, of varying size, which, in a religious community, was dedicated to the production of manuscript books or codices. See BARREIRA, Catarina Fernandes – “1175 – Na oficina da escrita: o *scriptorium* do Mosteiro de Alcobça” in RITA, Annabela, PONCE DE LEÃO, Isabel, FRANCO, José Eduardo, REAL, Miguel (dir.); Carlos Carreto, Isabel Morujão, Micaela Ramon, Luísa Malato, Luísa Paolinelli, Dionísio Vila Maior, Maria do Carmo Mendes (coord.) - *História Global da Literatura Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, Temas e Debates, 2024, 57-62.

²⁴ BOUCHERON, Patrick; MENJOT, Denis; BOONE, Marc. “La ville médiévale”. in PINOL, Jean-Luc (dir.). *Histoire de l’Europe urbaine*, vol. 1. Paris: Seuil, 2003, 285-592; CHEVALIER, Bernard. “Le paysage urbain à la fin du Moyen Âge: imaginations et réalités”. in *Le paysage urbain. Actes du XIe congrès des historiens médiévistes de l’enseignement supérieur*, Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1981, 7-21; SHMESP. *Construction de l’espace au Moyen Âge: pratiques et représentations*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1979, 13-38, 147-165.

²⁵ They can be prose or poetry. Many take the form of an urban eulogy (variously referred to as an *encomium urbis*, *laudes urbium*, *encomium civis*, *laus civis*, *laudes civitatum*) which praise their subject. Laments to a city’s past glories are sometimes also included in the genre. *Descriptiones* often mix topographical information with abstract material on the spiritual and legal aspects of the town or city, and with social observations on its inhabitants. They generally give a more extended treatment of their urban subject than is found in an encyclopedia or general geographical work. Influential examples include Benedict’s *Mirabilia Urbis Romae* of around 1143. Numerous medieval examples have survived, mainly but not exclusively in Latin, the earliest dating from the eighth century. They adapt the classical form to Christian theology. The form was popularised by widely circulated guidebooks intended for pilgrims. Common topics include the city walls and gates, markets, churches and local saints; *descriptiones* were sometimes written as a preface to the biography of a saint. The earliest examples are in verse. The first known prose example was written in around the tenth century, and later medieval examples were more often written in prose. Milan and Rome are the most frequent subjects, and there are also examples describing many other Italian cities. Outside Italy, pre-1400 examples are known for Chester, Durham, London, York and perhaps Bath in England, Newborough in Wales, and Angers, Paris and Senlis in France. The form spread to Germany in the first half of the 15th century, with Nuremberg being the most commonly described city. See HYDE, J. K.. “Medieval descriptions of cities”. *Bulletin of the John Rylands Library*, 48 (2), 1966, 308–40; OLDFIELD, Paul. *Urban Panegyric and the Transformation of the Medieval City, 1100–1300*. Oxford: Oxford University Press, 2019, *passim*; STINGER, Charles L.. *The Renaissance in Rome*. Bloomington/Indianapolis: Indiana University Press, 1998, 72-75; ZANNA, Paolo. “Descriptiones urbium and Elegy in Latin

Valckenstein notes in his *Diary* that Barcelona “is a great city, with a great palace, and seaport”²⁶. The ambassador refers to this city as the capital of Catalonia and, in his assessment, emphasizes its architecture and heritage, as well as elements related to religion, education and its economy (with an international dimension). Its very favourable geographical situation and “seaport” guarantee its status as capital.

This external viewpoint gives special attention to the cathedral church, the college of laws and the ducal palace, classified as very beautiful and where, at that time, resided Mary, the Lady of Aragon and Queen of Sicily.

In terms of trade, the author points out that in Barcelona “men are sold and bought like animals”²⁷, a statement that implies a direct criticism of the trafficking and commerce of human beings.

The ambassador classifies Catalonia itself as “good and fertile land”²⁸. In economic terms, he emphasizes the “good wines and flourishing and pleasant orchards”²⁹. However, regarding the human element, he declares that “its people are evil, given to robbery and wars”³⁰, a declaration that may be related, in terms of negative evaluation, with the previous one regarding human commerce, wherein humans are treated as mere commodities. We must not forget that Valckenstein, in addition to being an ambassador, is a man of the church and, as such, was certainly imbued with the essential Christian values regarding a human being’s value; this without forgetting the sensitivity that he reveals throughout his narration.

Upon arriving in the kingdom of Aragon, “through many Saracen cities and inns”³¹ (as the author underlined), they entered the capital city: Zaragoza. From the outset, the detail of the “Saracen inns” reveals this kingdom’s sociology in the first half of the 15th century, when the Islamic community played a not inconsiderable role, in this specific case in terms of support for travellers.

In Zaragoza, Valckenstein draws attention to its “great university”. In terms of education, he also notes the presence in the city of a “school for young Saracens”. Regarding religion, he highlights the three Saracen temples the fact that the city has three holy days a week, namely one for each monotheistic religion: “In the city there are three holy days a week, because Friday is for the Saracens, Saturday for the Jews, and Sunday for the Christians.”³² All these elements reveal the religious and social

and Vernaculars in the Early Middle Ages: At the Crossroads Between Civic Engagement, Artistic Enthusiasm and Religious Meditation”. *Studi Medievali*, Ser. 3, 32 (1991), 523–596.

²⁶ *Diary*, 19.

²⁷ *Diary*, 19.

²⁸ *Diary*, 21.

²⁹ *Diary*, 21.

³⁰ *Diary*, 21.

³¹ *Diary*, 21.

³² *Diary*, 21.

identity of the capital of Aragon as an Iberian city where coexistence, tolerance and even interculturality take place.

The Muslim universe, in particular, takes on a remarkable importance in his evocation of the kingdom's human landscape and, in particular, the city that serves as its capital. Perhaps the emphasis on this dimension stems from the fact that the author comes from Central Europe and is somewhat unaccustomed to having direct contact with Muslim culture and religion. In this case, the novelty element worked as a *leitmotif* for identity representation and for the intrinsic exercise of defining the *Other*.

In Zaragoza, Valckenstein highlights a session of parliament, that is, the *Catalan Courts*³³, led by a nobleman, doctor and Captain-Major of the kingdom, who in the absence of King Alfonso V (1416-1458) was the political ruler. His gaze was also directed to the governance of the city and the kingdom through which he travelled.

This passage relating to Zaragoza has, therefore, a unique richness in terms of defining and understanding the author-traveller's process of identity construction regarding the territory (cities and regions) where he travelled and visited. In fact, this moment in the text allows us to perceive the elements that the *evaluator* privileges in his gaze, specifically knowledge (in the central figure of the university), the forms of political organization and, very revealing, the religious component.

The delegation then headed to the city of Lérida, according to the author "through cities and castles"³⁴. Here the traveller turned his attention to the city's geographical location, which is "by a large river"³⁵, as well as its "University and General Study"³⁶. Once again, the topic of education, namely a university, that is, higher level preparation, proves to be fundamental.

Continuing the journey, the group entered the kingdom of Navarre, again "through cities and castles"³⁷. Here, the author directs his attention to the human landscape, underlining that, "in this kingdom, there are women with horns on their foreheads and on their robes, with many ornaments."³⁸. Undoubtedly, a judicious ethnographic and social observation, specifically regarding women's clothing and ornaments.

³³ The *Catalan Courts* (or *General Court of Catalonia*) were the parliamentary and regulatory body of the Principality of Catalonia from the 13th to the 18th century, and their sovereign was the King of Aragon and Count of Barcelona.

³⁴ *Diary*, 21.

³⁵ *Diary*, 21.

³⁶ *Diary*, 21.

³⁷ *Diary*, 21.

³⁸ *Diary*, 21.

From Navarre, the group went through the city of St. Domingos, where the author highlights the episcopal see, as well as episodes related to the city's religiosity, namely heresies.

In Castile, the imperial legate describes the city of Burgos as "great"³⁹. He stresses that it is an archbishopric and has a university. After Burgos, the travellers heads to the Kingdom of León, where Valckenstein describes how they were intercepted and taken by force by armed men "to the presence of the king of Spain himself"⁴⁰, who is, he stresses, "the king of Castile". The king, at that time, was encamped with a large army against the King of Granada. Stressing this fact reveals the full attribution of authority to the sovereign of Castile, who alone bears the fate of liberating Iberia from the Muslim presence.

In Santiago de Compostela, Valckenstein attributes a specific identity to the city: that of a great spiritual city. The city of the apostle is a different place than the remaining Iberian Peninsula due to its spiritual dimension. But, in addition to the city's religious centrality, this cultured traveller also noted the commercial activity closely associated with the sacred dimension. In fact, the economic importance of the city of the Apostle is explained by the reference to the possibility of exchanging currency in the bank of Mr. Cosme de Medici, from Florence⁴¹.

Upon the group's entry into Portugal, Valckenstein highlights the tensions between this kingdom and Castile, reflected in a strong and permanent defence: "And they took the ambassadors, in pilgrim garb and figure, to the first city of the kingdom of Portugal, called Valença, which had once been a city of pagans, and is a well-fortified city and built with great and high towers."⁴²

Portugal presents itself is a safe territory, heavily populated and "under great surveillance because it is at the ends of the Earth and can be attacked by sea."⁴³ This defines both the kingdom's political geography and its natural boundaries. An important part of the German ambassador's identity construction of the Portuguese nation begins to define itself and take on solid contours right at the border. In fact, the notion of border and peripheral territory is implicit in the development of his discourse on the Portuguese identity: border with the great ocean sea; border with the powerful and warmongering Castile; and edge of Christianity and the European continent.

In his journey through the Portuguese territory, Valckenstein highlights the religious importance of Braga and the defensive power of the city of Porto. In

³⁹ *Diary*, 23.

⁴⁰ *Diary*, 23.

⁴¹ *Diary*, 25.

⁴² *Diary*, 25-27.

⁴³ *Diary*, 27.

Coimbra, he draws attention to the “Cathedral Church”⁴⁴ and the local economy, as “there and in its limits, in one and the same year and in the same field, there are two harvests of ripe wheat. There one finds great vineyards and sugar cane.”⁴⁵

They then visited the monasteries of Batalha and Alcobaça, eminent royal and religious symbols of the kingdom⁴⁶, until they reached Lisbon, the main focus of attention and narrative. In fact, it is with the Portuguese capital that Valckenstein’s discourse extends into details and descriptions of great richness. The ambassador praises Lisbon as “a remarkable city, and much larger than Vienna, Austria”⁴⁷.

Valckenstein emphasizes the prevailing religious tolerance and the consequent interculturality, a phenomena arising from the evident daily coexistence between the Christian majority and the Muslim and Jewish minorities. Then, with great emphasis, he speaks of the city’s mythical origins, as well as its architecture and unique defence capacities – once again comparing with his native territory.

With particular effusion, he highlights the port of Lisbon, which he classifies as a “good and great seaport”, where there are many ships. This is clearly one of the main identity factors of the city, at the time in full ascension mainly due to the commercial activity arriving by sea and that gave rise to the implantation of several colonies of European foreigners.

The author also mentions the archbishopric, the many monasteries, the school of law, the cathedral where the body of St. Vicent rests (a central element in the late-medieval representation of Lisbon⁴⁸) and the various palaces. Therefore, nothing is forgotten: the religious administrative organization, the religious built heritage, the university aimed primarily at the training of legal officials, the temporal built heritage – particularly the royal structures – and, of course, the city’s sacred relics.

After highlighting the hospitality toward the travellers, Valckenstein begins describing the celebrations and festivities around the confirmation of the marriage between the infanta Leonor and Emperor Frederick III⁴⁹. In this framework, the greatness of the monarch and the royal family stand out. Everything is described with great richness of detail, in particular the festivities and jousting. The magnificence, wealth and majesty are absolute, as well as the military might.

The emotional dimension with which Valckenstein reports the various days of festivities, as well as how his group was received by the Portuguese King and

⁴⁴ *Diary*, 27.

⁴⁵ *Diary*, 27.

⁴⁶ Both are royal pantheons.

⁴⁷ *Diary*, 29.

⁴⁸ PICOITO, Pedro: “A Trasladação de S. Vicente. Consenso e Conflito na Lisboa do século XII”, *Medievalista*, 4/4 (2008), 1-11.

⁴⁹ On the arrival of the ambassadors in Lisbon and the events that took place during their presence, see also the testimony of PINA, Rui de: “Chronica do Senhor Rey D. Afonso V” In: ALMEIDA, M. Lopes (ed.): *Crónicas de Rui de Pina*. Porto: Lello & Irmão, 1977, 577-882 and 759-64.

his court, show how impressed and touched the imperial chaplain was by the courteous, attentive and generous character of Afonso V. The same level of emotions was generated regarding the future Empress' long process of departure from Lisbon, which took place shortly after the celebrations⁵⁰.

Naturally, we are faced with a group of *topoi*, that are nonetheless revealing and expressive of a reality: Portugal was a country on the rise, conquering new territories overseas and led by a new dynasty with a completely different mental and cultural framework from that of the previous dynasty. The need and urgency to legitimize itself, given the controversial rise of its first King, João I (r. 1385-1433), is comparable only to the voracious ambition that marks the urgent demand to achieve that goal⁵¹.

In large crowds, all sectors of society⁵², namely religious minorities and foreigners – in large numbers in Lisbon at the time, it should be noted⁵³ –, are present in harmony and concord. Therefore, they participate freely and even with singular protagonism in the royal celebrations. Africans, Moors, Jews and even wild men, that is, natives from the Canary Islands, are active participants in the celebration of the imperial marriage: “Then came Africans and Moors, with a contraption in the manner of a dragon, with dances and devices according to their custom, paying homage to the empress.”⁵⁴

The question of otherness projected here in the coexistence between human groups so disparate in origins and customs, namely religious, but which fully and effectively converge in interests and means, gains a superlative importance, since it defines the city's sociology and one of its emblematic identity traits. Indeed, even if it means travelling a great distance and facing innumerable dangers and difficulties, someone from central Europe can have the unique experience of various human communities and cultures, completely heterogeneous among themselves, in a perfect interculturality – itself as exotic as its constituent parts⁵⁵. This city is therefore unique to the visitor, as it offers a harmonious vision of coexistence between people so dissimilar in form, thought and daily practices. The ambassador identifies this phenomenon and does not fail to register it with singular relevance in

⁵⁰ *Diary*, 49, 51 and 53.

⁵¹ MONTEIRO, João G.: “Orientações da cultura da corte na primeira metade do século XV (a literatura dos Príncipes de Avis)”. *Vértice* 5/2 (1988), 89-103; GOMES, Rita Costa: *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*. Difel: Lisboa 1995, *passim*.

⁵² MARQUES, A. H. de Oliveira: *A Sociedade Medieval Portuguesa. Ensaios de vida quotidiana*. Lisboa: Sá da Costa, 1974, *passim*; MARQUES, A. H. de Oliveira: “A população”. in SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.): *Nova História de Portugal*, vol. IV, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, Lisboa: Presença, 1987, 15-45.

⁵³ This is, in fact, a revealing identity trait of contemporary Lisbon and also of the future that lay ahead for the kingdom.

⁵⁴ *Diary*, 33.

⁵⁵ LOPES, Marília dos Santos: *Identidade em viagem: para uma história da cultura portuguesa*. Lisboa: UCP Editora 2015, *passim*.

his *Diary*. Cultural anthropology and ethnography gain ground at this stage of the document and the author's evaluative gaze.

Evidently, political propaganda and the symbolism of power are at the heart of all the initiatives the ambassadors attended and participated in, namely the banquets in the palaces. Still, the author never describes from the perspective of the language and display of power. Rather he remains fascinated by what he sees and what is offered to his senses. After all, it is important that he faithfully narrate to his central European lord everything that he lives and witnesses in the border territory of distant Iberia.

Everything reflects the power of Portugal and its capital. In a simple way, the presence of a vegetable garden in Lisbon with wild animals is a revealing portrait of exoticism that evokes Portugal's possession of overseas territories and, consequently, its military strength.

Portugal appears as a multicultural kingdom under Christian rule, and Lisbon, its capital, as a monumental city, as cosmopolitan as it is international. This is evidenced, as the author indicates, by the "multitudes of men and women of different languages and nations, in various celebrations and dances"⁵⁶. The author's expression is decisive: "Oh Portugal, great land!"

In the component of the *Diary* regarding Portugal, Valckenstein reveals the necessary sensitivity and insight to understand that the confrontation with the Muslim *Other* is a structuring element of the coeval collective mentality of the Portuguese, especially the nobility, and the identity of the royal dynasty. This confrontation is not only seen as *natural*, but also implies the burden of a *mandatory* and continuous *just war*, that is, war against Islam, the common enemy of Christendom⁵⁷.

In the *Diary*, one can sense this warlike-religious determinism present in the Portuguese society's apex. The direct and indirect references to North African Islam contained in its pages reveal the Portuguese perception of these opponents located to the South, as well as their attitudes and appraisal regarding the *difference* between the two.

Finally, they suggest the existence of a mental barrier separating the Portuguese/Christian from the North African Muslim *Other*. But this barrier is mainly religious, that is, Muslims are not a civilizational *Other* nor as such are they hostile, for they share with Christians certain civilizational characteristics – language, clothing, food, ornaments, armament, and even values. In fact, they are essentially a cultural *Other*, for only their religiosity opposes that of Christians, arousing inherited antagonisms.

⁵⁶ *Diary*, 51.

⁵⁷ To be just, war must have religious legitimacy.

Several passages of the *Diary* provide details – notably about the human element participating in the celebrations surrounding Frederick III and Leonor’s wedding –, which reveal that the religious barrier is sometimes overcome by fraternizing or even by collaboration between European Christians with their Muslim equivalents on a reciprocal basis.

In turn, in the *Itinerarium*, Münzer offers detailed descriptions of the urban centres themselves and of the multiple elements he elects to distinguish them. This narrative practice is much less present with non-urban spaces. However, this does not prevent the author from extending his attention to the surrounding regions (therefore nearby and closely linked) of cities and towns, that is, the suburbs, which participate in their economic sustainability. They also warrant the author’s attention for what they produce, the quality of their soil and, central aspect, the water they possess and how it is managed.

From the wide gallery of cities evoked by Münzer, we will highlight three that we consider models of his Iberian urban worldview, especially the city of Granada, toward which the author reveals an immense curiosity and even preference.

The German doctor is someone with diverse tastes, who prioritizes fields such as politics, architecture, geography and economics. For example, he explains how Barcelona was losing commercial prominence to Valencia, which at the time was already emerging as a dominant city.

More than the testimony of Valckenstein, Münzer’s text highlights a large number of topics regarding the evoked urban centres. But there is no established pattern, including in relation to the author’s preferred cities.

He highlights the geographic location, size and format of the urban centres, or their population density. In relation to the city itself, he sometimes highlights the urban fabric, the construction of houses and certain infrastructures, such as aqueducts and bridges providing access to the city, and naturally, the ports – in the case of Lisbon, he even highlights the docks and ships.

In defensive terms, he describes the walls, the towers⁵⁸, the castles and sometimes even the human contingent. Regarding the economy, as a general rule, he highlights the fertility of the soil and the local wealth of orchards and vegetable gardens (sometimes, as with Grenada, he also evokes minerals). He lists the natural products the cities most explore, trade and export (in particular, fruit and fish). Regarding trade itself, the houses of trade and sometimes the markets. Still in the sphere of economics, in some cases he highlights the local industry and manufactured products.

⁵⁸ At this point, we should emphasise the author’s unique practice of indicating that he climbed these buildings in order to get a panoramic view of the city and the surrounding area.

At the institutional level, in certain passages, he examines the government of the city, as well as its judicial administration. Regarding religion, he focuses, above all, upon the built heritage, that is, the churches, the monasteries (for friars and nuns) and the relics, explaining in detail the construction of the temples and their contents.

He unabashedly uses adjectives to describe cities, particularly the most prominent. Barcelona, for example, is a “very noble city”⁵⁹ and the “head of all Catalonia”⁶⁰. He climbed the highest tower of the “superb”⁶¹ cathedral (which is the episcopal seat and whose excellent library and exquisite vegetable garden he highlights), from where, as from a watchtower, he contemplates the city and its placement, exclaiming “Oh, what an admirable spectacle!”⁶². A curious detail that indicates both his ability to observe and his criteria, he describes the city’s sewage system, stressing that Barcelona has, for the most part and in the most frequented squares, underground sewers and canals with water, so all the dirt from the kitchens and sewers ends up in the sea.

In turn, he classifies Valencia, a very populous city, as “head of the entire kingdom of Valencia”⁶³. He highlights, among other things, that it is much larger than Barcelona, surpassing this city in terms of trade. He underlines the *House of the Innocent and Crazy*. Of this city, he also mentions the slave trade (from the Canary Islands), as well as the issue of the *maroons* and the baptized Jews who publicly profess Christian law yet practice Jewish rituals in hiding. He also highlights the magnificence of the city’s landscaping and vegetable gardens. The Valencian women also originate an exercise in otherness. He describes them as “dressed with greater exaggeration than is proper. In the front, all have a neckline down to the breasts, such that you can see their nipples as tree buds. All shave their faces and smear them with oils and odorous waters, which is detestable.”⁶⁴ Afterwards, the German doctor underlines a custom that socially distinguishes the city: “It is also their custom that both sexes walk through the entire city in the streets from the afternoon until very late at night, in such agglomeration one would believe them in fairs. However, nobody bothers anyone.”⁶⁵ If he had not seen such practice, he would not have believed it, Münzer concludes.

Describing the “glorious and very populated”⁶⁶ city of Granada, which clearly assumes a special status in its urban worldview of the Iberian Peninsula, Münzer

⁵⁹ *Itinerarium*, 7.

⁶⁰ *Itinerarium*, 7.

⁶¹ *Itinerarium*, 7.

⁶² *Itinerarium*, 9.

⁶³ *Itinerarium*, 39.

⁶⁴ *Itinerarium*, 59.

⁶⁵ *Itinerarium*, 59.

⁶⁶ *Itinerarium*, 89.

indicates he could call it *kingdom* and not a city, such was its monumentality and wealth⁶⁷.

His fascination extends to the beauty, monumentality and art of the Great Mosque, the palaces, and particularly the Alhambra fortress. According to Münzer, everything is built in such a superb, magnificent and exquisite way, with so many different materials, that one would think it is a paradise⁶⁸. Therefore, he was unable to fully described everything.

For Münzer, the relationship between Muslims and water, namely its management and use, reaches its apex in Grenada. For example, just outside the Great Mosque, he was surprised by a building in the centre of which there was a very long marble basin, in which Muslims washed themselves before entering the said temple. He was also marvelled by the small buildings equipped with water pipes for the toilets and sewers, and also excellent well with drinking water. All built in such a careful and orderly way as to “cause admiration.”⁶⁹

The German traveller completely surrendered himself to the supreme form of the relation with water. Undoubtedly this established the foundation for a positive otherness he developed towards the Muslims of the southern Iberian Peninsula. In fact, their relationship with water was is clearly visible everywhere in Granada. In palaces, for example, the water pipes are so cleverly directed everywhere, that “there is nothing more admirable.” Crossing a very high mountain, flowing water is led through a channel and distributed throughout the fortress.⁷⁰

Entering the Alcazar of Grenada, called the Alhambra, the traveller calls our attention toward the palace of the city’s alcaide, which he classifies as “superb and sumptuous”.⁷¹ In the Alhambra, he indicates the existence of countless palaces and beautiful gardens. In each palace that are immense basins of very white marble “overflowing with living water.”⁷² He also highlights a vaulted bathroom, which thrills him to the point of exclaiming: “Oh, how wonderful!”⁷³ And so many towering marble columns, that “there is nothing better.”⁷⁴

In the centre of one of the palaces, a detail amazes him: a large marble bowl upon thirteen lions, also carved in white marble, with water coming out of all their mouths. He states: “I don’t think there is anything like it in all of Europe.”⁷⁵

⁶⁷ *Itinerarium*, 105.

⁶⁸ He highlights, among other things, the gardens, the vegetable plots, the wall and the ingenious and artistic use of white marble.

⁶⁹ *Itinerarium*, 91.

⁷⁰ *Itinerarium*, 95.

⁷¹ *Itinerarium*, 93.

⁷² *Itinerarium*, 95.

⁷³ *Itinerarium*, 95.

⁷⁴ *Itinerarium*, 95.

⁷⁵ *Itinerarium*, 95.

He emphasizes that all the palaces and all the dwellings have, in their upper part, superb arches and ceilings, built in such varied ways with gold, lapis lazuli, ivory and cypress, “that one cannot write about or count them.”⁷⁶ In short, this rich kasbah, whose interior decoration is at the peak of Islamic art, fully seduces the northern traveller.

Münzer then points out that he climbed two very tall towers to get a view of the city. His astonishment is such that he exclaims that he does not believe there is a greater city in Europe or Africa.

He also points out that, outside the grounds of the Alhambra palace, on the hilltop, the king has a truly magnificent and, therefore, very famous garden, with fountains, pools and joyful streams, so exquisitely built by the Moors, that “there is nothing better.”⁷⁷

It is, in fact, in the city of Granada that Münzer expands in descriptive richness, detail and explanatory exercise – equivalent to Lisbon for Valckenstein. Hence, we use this city and its suburbs as a reference and model example of the German physician’s rare ability to analyse urban space.

Regarding the placement of the city of Granada, Münzer indicates that to the south, north and west, this city has a vast and beautiful plain, surrounded for the most part by hills. This great plain can be irrigated from all sides, and the soil is so fertile and rich that it yields two crops a year.

He also emphasizes that in the foothills there are many orchards and woods, which can be irrigated by water channels. Orchards, he points out, that are full of houses and towers, inhabited during the summer, which, as a whole and from afar, seem to be a populous and fantastic city. “There is nothing more admirable”⁷⁸, according to the traveller. He then reveals that the Saracens are very fond of orchards and are so ingenious at planting and watering them, that “there is nothing better”⁷⁹. He also notes, with evident satisfaction, that the Muslims of Granada are a people who are content with little, and live for the most part on the fruits they harvest, which are not lacking throughout the year. This is, undoubtedly, a positive otherness.

From the very high mountains to the east, through two valleys, in the middle of which is the mountain of Alhambra, flow two abundant rivers and other smaller rivers, derived from other streams, with which the whole of Granada is irrigated by means of pipes arranged with “admirable ingenuity”⁸⁰.

⁷⁶ *Itinerarium*, 97.

⁷⁷ *Itinerarium*, 99.

⁷⁸ *Itinerarium*, 105.

⁷⁹ *Itinerarium*, 105.

⁸⁰ *Itinerarium*, 107.

Münzer then directs his focus to Albaicín, a village situated outside the ancient walls of the true city of Granada. He highlights that its streets are so narrow and cramped that most of the houses touch at the top, and usually a donkey cannot give way to another donkey, except in the most famous streets.

He then reveals that most Saracen homes are so cramped, with small rooms, dirty on the outside and very clean on the inside, that it's hard to believe. But almost all have water pipes and cisterns. There are usually two pipes and aqueducts: one for drinking water and the other for removing dirt and manure. Amazed, he categorically states that Saracens understand and master these techniques of dealing with water and hygiene perfectly.

On the same theme, he refers that in all streets there are open channels for dirty water, so that all houses without sewers, given the location's difficulties, can discard their dirt into these channels at night. The sewers are not abundant, but, nevertheless, people are very clean.

He ends by exclaiming that in the land of Christians, one house consumes more space than four or five Saracen houses. Inside, these are so intricate and complex that one might think they were "swallow nests"⁸¹. Hence, he underlines, the city's disproportionate size, which is said to involve more than one hundred thousand houses.

In summary, the *brand* that makes Münzer's testimony unique and distinctive is his choice of the Muslim relationship with water – whether in terms of the construction of infrastructures, or in terms of its use and management – and with urban construction in general (gardens, orchards, walls, houses, palaces) as a privileged approach to evoke and describe the cities of the southern Iberian Peninsula, especially Granada.

In Almeria⁸², for example, he refers to the houses built by pagans, which have large and beautiful gardens, with aqueducts, irrigation and canals, "in the style of the Saracens"⁸³. He also highlights how most houses have wells or freshwater dams, as well as pools made of stone, plaster and other materials, to conserve water. This is all because the Saracens are "very ingenious in the construction of aqueducts"⁸⁴

Throughout his report, Münzer develops evaluative views on the Iberian human landscape, in its most diverse expressions, including in terms of gender. Indeed, references are made to different peoples, social conditions/groups and religious beliefs, using, in the case of Muslims, different designations to name the same human community: Moriscos, Saracens, Mohammedans, Moors and

⁸¹ *Itinerarium*, 109.

⁸² Münzer was in this city not long after its conquest by the Christians, which took place at the end of December 1489.

⁸³ *Itinerarium*, 79.

⁸⁴ *Itinerarium*, 79.

even Pagans. Within this framework, he established several levels of antithetical perception. Broadly, as one might expect, Christians are favoured and acclaimed in these confrontations. Regardless of their origin, these constitute the basis of the author's system of evaluation of the *Other*.

However, among non-Christians, Muslims are the preferred targets of his evaluative judgement, and most of the time through a positive otherness. In this context, it is symptomatic that, regardless of the circumstance in which he evokes the followers of Islam who live on Iberian soil after the completion of the Christian *Reconquista*, which took place only two days before Münzer's trip, the truth is that he always does so with marked emotional expressiveness: "Oh, how beautiful these orchards would have been when the Saracens were in their splendour, as they are so skilled in the exquisite arrangement of orchards, gardens, fruits and structures for the transfer of water, that those who have not seen them, can hardly believe!"⁸⁵

Naturally, the emotions evoked here and their crescendo throughout the text in relation to Muslim culture and civilization – particularly the rare capacity for water management, building construction, rural labour and handicraft work in general – are linked to the author/traveller's personal sensitivity. In other words, Münzer shows, in fact, a rare capacity/sensitivity to accept the *difference* implied by the Muslim, as a cultural and religious *Other*.

Although an important part of the Iberian territories through which he travelled had not been under Christian political-military sovereignty for long (the kingdom of Granada is an extreme example) and he was not accustomed to such intense and constant contact with the Muslim *Other*, the view that Münzer presents of the latter is tendentially analytical, which implies a certain degree of openness and knowledge (the latter certainly indirect and a priori). No wonder, therefore, that he should call attention to the fact that the nobles and the rich Saracens possessed magnificent and famous houses in Granada, with courtyards, gardens, running water, and various other things.⁸⁶

It is true that sometimes in his discourse Münzer distances himself from the Muslim *Other*, to the point of repudiation. Examples include passages related to the female figure and the position of women in Islamic society. By elucidating that "only men enter mosques"⁸⁷, he establishes from the outset a capital difference with how the Christian religion is practised in the West. On the other hand, regarding the number of women a Muslim can marry, he does not hesitate to affirm that they act like "beasts", but then almost immediately evokes an *honoured* alternative on their part: "they marry up to four women, whom they repudiate for the smallest cause, according to certain conditions fixed in the betrothal (...) In this they proceed like

⁸⁵ *Itinerarium*, 81.

⁸⁶ *Itinerarium*, 111.

⁸⁷ *Itinerarium*, 111.

animals. The honest Saracens are content with one woman and ashamed to have many.”⁸⁸

Still regarding the condition of women in Islamic Society and revealing curiosity and a critical capacity that define an intellectual profile, Münzer questioned one of the Muslim priests in Zaragoza. The answer was instructive but somewhat ambiguous, that is, the doctor was both in shocked (negatively) and in agreement regarding the Koran:

“The causes of divorce among them were: drunkenness, madness, adultery and bad breath in the woman, who could therefore be repudiated and her dowry returned; except if she was repudiated for adultery, in which case she was repudiated ‘naked’, the husband retaining the dowry, without her being able to claim it. In this case a great infamy pursues the woman, who for this reason falls into the contempt of others. The wife is always subject to her husband’s power and can never repudiate him for any vice he has; on the contrary, the husband must repudiate her. If there is an only son in the divorce, the husband keeps him; if there are two, they divide them; if there are three, two remain for the husband and one for the wife, etc. They can marry up to seven women, as did David, whom they say they follow. But since they are among Christians, they are not allowed to have more than one, and they cannot repudiate her, as according to our laws. The Koran forbids husbands from beating or killing their wives, even if they do not divorce them.”⁸⁹

Estrangement from the Muslim also occurs, naturally, in situations involving Christian captives and their mistreatment⁹⁰. Unsurprisingly, his cultural standard of reference prevents him from claiming that the same thing happened on the Christian side.

However, despite these two cases, there is never an ethnocentric process that anthropologically denies difference. In other words, he never forces a clear and definitive conviction of superiority. His genuine fascination with the vestiges of the past and the Islamic presence, particularly in terms of the urban landscape and the corresponding built heritage, is enough to validate this premise.

His open-mindedness is therefore effective: “Toledo (...) Oh, your walls are most firm, built by Saracens, and how fortified it is by nature and art!”⁹¹ This is evidenced by the various emotional expressions with which he marks his descriptions of

⁸⁸ *Itinerarium*, 129 and 131.

⁸⁹ *Itinerarium*, 297.

⁹⁰ *Itinerarium*, 151.

⁹¹ *Itinerarium*, 247.

contact with the universe in some way associated with Iberian Muslims, past and present, and with their high culture and civilization⁹².

Any identity representation can only be developed if diversity is conceived in the process, since “identity is affirmed in the face of existing difference.”⁹³ This is the question of *ego* and *alter-ego*. With the sphere of Islamic communities as a reference, in his narrative Münzer provides us with several examples that support this thesis, namely when discussing Muslim religious rituals:

“As we stood by the door, following their ceremonies, we saw their high priest sitting on a tall chair preaching to them (...). Then, following his voice (...), they rose, bowed their heads orderly and prayed; then, after a new indication, en masse, they prostrated themselves on the ground and kissed it, and, like our monks in the chapters, lay themselves on the ground. Again, at another sign, they rose and prayed with the greatest devotion, remaining standing and barefoot. And so, thrice rising and prostrating themselves on the ground, they at last rose, and when the prayer was finished, each went to his work.”⁹⁴

Although, his original cultural and civilizational equipment influenced his assessment – one need only consider the religious difference –, the final assessment was more strongly based on his experience first-hand, *in loco*, and the emotions arising from it, than on patterns that shape and mould one beforehand.

If human identity is, in essence, associated with an *I*, we can never forget that this *I* exists only to the extent that there is an *Other*. It thus becomes impossible to talk about identity without talking about alterity⁹⁵. In the source in question, although evoking various human groups, such as the Jews, slaves⁹⁶ and the various Iberian Christian communities⁹⁷ (which differ among themselves despite professing the same creed), the model example that is presented is that of Muslims: “leaving Guadix (...) we went to a spa with abundant, healthy and crystalline water. Entering

⁹² Specifically concerning the emotions manifested by Münzer in the context of social ambience see KEMPER, Theodore: “Sociological Models in the Explanation of Emotions”, in LEWIS, Michael; HAVILAND, Jeannette M. (eds.): *Handbook of emotions*, New York 1993, 41-51; LUTZ, Catherine; ABU-LUGHOD, Lila (eds.): *Language and the Politics of Emotion*, Cambridge 1990, *passim*; TOOBY, John; COSMIDES, Leda: “The Past Explains the Present: Emotional Adaptations and the Structure of Ancestral Environments”. *Ethology and Sociobiology*, 11 (1990), 375-424.

⁹³ CAMACHO, João: “Identidade, tradição e Modernidade”. *Boca do Inferno. Revista de Cultura e Pensamento*, 8 (2003), 55.

⁹⁴ *Itinerarium*, 103.

⁹⁵ MARTÍNEZ GARCÍA, Pedro: *El cara a cara con el otro: la visión de lo ajeno a fines de la Edad Media y a comienzos de la Edad Moderna a través del viaje*. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2015, *passim*; SEIXO, Maria Alzira: “L'écriture du voyage et le recherche de l'altérité”. in MAGALHÃES, Isabel Allegro de (coord.): *Literatura e Pluralidade Cultural*, Lisboa: Colibri, 2000, 777-783.

⁹⁶ In this specific case, the natives of the Canary archipelago.

⁹⁷ Portuguese, Castilian, Valencian, Catalan, Aragonese, Biscayan, Hispanic, Cordovan, Asturian...

the underground gallery, we saw many Saracens bathing. I tasted the water and found it good, warm and sweet. I liked the place, carefully built, because Saracens are very fond of baths.”⁹⁸

Münzer observes and evaluates, but, we insist, does not judge in the sense of hostility and absolute negativity, that is, we are not dealing with the radical elimination of the *Other* from the intellectual horizon. Although he does not share their religious principles – “they follow the law of the false prophet Muhammad with great scruple and devotion”⁹⁹ –, he accepts the differences without needing to demean or *destroy* them, rather often admiring them with open eyes and mind, as we will see next. Hence, he underlines that “[Muslims] are sincere, just and quite loyal.”¹⁰⁰ Even more! They rigorously observe almsgiving and fasting, from one hour before the rising of the morning star until sunset; they also recommend prayers, which they follow; they have great veneration for the Virgin Mary, St. Catherine, and St. John, and give these names to their children; and when they have finished their prayers, they return to work, saying that idleness is the cause of all evils, and that God commands them to live by sweat and toil. And he concludes: “They are extraordinary lovers of justice; they are accurate in weighing; they avoid lies.”¹⁰¹ In this last passage one can sense the northern traveller’s admiration and even appreciation for precisely the devout and sincere way that Muslims follow the precepts in which they believe.

Nor can we accuse him of observing and directly contacting, during his passage through the Iberian Peninsula, not only what remained of the ancient Muslim presence, but also the *mudéjares*¹⁰². He was, however, somewhat shocked – as it was an incomprehensible reality – with the cohabitation, that is, the side-by-side coexistence without problems and apparent difficulties.

The positivity he attributes to Muslims is further manifested when he stresses that their priests are very devout and have their quarters around the main mosque, where they administer justice, act as notaries and exercise other spiritual ministries¹⁰³. We must necessarily refer another passage relating to the city of Granada, where he points out, in some way reconciling both religious forms, that Muslims “worship God mainly in the light and in the element of fire, believing – ‘as is true’ – that He is the light of light and that everything was created by Him.”¹⁰⁴

⁹⁸ *Itinerarium*, 87.

⁹⁹ *Itinerarium*, 125.

¹⁰⁰ *Itinerarium*, 85.

¹⁰¹ *Itinerarium*, 125-127.

¹⁰² The term *Mudéjar* refers to the Iberian Muslims who remained in territory conquered by the Christians, and under their political control, during the long process of the so-called Reconquista, which took place throughout the Middle Ages in the Iberian Peninsula. These Muslims were allowed to continue practising their religion, use their language and maintain their customs.

¹⁰³ *Itinerarium*, 127 and 129.

¹⁰⁴ *Itinerarium*, 91.

Naturally, as we can see from the examples presented, the evoked appreciations and inherent emotions in relation to Muslim culture, art and civilization are linked to the author's preference for urban spaces, which almost always constitute the background for the action being described: "when we were there [in the city of Granada], we saw many Saracens decorating and restoring paintings and other things with their characteristic delicacy; we enjoyed a magnificent spectacle there."¹⁰⁵

A final word to underline that the enthusiasm and emotion with which Münzer describes reality indicates the predominance of empirical observation in the description, as well as the application of knowledge – *seeing* and *experiencing firsthand*. Not infrequently, he also exercises comparisons as a discursive *support* of his testimony's veracity (comparing with equivalents from the rest of Europe, especially, of course, from his native Germany, in particular Nuremberg).

4. Final Notes

The two travel writings analysed demonstrate that the most important narrative procedure in medieval travel text, what creates its true narrative order, is space, not time. Closely associated with the itinerary, spatial order takes form in the places that are travelled and described. This raises an essential fact: the urban world organize the territory and give it meaning.

It is largely through them that the secular and religious powers operate their activity and pursue their programmatic objectives.

Each testimony has its own productive context. However, one element unites them: the fact that for these German travellers, urban spaces are synonym for crossing cultures and traditions, forcing a slower rhythm and heightening the senses.

¹⁰⁵ *Itinerarium*, 99.

“Como a realidade de todos os dias nos revela, infelizmente, não raras vezes de forma trágica, a identidade e a alteridade são temas da maior pertinência e actualidade. Reflectir de forma crítica e interligada sobre ambas as dimensões em relação ao passado medieval, em contexto de mobilidade, é construir uma ponte segura para melhor compreender a delicada situação do presente. É este o objetivo primeiro do volume que aqui apresentamos.

Na essência, o leitor está perante um conjunto de ensaios norteado pelo desejo de falar da descoberta que, no mundo medieval, tal como em todas as épocas do já longo e atribulado itinerário humano, o *eu* faz do *outro* e da forma como ambos se constroem em absoluta interdependência, dando a ver como afinal as fronteiras que marcam a alteridade são tão ténues quanto permeáveis, pois, o *eu* é sempre um *outro*, e cada um dos *outros* é também um *eu*. ”

Paulo Catarino Lopes, *editor*

